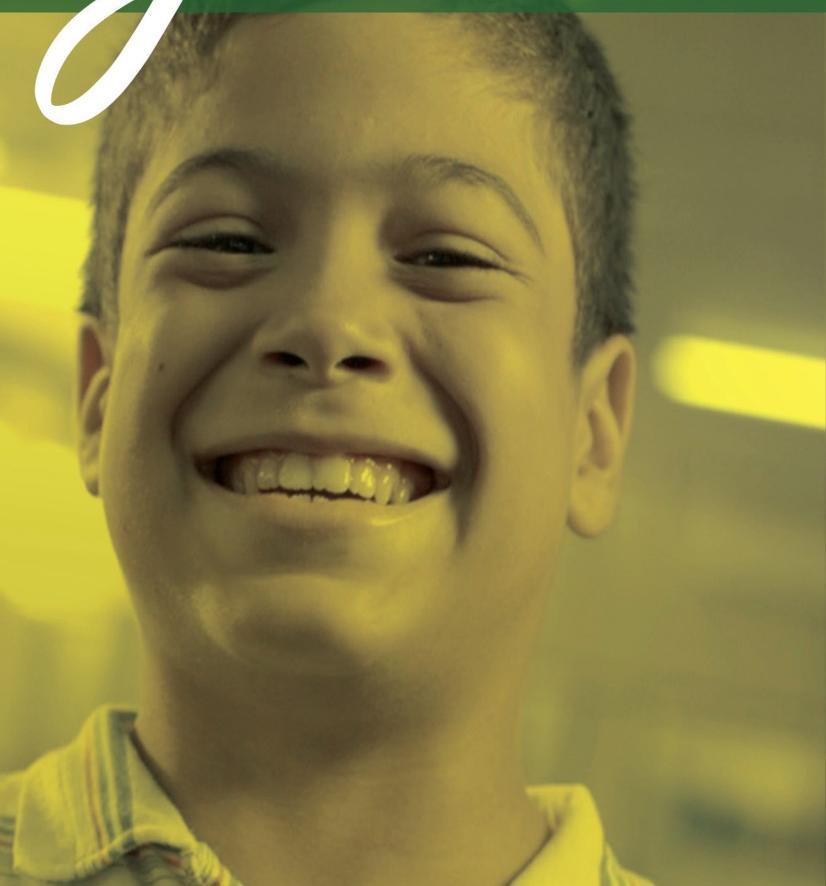


UM ESTADO QUE CUIDA DA SUA

gente

BALANÇO PIAUÍ 2018



Territórios de Desenvolvimento PIAUÍ

MAPA DE POTENCIALIDADES



*PRINCIPAIS EIXOS RODOVIÁRIOS QUE DEVEM SER ALVOS DE MELHORAMENTOS

HIDROVIA FERROVIA RODOVIA*

Potencialidades: Pesca e aquicultura, Produção de leite e derivados, Pecuária, Fruticultura orgânica/agricultura irrigada, Turismo de massa (praias e eventos), histórico (Parnaíba), ecológico (Delta) e radical (Delta, Pedra do Sol, Barra Grande)

Comércio e serviços (saúde, educação)

Pólo de produção para o mercado externo (ZPE)

Obras e Investimentos Estruturantes: Construção da nova barragem de Algodoés

Completo Ecólico do Delta

Afiliamento da BR-222 (Piripiri – Luizlândia)

Porto de Luis Correia

PAC Cidades Históricas (Parnaíba)

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

Potencialidades: Pecuária, Ovinocaprinocultura, Avicultura, Agricultura irrigada/industrial (Côco José do Divino, Piripiri, Barreiras)

Produção de grãos (Barreiras, Parnaíba)

Extensão vegetal – banana, cana-de-açúcar, café, cana-de-açúcar, mandioca, caju, cana-de-açúcar

Indústria de vestuário – malhaaria e lingerie

Artesanato: palha, tecelagem, alumínio, plásticos

Mineração: opala e pedras ornamentais

Turismo arqueológico (Côco José do Divino), radical (Pedro II e Cachoeira do Urubu), rural e de eventos (Barreiras, Piripiri, Pedro II)

COCAIS 22 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Asfaltamento da BR-222 – interligação econômica do Território do Cocaí e Maranhão

Quina Fotovoltaica – estudos de geração solar em São João da Fronteira

Porto de Bragança de São José do Divino – Potencial para mais de 3 mil hectares

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

CARNAUBAIS 16 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Barragem de Castelo

Energia limpa – usinas para produção de energia fotovoltaica (solar) e eólica

Aére viários – nos municípios de Alto e Campo Maior

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

VALE DO SAMBITO 15 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Irrigação – aproveitamento hidroagrícola da barragem Mesa de Pedra (Valença do Piauí)

Segurança hídrica – estudos de viabilização de novas barragens

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

VALE DO RIO GUARIBAS 23 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Irrigação – aproveitamento hidroagrícola das barragens

Estudos e projetos para acumulação de massas águas de superfície

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

CHAPADA VALE DO RIO ITAIM 16 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Projeto Piaçabuçu – Exploração de ferro (Curral Novo do Piauí)

Ferrovia Transcordeira – Vizilizar investimentos em mineração e agropecuária

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

VALE DO CANINÉ 17 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes: Irrigação – Projeto para o Benfeitor, irrigado de Salinas (Côco Francisco do Piauí) e aproveitamento hidroagrícola da barragem de Pedro Redonda (Conceição do Canindé)

Estradas – Conclusão da BR-220 em território plauense

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

SERRA DA CAPIVARA 18 municípios

Obras e Investimentos Estruturantes:

Irrigação – Ampliação do perímetro irrigado de Marrecais (Côco João do Piauí)

Segurança hídrica – Reforço em adutoras e construção de novas barragens

Energia – Reforma na potência (subestações) e linhas de transmissão

SUPLE

Superintendência de
Planejamento Estratégico e Territorial

PLANEJAMENTO

Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO
QUE CUIDA
DA SUA

gente

BALANÇO PIAUÍ 2018



Piauí
GOVERNO DO ESTADO



*Sua
verdade*

14

DESENVOLVIMENTO HUMANO

6

MENSAGEM DO GOVERNADOR

58

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



106

GESTÃO
EFICIENTE

94

INFRAESTRUTURA

154

PODERES E
INSTITUIÇÕES

reverie
perish
no more
creeds
a ger

MENSAGEM DO GOVERNADOR

SENHORAS DEPUTADAS, SENHORES DEPUTADOS, MULHERES E HOMENS DO PIAUÍ,

É com um olhar para trás que me dou conta do muito que foi feito, dos avanços e das conquistas do povo do Piauí desde que, pela primeira vez, compareci à Casa do Povo, a Assembleia Legislativa, em 2003, para ler a primeira das mensagens como Governador do Estado.

No entanto, um olhar para o futuro possibilita-me perceber que muito ainda há de ser feito, porque é infundável a ação de Governo e de Estado para garantir equidade social.

Dados estatísticos como o Produto Interno Bruto,

o Índice de Desenvolvimento Humano, índices de avaliação da educação básica e de serviços de saúde são testemunhos firmes de quanto se avançou na construção de um Estado com mais qualidade de vida para todos.

Podemos chamar isso de expansão de cidadania, de justiça social, ou de equidade econômica. Mas o importante é o que se fez com o povo e para o povo para se chegar até aqui.

Todos sabem que nem é fácil, nem simples a tarefa de mudar substancialmente uma economia e, por consequência, uma sociedade. É trabalho para uma geração inteira, a nossa geração, que deve preparar o Estado para a geração atual e as gerações futuras.

Trabalho que exige paciência, exercício contínuo da arte de dialogar e infinita disposição para enfrentar desafios que, uma vez vencidos, abrem caminhos a novos obstáculos a serem transpostos.

O quatriênio iniciado em 2015 e que se encerrou com o apagar das luzes de 2018 foi um desses es-



O GOVERNO DEVE, PRIORITARIAMENTE, CUIDAR DAS PESSOAS.

paços de tempo em que se administrou a escassez – algo com o que nós, piauienses, estamos bem acostumados. Como agravante, o país atravessou uma crise política, cujos reflexos na economia ainda hoje se fazem sentir.

Dificuldades podem nos envergar, mas não nos quebrar, porque trazemos em nós a força de um consenso em favor da construção de um Estado melhor, que se faz a partir de uma escolha simples: o Governo deve, prioritariamente, cuidar das pessoas. É “gente” que importa, é a nossa gente piauiense que deve ser a nossa máxima prioridade.

A acuidade com as pessoas está presente nos esforços do Governo para a organização do Estado e de disciplina para manter o equilíbrio fiscal. Foi em razão de rigorosas ações de controle de gastos de custeio que se conseguiu manter em dia as despesas prioritárias para funcionamento da máquina pública, bem como garantir os investimentos nos limites das possibilidades em tempos de retração econômica.

A ação de Governo para o equilíbrio fiscal não é nem nunca será o que de mais simpático se pode fazer na gestão. Assim, contratos de fornecimento de serviços estiveram sempre sob nosso olhar atento; gastos com passagens e diárias foram vistos

minuciosamente; licitações e novos contratos foram realizados sob a orientação de se economizar o máximo; evitaram-se novas despesas e se buscou a negociação como caminho para ajustar a receita à despesa, de modo que ao tempo em que se podavam custos, não se comprometia o resultado das ações do Estado.

Em um ano de dificuldades, como já posto, a atuação do Estado nas áreas da Fazenda, da Controladoria, da Procuradoria Geral do Estado, da Administração e Previdência e do Planejamento voltou-se de modo bastante firme para que houvesse meios para custear o funcionamento da máquina pública e garantir os investimentos prioritários.

O Estado desenvolveu parâmetros e esforços para manter funcionando os serviços públicos, mas o fez até com expansão, como no caso da descentralização de atendimento médico especializado em cidades como Parnaíba, Piripiri, Floriano e Picos, e os serviços proporcionados pelos Espaços Cidadão entre outros, que chegaram mais próximos ao povo, através de mutirões ou implantação de novas unidades gestoras nos municípios-polo.

Na área da educação, expandiu-se a oferta de ensino à distância, de mediação tecnológica e alguns resultados da gestão podem, sim, ser mostrados com orgulho, como o fato de o Piauí estar entre os Estados com mais escolas de nota 5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), resultado da dedicação e compromisso de professores, coordenadores pedagógicos, gestores de escolas, pessoal de apoio de todo o sistema educacional, pais e dos estudantes.

O Governo se esforçou no sentido de reformar e ampliar escolas, dotá-las de equipamentos de informática, climatizar as salas de aula, qualificar permanentemente os educadores. A oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos cresceu 277% entre 2015 e 2018, enquanto o ensino profissional teve uma expansão superior a 30%, hoje com 75 escolas técnicas espalhadas pelo Estado. Também

DIFÍCULDADES PODEM NOS ENVERGAR, MAS NÃO NOS QUEBRAR.

expandiu-se a oferta do ensino superior através da Universidade Aberta, que em 2018 registrou matrículas de quase 19 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação, um crescimento superior a 50% na comparação com 2015, quando se iniciou o mandato findado em dezembro passado.

Os resultados da educação podem ser medidos todos os anos através do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – SAEPI, que proporciona um olhar sobre o nível de aprendizado de cada escola e permite intervenções necessárias para a melhoria sistêmica do ensino público estadual. Em 2018, o SAEPI foi aplicado a quase 110 mil estudantes em 600 escolas estaduais.

Na saúde, a descentralização e ampliação da oferta de serviços especializados são resultados obtidos nesta gestão. Cabe destacar o atendimento em terapia intensiva no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, agora equipado com UTI Neonatal, serviços também disponibilizados no Hospital Chagas Rodrigues, em Piripiri, que foi equipado com uma maternidade e Casa de Parto, acolhendo com mais carinho, conforto, segurança e eficiência as mães e os bebês.

É imperativo destacar ainda o avanço obtido no Hospital Tibério Nunes, em Floriano, onde se im-

plantou sistema de telemedicina, que permite a realização de Neurocirurgias acompanhadas por profissionais do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, através de videoconferências.

A descentralização de serviços médicos especializados, o aumento da oferta de leitos de UTI e o reaparelhamento da rede hospitalar completam os avanços na saúde e permite aos piauienses o atendimento de qualidade sem que eles precisem sair de sua região.

Os investimentos em saúde salvam pessoas e melhoram a qualidade de vida. Só em 2018, os investimentos na área foram superiores a R\$ 20 milhões, dos quais quase R\$ 3,5 milhões em equipamentos para 16 unidades hospitalares, dotadas agora com arco cirúrgico, aparelhos de Raios-x, berços aquecidos.

Na área da segurança pública, o Estado registra índices que o destacam como um dos mais seguros do país, sendo o quinto estado com menor taxa de mortes violentas e intencionais, e o mais seguro do Nordeste, conforme indica o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018.

O Piauí deverá seguir uma trilha da redução da violência, que o faz através de ações pioneiras e inovadoras, como o aplicativo Salve Maria, para enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, que rendeu prêmios internacionais para o Estado, além de exportar a tecnologia para outros estados.

Outra inovação foi a elaboração do primeiro Plano Estadual de Segurança Pública de forma participativa. Trata-se de iniciativa pioneira no Brasil, que toma por base o respeito à pessoa e à dignidade humana, e convoca a população para participar do combate à violência e estimula a cultura da paz.

Os efeitos da política de segurança repercutem também no sistema prisional do Piauí em 2018. O Piauí substituiu rebelião por educação. Quatro em cada dez internos no sistema penitenciário do Estado estão em algum tipo de programa de edu-

O PIAUÍ ENTRE OS ESTADOS COM MAIS ESCOLAS DE NOTA 5 NO IDEB.

cação ou qualificação. Em 2018, havia 687 detentos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 230 no Canal Educação, 348 inscritos no ENEM e 575 no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

No desenvolvimento rural, as atenções foram duplicadas em favor da agricultura familiar, notadamente no semiárido piauiense. Os investimentos que chegaram às mãos dos agricultores e das agricultoras familiares foram de pelo menos R\$ 110 milhões, em ações como a aquisição de mudas e sementes (R\$ 6,9 milhões), aquisição de máquinas e implementos agrícolas (R\$ 1,1 milhão), assistência técnica e extensão rural (R\$ 16 milhões), Agro Mais (R\$ 75 milhões), inclusão produtiva no Projeto Viva o Semiárido (R\$ 10,5 milhões), compra direta de alimentos (R\$ 9 milhões).

Mais de 17 mil famílias foram contempladas com ações de assistência técnica e extensão rural, de apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, segurança hídrica, energia subsidiada para irrigação, mecanização e disseminação de novas técnicas de cultivo e manejo, com resultados positivos de fixação das pessoas no campo, aumento da produtividade e segurança alimentar.

O apoio ao setor agropecuário tem sido fundamen-

tal para que o Piauí avance. Nesse sentido, o Governo teve um especial olhar para as Câmaras Setoriais ligadas à economia rural, considerando que das 25 Câmaras existentes, 14 são ligadas à agropecuária.

Este investimento no campo se reflete no crescimento do Estado. Em 2017, enquanto no restante do país se registrava um recuo no cultivo de terras, o Piauí teve crescimento de 16,6%. Com isso, o PIB fechou em expansão. Embora ainda não haja dados fechados oficialmente pelo IBGE, já é possível projetar um crescimento de 4,6% do Produto Interno Bruto do Piauí em 2017. O Estado é o quinto numa lista de unidades da Federação com maior expansão da economia no ano. Para 2018, a tendência é que o crescimento registrado seja ainda maior.

O crescimento econômico apresentado na produção agropecuária está também presente em outras áreas promissoras, como a fruticultura irrigada, a avicultura e a piscicultura, que apresentaram crescimento significativo nos últimos anos. Outro setor que consolidou sua importância para a economia do Estado é a apicultura, que teve investimentos em modernização das unidades de beneficiamento e processamento do mel.

O Estado tem se mostrado um campo vasto para empreendimentos em energias limpas. Tem-se atualmente 58 parques eólicos em funcionamento no Piauí, produzindo 1.521,1 megawatts/hora de energia, o que representa 10,5% da energia eólica produzida no País.

A instalação da usina fotovoltaica de Nova Olinda (Ribeira do Piauí), com 292 megawatts/hora, abriu caminho para novos empreendimentos na área. Um deles é o parque solar São Gonçalo, de 475 MW, em São Gonçalo do Gurgueia, a maior planta solar fotovoltaica atualmente em construção na América do Sul, e deve entrar em operação em 2020, com investimentos de R\$ 1 bilhão. Parques fotovoltaicos em projeto e instalação nas cidades de Caldeirão Grande, Curral Novo do Piauí, Floriano, Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí devem crescer mais

INVESTIMENTOS EM SAÚDE SALVAM PESSOAS E MELHORAM A QUALIDADE DE VIDA.

1,2 mil MW de energia nos próximos anos.

Além disso, está em obras uma fábrica de torres eólicas em Lagoa do Barro do Piauí. No município de Pio IX, a empresa alemã Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. projeta um investimento de R\$ 9 bilhões em uma planta de apoio à instalação de parques eólicos.

O avanço de grandes projetos de produção e de negócios locais impulsionados por estes empreendimentos privados exigem uma ação de governo em mais infraestrutura e comunicação.

Na infraestrutura, os investimentos em mobilidade urbana resultaram, em 2018, na pavimentação poliédrica superior a 50 km de vias públicas em cidades de Norte ao Sul do Piauí e em mais de 20 km de vias asfaltadas.

Em Teresina, investimentos em mobilidade urbana somaram R\$ 160 milhões em quatro anos – incluídos o Veículo Leve sobre Trilhos, a ampliação da ponte JK e pavimentação de vias. Mais R\$ 230 milhões devem ser investidos ao longo dos próximos anos.

Os investimentos em estradas, nos últimos quatro anos, estão redesenhandos o mapa rodoviário do Estado, abrindo caminhos em eixos transversais

(de Leste e Oeste do Estado), favorecendo a integração dos territórios de desenvolvimento, possibilitando empreendimentos novos e impulsionamento dos negócios já existentes.

Em quatro anos, mais de R\$ 400 milhões foram aplicados em obras de transporte, e mais R\$ 460 milhões deverão ser investidos em obras como BR-235 (trecho Caracol-Bom Jesus), PI-248 (trecho Rio Grande-Pavussu), PI-219 (trecho entroncamento BR-343 até Canavieira) e PI-216 (Juazeiro do Piauí/Milton Brandão).

O surgimento de novos eixos rodoviários se consolida como uma ação de Governo que favorece o desenvolvimento territorial, com inclusão de pessoas antes isoladas pela falta de uma estrada pavimentada. Um bom exemplo dessa nova realidade, que se projeta para o futuro, é a pavimentação de dois trechos de estradas estaduais ligando a sede e povoados do município de Cocal e Piracuruca a Cajueiro da Praia e Cocal. A estrada criou um novo eixo regional de transporte de mercadorias e pessoas e ainda tem a vantagem de reduzir em 80 km a distância entre Teresina e a praia de Barra Grande, favorecendo o turismo.

Apontam-se, assim, novos caminhos para a construção de um futuro de mais desenvolvimento regional, com eixos viários transversais para a logística e a interligação da malha viária do Estado no sentido Leste-Oeste, como já foi feito com o asfaltamento da BR-235, entre Santa Filomena e Gilbués, em 2017.

O olhar para o futuro nos indica que o grande desafio do Governo do Estado é colocar o Piauí no patamar que merece: um Estado forte e de oportunidades, que combate as desigualdades, leva esperanças para quem mais precisa, assegurando direitos, ampliando políticas públicas e mantendo uma administração transparente e com as finanças equilibradas.

Alcançar um alto índice de Desenvolvimento Hu-

O APOIO À AGROPECUÁRIA TEM SIDO FUNDAMENTAL PARA QUE O PIAUÍ AVANCE.

mano é meta prioritária para os próximos quatro anos. Em 2022, a meta é a de que o IDH do Estado esteja próximo ou acima de 0,7, o que significa alto desenvolvimento. Essa será uma tarefa de todos e de todas.

O Estado terá que se manter administrativamente organizado e com equilíbrio fiscal e financeiro. Para isso, é imperativo não descuidar da contenção de gastos e manter a disciplina fiscal, sobretudo encontrando meios para enfrentar o deficit previdenciário crescente e cujo financiamento precisa ser feito através de fundo próprio, deixando o Estado com mais recursos para o custeio de serviços básicos e essenciais e para investimentos estruturantes voltados ao desenvolvimento.

Disso depende fundamentalmente o compromisso com a disciplina fiscal, de tal modo que deficit se transforme em superavit para financiar aquilo que o Estado deve fazer de melhor: cuidar das pessoas.

Esse compromisso é do Governo, dos gestores, dos senhores e senhoras deputadas e do povo do Piauí. Nossa obrigação é gigantesca. Precisamos honrar a confiança que nos foi depositada. Cada homem e mulher que compõe este Governo, seja no executivo, no legislativo ou no judiciário, terá responsabilidade com o futuro do povo piauiense. Será uma administração com sacrifícios para todos, para que seja possível vencer os tempos difíceis de crise econômica e política de impacto mundial.

Seremos vencedores, vamos construir um Piauí grande e desenvolvido!!

Muito obrigado!



Wellington Dias
Governador do Piauí



Gente que
cuida de gente
e que
nos move
para dias
melhores

Há um sem-número de boas coisas acontecendo a muita gente no Piauí, porque houve uma opção bastante clara sobre o que deve ser feito pelo Governo: atender as pessoas, dando prioridade a serviços públicos em todo o Estado. Há resultados evidentes em números, como o de o Estado estar entre os três com maior número de escolas avaliadas com nota acima de 5,2 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ou ainda pela escolha do Hospital Chagas Rodrigues, em Piripiri, como Hospital Amigo da Criança.

Esses resultados não seriam possíveis sem que houvesse na gestão estadual a escolha das pessoas como o foco mais fundamental da atuação: investimento social precedendo investimentos em outras áreas, para que houvesse resultados como os colhidos com a descentralização da saúde ou o apoio a iniciativas educacionais exitosas.

No caso da educação, convém que se dê destaque ao trabalho desenvolvido em estabelecimentos como o Centro Estadual de Tempo Integral José Alves Bezerra, de Monsenhor Hipólito, de onde já saíram seis vencedores do Concurso de Redação Jovem Senador, promovido pelo Senado. Em 2018, a primeira colocada no concurso foi Lanielle Lorane de Sá Andrade, que foi para Brasília, onde passou uma semana atuando como jovem senadora.

Não são poucos tampouco localizados os êxitos de gente que faz a nossa educação. Tem o Piauí o terceiro maior número de escolas com notas acima de 5 no IDEB (Índice de Desenvolvimento das Educação Básica), em escolas como a Unidade Escolar Adamir Leal, em Teresina, onde o esforço comum de educadores, gestores, alunos resultou em nota 7 nesta avaliação do MEC.

O sucesso de escolas é fruto do esforço comum de se cuidar de pessoas, que se replica no começo de vida, em favor de bebês que estão chegando ao mundo em um ambiente onde se

trabalha para que a vida já comece melhor. Isso acontece nos Hospitais Dirceu Arcoverde (HEDA) e Chagas Rodrigues, em Parnaíba, nos quais uma série de investimentos fez surgir espaços humanizados para mães e bebês. Tem Unidade de Tratamento Neo-Natal, as Casas de Gestantes, médicos obstetras plantonistas. Em Piripiri, o pré, o parto e o pós-parto são feitos em um ambiente no qual há coisas que toda mãe quer para seus filhos recém-nascidos: conforto, cuidado, carinho, dignidade.

A descentralização, que abriu espaços para serviços de obstetrícia também em Esperantina e Floriano, fez com que se tivessem atendimentos em ortopedia, neurologia e neurocirurgia no Hospital Tibério Nunes, hoje atuando também com a telemedicina, um serviço médico que se utiliza da tecnologia da informação e das transmissões por internet para um suporte médico altamente especializado e que salva vidas.

Cuidar de pessoas é também fazê-las ter razões para acreditar no futuro e dispor de garantias para se manter no presente. Nesse sentido, a descentralização de serviços prestados pelo Governo Estadual bem como o uso da tecnologia da informação e da internet possibilitam mais facilidades para que as pessoas estudem, se qualifiquem, acessem serviços públicos através do celular, se reco-loquem no mercado de trabalho.

Seguimos num rumo de investir nas pessoas, o modo mais adequado de alcançar o desenvolvimento socioambiental e econômico. Isso se fará com serviços públicos cada vez mais eficientes e descentralizados, no que podemos chamar de expansão de cidadania, de justiça social, ou de equidade econômica. Significa tão-somente que segue-se no dever de fazer chegar as pessoas em todo o Piauí as ações de Estado.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

DESENVOLVIMENTO HUMANO COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

No âmbito da dimensão social, as ações desenvolvidas pela gestão ao longo do quadriênio 2015- 2018 estiveram orientadas na direção do cumprimento das metas estratégicas do Governo, com ênfase em iniciativas voltadas ao incremento dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), notadamente aqueles com menor desempenho, relacionados às dimensões: renda, educação e saúde, sem embargo de outros fatores significativos à promoção da qualidade de vida da população, como o fortalecimento do sistema de Segurança Pública e o acesso a equipamentos, produtos e bens culturais.

Para o alcance dos resultados, buscou-se uma atuação conjunta e planejada entre os órgãos de governo. Parcerias foram estabelecidas de forma a possibilitar relações interdisciplinares para ações de políticas públicas, dando mais espaço para o diálogo e a colaboração entre os entes governamentais e destes com as organizações sociais.

Nesse contexto, o Governo assumiu compromissos relacionados à implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 no Piauí, destinando impor-

tantes investimentos para políticas públicas permanentes nas áreas de Assistência Social e Comunitária, de Educação, Serviços de Saúde e Segurança Pública, trabalhando de forma integrada e com o envolvimento, participação e corresponsabilização do poder público e da população local, visando à melhoria qualitativa e quantitativa dos resultados.

Outro aspecto dessa gestão a merecer destaque tem sido o recorrente esforço de valorização do capital social local, bem como a definição dos Territórios de Desenvolvimento como locus da priorização de ações voltadas aos segmentos sociais menos favorecidos e unidade de convergência para a implementação de iniciativas do planejamento, do ordenamento, de organizações sociais e produtivas, de redes sociais, de cooperações, dentre outros, viabilizando a aprendizagem, o intercâmbio e a inovação tecnológica, possibilitando uma maior eficiência nos resultados apresentados ao longo deste capítulo.

Educação

Ao longo do período 2015-2018, o compromisso do Governo do Piauí estiveram focados em garantir o acesso à educação de qualidade, à formação científica e tecnológica, à qualificação para o trabalho e empreendedorismo, bem como ao aumento dos anos de escolarização da população piauiense.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS - 2010/2018

ANO	ESCOLARIZAÇÃO	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	TOTAL
2010	313.015	821	15.766	329.602
2011	293.539	961	15.586	310.086
2012	277.796	767	16.162	294.725
2013	238.145	780	22.270	261.195
2014	231.772	614	24.920	257.306
2015	221.995	775	26.914	249.684
2016	273.939	1.204	9.802	284.945
2017	305.444	1.282	16.293	322.989
2018	305.649	1.770	22.891	328.540



Nesse período, dois aspectos ressaltam a política pública estadual de Educação: a consolidação da política de universalização da educação básica - com a oferta de vagas em consonância com as demandas locais, e a expansão gradativa na matrícula geral, sobretudo na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos, que representa também trazer de volta ou abrir as portas da escola para piauienses adultos e jovens, afastados do mundo da educação. Em quatro anos registrou-se crescimento de 31% no total de matrículas. Ao longo desse período, o número de alunos matriculados passou de 249.684 para 328.540.

Contudo, os maiores crescimentos no número de matrículas foram registrados na Educação de Jovens e Adultos, com expansão de 277,7% em relação a 2015, passando de 35.285 alunos

para 133.257 alunos, conforme dados preliminares do Censo Escolar 2018. Para a Educação Profissional, houve registro do crescimento na ordem de 30,4%, saindo de 25.596 alunos em 2015 para 33.372 alunos em 2018, ainda conforme os dados preliminares do Censo Escolar 2018.

Educação Profissional e Técnica em 75 escolas

Atualmente, a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio da Rede Estadual está distribuída em 75 escolas, sendo 18 Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), 13 Centros Estaduais de Educação Profissional Rural (CEEPRU), nove Centros Estaduais de Tempo Integral (CETI), 16 Escolas Famílias Agrícolas (EFA), 18 Unidades Escolares (UE) e na Escola de Teatro Gomes Campos, em Tere-

MATRÍCULA REDE ESTADUAL POR ETAPA DE ENSINO – 2013/2018

ANO	ENSINO REGULAR			EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*	EJA	AEE	ESCOLARIZAÇÃO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	TOTAL GERAL
	EF_INICIAIS	EF_FINALS	EM						
2013	8.862	53.562	112.950	0	2.151	780	238.145	22.270	261.195
2014	6.048	49.537	112.950	0	431	614	231.772	24.920	257.306
2015	4.195	45.504	113.010	25.596	35.285	775	221.995	26.914	249.684
2016	3.277	42.209	112.990	25.575	94.464	1.204	273.939	9.802	284.945
2017	2.747	38.377	112.950	37.716	120.722	1.282	305.444	16.263	322.989
2018	2.246	35.525	99.479	33.372	133.257	1.770	305.649	22.891	328.540

FONTE: CENSO ESCOLAR/INEP * ATÉ O ANO DE 2014, OS RESULTADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ERAM INFORMADOS SOMADOS COM OS RESULTADOS DO ENSINO MÉDIO REGULAR.

sina.

Esses estabelecimentos educacionais atendem estudantes em 12 eixos tecnológicos, atingindo 41.488 alunos, nos 224 municípios, em quatro modalidades de Ensino Técnico. São mais de 32 cursos oferecidos em áreas diversas, que abrangem recursos naturais, ambiente e saúde, controle e processos industriais, gestão e negócios, informática e comunicação, produção cultural e designer, infraestrutura e segurança.

A extensa rede de Educação Profissional e Técnica oferece o ensino técnico concomitante, aquele em que o aluno cursa o ensino médio em um turno e o profissionalizante no contraturno. São 3.299 alunos atendidos via Pronatec, 15.589 aprendendo por meio da mediação tecnológica em 187 cidades.

Na modalidade subsequente, destinada a quem já concluiu o ensino médio, a oferta chega a 559 alunos, enquanto 22.041 estudantes são atendidos no Ensino Técnico Integrado: turmas mistas com os ensinos médio e profissionalizante.

Investimentos ampliam oferta do ensino técnico

A proposta de ampliação da oferta de Educação Profissional nas escolas estaduais obedece às metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação e perpassa pelo aprimoramento na estrutura das escolas públicas estaduais.

Há um olhar qualificado na Educação Profissional, com ênfase na questão dos laboratórios,

como de agropecuária, agroindústria, segurança do trabalho, mecânica automotiva e metrologia. Também foram feitos investimentos na infraestrutura escolar, ampliando a oferta do ensino técnico com 65 escolas de Educação Profissional e 16 escolas Família Agrícola. Foram inaugurados dois complexos educacionais com capacidade para atender até mil alunos do Ensino Médio Integrado, ofertando cursos técnicos profissionalizantes, nos turnos manhã, tarde e noite. Na região do grande Dirceu, em Teresina, foi entregue, no início de 2017, o Centro Estadual de Educação Profissional José Pacífico de Moura Neto, e o novo Centro Estadual de Educação Profissional Leonardo das Dores, em Esperantina, que funciona desde 2016.

Os Centros contam com doze salas de aula, seis laboratórios básicos (Física, Biologia, Matemática, Química e dois de Informática), auditório (com capacidade para 200 pessoas), biblioteca, teatro de arena, área de convivência (refeitório, cozinha, quadra poliesportiva coberta), além de dois grandes laboratórios especiais.

Atendimento Educacional Especializado em alta

Destacam-se também, avanços relacionados às diretrizes nacionais educacionais inclusivas, no sentido de identificar as barreiras de aprendizagem e garantir a educação de qualidade para estudantes matriculados na educação básica, público-alvo da educação especial. O número de matrículas nessa modalidade passou de 775 alunos em 2015 para 1.770 alunos em 2018.

A SEDUC desenvolveu políticas de inclusão escolar, na rede estadual, voltadas para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo o acesso e permanência desses estudantes em salas comuns bem como no Atendimento Educacional Especializado – AEE.



TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DE 8 E 9 ANOS - 2014-2017

ANO	2014			2015			2016			2017		
	TO-TAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TO-TAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TO-TAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
TOTAL	84,6	87,3	81,2	86,4	88,5	83,5	85,9	88,3	82,9	88,5	90,6	85,8
PÚBLICO	83,2	85,8	79,8	85	87,2	82,2	84,3	86,7	81,3	87,3	89,3	84,5
PARTICULAR	95	97	92,1	95,8	97,5	93,4	96,3	97,8	93,9	99,6	98,1	94,4
MUNICIPAL	83,5	85,9	79,6	85,5	87,2	82,6	84,7	86,6	81,4	87,7	89,3	85,1
ESTADUAL	80,8	84,4	80,3	81,3	85,2	81	81,6	90,6	81	83,7	88,9	82,2

FONTE: PORTAL INEP/MEC

TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DE 8 E 9 ANOS - 2014-2017

ANO	2014			2015			2016			2017		
	TO-TAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS									
TOTAL	12,4	11	14,2	11,1	10	12,5	11,5	10,2	13,3	9,4	8,3	11
PÚBLICO	13,5	12,2	15	12,1	11,2	13,3	12,8	11,5	14,4	10,4	9,3	11,7
PARTICULAR	4,8	2,8	7,6	4	2,4	6,4	3,6	2,1	5,9	3,3	1,8	5,5
MUNICIPAL	13,4	12,2	15,4	11,9	11,2	13,1	12,7	11,6	14,6	10,2	9,3	11,6
ESTADUAL	13,7	11,4	13,9	13,9	12	14,1	13,1	7,5	13,6	12	8,5	12,3

FONTE: PORTAL INEP/MEC

TAXA DE ABANDONO ENSINO FUNDAMENTAL - 2014-2017

ANO	2014			2015			2016			2017		
	TO-TAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS									
TOTAL	3	1,7	4,6	2,5	1,5	4,0	2,6	1,5	3,8	2,1	1,1	3,2
PÚBLICO	3,3	2	5,2	2,9	1,6	4,5	2,9	1,8	4,3	2,3	1,4	3,8
PARTICULAR	0,2	0,2	0,31	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
MUNICIPAL	3,1	1,9	5	2,6	1,6	4,3	2,6	1,8	4,0	2,1	1,4	3,3
FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTADUAL	5,5	4,2	5,8	4,8	2,8	4,9	5,3	1,9	5,4	5,3	2,6	5,5

FONTE: PORTAL INEP/MEC

UM TRABALHO PARA APLAUDIR DE PÉ

Os bons resultados nas mais variadas áreas do governo dependem muito das pessoas e dos compromissos que assumem. Um dos melhores exemplos disso está na Unidade Escolar Adamir Leal, em Teresina, onde o esforço coletivo elevou a nota de 2,7 para 7 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB elevado da escola é fruto do trabalho de pessoas como **Antônia Rodrigues Mascarenhas**, coordenadora pedagógica. O trabalho de recuperação incluiu a mobilização de alunos para se matricularem, revisão da proposta pedagógica e motivação de professores.

Melhorar desempenhos em Matemática e Português, reduzir evasão e reprovação foram os objetivos alcançados através do Chão da Escola, um programa da SEDUC para formação conti-

nuada dos professores. Todos se juntaram em um projeto para o êxito da escola.

Sucesso que leva também a assinatura da professora Naíza Ferreira de Paiva, diretora da escola, que estabeleceu na comunidade sua maior parceria. A SEDUC tem atuado em apoio às ações da escola para atingir as maiores notas no IDEB, como uma conquista de toda a comunidade escolar.

Todo mundo unido para que as crianças aprendam mais e melhor, como explica a Emily, aluna da Unidade Escolar Adamir Leal: *a escola é muito, muito legal*. Tanto que ela usa o recreio para ler. Bem, ela faz mais que isso, porque estuda muito para entrar na faculdade de Direito. Está no caminho certo, tirando as melhores notas.

Boas notas que também são uma regra na vida de Marcos Vinícius Soares, aluno do 6º ano do ensino fundamental, que quer a escola crescendo junto com ele. A maior nota no IDEB agora faz com que todos olhem para a escola, mas o importante é que todo mundo se ajuda, diz Marcos, que deseja ser um grande médico um dia. Conta para isso com professores que ele admira e aos quais dedica seu sucesso.



Indicadores educacionais em elevação

Conforme destaque a seguir, os indicadores de desempenho educacionais da rede estadual também apresentaram melhoria significativa, projetando a educação pública piauiense no cenário nacional. O Piauí, enfim, acerta na fórmula de trabalhar por ensino público de qualidade.

Mais jovens ficam na escola

No que se refere à taxa de abandono do ensino médio, uma das maiores do país, caiu para 10,9% em 2017. A taxa de aprovação, no mesmo nível de ensino, subiu de 75,3% em 2014 para 81,5% em 2017, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO MÉDIO - 2014-2017

REDE	2014	2015	2016	2017
TOTAL	77,7	80,4	81	82,8
PÚBLICO	75,6	78,7	79,3	81,4
PARTICULAR	92,6	93,5	94,1	94,6
MUNICIPAL	69,2	81,4	70,2	74,2
FEDERAL	83,3	79	77	80,1
ESTADUAL	75,3	78,7	79,4	81,5

FONTE: PORTAL INEP/MEC

TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO MÉDIO - 2014-2017

REDE	2014	2015	2016	2017
TOTAL	8,6	7,8	8,8	7,7
PÚBLICO	8,9	8	9,2	8,1
PARTICULAR	6,9	6	5,6	4,9
MUNICIPAL	6,6	16,7	13,7	24,5
FEDERAL	14,3	13,8	17,9	16,7
ESTADUAL	8,7	7,8	9	7,6

FONTE: PORTAL INEP/MEC

TAXA DE ABANDONO ENSINO MÉDIO - 2014-2017

REDE	2014	2015	2016	2017
TOTAL	13,7	11,8	10,2	9,5
PÚBLICO	15,5	13,3	11,5	10,5
PARTICULAR	0,5	0,5	0,3	0,5
MUNICIPAL	24,2	1,9	16,1	1,3
FEDERAL	2,4	7,2	5,1	3,2
ESTADUAL	16	13,5	11,6	10,9

FONTE: PORTAL INEP/MEC

Sistema de avaliação da educação estadual

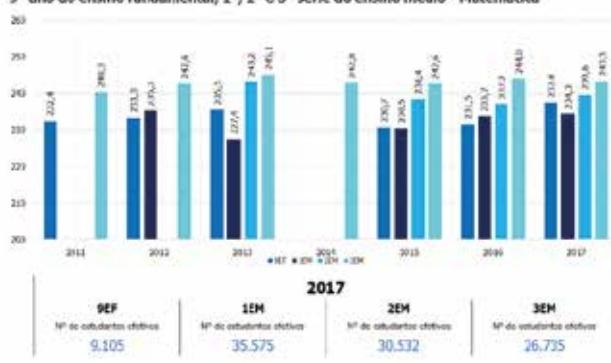
Com o objetivo de avaliar o nível de desenvolvimento da proficiência dos alunos da rede, a SEDUC realiza, anualmente, o Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), mediante aplicação de avaliações em todas as escolas que oferecem o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, em todas as escolas de ensino Médio e em escolas que ofertam Educação Profissional (Ensino Médio Integrado). Em 2018, foram avaliados 109.558 alunos, o que representa 81,1% de participação no SAEPI 2017.

As provas foram aplicadas em 601 escolas da rede estadual com o fito de diagnosticar o desempenho dos alunos, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, para que sejam definidas as ações prioritárias de intervenção na melhoria do ensino e desempenho futuro dos estudantes.

A SEDUC já detectou, através do SAEPI que, entre 2016 e 2017, os estudantes avançaram em Matemática mais que num período de cinco anos, entre 2011-2016. Essa possibilidade de analisar o nível de aprendizado dos estudantes em Português e Matemática estará cada vez mais consolidada com os resultados que se apresentarem no SAEPI 2018, que será usado para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Piauí e a elaboração e sistematização do Plano de Metas 2019/2022.

Proficiência média ao longo do tempo

9º ano de ensino fundamental, 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio - Matemática





Avanço no IDEB

Os resultados para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), obtidos no período, traduzem os esforços empreendidos pelo Governo do Estado para a oferta da educação pública de qualidade na rede estadual. Embora ainda não se tenham alcançado as metas estabelecidas para o Ensino Fundamen-

mental (anos finais) e para o Ensino Médio, é possível constatar que houve resultados positivos. No Ensino Médio, os resultados do IDEB mostram o Piauí como o terceiro Estado do Nordeste com escolas que apresentaram notas acima de 5,2.

Convém informar que os dados poderiam ser ainda mais positivos se o Ministério da Educação tivesse contabilizado as notas das escolas de Ensino Médio Integrada à Educação Profissional. Cerca de 450 escolas da rede estadual fizeram provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mas o MEC só contabilizou a nota de 250 escolas da rede estadual, excluindo aquelas com educação profissional. Dentre as escolas com o maior IDEB no ano de 2017 destacam-se: Unidade Escolar Patronato Irmão Dantas, no município de Piracuruca, com IDEB 7,6 (Ensino Fundamental - anos iniciais), e a Unidade Escolar Agostinho Brandão, no município de Cocal dos Alves, com o IDEB 7,2 (Ensino Fundamental - anos finais).

IDEB REDE ESTADUAL – ENSINO FUNDAMENTAL/SÉRIES FINAIS – MELHORES RESULTADOS 2017

MUNICÍPIO	ESCOLA	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017
OEIRAS	UNID ESC ORLANDO CARVALHO	-	-	-	3,6	3,3	-	5,1
SANTA FILOMENA	EDUC S. JOSÉ DA AÇÃO SOCIAL DIV C JESUS	-	-	-	5,6	-	-	5,1
CURIMATÁ	CENTRO DE ENSINO DE TEMPO INTEGRAL DES AMARAL	2,4	3,2	-	2,6	3,8	3,2	5,0
SEBASTIÃO LEAL	UNIDADE ESCOLAR IRAPUÃ	-	-	-	-	3,5	4,0	5,0
TERESINA	UNID ESC ANTONIO DE ALMENDRA FREITAS	-	3,1	3,2	3,1	3,2	3,1	5,0
TERESINA	CEFTI PROFESSOR DARCY ARAÚJO	-	2,8	4,3	5,5	4,8	4,2	5,0
TERESINA	UNIDADE ESCOLAR SOLANGE SINIMBU VIANA ARÊA LEÃO	3,4	3,7	3,2	3,5	3,4	3,9	5,0

FONTE: PORTAL INEP/MEC

Trabalho para melhorar o desempenho educacional futuro

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o resultado alcançado foi de 5,5, ultrapassando a meta projetada para o ano de 2021. Nos anos finais o resultado alcançado foi de 4,0, ficando 0,1 ponto abaixo da meta projetada para o período. Para o Ensino Médio, o resultado alcançado foi de 3,3, portanto, 0,3 pontos abaixo da meta projetada para 2017, e 0,1 ponto acima comparado ao resultado alcançado em 2015. Tais resultados demonstram que precisamos avançar nas políticas educacionais em desenvolvimento na rede com maior velocidade e intensidade, de modo a acompanhar a evolução dos indicadores e promover a melhoria contínua do desempenho dos nossos alunos.

Destaque-se que o esforço neste sentido já vem sendo feito pela SEDUC, em ações específicas como o Mais Aprendizagem, que traz em seu pacote de trabalho o Mais Matemática, desde 2017 já implementado na rede, e a aceleração de aprendizagem em Português, lançando em 2018.

Adicionalmente, a SEDUC ampliou a carga horária do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, este ano, ofertou horas/aula de oficina destinadas a esse processo de aceleração de aprendizagem em Matemática e Português.

Parcerias importantes, como as executadas com a Fundação Lemann e Instituto Unibanco, contribuem para melhorar a gestão escolar, resultando em avanço da aprendizagem.

Pacto pela aprendizagem: foco na qualidade do ensino

No ano de 2017 foi implantado o Pacto pela Aprendizagem, com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos e o nível de proficiência, em 2018. A rede contará com rotinas de acompanhamento pedagógico e gestão, que darão o suporte técnico necessário à condução das ações. A seguir, destacam-se algumas ações que fazem parte do escopo do Pacto pela Aprendizagem e que refletem diretamente no desempenho acadêmico dos alunos, constituindo, portanto, ações estruturantes: as Escolas de tempo integral, o Incentivo Educacional e a Mediação Tecnológica.

- **Educação em Tempo Integral:** entre 2015 e 2018, o número de escolas em regime de tempo integral passou de 42 para 79. Foram implantadas duas em 2016, 25 em 2017 e 10 em 2018. O crescimento da quantidade de escolas em tempo integral foi de 88%. O número de matrículas registrado em 2018 foi de 19.593, representando expansão de 67,9% na comparação com 2015.

IDEB - RESULTADOS E METAS (REDE ESTADUAL)

ESTADO REGIÃO	SÉRIE ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO					
		2011	2013	2015	2017	2011	2013	2015	2017	2019	2021
BRASIL	4ª SÉRIE / 5 ANO	5.0	5.2	5.5	6.0	4.6	4.9	5.2	5.2	-	6.0
PIAUÍ		4.5	5.0	4.6	5.5	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8
BRASIL	8ª SÉRIE / 9ª ANO	4.2	5.0	4.5	4.5	3.9	4.4	4.7	4.8	-	5.5
PIAUÍ		3.5	5.0	3.8	4.0	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7
BRASIL	3ª SÉRIE	3.7	3,7	3.7	3.5	3.7	3.9	4.3	4.4	-	5.2
PIAUÍ		2.9	3.0	3.2	3.3	2.6	2.8	3.2	3.6	3.8	4.1

FONTE: PORTAL INEP/MEC



- Em 2017, através do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, foram implantados 25 novos Centros de Ensino Médio de Tempo Integral (CETIs), fruto do alinhamento entre as políticas estadual e federal de educação. Esta parceria viabilizou investimentos em obras, pessoal, formação, avaliação, e, sobretudo, no aperfeiçoamento das atividades pedagógicas, através da revisão curricular, dialogando diretamente com as Metas 03 e 06 dos Planos Nacional e Estadual de Educação, que preveem a elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio e educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.
- **Projeto de Incentivo Educacional “Poupança Jovem do Piauí”:** Instituído para dar aos estudantes do Ensino Médio da rede estadual residentes nos 77 municípios mais pobres do Estado, oportunidades de desenvolvimento social, por meio da melhoria do desempenho escolar, da redução das taxas de abandono e reprovação e da promoção da inclusão social e a igualdade de gênero. A participação garante um bônus no valor de R\$1.500,00, na conclusão do Ensino Médio, ao aluno que obtiver frequência anual mínima de 75,3% do calendário letivo. Com duração de cinco anos (2015-2019), o projeto deverá beneficiar 64.061 alunos 77 municípios participantes.

ALCANCE DO PROJETO POUPANÇA JOVEM 2015-2016

ANO	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	ALUNOS BENEFICIADOS	INVESTIMENTO (R\$)
2015	44	57	7.082	R\$ 3.114.700,00
2016	44	57	10.433	R\$ 5.187.500,00
2017	55	71	13.899	R\$ 6.976.000,00

FONTE: SEDUC

PROGRAMA DE MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA CANAL EDUCAÇÃO – 2015 A 2018.

ANO	OFERTAS	TERRITÓRIOS	GRE	MUNICÍPIO	ESCOLAS	Nº ALUNOS
2015	ENSINO MÉDIO; CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE / SUBSEQUENTE; EJA VII ETAPA; PREPARATÓRIO ENEM.	11	21	180	216	15.081
2016	ENSINO MÉDIO; EJA VI E VII ETAPA; PREPARATÓRIO ENEM	11	21	180	281	23.806
2017	ENSINO MÉDIO; CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE / CONCOMITANTE; EJA VII ETAPA; PREPARATÓRIO ENEM	12	21	224	369	47.74
2018	ENSINO MÉDIO; CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE / CONCOMITANTE; EJA VII ETAPA; PREPARATÓRIO ENEM	12	21	224	418	40.237

FONTE: SEDUC/2018

- **Mediação Tecnológica:** O Canal Educação conta com cinco estúdios de transmissão, 900 kits tecnológicos e 450 antenas para recepção e interatividade. Esses kits são equipados com uma antena (via satélite), computador com recursos multimídias e um modem para conexão com internet. Em algumas localidades mais distantes dos centros urbanos, o kit é também utilizado para acesso a outras ferramentas online da SEDUC. Complementando toda essa infraestrutura, o Canal também disponibiliza para a rede um ambiente virtual de ensino.

Com o aplicativo Canal Educação, o estudante tem acesso a centenas de questões do ENEM e foca no mais importante: resolver questões com conteúdo exclusivo e ampliar as possibilidades de obter uma vaga no ensino superior.

Escolas conectadas em parceria com a ATI

Dentro da proposta de usar mais os meios tecnológicos para ampliar o acesso e a oferta de ensino, a SEDUC, em parceria com a ATI, tem atuado para manter 55 escolas estaduais conectadas à rede de dados estadual. Essas escolas passam a contar com links dedicados de alta velocidade, inclusive para a gestão escolar, sendo que 36 delas já contam com rádios wi-fi com

sinal de internet livre, via Piauí Conectado. Isso resulta em mais conectividade gerencial, permitindo reuniões à distância, redução de custos operacionais, melhoria da gestão escolar e de controles gerenciais, disponibilidade de conteúdos digitais para estudantes e professores. Alunos conectados, com mais acesso a fontes atualizadas de pesquisa e possibilidades de contatos remotos entre alunos e professores são outros aspectos positivos deste investimento em TIC.

Ainda dentro dessa parceria com a ATI, foram desenvolvidas ferramentas para acesso aos seguintes serviços da SEDUC:

- Matrícula escolar – Pais e alunos poderão realizar matrícula escolar na rede pública estadual através de dispositivos móveis.
- Boletim escolar – Poderá ser consultado diretamente o histórico, notas e frequência escolar.

UESPI TEM MAIS PROFESSORES EFETIVOS

A preocupação em qualificar os profissionais permanece como prioridade no Ensino de Graduação. Em 2018, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) teve nomeados 167 novos docentes, com titulação de Mestre e Doutor, aprovados no último concurso público. Esse volume maior de professores efetivos é positivo na me-

dida em que a UESPI segue com grande oferta de vagas na graduação. Em 2018, foram matriculados 12.972 alunos em 12 campi na modalidade regular presencial, 740 alunos no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e 113 alunos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Na modalidade Ensino à Distância (NEAD/UAB/UESPI), foram matriculados 3.046 alunos.

PÓS-GRADUAÇÃO – Em 2018, a IES ofertou seis cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo dois Programas de Mestrado Acadêmico e quatro de Mestrado Profissional, totalizando 210 alunos matriculados. Foram aprovados três novos cursos de Doutorado Interinstitucional em parceria com as Universidades Federais do Piauí (UFPI), do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de São Paulo – USP.

MODALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO	VAGAS
LATO SENSU PRESENCIAL	405
LATO SENSU À DISTÂNCIA	1.610
LATO SENSU RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL	30
LATO SENSU RESIDÊNCIA MÉDICA	30

PESQUISA – Em 2018, houve esforços em três frentes para consolidar a pesquisa na UESPI: incentivo à pesquisa, com implementação de projetos de pesquisa, atendendo 239 docentes e 92 discentes; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), CNPq/UESPI, atendendo 170 docentes e 337 discentes. Foram desenvolvidos ainda projetos de pesquisas com outras fontes de financiamento, como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (UESPI), Programa de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq), Projetos Banco do Nordeste/ETENE e Programa de Educação Tutorial (MEC).



Universidade Aberta chega a 219 municípios

No período de 2015/2018 a política nacional da Universidade Aberta do Brasil - UAB sofreu forte retração, o que acabou afetando os estados. O Governo do Piauí para não pôr em risco sua política de expansão, passou a assumir o financiamento custeando-o com recursos próprios e, nesse cenário, merece destaque a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em mais 182 municípios, por meio do Programa Universidade Aberta do Piauí (UAPI).

Em 2018, a UAB registrou a matrícula de 18.972 alunos nos cursos de graduação e de pós-graduação, o que representa um aumento de 50,63% em relação à matrícula do ano de 2015. Atualmente existem 33 polos da UAB, distribuídos pelo Estado. Ressalta-se que o Piauí já obteve a aprovação da CAPES/MEC para funcionamento de mais quatro novos polos (Altos, José de Freitas, Fronteiras e Avelino Lopes), com expectativa de 3.200 novas vagas para o ano de 2019.

Já no Programa Universidade Aberta do Piauí (UAPI), foram registradas as matrícula de 2.319 alunos no curso de graduação (Bacharelado em Administração), ofertado pela UESPI, em 60 polos distribuídos pelo Estado. Durante o ano de 2018, foram aprovados para funcionamento mais 122 polos, totalizando 182 polos da UAPI, com previsão de ampliar mais 3.100 novas vagas até Dezembro/2018. Assim, o Ensino Superior à distância terá cobertura em 219 municípios do Estado.

Extensão universitária se amplia

Com foco em diálogo com a comunidade, na interdisciplinaridade e da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a UESPI tem atuado para ampliar seu raio de atuação na extensão universitária. Essa é uma prática que leva à sociedade resultados efetivos do ensino e da pesquisa. Neste sentido, destacam-se os seguintes programas:

PIBEU - O Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU) tem estimulado e apoiado o desenvolvimento das ações extensistas como prática acadêmica e sociocultural, desenvolvidas pelos docentes e técnicos da UESPI. Com isso, tem ampliado conhecimentos nas áreas temáticas de extensão e fortalecido a relação ensino, pesquisa e extensão. Em 2018 foi lançado edital de seleção das propostas que abrangem todas as áreas do conhecimento, encaminhadas pelos professores através do Sistema Integrado de Gerenciamento da PREX – SIGPREX.

Programa de Extensão Universitária MEC/Sesu – Programa de Extensão Universitária MEC/Sesu é objeto de convênio entre o MEC/Sesu e a UESPI, que possibilita a execução de um conjunto de propostas aprovadas por docentes desta Instituição no Edital PROEXT, visando à inclusão de crianças, jovens e adultos por meio de ações de extensão diversas:

- Troca de saberes agroecológicos na construção de um futuro melhor;
- Da universidade à comunidade rural e vice-versa;



- **Jovem Inovador:** iniciação e inclusão de Jovens em Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais;
- **Programa Educação infantil:** brinquedos e livros na formação humana da criança.

Universidade Aberta à Terceira Idade – A Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) e o Núcleo de Atividade Física da Terceira Idade (NUTI) são projetos que têm como público-alvo pessoas com mais de 55 anos de idade. O primeiro atende em média 400 membros, e o segundo atende em média 150 membros. São promovidos, gratuitamente, o ensino associado a práticas que estimulem o convívio social e trabalhem o bem-estar físico, através de acompanhamento médico, aulas de atividades físicas, lúdicas e recreativas. Os bolsistas são alunos dos cursos de graduação em Educação Física, Medicina, Enfermagem e Computação.

Coral da UESPI – O Coral Universitário, criado em 1991 com o intuito de oferecer práticas artísticas na instituição e comunidade, conta com bolsas para alunos, professores, servidores e comunidade, sendo um projeto permanente da UESPI. O processo seletivo para composição do coral é feito anualmente por edital da Pró-reitoria de Extensão, no qual são disponibilizadas vagas para alunos, servidores e comunidade externa. Em 2018, o coral teve 33 bolsistas.

NUPIDH – O Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos realiza atendimento para dar segurança e promoção dos direitos humanos na universidade e comunidade. Dentro suas ações, estão o projeto Maria da Penha, em parceria com o Ministério Público Estadual; serviços jurídicos oferecidos a estudantes, professores, servidores e à comunidade; oferta de bolsas de pesquisa para estudantes na área de direitos humanos; e eventos em conjunto com a Ação Justiça Eleitoral e Cidadania (AJE), do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) e Ordem dos Advogados do Brasil-OAB-PI.

Bolsa-Trabalho – O Projeto Bolsa Trabalho (PBT) atende atualmente 303 bolsistas em Teresina e demais campi da UESPI. O aluno pode ingressar no programa a partir do primeiro período do curso. A seleção ocorre anualmente, sendo destinada àquele aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação e que comprova situação de vulnerabilidade social e disponibilidade de carga horária de 20 horas semanais para o exercício de atividades, sem vínculo empregatício, nos diversos setores da universidade.

Bolsa Estágio Extracurricular – O Programa Bolsa Estágio Extracurricular atende 76 bolsistas em Teresina e demais *campi* da UESPI, destina-se a alunos regularmente matriculados que são encaminhados para os mais diversos setores da UESPI, nos quais desenvolverão atividades de apoio administrativo na sua área específica de formação. Contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética profissional, experiência e qualificação profissional e o acompanhamento pedagógico e sociocultural, além de assegurar o pagamento mensal de uma bolsa para complementar o custeio das despesas acadêmicas. Podendo ser realizado em parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

ACORDO COM A CAPES PERMITE 280 BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Fundação de Apoio à Pesquisa Do Estado do Piauí (FAPEPI) se propôs no quadriênio 2015-2018 a aproximar Instituições de Ensino e Pesquisa, o setor produtivo e os governos federal e estadual para gerar novas formas de incentivar a ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento do Piauí. Nesse sentido, em 2018 ampliou em mais de 70% o valor dos recursos destinados aos programas de auxílio à organização e à participação em eventos científicos. Na mesma medida foi ampliado o aporte financeiro a publicações científicas de pesquisas, dando condições ao desenvolvimento dos estudos para beneficiar a população piauiense.

Com um acordo firmado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza mais de R\$ 30 milhões para ofertar 500 bolsas de mestrado e doutorado durante quatro anos, foi possível lançar em 2018, editais para 280 bolsas de pós-graduação, sendo 180 bolsas de mestrado e 100 de doutorado, destinadas a qualificar profissionais e auxiliar o desenvolvimento de estudos que contribuem na transformação do bem-estar social e econômico do estado.

Destaca-se também, no atual contexto, a realização de fóruns, workshops e encontros nacionais e regionais para buscar soluções no âmbito do desenvolvimento em CT&I, como os realizados neste ano de 2018 com o Fórum do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Workshop do Novo Marco Legal de CT&I, ambos feitos em Teresina.

Ao todo, a FAPEPI lançou 10 editais em 2018 destinados a auxiliar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Piauí, com destaque para o “Inova Piauí”, que lançou o primeiro edital de uma instituição governamental para o apoio às startups do Piauí. Com recursos de R\$ 840.000,00, a Fapepi apoia projetos alinhados às áreas prioritárias de desenvolvimento do go-



verno estadual. Outra grande realização desta gestão foi a participação da FAPEPI como gestora das 60 bolsas para os tutores da Universidade Aberta do Piauí (UAPI), que pretende a universalização do ensino superior, abrangendo todos os municípios piauienses oferecendo cursos através de mediação tecnológica. O programa atualmente beneficia cerca de três mil estudantes.

Popularização da ciência

Uma das principais bandeiras da atual administração da FAPEPI é a popularização da ciência, motivo pelo qual iniciou um amplo programa de comunicação, com a criação do boletim informativo “FAPEPI Informa”, com as principais ações da gestão a cada três meses, e o suplemento infantil da revista Sapiência, o “Sapiência Jr”, que nos deu a oportunidade de visitar escolas e entregar um material que busca desmistificar a ciência para crianças. Outro ponto importante na popularização da ciência foi a inclusão da Fapepi no calendário oficial do Salão do Livro do Piauí, que possibilitou acompanhar o lançamento dos livros apoiados pela instituição e levar os pesquisadores a uma conversa com a população. A iniciativa tem como objetivo aproximar a comunidade acadêmica das pessoas que serão beneficiárias de seus estudos.

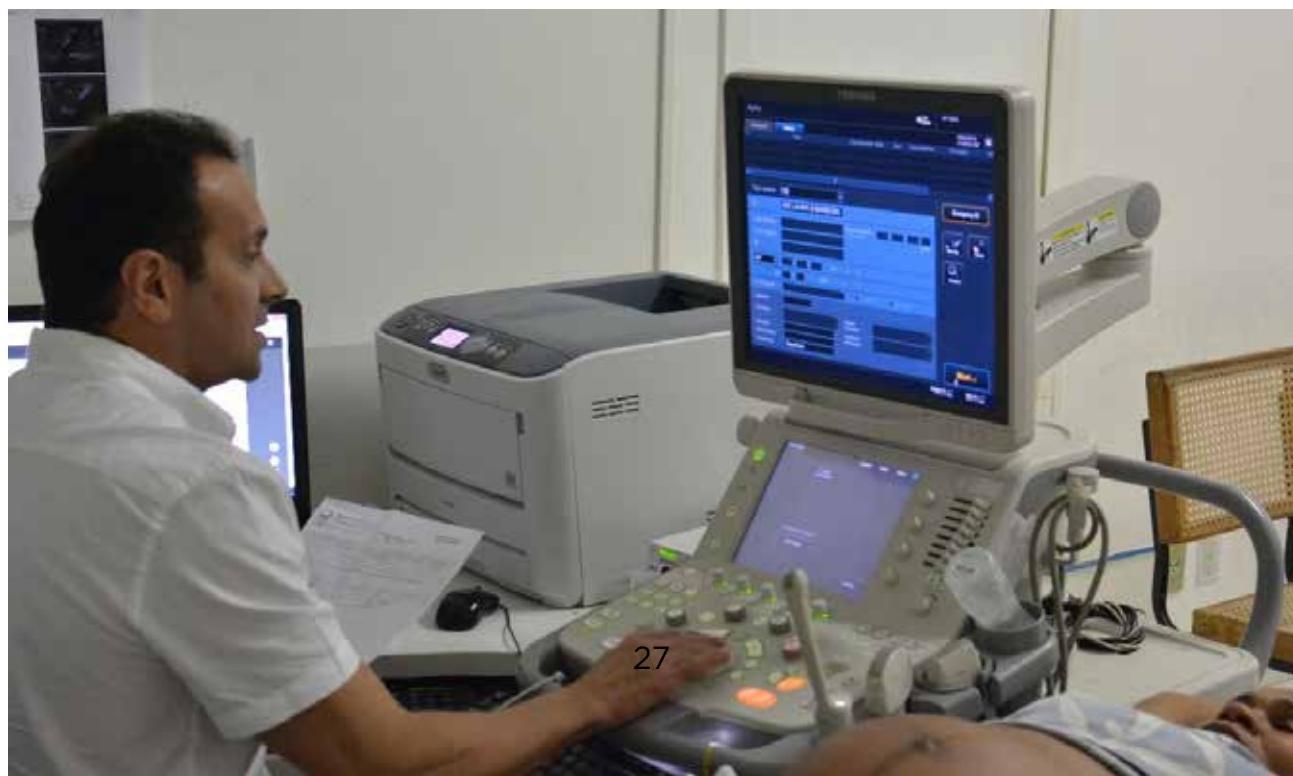
SAÚDE DESCENTRALIZADA E MELHORA NO ATENDIMENTO MÉDICO

A saúde pública do Piauí foi uma das áreas que mais cresceu e se fortaleceu no período 2015-2018, graças ao incremento de novos serviços de média e alta complexidade, que apresentou avanços significativos, com repercussão positiva na qualidade de vida da população piauiense.

Segundo o Complexo Regulador Estadual, cerca de 90% dos pacientes regulados na urgência foram encaminhados aos hospitais da rede estadual, notadamente para os de Floriano e Parnaíba, desconcentrando procedimentos antes realizados somente na capital.

Em Parnaíba, o Hospital Estadual Dirceu Arco-verde (HEDA) dispõe hoje de 10 leitos de UTI para adultos, 10 leitos de UTI Neonatal e 10 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal (UCIN).

Serviços médicos especializados e leitos de UTI são oferecidos em maior quantidade também em Picos, Piripiri, além de ter havido um esforço para o reaparelhamento da rede hospitalar, importando em investimentos superiores a R\$ 20 milhões, dos quais R\$ 3.497.009,56 entregues em novembro para 16 unidades hospitalares, dotadas com arco cirúrgico, aparelhos

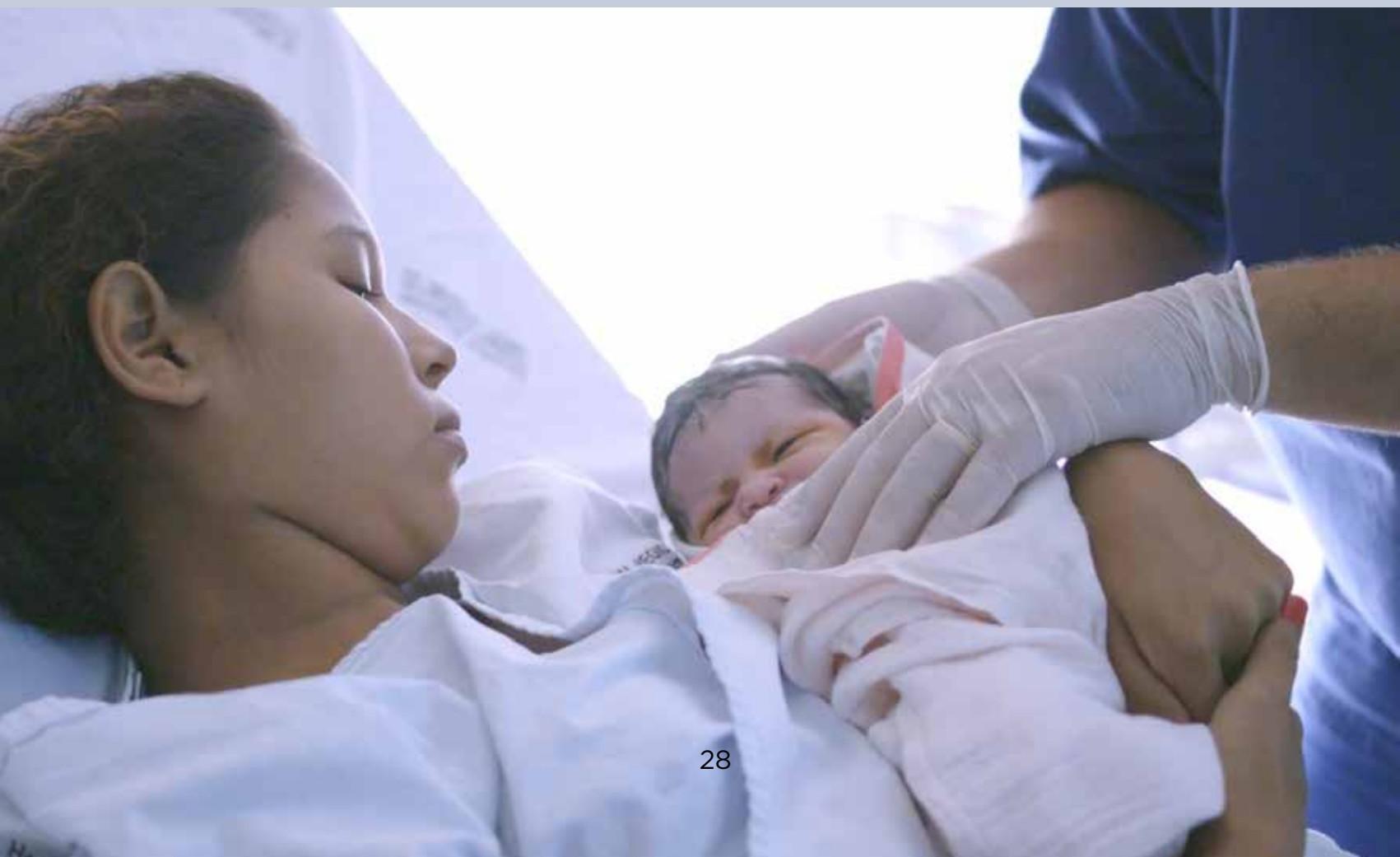


EM PIRIPIRI, O HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA

Em dezembro, uma avaliação global do Ministério da Saúde no Hospital Regional Chagas Rodrigues, em Piripiri, serviu para a concessão do título de Hospital Amigo da Criança (IHAC). Isso como resultado de avaliação do funcionamento da casa, desde o quadro de pessoal, serviços oferecidos e instalações físicas. Essa habilitação faz com que o hospital passe a receber mais recursos, o que deverá impulsionar os esforços de direção, corpo clínico e funcional para melhoria no atendimento. Em 2018, o Hospital Chagas Rodrigues conseguiu habilitar sua UTI e sua maternidade em Centro de Parto Normal (CPN).

Para obter o título de Hospital Amigo da Criança, o estabelecimento cumpriu os 10 passos para o sucesso do aleitamento materno, instituídos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Outras exigências cumpridas: promover atendimento humanizado à mulher durante o pré-parto, parto e o pós-parto, garantir livre acesso à mãe e ao pai e permanência deles junto ao recém-nascido internado, de acordo com a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância (NBCAL). Piripiri é referência em parto humanizado, sendo referência para toda a rede hospitalar estadual. De acordo com a UNICEF, bebês que nascem em um Hospital Amigo da Criança têm menos chance de sofrer intervenções desnecessárias logo após o parto.



de Raios-x, CR, berços aquecidos, além de 100 computadores para o Centro de Hemoterapia e Hematologia do Piauí - HEMOPI. Os recursos vieram de emendas de parlamentares piauienses ao Orçamento Geral da União.

Com mais meios, se conseguiu reduzir a transferência para Teresina, resultado também dos esforços e investimentos feitos na Rede de Urgência e Emergência da região Sul do Piauí, notadamente para o atendimento de pacientes com traumas ou politraumatizados. Essa assistência mais adequada foi possível com a implantação de Salas de Estabilização nos hospitais de Corrente e Curimatá, permitindo melhores e mais eficientes cuidados com o paciente e garantindo a continuidade da assistência médica especializada.

Nesta perspectiva de um atendimento de urgência e emergência mais eficiente para os traumas, decorrentes, sobretudo de acidentes de trânsito, foram ampliados os leitos de estabilização no Hospital Regional Tibério Nunes, em Floriano, que tem se tornado referência regional também em atendimentos em Neurologia e em Neurocirurgia com uso da telemedicina, através de parceria com o Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Se a preocupação com resultados mais adequados aos pacientes com traumas resultou em melhor atendimento e ampliação do centro cirúrgico em Floriano, também em Bom Jesus houve melhores resultados com a implantação de serviço médico especializado em Ortopedia. Já em Canto do Buriti houve a ativação de novo centro cirúrgico, melhorando o atendimento em cidades de eixos rodoviários comuns.

Hospital da Polícia militar

O esforço no sentido de ampliar o acesso a tratamento médico especializado em Ortopedia, uma demanda cada vez mais crescente face aos acidentes, também se estende à capital. Em Teresina, o Hospital Dirceu Arcanjo, da

Policia Militar do Piauí (HPMPI), iniciou em novembro de 2018 o atendimento ambulatorial noturno – das 18 às 22 horas.

Esse turno extra pretende alcançar o maior número de pacientes em fila de consultas. O resultado inicial é que o Hospital da Polícia Militar do Piauí teve aumento no número de consultas, exames e internações.

O número de exames antes do turno extra era de 4.500/mês – acrescidos de pelo menos mais 250 novos atendimentos ambulatoriais noturnos. As cirurgias foram ampliadas de 260 para 500.

UTI em Picos

Em 2018, o funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional Justino Luz, em Picos, resultou na internação de 320 pacientes, de 20 a 80 anos. Foram atendidos em sua maioria pessoas com agravos renais, cardíacos e diabetes descompensada.

Para dar assistência a pacientes graves, a UTI do Hospital Justino Luz tem quadro com médicos intensivistas, fisioterapeutas, enfermeiros, nutricionistas e equipe multidisciplinar formada por clínicos gerais, cirurgiões, anestesiologistas e técnicos de enfermagem, atuando 24 horas.

Sem uma UTI em Picos, haveria a necessidade de deslocar os pacientes para Teresina. Nessas circunstâncias, a transferência poderia ocasionar perigo de morte, dado o longo percurso – 310 km – que representa maior sofrimento para o paciente e à família, além do custo financeiro para os familiares, que, em casos assim, precisam gastar com alimentação e hospedagem.

Hospitais de pequeno porte

Os Hospitais de Pequeno Porte e a atenção básica nos municípios receberam apporte financeiro significativo, por meio da política estadual do cofinanciamento, além do fortalecimento à gestão da saúde nos municípios. As áreas técnicas da SESAPI promoveram mais capacitação nas

diversas redes temáticas, instrumentalizaram a Estratégia Saúde da Família, matriciaram o Programa Mais Médicos, a Saúde Bucal e a rede de atenção Psicossocial (CAPS), NASF.

Rede hospitalar reaparelhada

O reaparelhamento da rede hospitalar marcou uma nova fase no cuidado e na assistência em diferentes regiões do Estado. Os investimentos realizados ao longo do período 2015-2018 permitiram a ampliação do acesso a procedimentos especializados das populações residentes e/ou referenciadas em suas regiões de saúde.

Destaque-se a habilitação de novos serviços em alta complexidade, a exemplo dos 10 leitos de UTI Adulto Tipo II do Hospital Regional Chagas Rodrigues em Piripiri, a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) da Maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina.

Estão em processo de publicação de Portaria para habilitação em alta complexidade:

- Seis leitos psiquiátricos – Atenção Psicossocial – na Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER), em Teresina.
- Unidade de Terapia Intensiva neonatal-UTIN da MDER.
- Unidade de Terapia Intensiva Adulta Tipo II da MDER.
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade (Cirurgia Bariátrica), no Hospital Getúlio Vargas (HGV), em Teresina.
- Laboratório de Exames Citopatológicos de Colo de Útero – Tipo I e II do LACEN, em Teresina.
- Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Hospital Estadual Dirceu (HEDA), em Parnaíba.
- Referência na Gestão de Alto Risco-GAR do HEDA.

O Renova Saúde aplicou, em novembro de 2018, R\$ 3.497.009,56 em equipamentos hospitalares para a rede estadual de assistência. O valor apli-

cado no programa em 2018 soma mais de R\$ 20 milhões investidos para melhores resultados na assistência médico-hospitalar.

Os equipamentos entregues em novembro contemplaram hospitais em Teresina (Infantil Luís Cícido Portella, Getúlio Vargas, da Polícia Militar, Maternidade Dona Evangelina Rosa e HEMO-PI) e Regionais de Campo Maior, Manoel Sousa Santos (Bom Jesus), Dirceu Arcoverde (Parnaíba), Senador Dirceu Arcoverde (Uruçuí), Chagas Rodrigues (Piripiri), Júlio Hartman (Esperantina), Tibério Nunes (Floriano), Deolindo Couto (Oeiras), Leônidas Melo (Barras), Senador Cândido Ferraz (São Raimundo Nonato) e João Pacheco Cavalcanti (Corrente).

Outros investimentos no período garantiram a reestruturação da rede hospitalar, desde a ampliação de centros cirúrgicos, abertura de novos leitos de estabilização, leitos comuns e implantação de novos serviços:

- Hospital Regional Chagas Rodrigues (Piripiri) – Adquiridos um Tomógrafo, novo gerador, autoclave e novos instrumentais cirúrgicos, reformado o pronto atendimento, implantada a Sala de Teste da Linguinha e do Coraçãozinho.
- Hospital Getúlio Vargas – Recebeu um novo Tomógrafo, capaz de realizar angiografias; ampliação do centro cirúrgico, mais leitos de enfermaria e ainda a oferta de consultas especializadas. Também estão garantidos R\$ 3,8 milhões para a implantação da Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardíaca.
- Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella – Reforma de leitos de enfermarias pediátricas, além de adequação do espaço para iniciar a ampliação de leitos de UTI.
- Maternidade Dona Evangelina Rosa – Destinados mais de R\$ 3 milhões complementares para custeio e investimentos, sendo modernizada a Central de

Material e Esterilização. Também foram disponibilizados novos equipamentos, como focos cirúrgicos (equipamento que auxilia a realização de cirurgias), mesas cirúrgicas e autoclaves.

- **Nova Maternidade do Piauí** – Iniciadas as obras da unidade de referência em alta complexidade materno-infantil, com recursos garantidos por emendas parlamentares e do Tesouro Estadual. As obras estão na fase inicial, na zona leste de Teresina. A nova maternidade deverá mais que dobrar a oferta de serviços, incluindo atendimento em Unidade de Tratamento Intensivo. Somente em UTI adulta serão 20 unidades, assim como 30 leitos de UTI Neonatal. Além desses, 45 leitos de Cuidados Intermediários e 20 leitos Intermediários Canguru, um espaço importante para acolhimento de mãe e bebê. Estão previstos 105 leitos para tratamento intensivo.
- **Hospital Regional Deolindo Couto** – A principal unidade hospitalar da cidade de Oeiras ativou serviço de pronto-atendimento obstétrico.
- **Hospital Regional Senador Dirceu Arco-verde** – Essa unidade hospitalar de Uruçuí teve retomadas as obras do Centro Cirúrgico, que constam de duas salas cirúrgicas, sendo uma obstétrica e outra de cirurgia geral, contando com cinco leitos pós-operatórios.
- **Mutirões cirúrgicos** – Ação que envolveu 10 hospitais, atendendo mais de duas mil crianças em diferentes regiões do Estado.
- **Centro de Especialidades Médicas de Parnaíba** – A SESAPI viabilizou com sua implantação a oferta de consultas ambulatoriais em 10 especialidades e exames de apoio diagnóstico na rede. O novo serviço é fruto da parceria com a Universidade Federal do Piauí.
- **Telemedicina no HEDA** – Parceria com

a Agência de Tecnologia da Informação (ATI) permitiu que se iniciasse o Programa de Telemedicina no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA), em Parnaíba, tendo o Hospital Getúlio Vargas (HGV) como unidade hospitalar de referência. O programa tem como proposta integrar os hospitais públicos do Piauí, por mediação tecnológica e rede de fibra ótica.

HGV sem fila de espera para neurocirurgia

Em Teresina há razões para se destacar o trabalho feito no Hospital Getúlio Vargas (HGV), que encerrou 2018 sem nenhum paciente de urgência em fila de espera para a especialidade de neurocirurgia. Os 40 pacientes que aguardavam na fila de espera para ser transferidos para o HGV foram operados. Isso foi possível face ao grande esforço da gestão e da equipe do Serviço de Hemodinâmica do HGV, que não mediram esforços para atender a todos.

Mesmo no final do ano, entre o Natal e o Ano Novo, o Núcleo de Regulação Interna do HGV ofereceu vagas para pacientes internados em hospitais do interior e capital.

Mutirão de cirurgias atende mais de 2,4 mil pessoas

A Secretaria de Estado da Saúde fechou a primeira quinzena de dezembro de 2018 com 2.491 pessoas atendidas na terceira etapa dos Mutirões de Cirurgias Eletivas, iniciada em novembro, e que segue até o final de dezembro. A meta é atender mais de três mil pessoas, com cirurgias em diversas especialidades, como pediatria, geral, ginecologia, otorrinolaringologia, ortopedia, vascular e de oftalmologia. Semanalmente, centenas de pessoas, especialmente os idosos, vêm sendo submetidas a cirurgias de catarata nos hospitais da rede estadual. Os procedimentos têm prosseguido e a expectativa era a de que já em janeiro de 2019 se ultrapassasse a meta estabelecida para três mil cirurgias.

Saúde do trabalhador

O Piauí segue trabalhando para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), principalmente com a descentralização das ações de Vigilância em Saúde através da implantação dos Núcleos de Saúde do Trabalhador (NUSAT) em 25 municípios, o que corresponde a 100% do planejado.

Triagem Neonatal

Através do Programa Estadual de Triagem Neonatal (PETN), foram realizadas pelo Laboratório Especializado em Triagem Neonatal – LETN (LACEN) e pelo Serviço de Referência em Triagem Neonatal – SRTN (Hospital Infantil Lucídio Portella) as seguintes atividades:

- Triagem Neonatal Biológica (Teste do Pezinho) – 20.243 crianças atendidas.
- Acompanhamento e tratamento em anemia falciforme e outras hemoglobinopatias – 181 crianças atendidas.
- Hipotireoidismo congênito – 343 crianças atendidas.
- Fenilcetonúria – 23 crianças atendidas.
- Fibrose cística – 58 crianças atendidas.

Vigiâncias em saúde

O foco na redução dos riscos de agravos à saúde da população, por meio das ações de vigilância, prevenção e promoção em saúde, vem repercutindo em avanços significativos e impactos positivos para a Rede SUS/Piauí. A ênfase na Política de Segurança do Paciente vem assegurando a melhoria da qualidade da assistência à saúde e direcionando esforços para a implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente.

Da meta nacional estabelecida para esta ação até 2019, o Piauí já ultrapassou 60%, sendo que 91% dos hospitais prioritários e 75% dos serviços de diálises têm esse núcleo cadastrado no

Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (NOTIVISA). Para atuação na área, a SESAPI capacitou 86 técnicos das Vigilâncias Sanitárias de 54 municípios do Piauí, permitindo maior efetivação das ações de vigilância sanitária e padronização do processo de trabalho com foco no risco sanitário. Também foi intensificada a parceria com os municípios para ações conjuntas nos grandes eventos, como o Carnaval (Luís Correia e Parnaíba), o Festival de Inverno (Pedro II), a Temporada de Férias e Canyon Fest Poti (Castelo do Piauí).

Vigilância sanitária

A vigilância sanitária tem intensificado o monitoramento, atingindo 100% dos serviços inspecionados, além do cumprimento integral das metas propostas para o 1º semestre de 2018, no tocante à realização de inspeções de fiscalização e monitoramento dos estabelecimentos de produtos e serviços; análise de projetos arquitetônicos; emissão de laudos; realização de coletas fiscais de água e alimentos para o Programa Estadual de Alimentos e Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA/ANVISA).

Assistência farmacêutica

No âmbito da Assistência Farmacêutica, foram distribuídos às Farmácias Ambulatoriais do Estado, Municípios e Unidades Prisionais, através da Central de Abastecimento Farmacêutica – CAF, medicamentos básicos, estratégicos, especializados e oncológicos, bem como o atendimento de demandas judiciais com aporte de recursos em torno de 70 milhões de reais, somente em 2018, investidos pelo Estado e União, conforme pactuações, em atendimento aos usuários do SUS.

Transporte eletivo de pacientes

O Sistema Estadual de Transporte Eletivo realizou 120 mil viagens em 2018, transportando pa-

cientes e seus acompanhantes, oriundos de diversos municípios, que se deslocam para tratamento de saúde em Teresina. Essa ação da Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com o Banco Mundial, permite o deslocamento de pacientes de forma segura, com acessibilidade e sem nenhum custo ao usuário. Para ter acesso ao transporte, a pessoa deve solicitar o agendamento na Secretaria da Saúde do seu município, com direito a passagem de ida e volta e acompanhante, no caso de crianças, idosos e pessoas com deficiência. O sistema dispõe de 22 micro-ônibus com ar-condicionado, adaptados para pessoas com deficiência, e capacidade para 26 usuários. O serviço é executado em parceria com a Associação Piauiense de Municípios (APPM), e administrado pela Associação Reabilitar, entidade social sem fins lucrativos.

Controle epidemiológico

O Piauí reduziu significativamente os casos das chamadas arboviroses em 2018 em relação a 2017. Os dados estão no último boletim epidemiológico, que registra queda de 90,8% nos casos de chikungunya.

Em 2018, houve a notificação de 603 casos em 48 municípios, contra 6.253 casos em 100 municípios no ano de 2017.

O documento registra ainda redução de 65% nos casos de dengue, com 1.864 casos em 99 municípios no ano passado e 5.241 em 129 cidades, em 2017. Os casos de zika vírus caíram de 86 para 23, na comparação dos anos. O Piauí segue sem casos de febre amarela.

DENGUE

ANO	Nº DE MUNICÍPIOS COM NOTIFICAÇÃO	Nº DE CASOS PROVÁVEIS*	INCIDÊNCIA DO ESTADO / 100 MIL HAB.	Nº DE CASOS CONFIRMADOS	Nº DE MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM MÉDIA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM BAIXA INCIDÊNCIA
2017	129	5.241	163,6	4.111	12	31	86
2018	99	1.864	58,2	1.445	7	16	76

* INCIDÊNCIA: REDUÇÃO DE 65,0% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2017.

* ALÉM DOS CASOS CONFIRMADOS ESTÃO INCLUÍDOS OS CASOS INCONCLUSIVOS, IGNORADOS/BRANCOS, DENGUE, DENGUE COM SINAIS DE ALARME E DENGUE GRAVE.

CHIKUNGUNYA

ANO	Nº DE MUNICÍPIOS COM NOTIFICAÇÃO	Nº DE CASOS PROVÁVEIS*	INCIDÊNCIA DO ESTADO / 100 MIL HAB.	Nº DE CASOS CONFIRMADOS	Nº DE MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM MÉDIA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM BAIXA INCIDÊNCIA
2017	100	6.253	195,2	5.381	16	15	69
2018	48	603	18,8	496	01	03	44

* INCIDÊNCIA: REDUÇÃO DE 90,8% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2017.

ZIKA VÍRUS

ANO	Nº DE MUNICÍPIOS COM NOTIFICAÇÃO	Nº DE CASOS PROVÁVEIS*	INCIDÊNCIA DO ESTADO / 100 MIL HAB.	Nº DE CASOS CONFIRMADOS	Nº DE MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM MÉDIA INCIDÊNCIA	Nº DE MUNICÍPIOS COM BAIXA INCIDÊNCIA
2017	22	86	2,6	40	-	-	-
2018	11	23	0,7	19	-	-	-

Saúde e tecnologia da Informação

A Agência de Tecnologia da Informação (ATI) desenvolveu para a SESAPI um Sistema para Gestão de Pessoas de Contratos Temporários (SISTE), para controle dos repasses feitos aos hospitais públicos estaduais destinados ao pagamento de pessoal contratado temporariamente. O sistema entrou em operação no final de 2016, tendo se consolidado em 2017. O SISTE permite um controle efetivo dos repasses, identificando todas as pessoas pagas, além de geração da DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Ainda na parceria com a ATI, a SESAPI oferece agora os seguintes serviços online:

- Cirurgias eletivas – Lista de cirurgias eletivas providas pela rede pública estadual, classificadas por tipo. Com o aplicativo Piauí na Palma da Mão, o cidadão acompanhará em tempo real a sua posição na lista e a data em que sua cirurgia será realizada.
- Ranking do tipo de sangue doado – Em tempo real, a sociedade saberá quais os tipos sanguíneos foram mais e menos doados durante determinado período.
- Localização de hospitais – O cidadão terá disponibilizada toda a rede de hospitais públicos do Estado, com endereço, localização geográfica e especialidades médicas disponíveis em cada unidade de saúde.
- Médicos plantonistas – Escalas diárias com os nomes dos médicos em regime de plantão em cada hospital do Estado, incluindo suas especialidades.

Capacitação de pessoas

No campo da capacitação, formação e qualificação da força de trabalho, a Secretaria Estadual de Saúde investiu no aprimoramento do seu quadro de pessoal, promovendo eventos para

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DA SAÚDE 2018

CURSOS REALIZADOS	MODALIDADE	Nº PROFISIONAIS
AGENTE COMUNITÁRIO EM SAÚDE	CURSO TÉCNICO	25
ANÁLISE CLÍNICA	CURSO TÉCNICO	87
PRÓTESE DENTÁRIA	CURSO TÉCNICO	34
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CAPACITAÇÃO	482
ITINERÁRIOS DO SABER	FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA	720
PRONATEC SAÚDE	FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA	36
OFICINA DE PLANEJAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE - PRO EPES SUS	OFICINA PARA QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES	350
OFICINA DE PLANEJAMENTO DO PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE - PAREPS - PRO EPES SUS	OFICINA PARA QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES	100
OFICINA AMPLIADA, CONSTRUÇÃO DO CONTRATO ORGANIZATIVO DE AÇÃO PÚBLICA ENSINO - SAÚDE - COAPES PARA OS TERRITÓRIOS DOS VALES DO GUARIBAS, DO SAMBITO E DO CANINDÉ	OFICINA PARA QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES- ENSINO - SERVIÇO	40
TOTAL		2.103

diferentes categorias profissionais em todos os territórios de desenvolvimento. Os cursos, oficinas e treinamentos foram pactuados com as gestões municipais e beneficiaram diretamente as populações assistidas. Os profissionais capacitados estão inseridos na Estratégia Saúde da Família e nos demais serviços de média e alta complexidade da rede SUS.

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No quatriênio 2015-2018, a Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência desenvolveu ações de sensibilização, mobilização social e serviços assistenciais mediante o fortalecimento das redes de atenção e cuidados, procurando articular e estimular o desenvolvimento de parceria com as administrações federal e estadual, além de outros órgãos da administração estadual.

Nesse período, as principais realizações da SEID estiveram relacionadas à implementação de ações propostas pelas Conferências e Fóruns Regionais voltados ao fortalecimento da política como as capacitações dos profissionais nos municípios e a entrega de equipamentos importantes, bem como a realização de palestras, atividades culturais e de sensibilização social.

Os Fóruns Regionais descentralizam aos territórios de desenvolvimento informações e serviços para as pessoas com deficiência, familiares e agentes que trabalham com a política, através da realização de palestras, distribuição de material informativo e prestação de serviços, a exemplo do cadastramento para o recebimento de benefícios assistenciais. Em 2018, foram realizados três fóruns regionais de políticas públicas para a pessoa com deficiência, em Uruçuí, Campo Maior e São Raimundo Nonato, fortalecendo a participação da população no planejamento, execução e fiscalização das ações do sistema de garantia de direitos para a pessoa com deficiência.

Mais de 7,5 mil atendimentos no Passo à Frente

Através do Programa Passo à Frente, que beneficiou mais de 7.585 pessoas no Estado do Piauí foram entregues cadeiras de rodas e de banho, coletes, botas, palmilhas e realizadas avaliações para prescrição de muletas, bengalas, andadores, sapatos para pé diabético e pé congênito, além da fabricação de órteses e próteses. As atividades do “asso à Frente são realizadas diretamente nos municípios, evitando o deslocamento de centenas de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para Teresina, fortalecendo assim o processo de descentralização e resolutividade dos atendimentos.

Em 2018, os atendimentos, através do Programa, chegaram a 70 municípios piauienses. Em formato itinerante, o Passo à Frente possibilita atender o paciente próximo de seu lugar de residência, sem a necessidade do deslocamento para a capital.

Foram realizados oito acompanhamentos de serviços da Oficina Ortopédica Itinerante (Programa Passo a Frente) em seis Territórios de Desenvolvimento e fornecidas 1.601 órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. A Oficina Ortopédica Fixa do Centro Integrado de Reabilitação – CEIR dispensou 6.192 desses equipamentos.

Outra ação do Programa Passo à Frente foi a doação de kits de informática (notebook, impres-



sora multifuncional, projetor multimídia, telão de projeção, suporte para telão e uma câmera digital) a 30 entidades de atendimento às pessoas com deficiência, objetivando fortalecer sua atuação e assim garantir o acesso aos direitos desse público. Os cinco Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Estado atendem mensalmente a 2.750 pessoas com deficiências auditiva, física, intelectual e visual, e o Sistema Estadual de Transporte Eletivo do Piauí faz condução gratuita de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) de 29 cidades do Território Entre Rios para a realização de consultas e exames em Teresina, viabilizado pelo Projeto QualiSUS-Rede.

A SEID também entregou três veículos adaptados tipo van, para a Associação dos Deficientes Visuais de Campo Maior – ADVIC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Corrente e Associação dos Deficientes Físicos e Auditivos de Campo Maior (ADEFAC). Nesse mesmo ano, ocorreu a inauguração da sede própria da SEID e do CONEDE-PI.

A área técnica de referência realizou atividades de monitoramento nos serviços que compõe a Rede de Cuidados e no período de janeiro a junho/2018 foram disponibilizados aproximadamente 979 aparelhos auditivos nos Serviços de Saúde Auditivas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Interpretação de Libras

Em parceria com a Secretaria do Turismo e a Faculdade Maurício de Nassau, com sede em Luís Correia, aconteceu a implantação de uma Central de Interpretação de Libras (CIL).

Em São João do Piauí, a CIL permite que pessoas com deficiência auditiva, surdos e surdo-cegos tenham mais facilidade no acesso a quaisquer serviços públicos. O órgão passa a oferecer atendimento de forma presencial, virtual e, quando solicitado, o acompanhamento de intérprete de LIBRAS no local da demanda.

Benefícios assistenciais

A SEID desenvolve uma ação continuada em prol da garantia dos direitos da pessoa com deficiência em todo o Piauí através da concessão do Passe Livre Intermunicipal e o Passe Livre Cultura. Esses benefícios assistenciais são direcionados a pessoas com deficiência cuja renda familiar mensal per capita seja de até um salário mínimo, assegurando mobilidade e gratuidade da entrada em cinemas, teatros, casas de espetáculos, estádios, ginásios esportivos e locais similares, possibilitando, assim, uma melhor qualidade a esse segmento populacional. Só em 2018, foram expedidas 3.084 novas carteiras do Passe Livre Intermunicipal e 1.050 novas carteiras do Passe Livre Cultura, números que revelam o grande sucesso e abrangência desta ação no Estado.

Atendimento odontológico

Outra iniciativa a merecer destaque no período relaciona-se ao atendimento de pacientes pelo Serviço de Referência Odontológica à Pessoa com Deficiência Intelectual e Autismo, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi), o Hospital da Polícia Militar (HPM) e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Instalado no anexo do Hospital da Polícia Militar, o serviço tem o objetivo de ampliar o acesso qualificado às pessoas com deficiência intelectual e autismo ao Sistema Único de Saúde, focado no conceito de rede de atenção e cuidados à saúde, vislumbrando o tratamento odontológico em nível terciário, e que durante o ano de 2018 atendeu 332 pacientes.

Praia Acessível

Ao longo de 2018, foram feitos pelo menos 700 atendimentos pelo Projeto Piauí Praia Acessível – implantado pela SEID, inaugurado em 2016, no município de Luís Correia, litoral do

Estado, e executado em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo e a Faculdade Maurício de Nassau – dentre eles, o “Luau do Piauí Praia Acessível”, possibilitando às pessoas com deficiência desfrutar de momentos de entretenimento, lazer e cultura na praia de Atalaia.



Atuação social

No âmbito do monitoramento e controle social, ganha relevo no período a Implantação de 10 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMUDES), contemplando a doação de materiais de consumo e entrega de cartilhas e folhetos informativos para distribuição à população, e a capacitação de conselheiros nas cidades de José de Freitas, União, Curimatá, Simplício Mendes, Bom Jesus, Canto do Buriti, São João do Piauí, Corrente, Esperantina, Valença, Ipiranga, Picos, Água Branca e Uruçuí.

ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência social, presente em todos os municípios piauienses, vem sendo executada por equipes multidisciplinares constituídas por assistentes sociais, psicólogos, advogados e pedagogos, responsáveis pela oferta

de serviços, programas, projetos e benefícios voltados para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco e direitos violados.

Essa é uma política operacionalizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na qual os três níveis de governo têm responsabilidades bastante definidas.

Ao Governo Estadual compete, por meio da SASC, organizar, coordenar, assessorar e monitorar o SUAS quanto à execução da Política de Assistência Social, bem como contribuir para o aprimoramento dos sistemas operacionais e gerenciais de processamento de informações referentes à gestão, e apoiar tecnicamente as instâncias de deliberação e de pactuação que compõem a gestão descentralizada e participativa do SUAS.

Nesse sentido, a realização dos Fóruns Descentralizados do SUAS tem sido fundamental à execução da política, bem como o cofinanciamento parcial para os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade.

Na perspectiva de qualificar e aprimorar a rede de atendimento socioassistencial do Estado, a SASC centrou suas ações junto aos municípios, no ano de 2018, no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Estado. Tais ações se efetivaram, por meio de capacitações, acompanhamento sistemático e apoio técnico aos gestores municipais com vistas à qualificação das ofertas providas aos usuários da política de assistência social no âmbito do SUAS, através dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e o aprimoramento dos sistemas municipais de assistência social.

Dentre as ações mais relevantes, chama atenção a capacitação continuada aos 224 municípios, que se efetivou por meio dos Fóruns Descentralizados do SUAS, com apoio técnico direto e indireto aos municípios.

Destaque-se que tais ações atenderam parte das exigências das metas anuais do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS no biê-

nio 2018-2019. Os Fóruns aconteceram nos territórios de desenvolvimento Vale do Canindé, Cocais e Tabuleiros do Alto Parnaíba, nas sedes dos municípios de Oeiras, Piripiri e Uruçuí, respectivamente. Ao todo foram alcançados diretamente 145 municípios com a qualificação de 443 profissionais do SUAS, como trabalhadores, gestores e conselheiros que atuam na efetivação da política de assistência social no Estado.

Mais de 158 mil atendimentos assistenciais

Atualmente, a rede socioassistencial de atendimento no âmbito do SUAS, no Estado, conta com 269 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 54 Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), 12 Unidades de Acolhimento Institucional voltadas para crianças, adolescentes, mulheres, idosos e população de rua, instaladas nas cidades de Teresina, Parnaíba, Picos e Piripiri.

Os CRAS e os CREAS instalados nesses municípios piauienses acompanham em média 158 mil famílias em situação de risco e vulnerabilidade, provendo serviços, programas, projetos e benefícios em todo o Estado. Dentro deste atendimento, há 57 mil crianças, adolescentes e idosos, desenvolvendo serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda que permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população. Esses dados centralizados amparam a seleção de famílias para diversos programas sociais como a Tarifa Social de Energia Elétrica, ID Jovem, Minha Casa Minha Vida, isenção de taxa de concurso público e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família. Em conjunto com os municípios foram intensifi-

cadas ações para a ampliação do acesso ao Cadastro Único, para o aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada para povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, merece destaque a ampla mobilização para que fossem realizados cinco fóruns descentralizados, destinados a aprimorar os métodos de identificação de famílias pertencentes aos grupos tradicionais e específicos. Como resultado desses fóruns foram mapeados, com a colaboração dos gestores municipais, 5.081 famílias quilombolas, 34 famílias indígenas, 113 ciganas e 1.217 de terreiros.

Programa Bolsa Família

O PBF que contemplava, até agosto do ano passado, 452.073 famílias no Estado. O valor total em benefícios no período (janeiro a agosto de 2018), transferido pelo governo federal para o Estado do Piauí, alcançou cerca de R\$ 1,1 bilhão de reais. Em relação às condicionalidades (compromisso social das famílias beneficiadas), o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2018, atingiu o percentual de 91,3%, para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos, o que equivale a 323.577 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 354.565. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 81,1%, resultando em 63.842 jovens acompanhados de um



total de 78.705. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2017, atingiu 83,2 %, percentual equivalente a 295.893 famílias de um total de 355.541 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do Estado.

Segurança Alimentar e Nutricional

Outras ações assistenciais importantes são desenvolvidas pelo Governo do Estado, no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). São atividades contínuas direcionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante o fornecimento de refeições prontas, balanceadas, de qualidade e com preço acessível: o Restaurante Popular “O Betinho” e Cozinha Comunitária, localizada na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

A maioria dos beneficiários dessa ação é de pessoas de baixa renda, que precisam fazer refeições fora do domicílio, como estudantes, comerciários, trabalhadores de rua (flanelinhas, ambulantes), desempregados, idosos. Essa atuação reafirma o compromisso do Governo do Estado com os preceitos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Restaurante Popular “O Betinho” fornece em média, de forma subsidiada, 1.200 refeições/dia, com custo anual de R\$ 2.417.029,00. Os usuários do serviço pagam R\$ 2,00 pela refeição – o que representa um quinto do valor normalmente despendido em um restaurante popular privado. A Cozinha Comunitária, por sua vez, forneceu, no mesmo período, uma média 450 refeições/dia, a um custo anual de R\$ 918.049,00.

CENDROGAS: POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

A Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas (CENDROGAS) tem como princípio orientador de sua intervenção a intersetorialidade e a multidisciplinaridade para o estabelecimento de po-

líticas de natureza preventiva e protetiva, valorizando a formação de parcerias com segmentos sociais públicos e privados, que se relacionam à temática, buscando dar efetividade às mais diversas formas de atendimento ao seu público-alvo, seja com iniciativas no âmbito da saúde, da segurança e cidadania ou das políticas assistenciais de acolhimento e proteção social.

As ações da Coordenadoria desenvolvidas em 2018 em escolas, faculdades/universidades, CREAS, CAPS e Unidades Prisionais por meio de seminários, palestras, conferências e outras seguem destacadas a seguir:

- **O Projeto Antidrogas nas Escolas – Conhecer para Evitar**, realizado em escolas da rede pública e privada, dos níveis fundamental e médio, levando informações sobre os malefícios causados pelas drogas, discutindo o tema com a abertura de diferentes canais de participação entre os alunos, educadores e família. A ênfase é a prevenção e atenção, principalmente entre crianças e adolescentes.
- **Parceria com a Companhia Calunga de Teatro de Bonecos**, desenvolvida em 23 cidades do Piauí, junto a 12.750 alunos das redes municipal e estadual, envolvendo em média 350 alunos por atividade, com uma metodologia que possibilita trabalhar a sensibilização e a informação de maneira lúdica para passar a mensagens de prevenção às drogas. Foram contemplados os municípios de Teresina, Floriano, Colônia do Piauí, Ribeira do Piauí, Acauã, Francisco Ayres, Buriti dos Montes, Coivaras, Monsenhor Gil, São Gonçalo do Piauí, Bom Jesus, Currais, Alvorada do Gurgueia, Amarante, José de Freitas, Santa Cruz dos Milagres, Cocal, Cocal dos Alves, Piripiri, Valença do Piauí, Aroeiras, São Miguel da Baixa Grande.
- **Blitzes educativas** – Em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/Escola de Piauiense de Trânsito)

sito) e Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, a Coordenaria atuou em 2018 na promoção de blitzes educativas na capital e no interior, para dar orientações e distribuir materiais informativos aos condutores sobre os cuidados necessários para evitar acidentes decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas.

- **Semana Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas** – A Coordenadoria também realizou o evento anual denominado Semana Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, chamando a atenção da sociedade para a rede de serviços oferecidos pelo Estado no tocante à conscientização, prevenção e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas. A sociedade participa de toda a programação, que inclui palestras, seminários, exposições, minicursos, panfletagem, blitz educativas, exibição de filmes, dentre outras ações.
- **Projeto A Arte Faz Sua Parte** – Foram também desenvolvidas atividades nas escolas da rede estadual de 52 municípios, através do Projeto A Arte Faz Sua Parte, realizado em instituições educacionais nos municípios, abordando fatores de risco e proteção, envolvendo a escola, a família e a comunidade, mediante prevenção e acolhimento dos que necessitam do amparo social, com práticas educativas, acompanhadas da distribuição de livretos de literatura de Cordel contando a história A Peleja de Cassimiro Coco contra o monstro das drogas.
- **Programa Prevenir Verão Numa Boa**, através do qual se fez a distribuição de panfletos e cartazes pelo litoral piauiense com ações em Atalaia, Coqueiro, Pedra do Sal e Barra Grande, no período de alta temporada.

Atendimento psicossocial

No âmbito assistencial, a CENDROGAS dispõe de um serviço de atendimento psicossocial ativo, realizado diariamente por assistentes sociais e psicólogos para os usuários e familiares, lideranças comunitárias e/ou profissionais. Em média são atendidas 600 pessoas/mês. Além do atendimento, há orientação para viabilizar o tratamento necessário e os encaminhamentos à rede de serviços. Atualmente, o Estado conta com 28 Comunidades Terapêuticas conveniadas para tratamento de pessoas com dependência química e 11 entidades que trabalham com prevenção.

Em 2018, foram incluídas mais cinco entidades, sendo quatro de Teresina e uma da cidade de Currais, região Sudoeste do Estado, a Associação Comunitária de Informação e Inclusão Popular (ACIIP). As entidades credenciadas em Teresina foram o Instituto Avante, a Associação Filadélfia, o Grupo de Amigos da Vida (GAV), a Comunidade Terapêutica Nova Jerusalém e a Associação Shalom Teresina, desde março de 2018 passaram a atuar, em conjunto com o Estado, no tratamento e prevenção ao uso de drogas, proporcionando um aumento de mais 150 vagas.

Outro esforço para o atendimento na área psicossocial dá-se através do projeto Ressocializar para não prender, uma atividade permanente, desenvolvida em parceria com o Tribunal de Justiça do Piauí. Em 2018, foi ofertado tratamento a egressos do sistema prisional e dependentes químicos presos por pequenos delitos, dando a estes, oportunidade de tratamento e reinserção social.

MAIS PERTO DAS MULHERES PARA SEU EMPODERAMENTO

A Coordenadoria de Estado de Políticas Públicas para as Mulheres do Piauí faz a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de gênero, apoiando os programas e projetos voltados ao segmento e estimulando o combate aos mecanismos de subordinação e exclusão, a promo-

ção da cidadania feminina e a igualdade entre os gêneros, em estreito diálogo com os movimentos sociais nos diversos municípios do Estado.

Ao longo do exercício de 2018, cerca de 16.300 mulheres foram beneficiadas pelas políticas conduzidas pela Coordenadoria, que manteve e ampliou esforços na formação de parcerias para a diminuição dos índices de violência contra as mulheres, priorizando ações de atendimento, realizando apoio, acompanhamento e monitoramento à implementação de políticas direcionadas à garantia dos direitos das mulheres.

Dentre outras ações realizadas em 2018 merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Atendimento por meio das unidades móveis para o enfrentamento à violência contra a mulher do campo e da floresta** – Essa é uma importante iniciativa para o enfrentamento da violência contra as mulheres, com ônibus equipados para o trânsito em regiões de difícil acesso. Cada unidade móvel tem uma estrutura completa com assistência e orientação jurídica, social e psicológica, o que inclui serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social. As unidades móveis fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e constituem uma das ações do Programa Mulher, Viver sem Violência. Desde sua implantação, em 2016, o projeto atendeu a 9.449 mulheres em 142 municípios. Em 2018, foram atendidas 1.319 mulheres em 22 municípios.
- Fomento à criação de Organismos de Política para as Mulheres** – A implementação por meio das equipes das unidades móveis em 2018 contemplou 170 municípios que integram os 12 Territórios de Desenvolvimento no Piauí. Com esse trabalho foi possível também o fortalecimento de 12 Organismos de Políticas para Mulheres existentes no Piauí, e a articulação para a criação de mais 57

OPMs. Ainda no intuito de fortalecer os OPMs existentes, bem como criar novos OPMs, a CEPM elaborou o Projeto Fomento à Criação e implementação de OPM e Fortalecimento da Rede de Aendimento, com o apoio técnico a 15 municípios, para que fossem criados novos OPMs e fortalecidos os 12 OPMs criados. Hoje no Estado do Piauí, existem 12 Organismos de Políticas para as Mulheres.

ATENDIMENTO A MULHERES NOS TERRITÓRIOS

TERRITÓRIOS	MULHERES	HOMENS	TOT AL
PLANÍCIE LITORÂNEA - QUATRO MUNICÍPIOS	250	80	330
COCAIS - 17 MUNICÍPIOS	1.220	302	1.520
CARNAUBAIS - 16 MUNICÍPIOS	857	182	1.039
ENTRE RIOS - 23 MUNICÍPIOS	1.545	272	1.817
VALE DO SAMBITO - CINCO MUNICÍPIOS	470	108	578
VALE DO RIO CANNINDÉ - QUATRO MUNICÍPIOS	310	85	395
VALES DO RIO PIAUÍ E ITAUEIRA - 12 MUNICÍPIOS	1.283	341	1.624
VALE DO RIO GUARIBAS - 11 MUNICÍPIOS	738	107	845
VALE DO RIO ITAIM - CINCO MUNICÍPIOS	462	87	549
SERRA DA CAPIVARA - TRÊS MUNICÍPIOS	280	93	373
TABULEIRO DO ALTO PARNAÍBA - OITO MUNICÍPIOS	780	124	90
CHAPADA DAS MANGABEIRAS - 11 MUNICÍPIOS	1.115	324	1.439

*FONTE: COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

A CULTURA MELHOR E MAIS PERTO DAS PESSOAS

A gestão 2015/2018 foi de grande impacto na produção, preservação e democratização da cultura no estado do Piauí. A Secretaria de Estado da Cultura do Piauí (SECULT) vem desenvolvendo um trabalho voltado à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, além do artístico, incentivando e difundindo as mais diversas manifestações da cultura popular.

Nesse sentido, uma série de ações importantes para a cultura no Estado do Piauí foi implementada, como a reforma e modernização de espaços culturais de Norte a Sul do Piauí, além da descentralização de projetos como o Seis e Meia e Boca da Noite, que se expandiram para outros municípios.

Diferentemente de outros pontos do Brasil, onde houve retração na abertura de espaços de cultura, no Piauí, em 2018, o Governo do Estado inaugurou dois teatros, um centro cultural e as reformas, modernização e revitalização de outros cinco espaços de arte e cultura.

Em Bom Jesus, foi inaugurado Teatro Alard cujo nome é uma justa referência ao primeiro grupo de teatro da cidade. Com capacidade para 200 pessoas, desde a sua abertura, em março, já recebeu muitas apresentações de teatro, dança e música. Possui os mesmos padrões dos outros teatros do Estado, e também foi projetado com rampas que facilitam a acessibilidade.

A cidade de Cristino Castro, situada a 36 km de Bom Jesus, ganhou o Centro Cultural Mãe Rosa, instalado em prédio doado pelo Tribunal de Justiça e que tem salas para oficinas e leitura, além de auditório. O nome do equipamento cultural é uma homenagem a uma parteira da cidade, falecida em 2016, após 60 anos trazendo pessoas à vida.

Em Parnaíba, foi inaugurado o Teatro Saraiva, uma parceira público-privada, que beneficiou a segunda maior cidade do Piauí com um espaço para realização de diversas atividades artísticas. O teatro é o segundo maior do Piauí, tendo re-

cebido investimentos de R\$ 1.393.940,00, feitos através da SECULT e do Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC). Além do teatro em si, o local conta com cinco salas, dois camarins, um café-bar e um espaço para exposições artísticas. As casas de cultura mantidas pela SECULT que ainda não tinham sido recuperadas agora se encontram em uso pela população: o Centro Cultural Benjamin José Nogueira (Corrente), Memorial Espedito Resende (Piripiri), o Centro Cultural Benedito Martins Napoleão do Rêgo (União) e Casa de Cultura Odilon Nunes (Amarante).

O Governo do Estado já havia entregue a reforma de modernização do Museu de Perypery, e este ano o local ganhou uma nova e moderna museografia, que destacou o acervo, através de recursos educativos, a exemplo do que foi feito no Museu do Piauí, em Teresina.

A cidade de Piracuruca também foi contemplada com a nova museografia da casa de cultura da cidade, um prédio do século XIX, com grande riqueza e relevância para a história do Piauí.

Através da recuperação de quase 100% dos centros culturais, museus, escolas de arte e teatros, a SECULT também instaurou, em 2018, projetos de circulação de espetáculos nestes locais que anteriormente não tinham suporte e estrutura para tal.

Melhorias em equipamentos culturais

Em 2018, foram mantidas pela SECULT 18 casas de cultura, restauradas e reabertas ao público, quatro museus com novos e modernos projetos museográficos, dois teatros e um centro cultural inaugurados, e diversas parcerias para recuperação de locais que não estão sob a gestão do Governo do Estado. Com a reforma desses espaços, a cultura ganha uma nova referência nessas cidades. É o caso do Memorial Espedito Resende, em Piripiri, que ganhou teatro para receber grandes espetáculos. O teatro homenageia um grande artista piauiense: João

Cláudio Moreno. Há ainda, na cidade de Corrente, o Centro Cultural Coronel Benjamim José Nogueira, antiga Casa de Cultura, cujo auditório foi transformado num teatro, com novas poltronas, além de som e iluminação. Toda a obra de revitalização resultou de investimentos na ordem de R\$ 322 mil.

“Circulando Teatro”

Com a execução do projeto “Circulando Teatro”, nove cidades do Piauí receberam apresentações com artistas de renome nacional e local. Floriano, Oeiras, Piripiri, Parnaíba, Corrente, Bom Jesus. Pedro II e Teresina receberam espetáculos com a atriz Solange Couto e a “Trinca de Risos”, uma carava-

ESPAÇOS CULTURAIS REFORMADOS E MODERNIZADOS

AÇÃO	MUNICÍPIO	EQUIPAMENTO CULTURAL
REFORMA E RESTAURAÇÃO	TERESINA	COMPLEXO CULTURAL CLUBE DOS DIÁRIOS
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	ESCOLA ESTADUAL DE DANÇA LENIR ARGENTO
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	ESCOLA DE MÚSICA POSSIDÔNIO QUEIROZ
REFORMA E RESTAURAÇÃO	OEIRAS	SOBRADO MAJOR SELEMÉRICO
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	BIBLIOTECA ESTADUAL CROMWELL DE CARVALHO
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	FLORIANO	ESPAÇO CULTURAL CHRISTINO CASTRO
INAUGURAÇÃO	BOM JESUS	ESPAÇO CULTURAL MESTRE JOAQUIM CARLOTA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	MEMORIAL ESPERANÇA GARCIA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	MUSEU DO PIAUÍ
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	CENTRAL DE ARTESANATO MESTRE DEZINHO (EM PROCESSO)
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	PIRIPIRI	MUSEU DE PERYPERY
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	UNIÃO	CASA DA CULTURA BENEDITO MARTINS DO RÊGO
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	TERESINA	SEDE DA SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	BOM JESUS	TEATRO ALARD
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	CORRENTE	CASA DA CULTURA CEL. BENJAMIN JOSÉ NOGUEIRA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	UNIÃO	CASA DE CULTURA BENEDITO MARTINS DO RÊGO
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	PARNAÍBA	TEATRO SARAIVA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	PIRIPIRI	MEMORIAL EXPEDITO RESENDE
INAUGURAÇÃO	CRISTINO CASTRO	ESPAÇO CULTURAL MÃE ROSA
REFORMA E MODERNIZAÇÃO	AMARANTE	CASA DE CULTURA ODILON NUNES (EM PROCESSO)

*FONTE: SESAPI



na de humor com Nany People, Maria dos Prazer (personagem do piauiense Carlos Anchieta) e a cearense Aurineide Cumurupim. Todas essas ações de recuperação dos centros culturais e circulação de espetáculos fomentam uma das principais funções sociais da SECULT, que é a de promover o acesso aos bens culturais e estruturar ações de fácil acesso à população. Várias cidades do Estado, distantes da capital, a exemplo de Corrente e Bom Jesus, receberam equipamentos culturais para uso e apropriação das pessoas. Espetáculos teatrais, de dança e música chegaram a esses espaços ocupando e fazendo parte da rotina dessas cidades.

Projeto Seis e Meia

Com a descentralização do Projeto Seis e Meia, os espetáculos musicais passaram a ser feitos não somente em Teresina. Graças aos equipamentos culturais abertos, reformados ou revitalizados, shows dos projetos são levados também para Bom Jesus, Corrente, Floriano, Oeiras, Piripiri e Parnaíba. Do mesmo modo, o Projeto Boca da Noite, antes limitado a Teresina, vem sendo realizado em Bom Jesus, Corrente, Oeiras, Floriano, Teresina, União, Piripiri, Parnaíba, Picos e São Raimundo Nonato.

Eventos culturais em 2018

A SECULT também realizou e apoiou diversos

eventos culturais pelo Estado, como o 42º Encontro Nacional de Folguedos, o 11º Festival de Rabecas de Bom Jesus, Festival de Teatro Luso-fônico e Festival de Inverno de Pedro II, onde organizou toda a programação do palco principal do evento, além de programação cultural no Memorial Tertuliano Brandão.

Novas obras projetadas

A SECULT trabalhou em 2018 para permitir que se prossigam os investimentos em expansão da oferta de equipamentos culturais, com destaque para os seguintes:

- a) A revitalização do Complexo Cultural Porto das Barcas, em Parnaíba, com a criação do Museu do Mar e locais para a realização de oficinas;
- b) A reforma e modernização da Central de Artesanato Mestre Dezinho, em Teresina, com a recuperação das lojas e valorização do espaço arquitetônico, que também engloba as escolas de dança e música;
- c) Restauração da Casa de Cultura Odilon Nunes, em Amarante;
- d) Retomada dos projetos de criação de escolas de ensino da arte, que se somariam às escolas de Bandolins de Oeiras e de Rabecas em Bom Jesus.

ESPORTE, MECANISMO DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA

Em sua atribuição de garantir, promover, estimular e orientar o esporte e o lazer, a Fundação dos Esportes do Piauí (FUNDESPI) atou no quadriênio 2015-2018 para construir, manter e reformar equipamentos esportivos, apoiar eventos desportivos, qualificar profissionais da área e promover o desporto educacional.

No que se refere às estruturas físicas dos equipamentos esportivos, cabe destacar a iluminação do estádio Deusdeth Melo, em Campo Maior, e do estádio de Demerval Lobão, a conclusão da reforma do estádio de Monte Alegre do Piauí, a ampliação do estádio de Campo Largo do Piauí, com reforma do campo e arquibancada, construção de bilheteria, banheiros, vestiários, administração, alambrado, poço tubular, banco de reservas, cabines e tribuna.

No apoio às diversas modalidades esportivas, deu-se atenção ao trabalho de base com a realização de eventos esportivos.

Em 2018, a ênfase se voltou para a melhoria dos resultados de atletas locais em competições regionais e nacionais, promovendo a qualificação de profissionais da área do esporte, árbitros e professores de educação física.

Esporte escolar

Nesse sentido, buscou-se apoiar o desporto educacional, através dos Jogos Escolares Piauienses – (JEPs), que compuseram as ações mais relevantes no âmbito educacional, superando as expectativas da organização e também de alunos, professores e familiares dos participantes. A iniciativa sintetiza o complemento curricular da Educação Física Escolar com o processo desportivo, que deve ser desenvolvido no contexto da comunidade educativa, através de uma metodologia de caráter abrangente, integradora e multidisciplinar, desenvolvido em duas etapas: a primeira, com estudantes de 12 a 14 anos e, a segunda, com estudantes de 15 a 17 anos.

Em 2018, participaram dos JEPs 1.559 estudantes das redes pública federal, estadual, municipal e privada de ensino. Foram realizados mais de 180 jogos e oito torneios, com 14 modalidades esportivas.

Os JEPs serviram para selecionar equipes e atletas para o maior evento esportivo educacional do país – os Jogos Escolares da Juventude. Em 2018, esses jogos aconteceram em Natal-RN e o Piauí participou em 13 modalidades, ganhando destaque no atletismo, handebol, judô, badminton e ciclismo. A delegação piauiense foi formada por 20 técnicos e 157 atletas de 74 escolas. Os piauienses conquistaram 24 medalhas na competição:

ATLETISMO - 7 MEDALHAS

- OURO - Letícia Lima - 100 metros rasos – 15/17 anos.
- OURO - Letícia Lima - 200 metros rasos – 15/17 anos.
- OURO - Carlos Eduardo Pereira - lançamento do dardo – 15/17 anos.
- PRATA - Evandro Martins - 200 metros rasos – 15/17 anos.
- PRATA - Evandro Martins - 400 metros rasos – 15/17 anos.
- PRATA - Letícia Lima, Alysson de Andrade, Eline Silva e Evandro Martins (revezamento misto) 15/17 anos.
- BRONZE - Alysson de Andrade - 110 metros com barreiras - 15/17 anos.

BADMINTON - 12 MEDALHAS

- OURO - Luan Gomes - 12/14 anos.
- OURO - Luan Gomes e Maria Júlia Nascimento - 12/14 anos.
- OURO - Luan Gomes e Luan Rios - 12/14 anos.
- OURO - Isabelle Oliveira e Maria Júlia Nascimento - 12/14 anos.
- OURO - Isabelle Oliveira - 12/14 anos.
- OURO - Fernando Vieira Jr. e João Guilherme Santos - 15/17 anos.

- OURO - Jaqueline Lopes e Kailane Vieira - 15/17 anos.
- OURO - Jaqueline Lopes - 15/17 anos.
- PRATA - Luan Rios e Isabelle Oliveira - 12/14 anos.
- PRATA - Luan Rios - 12/14 anos.
- PRATA - Fernando Vieira Jr. e Jaqueline Lopes - 15/17 anos.
- BRONZE - Maria Júlia Nascimento - 12/14 anos.

CICLISMO - 1 MEDALHA

- OURO - Ramon Nascimento - prova de resistência - 15/17 anos.

JUDÔ - 3 MEDALHAS

- BRONZE - Manoel Filho (-53kg) - 12/14 anos.
- BRONZE - Pedro Fernandes (+64kg) - 12/14 anos.
- BRONZE - Kayla Macêdo (-64kg) - 12/14 anos.

HANDEBOL - 1 MEDALHA

- PRATA - Equipe CAIC Balduíno Barbosa de Deus - masculino - 15/17 anos.

Esporte participação

Esta foi outra ação desenvolvida com destaque para projetos como o Verão Esportivo no Litoral, que objetivou oferecer atividades esportivas e de lazer no litoral piauiense no mês de julho,

período de veraneio. Foram organizadas atividades esportivas de futebol de areia, torneio de surf e vôlei de areia.

Esporte rendimento

Como forma de assegurar apoio a atletas piauienses de alto rendimento, a FUNDESPI despendeu considerável demanda de investimentos em 2018. Para tanto, formou parcerias com associações e federações esportivas para apoiar a participação de atletas piauienses em competições regionais, nacionais e internacionais, mediante a concessão de passagens terrestres e aéreas para o deslocamento dos atletas e técnicos esportivos.

O intercâmbio esportivo tem sido uma das melhores maneiras de alavancar uma determinada modalidade esportiva e assim a FUNDESPI apoiou o transporte de delegações esportivas e atletas do Piauí para cidades de outros estados: Recife (PE), Goiânia (GO), Aracaju (SE), Petrolina (PE), Natal (RN), Picos (PI), Parnaíba (PI), Fortaleza (CE) e Maringá (PR).

Destacam-se neste cenário o apoio à Federação de Atletismo do Piauí, Federação Piauiense de Judô, Federação Piauiense de Desportos Aquáticos, Federação de Handebol do Piauí, Associação dos Cegos do Estado do Piauí – ACEP, Federação de Futebol do Piauí, Grupo Raízes do Brasil de Capoeira e Federação Acadêmica de Esportes Piauiense.

O suporte advindo do Governo do Piauí propor-





cionou a conquista de resultados expressivos para as diversas modalidades esportivas difundidas no Estado. Esse apoio contemplou uma quantidade significativa de atletas, resultando em várias medalhas em nível regional, nacional e internacional, dentre as quais a medalha olímpica de bronze no atletismo (200 metros) para o Brasil e, especialmente para o Estado do Piauí, da atleta Letícia Nonato Lima, nos Jogos Olímpicos da Juventude, realizados em Buenos Aires, Argentina. Na mesma competição, Jaqueline Lima, do badminton, garantiu bronze.

Material esportivo

A aquisição e doação de materiais esportivos diversos para a comunidade piauiense faz parte de outra ação importante da Fundespi, com destaque para o fomento de eventos e atividades esportivas através da doação de material esportivo para diversos municípios e entidades. Em 2018, a FUNDESPI seguiu com a realização dos cursos de capacitação, especificamente os de arbitragem de futebol, com destaque para os cursos realizados em Floriano, Castelo do Piauí, Nazária, Milton Brandão, Domingos Mourão, Cocal, Joaquim Pires, Landri Sales, Francisco Santos, Parnaíba, Campo Maior, Piracuruca e Bertolínea, com a formação de 482 árbitros de futebol amador.

Novos desafios no campo esportivo

A FUNDESPI projeta constituir para os próximos anos a Rede Estadual do Esporte Piauiense, pensada para tornar o Piauí um estado de educação, inclusão e potência esportiva, assegurando a democratização do acesso ao esporte para toda a população, independente de classe social, cor, gênero, territorialidade e condição individual, ao longo da vida e, ao mesmo tempo, demonstrar a potencialidade dos atletas, da base à alta performance.

Em 2019, o Programa Bolsa Atleta deverá ser ação prioritária, com a perspectiva de fomentar com auxílio financeiro pelo menos 70 atletas por ano. Em parceria com a SEDUC, a FUNDEPI deve pôr em prática o projeto Eu Sou o Futuro, para democratizar o acesso à prática do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de estudantes de escolas públicas estaduais do Piauí.

Outro projeto elaborado é o Capacita, para oficinas de desporto escolar, nas suas diversas manifestações, em municípios do interior do Estado e na capital. Esta iniciativa prevê a distribuição de materiais esportivos, desenvolvimento de torneios e oficinas de desporto nas mais variadas modalidades esportivas, com profissionais gabaritados no esporte escolar e de rendimento.

A SEGURANÇA PÚBLICA PARTICIPATIVA E MAIS EFICIENTE

A Secretaria de Segurança Pública estabeleceu um novo paradigma no que concerne ao planejamento de Segurança Pública. Após muitos esforços, e em parceria com a SEPLAN e SEGOUV, percorreu todos os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí colhendo dados e relatos diretamente da população local e, com base nestes, realizou o primeiro Plano Estadual de Segurança Pública, de forma participativa. Uma iniciativa pioneira no Brasil, que garante a aplicação de recursos voltadas, também, aos anseios populacionais, sendo um resgate à democracia participativa.

O plano toma por base cinco princípios: reserva do humano, que escolhe colocar o ser humano no centro dos estudos; dignidade humana, que foca em modelo de gestão pautado no respeito à subjetividade humana, especialmente de pessoas vulneráveis; boa administração, visando eliminar todas as formas de discriminação; integralidade, que consiste em recusar o reducionismo e a fragmentação do sujeito; e gestão democrática, que prioriza a participação da comunidade na gestão da segurança pública.

Os princípios norteiam os cinco eixos sobre os quais se assenta o plano: 1. Valorização profissional e otimização das condições de trabalho; 2. Governança da Segurança; 3. Segurança e participação social; 4. Prevenção social do crime e da violência e construção da cultura de paz, e 5. Segurança e dinâmica socioeconômica dos territórios.

O Plano também mapeou os dados relacionados aos efetivos policiais do Piauí: 173 unidades operacionais, sendo sete unidades dos bombeiros (quatro na capital e três no interior); 103 unidades policiais: 52 delegacias na capital e 38 no interior, quatro unidades periciais, sendo uma em Parnaíba e nove unidades ad-

ministrativas policiais civis; 65 unidades da PM, sendo quatro unidades de apoio (três na capital e uma no interior), 22 batalhões (13 na capital e nove no interior) e 39 Companhias Operacionais (18 na capital e 21 no interior).

O Estado conta com um efetivo de 7.925 profissionais de segurança pública, sendo 320 bombeiros militares, 1.669 policiais civis (1.020 na capital, ou 61,11% do efetivo, e 649 no interior, correspondendo a 38,89%); 5.936 policiais militares (3.283 na capital, ou 55,30% do efetivo e 2.653 no interior, correspondendo a 44,69% da tropa).

Ampliado o acesso do cidadão à segurança

Com base em decreto do Executivo, de acordo com pareceres favoráveis do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Piauí, a Polícia Militar iniciou em dezembro os procedimentos para fazer Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs). A ação amplia o acesso dos cidadãos a um serviço de segurança pública que em diversas áreas do Estado não tem sido possível prestar, pela carência de pessoal. Um treinamento foi dado durante três dias aos comandantes de batalhões e das demais unidades da PM na capital e interior. Essas unidades passam, na prática, a poder fazer registros de ocorrências consideradas de menor potencial ofensivo, como lesão corporal leve, acidente de trânsito, ameaça ou posse de drogas.



Piauí, o Estado menos violento do Nordeste

Os dados do Atlas da Violência 2018, divulgados em junho, colocam o Piauí como o Estado menos violento do Nordeste e o terceiro menos violento do país, atrás de São Paulo e Santa Catarina. O parâmetro usado pelo documento é a taxa de homicídios por 100 mil habitantes – com base em 2016.

O Piauí tem registrado as menores taxas de expansão de homicídios entre os Estados do Nordeste. Entre janeiro e setembro de 2018, o Piauí registrou uma queda de 9% no número de mortes violentas na comparação com o mesmo período do ano anterior. O decréscimo está apontado em levantamento feito pelo portal de notícias G1 e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública dentro do Monitor da Violência, parceria que conta ainda com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP).

Outro indicador a mostrar o avanço nas estatísticas criminais do Estado é o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), disponíveis no DATASUS, com dados coletados pelo Ministério da Saúde e que mostram ter havido, em 2017, a menor quantidade de assassinatos desde 2014.

Atenção a vulneráveis

A atenção para com grupos vulneráveis é outro fator a ser observado no período, tendo especial destaque as políticas voltadas à proteção da mulheres, aliada à ação repressiva, agentes da Secretaria de Segurança Pública realizarão blitzes educativas em vários espaços da capital com objetivo de informar e alertar a sociedade sobre situações de violência praticadas contra mulheres, e a utilização do aplicativo Salve Maria como instrumento de denúncia eficaz e de resposta imediata.

Nesse sentido, cabe destacar também as seguintes ações do sistema estadual de segurança pública:

- Criação de Núcleo de Pró-Equidade de Gênero e Raça nas Corregedorias do

Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar, destinado à oitiva qualificada das profissionais de segurança pública que venham a ser vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho;

- Campanha “Acorda, Cinderela” para prevenção à violência sexual perpetrada com a droga “boa noite Cinderela”;
- Mapeamento da Violência Doméstica em Teresina: mapas contendo “hot points” a partir dos registros no Sistema de Boletins de Ocorrência da Polícia Civil – SISBO;
- Implantação da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher na Cidade de Bom Jesus;
- Implantação da 4ª Delegacia da Mulher – DEAM, na Capital (Zona Sul);
- Criação e Implementação do Plantão Policial Metropolitano de Gênero (capital).

Um aplicativo que salva vidas

Desenvolvido pela ATI, o aplicativo Salve Maria pode ser baixado gratuitamente em celulares. Destina-se ao combate a crimes de violência contra a mulher.

Desde o seu lançamento em fevereiro/2017 até novembro de 2018 foram efetuadas 127 denúncias pelo App. A ferramenta dispõe de dois mo-



dos de denúncia, o primeiro, um botão do pânico, que a vítima pode acionar diretamente a força policial no momento em que está sendo agredida, e sua segunda função é de caráter descriptivo, permitindo à vítima, aos parentes, aos vizinhos ou a terceiros, todos previamente identificados e com sigilo garantido, fazer a denúncia, escrever textos, anexar fotos, áudios, vídeos e enviar à Polícia.

Nos dois modos, um alerta é emitido às unidades policiais que, em um curto espaço de tempo, acionam a viatura mais próxima para atendimento imediato à vítima, que em muitos casos corre risco de morte.

Com o Salve Maria, o aparato policial do Estado tem uma gestão eficaz e precisa de dados utilizados para melhorar, planejar e distribuir o efetivo e a logística policial; maior facilidade na elaboração de ações preventivas e atuação dos órgãos de segurança; mapeamento de regiões com maior e menor probabilidade de violência; economia dos recursos policiais; elaboração facilitada de perfis das vítimas; estatísticas imediatas; economia no deslocamento de viaturas policiais.

Para as pessoas, o aplicativo oferece as vantagens de interação facilitada com os órgãos de segurança pública; rapidez no atendimento; ampliação da rede de proteção no combate à violência contra as mulheres; identificação visual de agressores e vítimas; facilidade em acionar a força policial.

Obras de melhoria física das unidades de segurança

- Reforma nas Unidades da Segurança Pública – Distritos, Delegacias Especializadas, Centrais de Flagrantes, Institutos e Acadepol, com implantação do Complexo Esportivo da Acadepol; da Central de Flagrantes de Parnaíba; da Delegacia de Homicídios em Teresina; do Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE), da Polícia Militar; para abrigar o Complexo das Delegacias Especializadas, em Teresina.

- Outras obras de reforma – Delegacia de Amarante; Delegacia de Demerval Lobão e do prédio do PLAMTA para instalação do Instituto de DNA Forense; do 19º Distrito Policial, em Palmeirais, da Delegacia de Angical, com implantação de um Posto de Policiamento Ostensivo; Delegacias de Esperantina, Água Branca, Marcolândia, para Implantação de uma Companhia da Polícia Militar; Delegacia de Piracuruca; e serviços de adequação de salas na Central de Flagrantes de Teresina, para atendimento de menores.
- Construção de Unidades Integradas de Segurança Pública – Elesbão Veloso; Canto do Buriti; Domingos Mourão; Gilbués; Vila Nova; Jatobá; Bom Jesus; Barras; Sebastião Barros.
- Construção do Laboratório de DNA em Teresina.
- Construção do Grupamento de Polícia Militar de Prata do Piauí.
- Construção do Complexo de Segurança Pública na Cidade de Picos.

Outras ações importantes em 2018

- Vídeomonitoramento urbano nas cidades de José de Freitas, Castelo do Piauí, Oeiras, São João do Piauí e projeto elaborado para futura ampliação dos Sistemas que compõem a Rede de Monitoramento da SSP/PI na capital e interior do Estado.
- Equipamentos para as Polícias Civil, Polícia Militar do Piauí: cinco viaturas para o BPRONE da Polícia Militar (L200 Triton); munições para as diversas unidades da Polícia Civil; Sistema Guardião; coletes balísticos.
- Criação e implementação do Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio.
- Criação e Implementação do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero da Polícia Civil do Piauí.

- Mapeamento dos Índices de Criminalidade produzidos pelo Núcleo de Estatísticas Criminais e Análise Criminal da SSP/PI – NUCEAC/PI.
- Difusão do Aplicativo Vazow, desenvolvido por profissionais do Núcleo de Inteligência da SSP/PI.
- Entrega de 22 viaturas para reaparelhamento da Polícia Militar e Polícia Civil, atendendo as cidades de Luís Correia, Nazária, Demerval Lobão, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Floriano, Boa Hora, União (povoado David Caldas), com investimento superior a de R\$ 2 milhões.
- Outras 11 viaturas Ford, modelo Ranger destinadas a Corpo de Bombeiros, Batalhão de Operações Especiais (Bope) e 3º, 4º, 7º, 10º, 12º, 15º e 18º Batalhões da Polícia Militar. Os automóveis serão utilizados nos municípios de Teresina, Floriano, Picos, Curimatá, Geminiano, Parnaguá, Uruçuí, São João da Fronteira, São Pedro e Castelo do Piauí.
- 31 novas motocicletas para o uso da equipe de Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (Rocam).

Segurança pública e tecnologia da informação

A parceria da Secretaria de Segurança Pública com a Agência de Tecnologia da Informação (ATI) resultou no Sistema de Identificação Civil e Criminal (IBIOSEG), desenvolvido em uma plataforma moderna, possibilitando o processo de emissão da 1ª e 2ª via da Carteira de Identidade, totalmente digital, utilizando tecnologia de captação biométrica (facial e decatilar) padrão ICAO (International Civil Aviation Organization) – o mesmo utilizado nos aeroportos mais modernos do mundo. Também conta com Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, para a preservação de documentos existentes e funcionará através de um Banco de Dados Único do Estado, evitando informações duplicadas e inconsistentes,

além de permitir futuras integrações e melhor integração com outros órgãos como Polícia Federal, DETRAN e Tribunal Regional Eleitoral e/ou Tribunal Superior Eleitoral.

Isso vai representar mais segurança na informação, com banco de dados únicos, que facilitará a integração e interface de órgãos estaduais, federais e municipais, a menor custo para se obter as informações, possibilitando, ainda, um eficaz controle da identificação de criminosos, quando necessário. Também haverá economia na emissão das cédulas de identidade, redução das chances de fraudes na emissão do documento.

Para os cidadãos, esse sistema trará menor custo para emissão da carteira de identidade, rapidez no recebimento do documento, evitará o constrangimento na identificação durante operações policiais e oferece precisão na busca de homônimos, além de menos fila para emissão de primeiras e segundas vias do RG.

Outra duas ações importantes da parceria com a ATI estão no aplicativo Piauí na Palma da Mão:

- Boletim de ocorrência – O cidadão poderá abrir boletim de ocorrência através de smartphone e tablet, com a geração do documento em formato PDF ao final do B.O.
- Consulta de celular roubado – Disponível para o cidadão a consulta on-line na base de dados da Segurança Pública do Piauí, de aparelhos oriundos de crimes.





UM ANO DE MUITO TRABALHO E CALMA NO SISTEMA PRISIONAL

O ano de 2018 pode ser descrito na área penitenciária do Piauí como bastante positivo. Em um cenário de crise carcerária permanente no país, com fugas e queixas pertinentes de superlotação, em nosso Estado tivemos um período de calma, sem rebeliões e com esforços continuados para manter funcionando bem as unidades prisionais.

Nos últimos quatro anos o sistema prisional do Piauí aumentou sua capacidade de receber presos mais do que na última década. De 2015 a 2017 foram criadas 463 novas vagas com a abertura do Centro de Detenção Provisória de Altos e a Penitenciária Regional de Campo Maior, além de reformas nas unidades existentes. Com a finalização da Cadeia Pública de Altos, que tem estrutura para comportar mais de 600 detentos, o sistema prisional piauiense chegará a 1.000 novas vagas.

Acresça-se a isso o andamento das obras da Cadeia Pública de Altos, que tem 80% concluídos. Com uma área de 5,5 mil metros quadrados a Cadeia Pública de Altos terá capacidade para 603 detentos, distribuídos em três pavilhões. Quando pronta, deverá ser a maior, mais mo-

derna e a mais segura unidade do Sistema Prisional do Piauí.

Reformas e ampliações em unidades já existentes também contribuíram com a expansão de vagas. Na antiga Casa de Custódia, atualmente Penitenciária José de Ribamar Leite, também foram realizadas obras para a melhoria das celas e banheiros, dos sistemas elétrico e hidráulico e dos pátios. Também foi construída uma cortina em concreto ciclopico no entorno dos pavilhões. As Penitenciárias de Picos e de Parnaíba, e a Penitenciária Irmão Guido, em Teresina, também tiveram o sistemas elétrico e hidráulico-sanitário reformado, além de outros. Estas penitenciárias também receberam cortina em concreto ciclopico.

Nos últimos quatro anos o monitoramento de detentos via tornozeleira eletrônica foi descentralizado para diferentes regiões do Piauí. Além de Teresina e Parnaíba, o serviço foi ampliado para Floriano e Picos, por meio de centros de monitoramento 24h que funcionam em parceria com o Poder Judiciário.

Desde 2015 já foram investidos aproximadamente R\$ 800 mil para garantir a tecnologia.

Os presídios do Estado ganharam um grande reforço em suas estruturas com a implantação do Circuito Fechado de Televisão, o CFTV, que está sendo implantado nas unidades penais.

Com investimento inicial de mais de R\$ 1,2 milhão, dos 15 estabelecimentos penitenciários do Piauí, as Casas de Detenção de Altos e São Raimundo Nonato, a Casa de Custódia de Teresina e a Penitenciária Regional Irmão Guido são os presídios que já receberam o sistema de monitoramento. Na área de comunicação em rádio, a SEJUS adquiriu mais de 50 terminais móveis com criptografia e GPS que permitem a comunicação entre os presídios da grande Teresina. O Sistema Penitenciário do Piauí caminha para ser o primeiro do Brasil a possuir mecanismo de classificação de presos com base no grau de risco. Em 2018 o governo destinou cerca de R\$ 5 milhões para complementar investimentos em monitoramento e inteligência.

Em 2018 os governos do Piauí e dos demais estados nordestinos anunciaram a implantação do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Regional do Nordeste, que deverá reunir informações dos órgãos ligados à Segurança e Justiça de todos os estados.

Número de detentos estudando é o dobro da média nacional

Cerca de 40% das pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário do Piauí estão em algum programa educacional desenvolvido nos presídios do Estado. O percentual é maior que o dobro do índice nacional, que é de aproximadamente 13%.

Os dados são do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que apontam que em 2014 apenas 164 detentos estudavam nas unidades penais do Piauí – o equivalente a 5,1% da população carcerária total. De 2015 para 2017, o crescimento de reeducandos estudando foi de cerca de 300%.

Em 2018, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), são 687 matriculados e no Canal Educação, 230. Para o Exame Nacional do Ensino Médio, foram inscritos 348 e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos teve 575 inscritos.

O crescimento na inserção de pessoa privadas de liberdade se deve ao avanço na política de ressocialização do Governo do Estado nas unidades penais. O trabalho conjunto entre as secretarias de Justiça e de Educação é fundamental para a consolidação dessa política educacional nos presídios, garantindo amplo acesso dos reeducandos ao ensino.

Os números da educação nos presídios do Piauí mostram que a gestão penitenciária deve ser voltada à ampla garantia de acesso aos direitos cidadãos, como educação, trabalho e saúde. A educação é uma ferramenta essencial para a ressocialização do reeducando e sua reintegração social, pois é transparente que a privação de liberdade não é suficiente para a conquista desse processo ressocializador.

Detentos estão confeccionando fardas

As fardas usadas por internos do sistema penal são feitas por eles mesmos, em um projeto de costura e serigrafia na Penitenciária Vereda Grande, em Floriano. Apenas em 2018 mais de 300 uniformes foram confeccionados pelos detentos da unidade. A iniciativa deve ser expandida, de modo que internos de outros presídios também produzam uniformes.

Mais de 900 capacitações realizadas no sistema prisional

Entre 2015 e 2018, mais de 900 capacitações foram realizadas no sistema prisional para detentos, ex-detentos e pessoas em penas e medidas alternativas à prisão. Somente com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) nos presídios, a SEJUS contemplou 820 reeducandos do sistema prisional do Piauí.

O objetivo é contemplar os reeducandos do sistema com cursos profissionalizantes tornando-os capazes de ingressar no mercado de trabalho, possibilitando um apoio pessoal e uma não reincidência no crime.

Em Teresina, além da Penitenciária Feminina, a Penitenciária Irmão Guido também realizou o curso de Horticultura Orgânica.

A Penitenciária Feminina já recebeu cursos como os de corte e costura e embelezamento, em parceria com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo.

Na Colônia Agrícola Major César Oliveira 28 detentos participaram dos cursos de Artesão de Pintura em Tecido e de Horticultor Orgânico em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Universidade Federal do Piauí.

Com a qualificação dos internos tem sido possível dar a eles mais condições para que sejam ressocializados, com perspectivas de inserção no mercado de trabalho e no empreendedorismo pessoal.

Piauí é líder na aplicação de recursos do FUNPEN

Em 2018 o Piauí foi considerado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como o estado líder em aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). Com a celeridade dentro dos parâmetros legais, a Secretaria de Justiça angariou os recursos necessários para a aquisição de uma gama de equipamentos, além da construção da Cadeia Pública de Altos, na qual foram investidos mais de R\$ 10 milhões.

Graças a esse esforço, tem sido possível equipar melhor todos os estabelecimentos penais, além de tocar obras de construção de novos espaços físicos, de modo a acomodar de maneira adequada os internos do sistema prisional do Estado do Piauí.



PARA A VIDA COMEÇAR BEM

Chegar ao mundo é um modo de se falar do nascimento de um bebê, uma vida que começa e, assim sendo, que comece bem, com segurança, conforto, tratamento adequado, dignidade. Essa é uma preocupação presente com mais intensidade em dois hospitais estaduais, o Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, e o Chagas Rodrigues, em Piripiri.

No Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, em Parnaíba (HEDA), a ampliação dos leitos de UTI Neonatal fez aumentar a capacidade de atendimento, e, mais que isso, expandiu a possibilidade de salvar pessoas recém-chegadas ao mundo.

O HUEDA agora presta serviço de tratamento intensivo e de cuidados intermediários a bebês de toda a macrorregião da Planície Litótrânea. Mas o hospital se abre para bebês de risco de todo o Estado.

No pré-parto, também se atua para reduzir os riscos à saúde da mãe e do bebê, pois são feitos exames, com um acompanhamento

médico especializado em obstetrícia, num estabelecimento com dois obstetras de plantão e equipe multiprofissional. Está em curso a instalação de um consultório de alto risco para acompanhamento das mulheres com gestações de alto risco.

No pós-parto, a mãe é também acompanhada. A Casa da Gestante vai dar mais apoio, sobretudo, às mães vindas do interior, com abrigo e apoio tanto no pré como no pós-parto.

Em Piripiri, esse cuidado redobrado com mães e bebês se repete. Na Maternidade João Bandeira Monte, que faz parte do Hospital Regional Chagas Rodrigues, também as mães podem contar com um acompanhamento especial, nas PPPs: pré-parto, parto e pós-parto. Dentro dessas PPPs, tem-se a mesma estrutura: banheira, bola, cavalinho, grade, berço aquecido, oxigênio, uma área para pequenas caminhadas para as mamães, televisão. Todas as camas são desmontáveis, elétricas, que permite amoldar-se à posição que dê mais conforto à paciente.

Está em curso a UTI Neo-Natal para atender os recém-nascidos que precisam de atendimento especializado.





A energia limpa que garante empregos e negócios no sertão

O caminho de ida para uma terra distante sempre foi uma opção comum aos sertanejos piauienses, fortes e dignos numa luta renhida pela sobrevivência. Mas o sertão agora atrai de volta ou sequer permite que seus filhos saiam de lá. Há emprego e renda no sertão, onde os bons ventos garantem que o Sol é para todos. Em muitas cidades do semiárido piauiense, a energia limpa produzida pela força dos ventos e pela luz do Sol muda a paisagem física e a vida das pessoas. Há um sem número de história de gente que agora tem trabalho e progride junto com as cidades, onde torres de energia eólica são produzidas, instaladas, e painéis fotovoltaicos fazem surgir uma energia limpa, sustentável e capaz até de produzir sorrisos. Muitos sorrisos de satisfação de gente que agora trabalha, produz e olha com mais confiança para o futuro.

Pessoas como o Jeremias Oliveira Portela, operário em Lagoa do Barro do Piauí. Há algum tempo, ele não sabia o que era a Norma Regulamentadora 35, do Ministério do Trabalho, que orienta o trabalho em altura. Agora sabe. Foi treinado para isso por uma empresa do setor de energia eólica. Ganhou conhecimento e trabalho com carteira assinada, algo que não era possível antes na vida desse trabalhador, que vivia de pequenos serviços, sem a estabilidade de um emprego formal.

Jeremias era um candidato certo a ir para longe de sua terra, como fez o pedreiro Hélio Luís de Sá, também de Lagoa do Barro. Um de seus últimos trabalhos foi em Porto Velho, em Rondônia. Fez o caminho de volta, mas as oportunidades eram poucas, até que a empresa de energia eólica o contratou. Agora lidera uma equipe. O sorriso expõe algo que ele busca: qualidade de vida por estar trabalhando perto da família, num emprego formal, como centenas de pessoas em Lagoa do Barro e também em São João do Piauí, onde os investimentos em energia eólica e solar movimentam a economia.

É de São João do Piauí o operador de empiladeiras Aliandre da Silva, que foi alcançado pela crise econômica em São Paulo, fez o caminho de

volta para sua cidade depois de 20 anos distante, agora tem um trabalho formal, perto da família e dos amigos, de gente conhecida que investe mais porque há dinheiro em circulação para garantir a saúde dos negócios.

Negócios como o de Aurélia Lopes Cavalcante, empresária em São João do Piauí, que em seu mercadinho viu as vendas se ampliarem graças a mais pessoas empregadas, novos negócios na área de alimentação e hotelaria. Tudo quanto é serviço teve ampliada a demanda. Bom para empreendedores como Letícia Rodrigues, que diante de um aumento do fluxo de veículos e pessoas, embarcou com entusiasmo na ampliação dos negócios do posto de combustível, com loja de conveniência e restaurante.

Esse mesmo entusiasmo em investir por razões de maior demanda move dois outros empreendedores, Jorge Reis Nascimento, empresário em São João do Piauí, e Joel Basílio de Sousa Neto, também empresário, de Lagoa do Barro. A energia limpa das torres eólicas e de placas fotovoltaicas impulsionou seus restaurantes. Os dois produzem cerca de mil refeições todos os dias para trabalhadores das empresas do setor.

Seus negócios prosperam na mesma medida em que mais pessoas recebem salários e toda a economia dessas e de outras cidades se amplia, se diversifica, faz girar recursos que mantêm aquecidos os negócios em todas as áreas, incluindo a construção civil. A exemplo de Vanderley Araújo de Sousa, dono de uma loja de material de construção civil, que, como todos os empreendedores locais, contratou mais pessoas e contribui para uma expansão da economia local, onde um número cada vez maior de trabalhadores faz crescer a capacidade de consumo das famílias e altera de modo positivo e sustentável a paisagem social e econômica do sertão do Piauí.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

O Piauí segue avançando rumo ao desenvolvimento. Melhorar a qualidade de vida do cidadão piauiense é o principal objetivo do Governo do Estado que buscou, até o ano de 2018, manter o crescimento do PIB e a geração de empregos frente a um cenário econômico desfavorável em nível nacional. As políticas para fomentar a base econômica estão contempladas na diretriz “Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade”, que reúne uma pluralidade de ações necessárias para o estado melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH) e o seu PIB.

O Produto Interno Bruto, que mede o crescimento quantitativo do Estado, teve uma evolução em valores correntes até o ano de 2016, quando atingiu R\$ 41,4 bilhões (Quadro 1), apesar da crise econômica nacional e da seca que assolou o estado por seis anos consecutivos, afetando atividades importantes para o estado, como o agronegócio, a agricultura familiar e a construção civil. Entretanto, em termos de participação na com-

Quadro 1 - Produto Interno Bruto do Piauí (PIB)

ANO	VALORES CORRENTES (MILHÕES)
2010	22.269
2011	25.941
2012	28.638
2013	31.284
2014	37.723
2015	39.148
2016	41.406

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

posição do PIB brasileiro, o Estado evoluiu, passando de 0,6% em 2010, para 0,7% em 2016 (Carta Cepro), com uma tendência de crescimento, dadas as políticas econômicas que estão sendo implementadas, ao longo do quadriênio 2015/2018.

Nas atividades econômicas, o setor de serviços foi quem mais contribuiu para o PIB estadual, com uma participação de 82,3%, seguido da indústria. Além da indústria, o setor agropecuário, com menor participação em 2016 (5,1%), apresenta-se como potencialidade para alavancar o PIB estadual, com a exploração do agronegócio no cerrado piauiense. Em 2017, por exemplo, o estado do Piauí atingiu patamares nunca vistos em área plantada e produção, resultando em uma supersafra de mais de 3 milhões de toneladas de grãos como soja, milho e algodão. Todas as políticas dos últimos quatro anos estão voltadas para a mudança no eixo do desenvolvimento econômico, buscando descentralizar as atividades, através da política territorial, trabalhando o desenvolvimento endógeno, e também fomentando o crescimento da indústria de transformação, com atração de investimentos e dinamização das cadeias produtivas, criando assim um ambiente propício para irradiar os efeitos positivos por toda a economia como, por exemplo, a geração de mais empregos.

A crise política que atingiu o país a partir de 2014 provocou, em todos os estados da federação, desempregos e desesperança. Contudo, apesar das dificuldades, o Governo do Piauí, na gestão 2015-2018, estabilizou a taxa de desocupação que chegou em 7,5% no passado e hoje atinge 6,9%, em decorrência de estímulos à instalação de novas empresas e do empreendedorismo local. Todo esse esforço foi realizado a fim de garantir que cada piauiense tenha oportunidade de viver bem no Piauí.

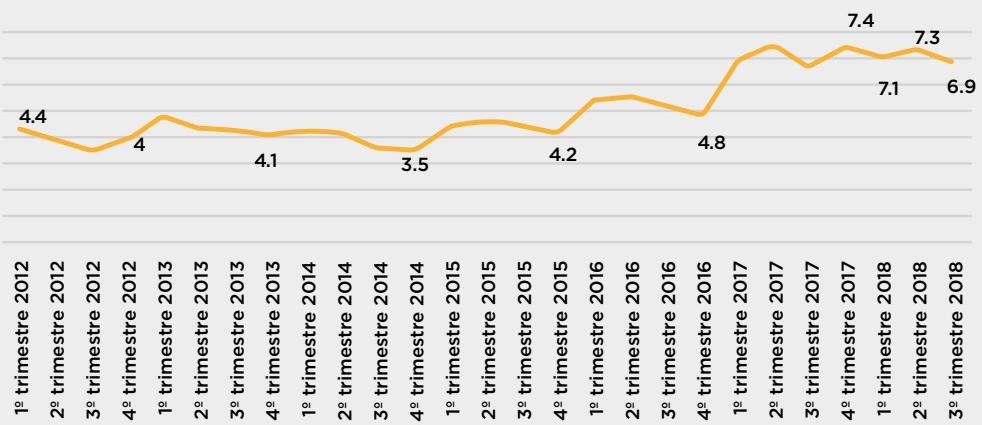


QUADRO 2 - PIAUÍ - PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO - 2010-2016

ATIVIDADES ECONÔMICAS	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO BRUTO (%)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	100	100	100	100	100	100	100
AGROPECUÁRIA	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1
INDÚSTRIA	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7
SERVIÇOS	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3

FONTE: IBGE, EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA, SECRETARIAS ESTADUAIS DE GOVERNO E SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Piauí - Nível da desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

INSCRIÇÃO EM ATIVIDADES EMPRESARIAIS E EMPREENDEDORAS

Responsável do governo do Estado pelas políticas de desenvolvimento industrial, ciência, tecnologia, inovação e comércio exterior, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí (SEDET) tem levado a efeito ações com o fim de gerar renda, emprego, ocupação de mão de obra, além de aprimoramento de pesquisas e estímulo à inovação.

O estímulo à instalação de novos empreendimentos a partir de incentivos fiscais tem sido uma recorrência do Governo do Estado, o que resultou ao longo dos últimos quatro anos, na geração de 16.507 empregos diretos e indiretos, por 42 empresas, que fizeram investimentos na ordem de R\$ 2 bilhões, destes, 88,22% feitos no exercício de 2018, o que representa, para futuro breve, maior expansão econômica do Piauí, com expressiva ocupação de mão de obra em empreendimentos ainda em curso.

Entre janeiro e novembro de 2018, conforme registros da Junta Comercial do Estado do Piauí (JUCEPI), foram criadas 5.086 novas empresas. Projetava-se um total de cerca de 5.550 novos empreendimentos para o período – excluídos os MEIs – microempreendedores individuais, uma categoria que tem alavancado negócios pequenos, mas que, na soma, produzem uma relevante quantidade de recursos.

O registro de baixas empresas ou filiais foi de 1.843, entre janeiro e novembro. O número deve alcançar duas mil empresas encerradas em 2018,

porém o saldo é positivo para o ano, com um incremento de mais 3.550 novos empreendimentos. Ainda dentro dos esforços para atrair empresas e empreendedores, o Estado tem trabalhado para que se consolide a nova estrutura do Distrito Industrial de Picos, ampliando o antigo espaço para comportar pelo menos 40 novas empresas, em uma área de 93 hectares, com pavimentação de vias para suportar o fluxo de veículos de grande porte, iluminação, aterro sanitário e regularização dos lotes a preços subsidiados, além dos benefícios do incentivo fiscal e a instalação de um Recinto Especial para Despacho Aduaneira(o) de Exportação (REDEX), visando o aumento da produtividade no Estado, no que se refere às exportações.

Houve incentivo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Estado, através de reuniões mensais do Fórum Permanente Regional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Piauí, bem como apoio/patrocínios a eventos e empreendimentos locais e/ou regionais nos setores industrial, comercial e de serviços.

NOVOS HORIZONTES NA ÁREA DA MINERAÇÃO

A atividade da mineração, a despeito de ainda se apresentar em sua fase embrionária, tem se ampliado de forma gradativa e, por ter alto impacto econômico, ambiental e social, cabe ao Governo do Estado fazer o acompanhamento e o monitoramento dos investimentos privados, dialogando com os diversos setores, ouvindo demandas e sugestões dos investidores e também estabele-

INCENTIVOS FISCAIS GERARAM 15.507 EMPREGOS

EXERCÍCIO	2015	2016	2017	2018	TOTAL
NÚMERO DE EMPRESAS	10	09	16	07	42
EMPREGOS DIRETOS GERADOS	323	646	1.586	928	3.483
EMPREGOS INDIRETOS GERADOS	1.683	7.577	2.372	1.392	13.024
RECURSOS INVESTIDOS (R\$ 1,00)	17.868.720	29.669.970	190.782.759	1.784.828.509	2.023.149.958

FONTE: COTAC



cendo as respectivas políticas mitigatórias condicionantes, em conformidade com a legislação, de tal modo que o desenvolvimento econômico não esteja em desencontro com os aspectos e interesses socioambientais.

Outro grupo de ações relevantes em 2018 está relacionado ao investimento em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento nos municípios, com potencial para energias renováveis ou mineração, incluindo-se nesta categoria desde obras de pavimentação asfáltica até a elaboração de projeto básico para futura implantação de uma usina flutuante de geração de energia solar.

A retirada de instalações elétricas irregulares (gambiarras) é uma demanda social importante e recorrente, relacionada ao suprimento de energia elétrica, que atinge muitas regiões do Estado, interferindo na qualidade da energia e no consumo, expondo a população a riscos como curto-circuito, incêndio, dentre outros. A realização dessa ação impacta na melhoria do fornecimento de energia elétrica para a população, com ganhos para os aspectos de atratividade de investimentos no município beneficiado.

Municípios beneficiados com esta ação:

- Canto do Buriti (concluída).
- Elizeu Martins (concluída).
- Curimatá (concluída).
- Cocal de Telha (concluída).
- Redenção do Gurgueia (concluída).
- São Pedro do Piauí (em andamento).

Projeto de usina flutuante de energia solar

O projeto básico para construção de uma usina fotovoltaica flutuante foi elaborado como piloto para a geração de um megawatt de energia, a ser instalada sobre o espelho d'água do lago da usina hidrelétrica de Boa Esperança, seguindo uma tendência de aproveitamento destes espaços para uma dupla aptidão do potencial energético da cidade.

Desta forma, espera-se induzir a utilização de energia limpa no Estado, demonstrando as vantagens do seu uso em massa quando replicada a experiência. Funcionará também como museu para divulgar o potencial de energia fotovoltaica do Piauí.

O governo do estado proporcionou às empresas privadas suporte técnico para viabilizar a implantação e operacionalização dos setores de energias limpas e mineração, como demonstrado:

- Suporte técnico à Celeo Redes, com elaboração de protocolo de intenções para usina fotovoltaica e transmissão de energia.
- Suporte técnico à Atlantic, para intermediar suas relações com a Eletrobras na área de energia eólica.
- Suporte técnico ao Grupo Acciona, para implantação de uma fábrica de torres eólicas no município de Lagoa do Barro.
- Suporte técnico para instalação de um aparelho de absorção atômica a gás no núcleo do CETEM (Centro de Tecnologia Mineral) da UESPI.

- Suporte técnico para viabilizar na UESPI um projeto de pesquisa para tratamento de esgotos industriais, com uso de atapulgita e montmorilonite.
- Suporte técnico para formação de parcerias entre detentores de áreas de mineração e empresários que querem se instalar no Piauí para explorar recursos minerais nos municípios de Jacobina do Piauí (fosfato), Porto Alegre do Piauí (titânio e calcário), Corrente (cobre), São Julião (cobre), além de fosfato, bentonite e manganês, em diversos municípios piauienses.
- Suporte técnico à identificação de / para identificar áreas para aterro sanitário em Santo Antônio de Lisboa e Gilbués.

INVESTIMENTOS ATRATIVOS IMPULSIONAM A ECONOMIA DO PIAUÍ

A Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba (ZPE Parnaíba) está entre /as iniciativas de atração de investimentos que mais avançaram no país. Trata-se de um dos projetos estruturantes mais importantes para o Piauí, tendo em vista que permitirá impulsionar as relações comerciais do Estado com o mercado mundial.

Com uma área total de 350 hectares, terá capacidade para abrigar em torno de 100 empreendimentos industriais. Em seu primeiro módulo, com 35 hectares e conclusão prevista para 2019, deverão funcionar 10 empresas, que contarão com toda a logística necessária



ao seu funcionamento e trâmites necessários/básicos/indispensáveis à recepção de insu-mos e exportação de seus produtos.

Em 2018, a ZPE Parnaíba intensificou a execução de obras e ações que permitem atender aos requisitos estabelecidos na legislação que disciplina o processo de alfandegamento, necessário ao seu funcionamento, a ser concedido pela Receita Federal do Brasil-RFB. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas ações em duas áreas distintas: obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos. Estão concluídas as obras da rede de energia elétrica, que possibilitou operacionalizar os serviços de captação, tratamento e distribuição de água. Como resultado positivo indireto, a energização da ZPE possibilitou/via-bilizou o fornecimento de água tratada a cerca de 400 famílias de comunidades próximas, be-neficando aproximadamente 2.000 pessoas.

Ainda na parte de infraestrutura, foram feitos a pavimentação e o arruamento de mais uma quadra na área industrial, para atender a de-manda de novas empresas e a sinalização ho-ri-zontal em toda a extensão da ZPE Parnaíba.

A aquisição de equipamentos segue em processo, que começou com a elaboração dos editais para seis certames licitatórios, dois dos quais já con-cluídos e contratados e os demais em fase de con-tratação. A aquisição desses equipamentos deve-rá ocorrer no início de 2019. Atualmente, a ZPE dispõe de uma das maiores empresas produtoras de cera de carnaúba da região, que a cada ano au-menta o seu volume de produção e exportação. Nos dois últimos anos, suas exportações atingi-ram o montante de US\$ 40 milhões – R\$ 154,8 milhões na cotação de dezembro de 2018. A esti-mativa é que esse valor chegue a US\$ 30 milhões – R\$ 116,1 milhões – somente no ano de 2019.

A ZPE avança no sentido de se consolidar como uma das mais importantes do país, com o aprovei-tamento e transformação de produtos vocaciona-dos no Piauí, notadamente no setor do agronegó-cio, o que será fundamental para o processamento de produtos cultivados no Distrito de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos.

MAIS EMPREGO, MAIS RENDA

Para que mais emprego e renda pudessem ser gerados, foi fundamental a ação da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETRE) que, somente em 2018, atendeu diretamente mais de 3,6 mil pessoas, com ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e atendimento para o seguro-desemprego.

Com a inauguração de dois novos espaços físicos, a nova sede do Sistema Nacional de Empregos (SINE-PI) e a Casa do Trabalhador, está sendo possível ao Governo do Estado melhor atender aos trabalhadores com serviços, que vão desde a emissão da carteira de trabalho, cursos de qualificação profissional e empreendedorismo.

Ações que atenderam diretamente às pessoas:

- Qualificação social, profissional e empreendedora – 2.859 jovens qualificados nos cursos de corte e costura, embelezamento e construção civil, nos municípios de Monte Alegre, Esperantina, Isaías Coelho, Campo Maior, São Braz, Brasileira, Porto, Parnaíba, Teresina, Floriano, Coivaras, Inhuma, Avelino Lopes, Miguel Leão, Cajueiro da Praia, Santo Inácio, Matias Olímpio, Bonfim do Piauí, Lagoa Alegre, Cristino Castro, São Miguel do Tapuio, Uruçuí, Piripiri, Capitão Gervásio e União.
- Intermediação de mão de obra - SINE – 2.743 pessoas encaminhadas ao mercado de trabalho, em atividades como auxiliar administrativo, operador de máquinas, vendedor e pedreiros, nos municípios de Teresina, Parnaíba, Bom Jesus, Piripiri, Oeiras, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença, São João do Piauí, Esperantina, Floriano e Picos.

UM APLICATIVO PÔS FIM ÀS FILAS NO SINE

Desenvolvido pela ATI em 2017, o Atende Sine-PI cumpriu com seu principal objetivo de modernizar o atendimento, reduzindo significativamente as filas para quem busca atendimento no Sistema Nacional de Emprego.

Com o aplicativo o cidadão piauiense passou a contar com agendamento eletrônico, com data e hora marcadas para serviços de seguro-desemprego, vagas no mercado de trabalho, emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social, cadastro de empresas e classificação de atividades profissionais.

Isso permitiu um atendimento eficiente, com mais comodidade e respeito, pondo fim encerrando um longo ciclo no qual o cidadão enfrentava filas durante o dia e até nas madrugadas para conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Essas dificuldades foram eliminadas com o uso do app, que torna o serviço mais eficiente, gera estatísticas, reduz custo com pessoal e dá dignidade ao cidadão que busca um emprego.



CÂMARAS SETORIAIS: EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Criadas como espaços de articulação dos arranjos produtivos locais, as Câmaras Setoriais são compostas por instituições públicas, privadas e do terceiro setor, envolvendo atualmente cerca de 400 empresários dos diversos setores da economia piauiense. O diálogo com esse segmento tem sido fundamental para criar um ambiente mais favorável aos empreendimentos, o que resulta em novos negócios e estímulo às economias locais e regionais no âmbito do Estado do Piauí. Atualmente, estão formalizadas 25 Câmaras Setoriais – 19 com cobertura em todo o Estado, e seis com abrangência territorial, nas áreas de apicultura, turismo, leite, artesanato, fruticultura, hortifrutigranjeiros, suinocultura, piscicultura, carnaúba, tecnologia da informação, alho, agronegócio, caprinocultura, vestuário, energias renováveis, cajucultura, biotecnologia, saúde e avicultura. A seguir, algumas das ações de maior destaque das Câmaras Setoriais em 2018:

CÂMARA SETORIAL DO ALHO

- Distribuição de 1.500 Kg de alho semente para os produtores, fornecidos pelo Governo do Estado do Piauí.
- Capacitações para os produtores em cinco municípios inseridos no Projeto de Revitalização da Cultura do Alho Livre de Vírus.
- Conclusão do zoneamento agroecológico.
- Parceria com o Banco do Nordeste para liberação de crédito de até R\$ 20.000,00 por produtor.
- Parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo para a criação da Cooperativa de Produtores de Alho do Piauí, que atualmente reúne 72 produtores dos municípios de Aroeiras do Itaim, Dom Expedito Lopes, Inhu-

ma, Ipiranga do Piauí, Itainópolis, Monsenhor Hipólito, Oeiras, Paes Landim, Pedro II, Picos, Santo Inácio, São João da Varjota, São João do Piauí, Sussuapara e Várzea Grande do Piauí.

- Realização da I Mostra Tecnológica da Cultura do Alho.

CÂMARA SETORIAL DO LEITE

- Alteração das alíquotas do ICMS dos produtos lácteos vindos de outros Estados.
- Início da estruturação do Serviço de Inspeção Estadual, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

CÂMARA SETORIAL DA BIOTECNOLOGIA

- Constituição de quatro grupos de trabalhos: regulamentação de produtos e processos biotecnológicos; infraestrutura de pesquisa biotecnológica; definição de prioridades de pesquisas biotecnológicas, e captação de recursos para o desenvolvimento de projetos biotecnológicos.
- Elaboração do Estatuto do Instituto de Biotecnologia e Biodiversidade da Universidade Estadual do Piauí – INBIUESP.
- Apresentação, em conjunto com o Mestrado Profissional em Biotecnologia em Saúde Humana e Animal, ao Ministério da Saúde, do projeto no valor de R\$ 1.260.960,00, para integração da Universidade Estadual (UESPI) ao setor saúde do Piauí, por intermédio da pesquisa e da pós-graduação. Projeto no valor de R\$ 1.260.960,00.
- Atendimento junto ao Mestrado Profissional em Saúde Humana e Animal da chamada pública MCTIC/FINEP/CT-INFRA 04/2018 – Temática: Apoio à Infraestrutura de Pesquisa em Áreas Temáticas, com projeto de R\$ 1.285.388,10.

- Reunião técnica para viabilizar emenda parlamentar destinada a pesquisas com o canabidiol, bem como para apoio à instalação do Centro de Biotecnologia do Estado do Piauí-CEBPI, além de conversações com a Fundação Intercâmbios para o desenvolvimento de pesquisas com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), para estudos do canabidiol e outros fitoterápicos.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A atuação do Governo do Piauí na área de ciência, tecnologia e inovação resultou em uma série de ações voltada à promoção de conhecimento científico no Estado, com destaque para a 3^a edição do Pint Of Science, um dos maiores festivais de divulgação científica do mundo, reunindo um público de mil pessoas ao longo do evento. Do ponto de vista prático, investir em conhecimento possibilitou iniciativas como o Secador Solar Móvel para Palhas de Carnaúba, que reduz o custo de produção da cera de carnaúba – o segundo mais importante produto na pauta de exportação do Piauí. Um acordo de cooperação entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Piauí foi assinado para permitir o uso dessa tecnologia pelos produtores, inclusive quanto ao aproveitamento da palha para o artesanato. Outro destaque foi o apoio à Feira Esta-

dual de Ciência e Tecnologia do Piauí – Piauitec 2017, que reuniu 30 mil pessoas.

Foco na qualidade de produtos comercializados no Piauí Responsável pela execução e administração das atividades relativas ao controle metrológico e de qualidade de bens e serviços, dentro dos limites geográficos do Estado, em 2018, o Instituto de Metrologia do Piauí (IMEPI) prestou relevantes serviços à sociedade piauiense, com destaque para as seguintes ações:

- Fiscalização de instrumentos metrológicos: 42.364 – bombas de combustível, balanças, taxímetros, cronotacógrafos (medidores de tempo e velocidade), radares etc.
- Fiscalização em produtos pré-medidos: 15.500 produtos da cesta básica, fósforo, papel higiênico, produtos para festas e materiais de limpeza.
- Fiscalização de produtos na área da qualidade: 10.191 – brinquedos, preservativos, material elétrico, extintores de incêndio e equipamentos automotivos, com foco nos produtos voltados para a saúde, segurança e meio ambiente.

No quadrimestre encerrado em 2018, destacam-se ações de fiscalização, a exemplo dos cronotacógrafos por imagem junto à Secretaria de Transporte do Estado; fiscalização permanente na Regional de Parnaíba, com uma equipe instalada na própria cidade para atendimento das denúncias; fiscalização em blocos cerâmicos e na aquisição de novos coletores para os trabalhos dos fiscais, bem como a efetivação da Ouvidoria onde, em 2014, recebeu 550 denúncias até novembro de 2018.

O MEIO AMBIENTE COMO ATIVO ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL NO PIAUÍ

As ações de proteção e conservação do meio ambiente no Estado do Piauí ganharam reforço físico e institucional ao longo de 2018, acrescentando ainda mais solidez às políticas

ambientais do Estado, mediante a contratação de pessoal, aquisição de veículos, colaboração com o policiamento ambiental, apoio à gestão municipal e fortalecimento da fiscalização com vistas ao tratamento do meio ambiente como nosso principal ativo econômico e capital social no Piauí.

Responsável por promover ações de efeito mitigatório, monitorar e fiscalizar as iniciativas que impactam no meio ambiente, o Estado realizou investimento superior a R\$ 1,3 milhão do Fundo de Compensação Ambiental, para aquisição de unidades móveis que vão potencializar ações das Secretarias de Estado do Meio Ambiente (Semar) e da Segurança, na área civil e militar. A ação do fundo também forneceu um veículo especial para emergências ambientais.

Além das viaturas, foram fornecidos instrumentos de visualização aérea (drone), equipamentos de proteção individual para acesso a áreas de risco e dispositivos que podem detectar vazamento de gases e contaminação por combustível.

A Secretaria do Meio Ambiente cedeu duas viaturas 4x4 usadas para o Batalhão de Polícia Ambiental, a serem utilizadas em ações ostensivas para combate aos crimes ambientais em todo o território do Estado do Piauí. Além disso, fez também a cessão de uma viatura 4x4 usada para a Delegacia de Crimes Ambientais a ser utilizada em ações de apuração penal de crimes.

O governo realizou a Contratação de consultores através do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social, nas áreas de Geoprocessamen-

to e Análise de Biomas, Ecossistemas, Ecologia e Conservação da Biodiversidade, e foram treinados auditores fiscais ambientais para utilização do Sistema Nacional de Floresta.

Destaques da fiscalização ambiental:

- Com apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil (PC) e Secretaria de Fazenda (SEFAZ), a SEMAR fechou um garimpo irregular de diamantes no município de Gilbués.
- A Campanha de Cadastramento de Usuários de Água Subterrânea nas Microrregiões de Picos e Pio IX, para permitir um diagnóstico mais realista da disponibilidade hídrica no estado.
- Divulgação de relatório de outorgas de uso de água subterrânea no Piauí, o que deu à SEMAR melhor compreensão de como, quem, quando e onde é mais usado esse recurso hídrico. Foram feitos 747 cadastros de usuários.
- Na parceria com a Codevasf, ganha relevo a nova demarcação do Parque Nacional das Nascentes, área de proteção ambiental, essencial para manter a saúde, a qualidade da água e o equilíbrio ecológico do maior rio, que corre inteiramente em território nordestino. A ordem de serviço para a fase final da demarcação garantiu a execução dos serviços de demarcação topográfica, levantamento cadastral físico, agrícola e jurídico, bem como atividades de educação ambiental e comunicação social na região.



O novo sistema de monitoramento de barragens do Piauí

O sistema de monitoramento diário das barragens, com transmissão automática das informações, via aplicativo de celular, é feito em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). O aplicativo para dispositivo móvel, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA), está sendo implantado em todo o nordeste do país e vai dar suporte ao Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), especialmente na região do semiárido.

Por meio do Programa de Peixamento, o Governo do Estado lançou 1,5 milhão de alevinos em açudes do sul do Piauí, com povoamento e repovoamento de espécies de peixes nativos para restaurar a ictiofauna piauiense que vem a ser o conjunto de peixes encontrados em determinados ambientes.

Através da redistribuição dos tributos estaduais do ICMS, o Governo passou a premiar municípios que se destacam na gestão ambiental, no combate à poluição e na preservação dos recursos naturais. Esta importante ação tem contribuído para melhoria da gestão ambiental municipal no Piauí. Sob o aspecto político-institucional, é possível afirmar que os avanços foram ainda mais representativos, com destaque para aprovação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, em Brasília. Trata-se de importante instrumento de preservação e uso sustentável da Bacia do Parnaíba. Os Comitês



de Bacias, juntamente com o novo sistema de monitoramento de barragens, a formação de parcerias e a cooperação com organismos nacionais são medidas fundamentais para prevenir e combater incêndios florestais, além do desenvolvimento de ações para educação ambiental.

Cadastro Ambiental Rural

A SEMAR e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, assinaram acordo de cooperação técnica para promover a regularização ambiental de imóveis rurais no cerrado brasileiro. Dessa forma, o governo do Piauí poderá executar o Código Florestal Brasileiro no que tange às atividades previstas em imóveis rurais, visando gerir, manter, recepcionar, analisar e aprovar inscrições e retificações no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), Cotas de Reserva Ambiental (CRA), mantendo integrados os dados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), e ainda auxiliar tecnicamente a implementação em campo das atividades, em municípios selecionados, para as ações previstas no âmbito do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado Brasileiro.

Fortalecimento da educação ambiental

Nas ações de Educação ambiental, destacam-se a formalização de acordo de cooperação técnica com o IFPI para, durante cinco anos, desenvolver ações de ensino, pesquisa, extensão e monitoramento ambiental do Estado do Piauí, compreendendo os eixos: regularização ambiental rural, monitoramento de indicadores ambientais, prevenção, controle e combate a incêndios florestais, educação ambiental aplicada, manejo florestal sustentável, geotecnologia para monitoramento ambiental, gestão de áreas protegidas, gestão de fauna e gestão de recursos hídricos.

Para fortalecer as ações de monitoramento, o Governo realizou o lançamento do aplicativo **Fauna do Piauí**. Trata-se de ferramenta para quem deseja conhecer melhor a fauna piauiense, disponível para *download* gratuito nas plataformas Android e IOS. O aplicativo visa à conscientização sobre a importância da fauna silvestre na manutenção dos ecossistemas do Estado, além de estimular a participação de estudantes na proteção da fauna nativa.

Outras ações de educação ambiental

Outras iniciativas de educação ambiental foram as visitas de estudantes à Floresta Fóssil e a visibilidade dada às ações da Delegacia do Meio Ambiente, que tem sede no Centro de Educação Ambiental. Nessas oportunidades, os alunos conheceram o barco/escola e fizeram passeio até o Parque Zoobotânico, além de assistir a palestras educativas sobre reciclagem e plantio. Educadores da Semar e professores também apresentaram às crianças as ações realizadas para preservação dos rios, lagos e florestas.

Projeto SEMAR na escola, lançado na Unidade Escolar Pedro Ferreira, em Santo Inácio (PI), em parceria com o IBAMA, para arborização, ambientação e desenvolvimento da educação

ambiental nas escolas. Durante o lançamento foi realizada a arborização na Escola Pedro Ferreira, com mudas de manga, açaí, caju e acerola.

Contra o fogo e em favor da vida

Todos os anos, uma das mais recorrentes ameaças à natureza no Estado do Piauí são os incêndios e queimadas em áreas de mata. O combate ao fogo em áreas florestais é um imperativo para conservação do meio ambiente em ecossistemas como o cerrado e a caatinga – predominantes no Piauí. Nesse sentido, o Governo do Estado atuou em parceria com o IBAMA e prefeituras municipais para dar continuidade a ações já implementadas no Projeto Procerrado e o Prevfogo/Ibama. Com esse instrumental, foi possível desenvolver ações de prevenção e combate aos incêndios florestais pela região dos Cerrados do Piauí. As ações cobriram 11 municípios, com destaque para a criação de brigadas, o treinamento de agentes comunitários em técnicas de prevenção, controle e combate a incêndios, bem como a realização de palestras em comunidades rurais abordando sobre o correto uso do fogo nas atividades rurais.





UM OLHAR FOCADO NO AGRONEGÓCIO

O agronegócio piauiense está atualmente mais concentrado no cerrado (sudoeste do Estado), nas microrregiões de Alto Parnaíba, Alto Médio Gurgueia e Chapadas do extremo sul piauiense. Envolve 33 municípios, ocupando uma área total de 8.204.588 ha, representando 11% do território dessas três microrregiões.

Mesmo com intercorrências climáticas negativas em alguns anos, é notável a expansão do cultivo de grãos nessa área do Estado. A soja, principal cultura do setor no Piauí, ampliou em 7.318% sua área cultivada em um espaço de 21 anos, entre 1996 e 2017.

A recente criação da Coordenadoria do Programa do Agronegócio e dos Cerrados (CEAGRO) permitiu um olhar mais focado nessa atividade econômica, que tem sido impulsionadora da economia rural e de outros setores produtivos piauienses.

O Governo do Piauí considera prioridade dotar o cerrado piauiense de instrumentos modernos de planejamento da ocupação territorial da área, definindo programas, projetos e ações para o setor. Além disso, atua para promoção, em amplo espectro, do emprego da tecnologia, aumento da produtividade e do volume de produção com agregação de valor ao que é produzido nas áreas de cerrado em termos de grãos, energias renováveis, proteína animal, minérios e serviços.

Evolução do cultivo de soja e milho no cerrado piauiense

ANO/ CULTU- RAS	1996					2018				
	ÁREA PLAN- TADA (HA)	%	PRODUTI- VIDADE (KG/HÁ)	PRODU- ÇÃO (TONELA- DA)	%	ÁREA PLAN- TADA (HA)	%	PRODUTIVI- DADE (KG/HÁ)	PRODUÇÃO (TONELADA)	%
SOJA	9.585	98	2.345	22.478	95	711.033	81	3.180	2.281.037	65
MILHO	227	2	5.296	1.202	5	165.121	19	7.485	1.235.823	35
TOTAL	9.812	100	-	23.680	100	876.145	100	-	3.516.860	100

FONTE: APROSOJA

Outras ações destacadas da CEAGRO:

- Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico de delimitação geográfica do Cerrado piauiense nas faixas de transição com a Caatinga e a Mata de Babaçuais, sobretudo as que se localizam na porção central e setentrional do Estado. Pretende-se com isso atrair novos investidores, abrir novas fronteiras agrícolas e viabilizar incentivos e benefícios que serão carreados para as áreas definidas como integrantes do MATOPIBA. *Impacto da ação – Determina a verdadeira extensão das áreas de cerrado do Piauí, incorporando novas áreas mais ao norte do Estado, onde também se manifesta esse ecossistema, as quais não estão inseridas no perímetro da MATOPIBA.*
- Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico do Mapa de Aptidão Agrícola do Cerrado do Sudoeste Piauiense para subsidiar as ações governamentais de suporte ao desenvolvimento econômico da região com promoção de sustentabilidade socioambiental. *IMPACTO DA AÇÃO – Os mapas a serem elaborados analisam e indicam áreas propícias aos diversos usos de terra e tratos culturais, po-*



dendo ser usados para potencializar a produção, incidir na redução de riscos de produtores e investidores quanto ao insucesso financeiro, e servir de suporte aos governos e agentes privados quanto às decisões de investimento.

• Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico de Georreferenciamento e definição, mediante ato legal, das dimensões (extensão e largura) das matas ciliares ao longo dos rios, córregos, lagoas e nascentes do cerrado do Sudoeste piauiense. Essa preocupação decorre da acelerada ocupação da região com atividade agropecuária. A degradação das matas ciliares resulta no assoreamento dos rios, no lixiviamento dos solos e na extinção de nascentes, com reflexos no agravamento do problema hídrico. *Impacto da ação – O georreferenciamento permitirá a elaboração de instrumento legal para proteção das matas ciliares da região.*

• Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico para produção experimental de trigo irrigado no cerrado do Sudoeste piauiense – em terras à margem do Lago de Boa Esperança. Este projeto objetiva a contratação de empresa para avaliar a adaptação ao cerrado piauiense das cultivares disponíveis no país, principalmente as tolerantes ao calor, analisar o potencial de incorporação da cultura pelos produtores nos sistemas de produção irrigada e de sequeiro (sem irrigação) e realizar testes iniciais com relação à época de semeadura. Os ensaios permitirão os ajustes necessários em função das altas temperaturas da região. *Impacto da ação – A média da produção nacional de trigo é de 2,4t/ha, sendo a maior produtividade no Paraná, com 4,0t/ha. Experimentos no cerrado do Centro-Oeste alcançaram 5-6t/ha, o que anima a repetir ou*

superar tais números no cerrado do Piauí. O experimento avulta em importância, se considerarmos a circunstância de sermos importadores de trigo. A viabilização comercial do trigo irrigado no cerrado caracterizará, seguramente, uma segunda revolução agrícola na região.

• Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico de estudo hídrico de amplo espectro da região do cerrado do Sudoeste piauiense, visando, especialmente, à proteção e a recuperação de nascentes, matas ciliares, leitos de rios, córregos e aquíferos subterrâneos. O aumento acelerado do processo de ocupação do cerrado implicará, necessariamente, em maior pressão sobre os recursos hídricos, de inquestionável importância no processo de desenvolvimento sustentável. A racionalização de seu uso se impõe como forma de garantir qualidade ao desenvolvimento regional e a sobrevivência de espécies. *Impacto da ação – O estudo hídrico a ser elaborado subsidiará a elaboração de leis e instrumentos de controle do uso e proteção dos recursos hídricos dos cerrados piauienses.*

• Elaborada minuta de convênio interinstitucional para Implantação do Centro de Estudos e Pesquisas Agropecuárias do Cerrado Piauiense – CENEAGRO, em Bom Jesus. Tirando partido da feliz circunstância de Bom Jesus concentrar dois campi das Universidades Federal (UFPI) e Estadual (UESPI), grande número de mestres e doutores, além de espaço físico disponível, a CEAGRO pretende instalar o CENEAGRO, por meio de convênios de cooperação técnica com as duas universidades e a Embrapa Meio Norte. *Impacto da ação – Desenvolvimento de pesquisas que resultem no aumento da*



produção e da produtividade, além da prestação de serviços técnicos de experimentos, consultoria e assistência aos produtores da região, com impacto na economia regional.

• Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico para uma Rede de Estações Meteorológicas no Cerrado do Sudoeste Piauiense, destinada a abastecer agricultores com dados sobre as variáveis meteorológicas, as quais influenciam diretamente sobre os plantios na região. *Impacto da ação – Monitorar essas variáveis é de suma importância para uma melhor tomada de decisão no campo, além do que, o registro em longo prazo dessas variáveis fornece suporte para um planejamento agrícola mais eficaz. A rede de Estações a ser implantada, portanto, influenciará diretamente o gerenciamento das atividades nas áreas de plantio do cerrado piauiense.*

• Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico para capacitação profissional de trabalhadores para o segmento do agronegócio no cerrado piauiense. A ideia é promover capacitações de curto prazo a profissionais nas habilidades de operação de máquinas e implementos agrícolas;

desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar; produção e tecnologia da soja; e eficiência e sustentabilidade na produção agrícola, através de unidade móvel de capacitação (do tipo carreta-baú), à luz de experiências já desenvolvidas deste modelo de capacitação. *Impacto da ação – A capacitação em unidade móvel a ser realizada tem como impacto a elevação dos níveis de formação profissional dos trabalhadores locais, com vistas à ampliação de sua capacidade produtiva e aumento de suas chances de colocação no mercado de trabalho.*

- Elaboração e encaminhamento ao Governo Federal do projeto básico para o incentivo à produção de soja convencional ou orgânica. A ideia é que se promovam estudos comparativos para entender, de forma regionalizada, os custos de produção das áreas de soja orgânica em relação à soja transgênica, informação de grande importância como ferramenta de tomada de decisão para agricultores de soja. *Impacto da ação – A resistência de plantas invasoras aos herbicidas em áreas com cultivos sucessivos de soja transgênica, atualmente, tem afetado centenas de milhões de hectares em países como Estados Unidos, Argentina e Brasil, onerando o custo de produção dessas áreas. Mesmo assim, os agricultores não deixarão de utilizar a tecnologia transgênica, enquanto não verificarem vantagens financeiras e, principalmente, operacionais para produzir soja orgânica. O principal impacto de realizar os estudos propostos é promover a mudança de mentalidade em favor da soja orgânica com ganhos financeiros para os agricultores e com ganhos de competitividade da soja piauiense no “Fair Trade” ou Comércio Justo e Solidário, nicho de mercado em expansão na Europa.*

VALORIZANDO O PEQUENO EMPREENDEDOR

A Piauí Fomento tem uma ação que favorece a inclusão social e econômica de pessoas que, pelas regras de outros agentes financeiros, estão à margem do perfil para a concessão de créditos destinados a custeio e investimentos. A Agência atua com oito linhas de crédito: microcrédito, custeio e investimento para microempreendedores individuais, capital de giro para insumos e estoque, custeio e investimentos para piscicultura. Isso permitiu realizar 74 operações, com valor médio de R\$ 18.885,36, o que totalizou R\$ 1.397.516,51, dinheiro que se multiplica em produtos, serviços, renda e emprego.

AS LINHAS DE CRÉDITO DO PIAUÍ FOMENTO:

- Piauí Fomento Microcrédito
- Piauí Fomento MEI – Giro
- Piauí Fomento MEI – Investimento
- Piauí Fomento Giro-Insumos-Estoque
- Piauí Fomento Investimentos
- Piauí Fomento Misto
- Piauí Fomento Piscicultura – Custeio
- Piauí Fomento Piscicultura – Investimento.

Impacto do financiamento em economia comunitária

A agência iniciou uma relevante ação de interiorização de crédito através de parcerias com os Bancos Comunitários de São João do Arraial, Pedro II, Esperantina e Porto.

A linha de crédito escalada para dar início aos financiamentos foi o Microcrédito. Os primeiros contatos ocorreram em agosto deste ano, seguindo-se do treinamento dos agentes de crédito realizado na cidade de Pedro II e, após, os bancos comunitários iniciaram ações de prospecção de negócios em seus municípios, resultando em 32 propostas, já tendo sido liberados financiamentos para 13 empreendedores até essa data. A partir de então deu-se início ao financiamento de demandas para geração distribuída de energia

solar fotovoltaica. A linha de crédito para geração de energia solar atende às expectativas do público, por trazer em seu bojo ações de inovação, redução de custos e ter impacto fortemente positivo sobre o meio ambiente. No período entre 2015 e 2018, a Piauí Fomento financiou, com recursos do Fundo Especial de Produção - FEP, a produção de leite, atendendo pequenos produtores rurais.

PIAUÍ PRODUTIVO AGRICULTURA FAMILIAR

As ações para o Desenvolvimento Rural do Piauí são de ampla abrangência e encontram-se envoltas em multiplicidades de demandas historicamente reprimidas. Ao longo do ano de 2018, o Governo, por meio da SDR, atendeu a milhares de pessoas cuja atividade produtiva está no seu escopo de intervenção, seja na produção agrícola ou na pecuária, provendo suporte técnico, capacitação, estímulo a novos negócios, empreendimentos, renda e segurança alimentar. O balanço de 2018 mostra o esforço do Estado para que sementes e mudas chegassem aos agricultores familiares, efetivando apoio à irrigação, seja com doação de equipamento, por meio de subsídio da energia elétrica, ou apoio a diversos segmentos produtivos da economia rural e pelo suporte dado às câmaras setoriais. Para a safra 2017/2018, o Governo do Estado do Piauí investiu R\$ 5.912.000,00 para a aquisição de sementes de feijão (212.000 kg), milho (80.000 kg), um milhão de mudas de caju e um milhão de raquete de palma forrageira. Nos municípios, a distribuição foi orientada através da formação de comissão municipal formada pelos escritórios locais do EMATER, Prefeituras (Secretarias Municipais de Agricultura), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ONGs com atuação local.

Kit mecanização agrícola

Foram adquiridos kits de mecanização agrícola, através de recursos oriundos de emendas parlamentares. Os equipamentos benefi-

ciam agricultores dos municípios de José de Freitas, Miguel Alves, Barro Duro, São Miguel do Tapuio. O valor investido de R\$ 1.110.967,74 atende diretamente 900 agricultores familiares, com trator de 75CV, grade aradora de 14 e 16 discos, carreta agrícola com capacidade para transporte de até cinco toneladas, roçadeira com corte de 1.700 mm e batedeiras de cereais.



Kits de irrigação

O esforço em ampliar o uso da irrigação com melhores resultados para colheita e renda na agricultura familiar seguiu em 2018, quando foram adquiridos 712 kits de irrigação de baixa pressão, distribuídos aos agricultores familiares de baixa renda e que tenham disponibilidade de água para a produção. O investimento foi de R\$ 819.758,18, atendendo 1.000 famílias de agricultores – ou mais de 4.000 pessoas.

Subsídio de energia elétrica

O Programa Estadual de Subsídio de Energia Elétrica, amparado pela Lei nº 6.607/12/2014, dá incentivo à irrigação e à piscicultura com menor custo deste consumo para os produtores. O programa é promovido e custeado pelo governo do Estado, com parte do ICMS devido pela concessionária de energia elétrica.

Os favorecidos com o programa (agricultor familiar, irrigante, piscicultor e aquicultor) po-

dem reduzir bastante o custo de sua operação com o consumo da energia elétrica – com descontos que podem variar de 10% a 90% no pagamento da fatura mensal. O programa atende a cerca de 5.000 produtores, a um custo anual de R\$ 16 milhões, dinheiro que termina retornando à economia local e estadual pelo aumento da produção de alimentos.

Esse benefício está garantido a irrigantes, piscicultores e aquicultores: a Lei nº 7.165, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu até dezembro de 2022 o prazo para a concessão do desconto na conta de energia por estabelecimento rural.

Piscicultura

A piscicultura e aquicultura responderam, em 2017, por R\$ 118,7 milhões do PIB agropecuário do Estado do Piauí, de acordo com dados do IBGE. Somente a produção de tambaquis e tilápias, principais espécies para cultivo em cativeiro, resultaram em produção de 68,2 mil toneladas, com faturamento de R\$ 54,4 milhões – boa parte oriunda de pequenos produtores.

Neste sentido, fortalecer a atividade tem sido uma ação recorrente da SDR, que, em 2018, investiu R\$ 450.550,00 na aquisição de ração para peixe, distribuição de alevinos, capacitação técnica e seminários, além da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Piscicultura do Estado do Piauí.

Em 2018, foram distribuídos 1.745.500 alevinos, beneficiando 1.164 piscicultores, através da Estação de Piscicultura Francisca Trindade, em Nazária.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca, elaborou-se o Plano de Desenvolvimento da Piscicultura do Estado do Piauí, resultando em seis oficinas nos territórios Entre Rios, Chapada das Mangabeiras, Vale do Guaporé, Tabuleiro do Alto Parnaíba, Planície Litorânea e Cocais, para se conhecer a realidade e discutir as ações que serão desenvolvidas para o fortalecimento da piscicultura. Nestas oficinas houve a participação de 190 piscicultores.

Projeto Cinturão Verde

O Projeto Cinturão Verde, em 2018, conseguiu adquirir trator de 75 CV com implementos para auxiliar o trabalho de preparação do solo, e de três caminhões na comercialização da produção. Os recursos de R\$ 880 mil foram destinados através de emenda parlamentar ao orçamento da União.

Além disso, foram também desenvolvidas no âmbito deste programa, em 2018, visitas nas comunidades, para acompanhamento dos projetos e dos grupos de produção; realizadas cinco Feiras do Projeto Cinturão Verde, no pátio da SDR, envolvendo a produção de onze comunidades dos municípios de Teresina, Demerval Lobão e Nazária; distribuídos cinco kits de irrigação por mini aspersão, para 4.500m², que ampliaram a área irrigada das comunidades Centro dos Afonsinho e 17 de abril, em Teresina, Campestre Sul, em Nazária, e Resistência Camponesa, em Demerval Lobão.

Projeto de Geração de Emprego e Renda PROGERE II

O Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE II) faz parte do Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social, financiado por empréstimo com o Banco Mundial. Seu objetivo é ampliar a renda de agricultoras e agricultores familiares em situação de pobreza. A meta é atender diretamente 2.400 famílias de baixa renda, em 68 municípios de três Territórios de Desenvolvimento do Estado: Cocais, Carnaubais e Entre Rios. Para tanto, foram contratados técnicos e realizadas atividades de capacitação, com oficinas, cursos, visitas técnicas e intercâmbio entre os agricultores de seis projetos-piloto. Além disso, cabe destacar as seguintes ações:

- Liberação dos recursos dos seis Planos de Inclusão Produtiva que contemplam as cadeias produtivas de mandiocultura, apicultura, quintais produtivos e artesanato, com um total a ser investido pelo

O AGRICULTOR SENDO O DONO DA SUA TERRA E DO SEU DESTINO

O trabalho que gera renda e faz do agricultor familiar dono de um pedaço de terra e de seu próprio destino é uma realidade em todo o Piauí. Há um sem números de bons exemplos de como a vida das pessoas mudou, como eles passaram a dispor de mais conforto e possuir algo ainda mais importante: perspectivas de futuro.

Isso tem sido possível graças a programas sociais de garantias à permanência do agricultor familiar no campo ou de redistribuição de terra como bem de capital essencial ao progresso econômico das famílias rurais.

Pessoas como Dona Francisca Alves, do Assentamento Chapada do Fio, em Oeiras, que resume bem a sua vida: “Para mim, aqui [o assentamento] é um pedacinho do paraíso”. Mas um paraíso construído à custa do suor dela e dos outros assentados da reforma agrária, com apoio do governo, que compareceu com mudas de caju, insumos para o cultivo da terra, água, encanada e para irrigação, energia para as casas e para os equipamentos, como frisam Seu Antônio da Guia e Seu Francisco Gomes, do mesmo assentamento, agora tendo a terra para plantar, a casa de morada e renda que dá garantias para comprar uma motocicleta, que facilita o ir e vir na lida diária com a agricultura.



RENDIMENTO, CONFORTO E QUALIDADE DE VIDA

Quando Antônio José da Silva chegou ao assentamento Espriado, em Demerval Lobão, a ideia de conforto se restringia a um fogão de lenha em casa de chão batido e cama com um colchão de palha de banana. Hoje, ele tem uma casa confortável, com cama box, geladeira duplex, TV de LED. Não só ele, mas todas as 30 famílias residentes por lá.

Todo mundo tem uma motocicleta e alguns já possuem um carro, fruto de muito trabalho, que gera renda, graças ao apoio do Pronaf e ao financiamento da terra, que possibilita o plantio e a criação em 656 hectares.

Os programas do governo foram decisivos para esse avanço. O governo faz a aquisição do que é produzido e isso, destaca o assentado Francisco Gomes, transformou o lugar, com maior produção graças a energia mais barata para irrigação e ajuda com mudas e sementes.



Governo/BIRD de R\$ 1.265.087,00. Serão beneficiadas 130 famílias – a maioria destas (65%) tendo mulheres como provedoras e, neste universo, 44% de mulheres jovens como chefes da família.

- Seleção e credenciamento das empresas para a prestação dos Serviços de Assistência Técnica Sistemática.
- Instalação de três escritórios para o funcionamento das Unidades Regionais de Gestão do Programa – URGP.
- Seleção, através de edital, de 48 cartas-consultas para a elaboração dos Projetos de Inclusão Produtiva. Ressalte-se que a agricultura familiar guarda uma característica peculiar de ser diversa. Com isso tem-se a possibilidade de um projeto contemplar mais de uma cadeia produtiva.



CARTAS-CONSULTAS HABILITADAS PARA PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA - PROGERE II

TERRITÓRIOS	CARTAS	QUINTAIS PRODUTIVOS	CAPRINOS OVINOS	CAJU	MANDIOCA	ARTESANATO	APICULTURA
COCAIS	17	13	1	0	1	4	1
CARNAUBAIS	10	2	6	1	1	0	1
ENTRE RIOS	21	13	5	2	0	0	0
TOTAL	48	28	12	3	2	4	2

PAGAMENTOS EFETIVADOS EM 2018 PELO GARANTIA SAFRA PARA O ANO AGRÍCOLA 2016/2017

ANO SAFRA	PAGAMENTOS REALIZADOS			MONTANTES PAGOS (R\$)	APORTE TOTAL DO ESTADO
	MUNICIPIOS	AGRICULTORES			
2016/2017	49	40946	34.804.100,00		10.220.604,00

FONTE: APROSOJA

Seguro da produção da agricultura familiar

O Garantia-Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de produção, em razão do fenômeno da estiagem ou excesso de chuvas, situados na área de atuação da SUDENE.

Em 2018, o Governo do Estado desembolsou um montante de R\$10.220.604,00, referente ao ano agrícola 2016/2017, beneficiando 40.946 agricultores residentes em 49 municípios que aderiram ao Programa. Para o ano agrícola 2017/2018 espera-se beneficiar 89.047 mil agricultores familiares de 166 municípios, com aporte do Estado para as duas regiões, no valor de R\$ 9.081.774,00.

Apoio à comercialização da agricultura familiar

O Programa de Aquisição e Distribuição de Alimentos – PAA/Compra Direta Local, executado em parceria com o Governo Federal/MDSA, para incentivar a agricultura familiar, através da aquisição de seus produtos. Outro foco é o combate à fome, com a distribuição de alimentos à população em risco nutricional, com a ajuda de instituições socioassistenciais dos municípios atendidos pelo programa.

ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

ANOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS	ENTIDADES BENEFICIADAS	AGRICULTORES BENEFICIADOS	RECURSOS INVESTIDOS
2018	150	206	1.206	3.000.000,00

FONTE:

Em 2018, foram aplicados R\$ 3 milhões, beneficiando 1.206 agricultores, com a venda dos produtos e 206 entidades com o recebimento dos alimentos distribuídos às famílias carentes de 150 municípios do Piauí. A distribuição dos produtos da agricultura familiar pelo PAA foi fortalecido em 2018, com a aquisição de 42 caminhões, que serão repassados a 42 municípios por meio de um Termo de Comodato. O valor do investimento é de R\$ 6.636.000,00. Após a cessão dos veículos, cada município também terá estruturada uma Central de Distribuição dos Produtos da Agricultura Familiar, composta por computador, impressora, mesa, armários, cadeiras, balanças, freezers e caixas plásticas.

Feiras da agricultura familiar

Outro mecanismo muito eficaz de incentivo à agricultura familiar tem sido as feiras para comercialização dos produtos. Esses eventos são novos espaços/oportunidades de venda, que contribuem de forma significativa para fortalecimento da agricultura familiar, aproximando novos empreendimentos e empreendedores, articulando novas parcerias.

As feiras também servem para despertar nos agricultores a necessidade para a produção em escala e de forma sistemática, com vistas à comercialização dos mercados locais e institucionais, como o PAA e PNAE - Programa de Alimentação Escolar, dentre outros circuitos locais de comercialização. Outro objetivo comum às feiras é expandir e consolidar as parcerias com o Banco do Nordeste, SEBRAE, EMATER, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SE-

NAR), Prefeituras Municipais e Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.

Foram realizadas 90 feiras, envolvendo 1.800 agricultores e agricultoras familiares em 70 municípios. O público presente nos eventos ultrapassou 27 mil pessoas, com resultados financeiros de boa monta: R\$ 2.216.417,91. O investimento feito pela SDR foi de R\$ 642.957,00.

Um dos eventos mais bem-sucedidos entre as feiras da agricultura familiar é a Feira do Turismo Rural da Grande Cacimba Velha, em Teresina, um projeto de 2017 que já fez oito edições. Constitui-se numa oportunidade para a comercialização de produtos, gerando renda para as famílias envolvidas e fortalecimento do turismo rural na região, com a constituição do Roteiro Turístico – Rota do Gavião.

Recursos hídricos

No âmbito do Crédito Fundiário, para apoiar o desenvolvimento dos assentamentos, foram implantados três Sistemas de Abastecimento de Água - SAA – que atendem a três municípios, com investimentos de R\$ 146.758,02.

Foram perfurados 188 poços tubulares, beneficiando 5.317 famílias, em 65 municípios. Este quantitativo foi executado pela SDR e DNOCS. Ressalta-se que a SDR dispõe de três perfuratrizes, sendo duas cedidas em comodato ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS/Piauí, e ao Instituto de Águas do Piauí, e uma terceira operacionalizada pela própria SDR. Este quantitativo contempla poços perfurados através do Viva o Semiárido e Crédito Fundiário.

Viver bem no semiárido

O Projeto Viva o Semiárido é uma ação resultante de Acordo de Empréstimo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), presente em 89 municípios de cinco Territórios de Desenvolvimento: Chapada Vale do Itaim, Guaribas, Sambito, Canindé e Serra da Capivara. O PVSA prioriza os arranjos produtivos da cajucultura, ovinocaprinocultura, apicultura, mandiocultura, piscicultura, artesanato e quintais produtivos.

O público beneficiário são as famílias da área rural em situação de pobreza e extrema pobreza. Entre essas famílias, a prioridade são as mulheres, jovens e quilombolas. Atualmente, 5.000 famílias são beneficiadas, através de investimentos via Projetos de Investimento Produtivo – PIPs. Em 2018, foram disponibilizados R\$ 5.825.617,71, beneficiando 678 famílias, das quais 205 têm mulheres chefes de família, 118 delas lideradas por mulheres jovens, 159 por mulheres quilombolas, em 21 Projetos Inclusão Produtiva.

Principais ações desenvolvidas em 2018:

- Cinco oficinas territoriais em Gestão Associativa e Gestão Financeira.
- Intercâmbio técnico.
- Parceria com a ICOMRADIO, para capacitação de 120 jovens em recursos audiovisuais e rede social.
- Parceria com a Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo (FUNPA-PI), através da SETRE, para realização de 79 cursos de qualificação profissional.
- Contratação de consultores em Licitação e Prestação de Contas, Gênero e Monitoramento e Avaliação.
- Foram disponibilizados R\$ 1.880.000,00 para o acompanhamento técnico sistemático para todas as famílias atendidas neste ano, envolvendo, além do EMA-TER, nove organizações prestadoras de acompanhamento técnico.

Novo Projeto Viva O Semiárido

Diante do êxito do Viva o Semiárido, foi negociada uma nova fase do projeto, na ordem de US\$ 40 milhões (R\$ 155,6 milhões na cotação de 31 de dezembro de 2018), com foco em três eixos:

- Desenvolvimento produtivo e segurança hídrica – acesso à água.
- Inovação, fortalecimento organizacional e desenvolvimento de capacidades.
- Gestão do Projeto, Monitoramento, Avaliação e Gestão do Conhecimento.

Piauí Produtivo Agronegócio

O apoio ao agronegócio também se insere nas prioridades da SDR, com ações concretas, visando estimular a produção agropecuária. Neste sentido, atua a Superintendência do Agronegócio e Desenvolvimento da Agricultura, que coordenou, supervisionou, articulou ou executou ações significativas para o fortalecimento da agricultura e pecuária do Piauí, contribuindo para o aumento da produção no campo.

O papel de articulação desempenhado por esta Superintendência junto aos produtores, entidades financeiras e demais entes do setor produtivo, diante da forte estiagem vivenciada pelos produtores, foi fundamental no processo de renegociação de débitos e facilitador do acesso a novos créditos, fator preponderante para que o Piauí obtivesse uma safra recorde em 2018.

Considerando o grande e diversificado potencial produtivo do Piauí, fez-se necessária a implementação de ações estratégicas para o melhoramento de estradas vicinais, objetivando facilitar o escoamento da produção e transporte de insumos.

Foram apoiadas 12 Feiras e Exposições Agropecuárias nos diversos Territórios do Estado, especificamente nos municípios de São Raimundo Nonato, Picos, Uruçuí, Floriano, Oeiras, Corrente, Parnaíba, Piripiri, Batalha, Esperantina, São José do Divino e Teresina.



Essas feiras geraram negócios na ordem R\$ 21 milhões, conforme levantamento das entidades organizadoras.

São eventos também importantes porque permitem trocas de experiências e acesso a novas tecnologias, como o que tem resultado em melhoramento genético dos rebanhos piauienses. Destaque-se ainda a implantação e equipamento de 12 novos matadouros públicos, sendo que sete estão concluídos (Elesbão Veloso, Ipiranga, Esperantina, Porto, Brasileira, Altos e Bela Vista) e cinco estão em execução nos municípios de Corrente, Cristino Castro, Bom Jesus, Redenção do Gurgueia e Monte Alegre. No que tange à atração de novos empreendimentos, o governo do Estado teve papel importante na consolidação da instalação de Indústria de Fertilizantes no município de Uruçuí, na implantação de Moinho de Trigo no município de Altos, na produção e beneficiamento de peixes e no apoio ao Projeto Irrigado Platôs de Guadalupe.

Terra para quem produz

O Programa Nacional Crédito Fundiário – PNCF, é operacionalizado em parceria com o Governo Federal. O Estado viabiliza a estrutura administrativa, de pessoal e logística e o Governo Federal faz a aquisição de terras e infraestrutura social e produtiva para o assentamento das famílias rurais.

Mesmo com a desaceleração dos investimentos do Governo Federal/SEAD no PNCF, o Estado do Piauí tem 20 mil famílias assentadas, com

acompanhamento direto e indireto, implantação da infraestrutura, regularização do quadro social e outras demandas dos projetos em andamento. Além desse acompanhamento sistemático, também foram realizadas as seguintes ações:

- Construção de 293 unidades habitacionais com sistema de abastecimento d'água, eletrificação rural e projetos produtivos.
- Emissão de 1.000 Declarações de Aptidão (DAPs), viabilizando a liberação PRONAF-A.
- Estruturação da Unidade Técnica Estadual, com investimento de R\$ 472.000,00
- Propostas Aprovadas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: 201 projetos que beneficiarão 1.064 famílias em nove territórios do Estado, com recursos estimados em R\$ 24.231.400,00.

Gestão moderna orientada para resultados

No ano de 2018, importantes ações foram realizadas, voltadas à infraestrutura física, tecnológica, bem como no âmbito da gestão de pessoas. Essas ações requereram significativos investimentos financeiros, conforme destacados a seguir:

- Melhoria da frota - Quinze veículos foram adquiridos com recursos oriundos de emendas parlamentares ao orçamento da União, por meio de convênios federais e recursos do PROGERE II, num montante de R\$ 1.755.990,00. Esse inves-

timento apresenta como resultado principal a agilidade do atendimento das demandas que dependem de deslocamento das equipes de trabalho.

- **Reforma, adequação e construção da estrutura física e tecnológica** - Com investimento de R\$ 336.351,90, sendo R\$ 21.952,53 destinados à reforma da Unidade de Gestão de Projeto do FIDA, e R\$ 314.399,37 para a reforma do prédio da Unidade de Gestão de Projeto em Teresina e da Unidade Regional de Esperantina do PROGERE II. Na área tecnológica, foram investidos R\$ 150.220,00 na aquisição de computadores. Estes investimentos somam um total de R\$ 486.571,90.
- **Capacitação de Servidores** – Foram capacitados 130 servidores, com investimento de R\$ 13.597,70. Este valor refere-se à participação nos eventos de capacitação em outras cidades ou fora do Estado e em oficina de planejamento e capacitação da equipe técnica e administrativa da SDR.
- **Aquisição de Sistemas de Gestão e Monitoramento** - Adquiriram-se três sistemas informatizados, com investimento de R\$ 169.535,91. Uma dessas aquisições, o SIGMA, contribui na gestão do Projeto Estadual de Geração de Emprego e Renda - PROGERE II. O sistema de banco de preço agiliza os processos de compras de produtos e serviços, pela realização de pesquisa de preços de mercado de forma mais rápida e segura. Já o de Licitações-e, possibilita à SDR, por meio de delegação da SEADPREV, realizar seus próprios pregões eletrônicos. Para manter e conservar a estrutura da SDR, assim como dar suporte à execução das atividades cotidianas, foi necessária a aplicação de R\$ 2.497.773,92.

Outras ações estratégicas da SDR

Importante ressaltar outras ações estratégicas que fortalecem o desenvolvimento rural: convênios com os municípios, entidades da sociedade civil e as contratações diretas, voltadas principalmente à implantação e melhoria de infraestrutura hídrica, produtiva e social, com a construção e recuperação de estradas vicinais, açudes e barreiros, pontes e passagens molhadas, beneficiando efetivamente 22 municípios, em suas várias localidades, com aproximadamente 400 km de estradas vicinais, construídas ou recuperadas. Também estão nessas obras de estruturação produtiva do campo a construção e recuperação de açudes e barreiros, totalizando um aporte financeiro de cerca de R\$ 4 milhões.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O apoio técnico ao pequeno produtor tem sido fundamental para que o mesmo se mantenha no campo, com renda e perspectivas de futuro para milhares de famílias de agricultores e agricultoras familiares em todo o Piauí. Nesse sentido, tem atuado o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no escopo do Programa Piauí Produtivo, com programas e ações que incluem o Crédito Rural, o Garantia Safra, o Compra Direta (PAA), aquisição de sementes e mudas, cinturão verde, Semeando Cidadania, Progere II, Projeto Dom Helder Câmara, Projeto Água Doce.

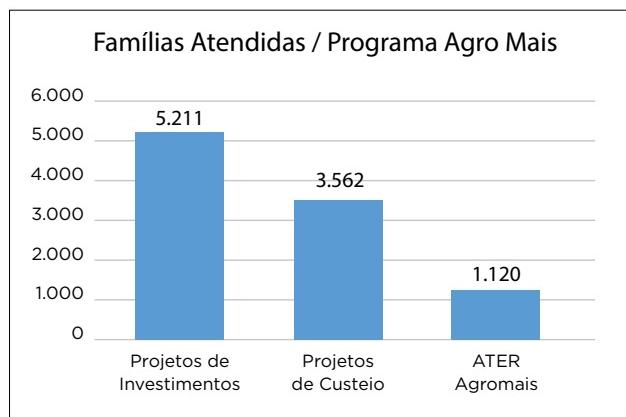
Destaquem-se ainda ações de assistência técnica e extensão rural no semiárido, onde são bastante exitosas as ações do Programa Viva Semiárido.

Crédito Rural

Permite aos agricultores familiares acessar recursos do PRONAF. As ações são desenvolvidas em todo o Estado por meio do monitoramento de projetos da agricultura familiar, elaboração de propostas técnicas e emissão de Declaração de Aptidão ao Programa (DAP).

As ações são desenvolvidas em parceria com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil através dos 17 escritórios regionais do EMATER. O programa é definido por meio do calendário agrícola, mas o acompanhamento técnico se dá durante todo o ano. Em 2018, o EMATER elaborou 5.211 projetos de investimentos, 3.552 projetos de custeio e 1.120 acompanhamentos do Programa Agro Mais, atendendo a 9.883 famílias, com R\$ 75.634.400,00. Isso possibilitou uma arrecadação, até setembro de 2018, de R\$ 189.751,00.

Como meio de ampliar a ação do EMATER na política de crédito rural, com foco no aumento da arrecadação própria, foi assinado recentemente convênio com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Com o Banco do Brasil foi assinado Convênio com o COBAN – Correspondente Bancário para o Crédito Rural, a ser implantado nos escritórios do EMATER. Com o Banco do Nordeste foi assinado convênio para prestar assistência técnica aos projetos elaborados pelo Agro Mais.



Garantia Safra

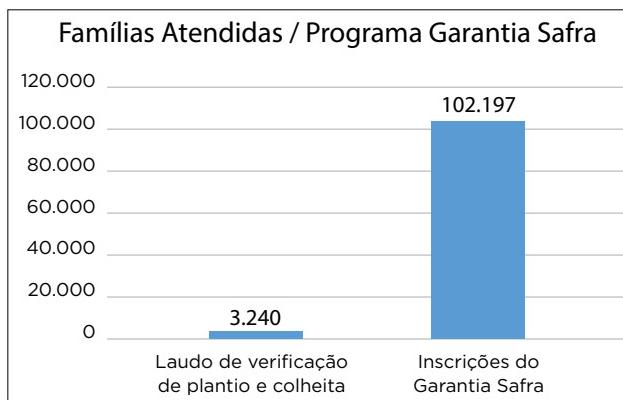
O Garantia Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inicialmente voltada aos agricultores familiares do Nordeste e da Amazônia.

Tem como beneficiários agricultores com renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 salários mínimos e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão.

Atualmente, o valor do benefício é igual a R\$

850,00, pago em cinco parcelas de R\$170,00, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal e de acordo com o calendário de benefícios sociais. A medida dá segurança alimentar da família do agricultor e liberdade de como aplicar o dinheiro.

Em 2018, foram realizados 64 laudos de verificação de plantio e colheita, referentes à safra 2017/2018, e realizadas 163 inscrições para a safra 2018/2019.



Compra Direta: aquisição de alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra Direta, tem como órgão executor a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural. Porém, o EMATER trabalha na operacionalização do Programa nos municípios, através da organização da produção, elaboração dos projetos de vendas, logística para entrega e recebimento dos produtos. Em 2018, foram elaborados 150 projetos de venda de alimentos e igual número de municípios, beneficiando 3.612 famílias de agricultores. Com isso, se movimentou mais de R\$ 9 milhões, criando renda e possibilidades para a melhoria da qualidade de vida.

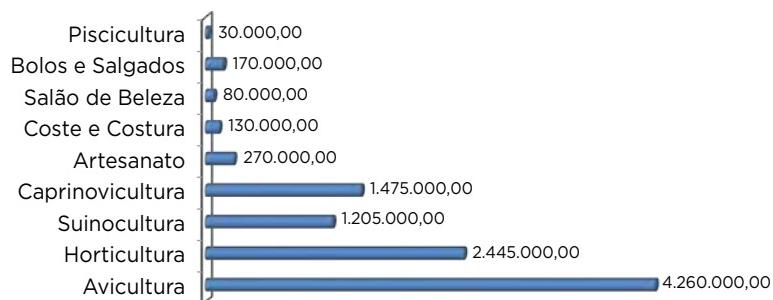
Semeando cidadania

Resulta de acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado (EMATER-PI) e o INCRA para elaboração de projeto produtivos, nas linhas Fomento Mulher e Fomento Família, em 62 as-

sentamentos, em 11 municípios do Estado: Amarante, Barras, Cabeceiras, Curralinhos, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Nazária, Palmeirais, São Miguel do Tapuio, Teresina e União.

Os projetos elaborados totalizam 2.013, nas áreas da avicultura (852), horticultura (489), caprino-ovinocultura (295), suinocultura (241), artesanato (54), bolos e salgados (34), corte e costura (26), salão de beleza (16) e piscicultura (6).

Valor aplicado / Atividade



Fomento às atividades produtivas rurais

Trata-se de um projeto de assistência técnica e extensão rural destinado a 1.000 famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito do programa de fomento às atividades produtivas rurais, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e o Governo do Estado do Piauí, através do EMATER-PI.

As famílias atendidas estão nos municípios de Altos (80), Assunção do Piauí (80), Barras (160), Batalha (80), Boqueirão do Piauí (80), Joca Marques (80), Lagoa Alegre (80), Madeiro (80), Nossa Senhora dos Remédios (80), Pau D'Arco (50), Porto (50), Regeneração (50) e São Pedro do Piauí (80). Foram aplicados recursos em projetos e ações nas áreas de criação de aves caipiras (455), suinocultura (286), quintais produtivos (168), hortas (66) e artesanato (25), nos quais foram aplicados R\$ 2,4 milhões.

Projeto Água Doce

O Programa Água Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério

do Meio Ambiente, em parceria com diversas instituições federais, estaduais, municipais e a sociedade civil.

Seu objetivo é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano, por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização. No presente momento, foram diagnosticados 12 municípios e 201 comunidades, com a meta de implantação de 67 sistemas.

Projeto Cinturão Verde

Trata-se de uma ação de assistência técnica e extensão rural a 15 comunidades, com elaboração de diagnóstico, projetos de crédito e institucionais, projetos de incentivos de irrigação e acompanhamento técnico.

PROGERE II

O Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural faz parte do Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social, viabilizado por empréstimo do Banco Mundial. Seu objetivo é aumentar a renda de famílias de pequenos produtores rurais em situação de pobreza.

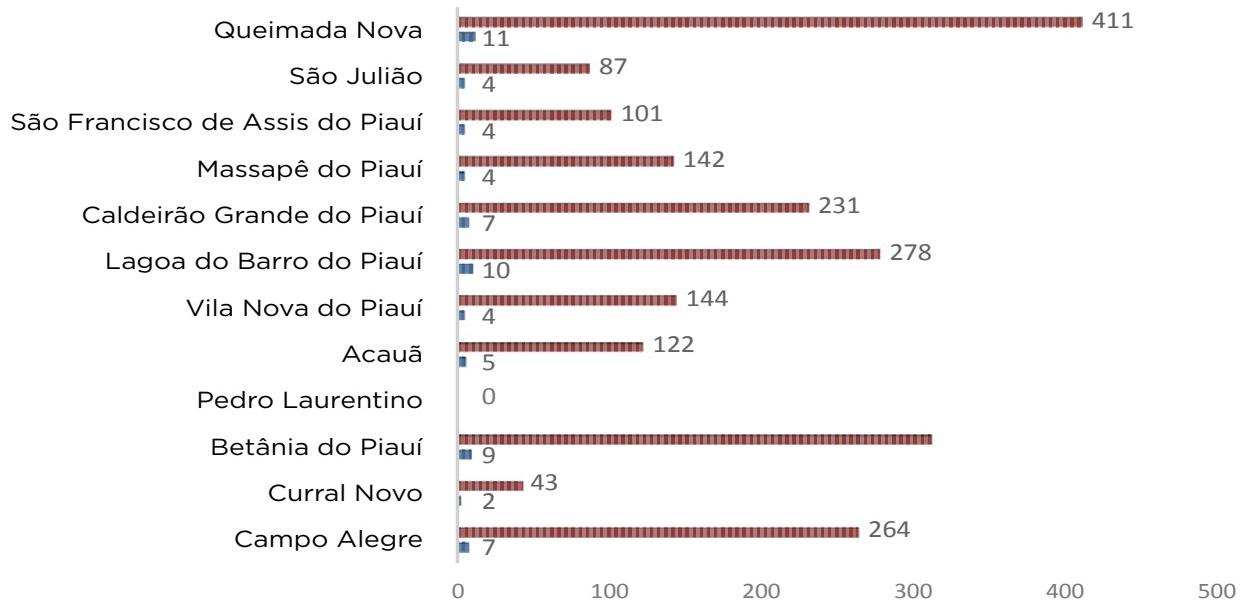
O EMATER desenvolve ações de organização comunitária, elaboração e assistência técnica aos Planos de Investimento Produtivos. Foi dada assistência técnica a dois Planos de Investimento e estão em processo de elaboração mais cinco Planos de Investimentos. Serão investidos R\$ 1,4 milhão em atividades de artesanato, extrativismo, ovino-caprinocultura e quintais produtivos, beneficiando 210 famílias.

Programa Sementes e Mudas

O Programa Sementes e Mudas é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), responsável pela aquisição de sementes e mudas para distribuir junto às agriculturas e aos agricultores familiares do Piauí. Nos municípios,

Área de abrangência / Projeto Água Doce

■ Nº de Famílias ■ Comunidades



a entrega de mudas e sementes é precedida da formação de comissões municipais coordenadas pelos escritórios locais do EMATER, com a participação de Secretarias Municipais de Agricultura, de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e ONGs com atuação nos municípios. Em 2018, numa parceria com a CONAB, o EMATER adquiriu sementes de milho, para distribuição em todo o Estado do Piauí. Foram beneficiadas 50.000 famílias. No caso das mudas de caju, foi realizado o cadastramento de 5.000 cajucultores.

Desenvolvimento Territorial

Nessa ação, o EMATER apoia iniciativas de grupos produtivos organizados no Território dos Carnaubais, com aquisição de 125 kits de irrigação, beneficiando diretamente 500 famílias de 16 municípios. O investimento de R\$ 328 mil tem uma enorme taxa de retorno, porque garante renda e segurança alimentar para as famílias.



Projeto Dom Helder Câmara

O Projeto Dom Helder se propõe a desenvolver assistência técnica e extensão rural em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, com aplicação de R\$ 16.034.242,16, R\$ 9.251.549,74, repassados pela ANATER.

As ações cobrem 68 municípios de seis territórios de desenvolvimento: Vale do Guaribas, Vale do Itaim, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Chapada das Mangabeiras, Serra da Capivara e Alto Parnaíba.

A execução do projeto começou em 2017, com vigência de 34 meses, para serviços de assistência técnica e extensão rural a 2.970 famílias rurais em situação de extrema pobreza.

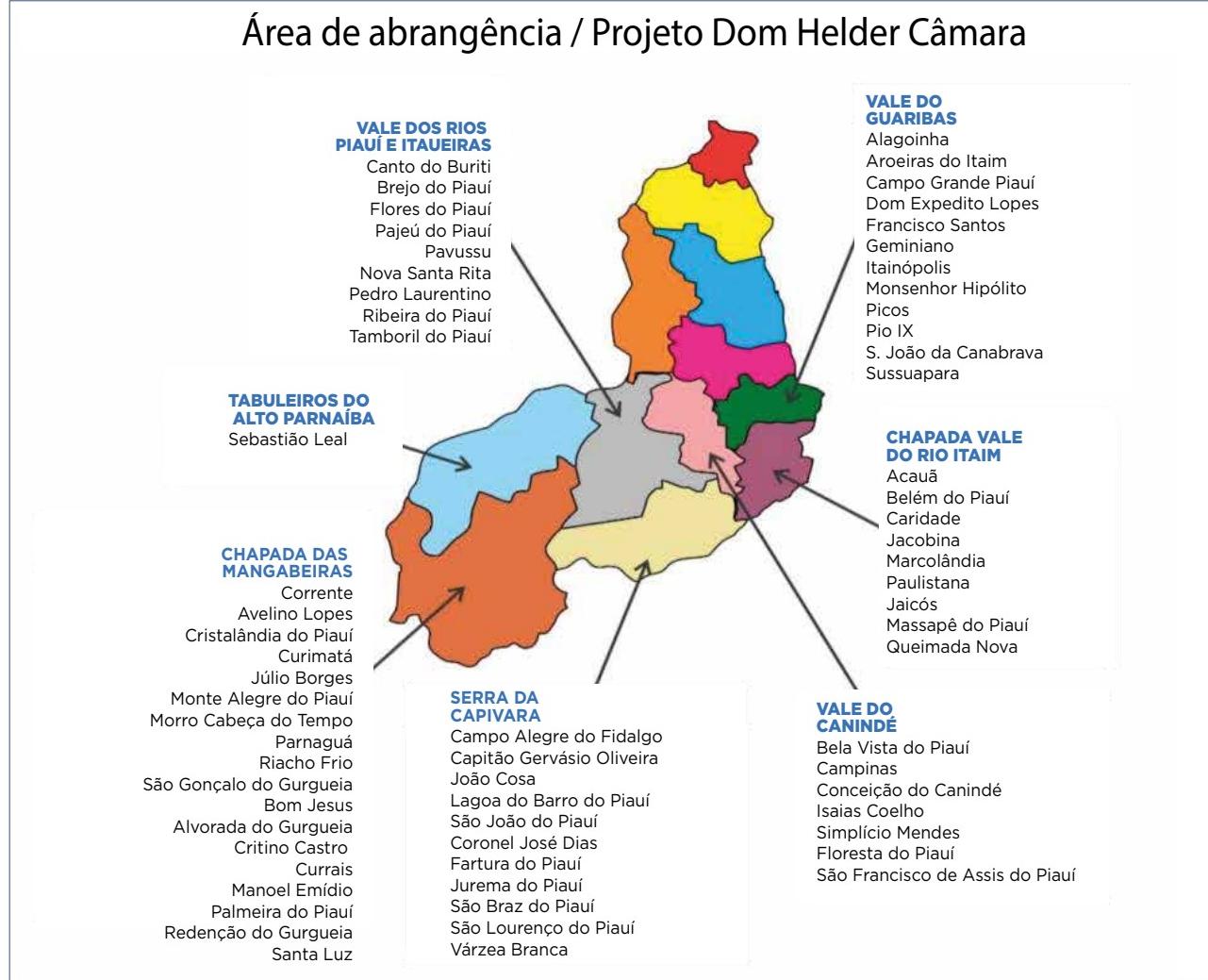
Capacitação de agricultores e servidores do EMATER

O EMATER qualifica servidores e agricultores familiares em várias regiões do Estado. A capacitação de técnicos leva em conta o conjunto de ações desenvolvidas pela instituição nos seus diversos programas. A capacitação de agricultores considera o fortalecimento das feiras de agricultores familiares e a demandas solicitadas por grupos organizados, instituições e municípios.

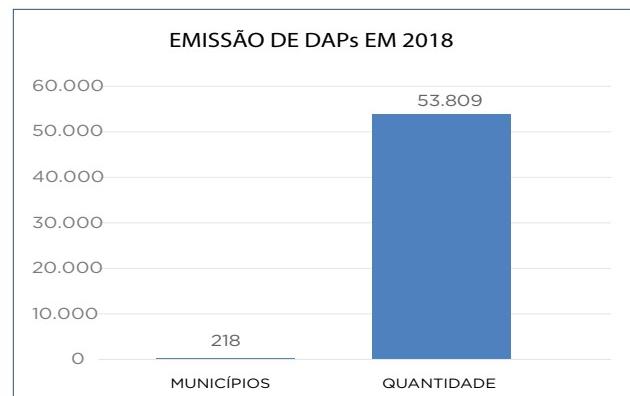
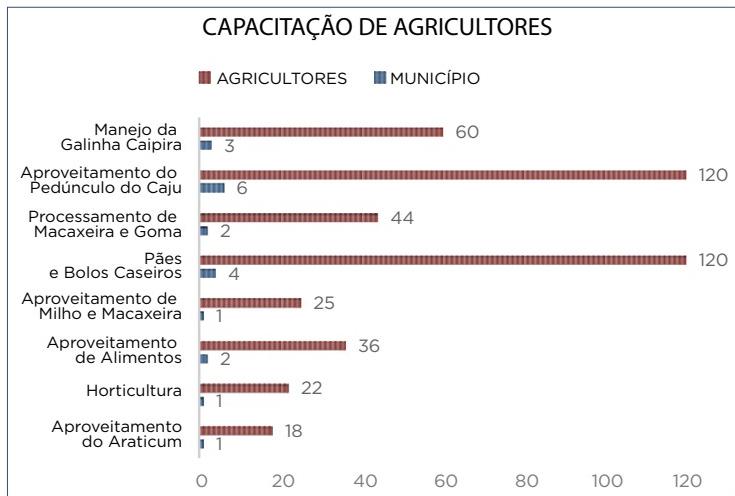
Emissão de DAPs

Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) foi criada para identificar e qualificar o agricultor familiar e permitir acesso diferen-

Área de abrangência / Projeto Dom Helder Câmara



ciado às políticas públicas. Atualmente, a DAP concede acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra, o Seguro da Agricultura Familiar entre outros. O EMATER é a principal entidade emissora de DAP no Estado, sendo responsável por mais de 80% de todas as DAPs expedidas no Estado. O documento é emitido nos escritórios do EMATER e tem registro da sua emissão em 218 municípios.



Modernização

o Programa de Modernização do EMATER cuida da reestruturação da instituição, sendo investidos recursos oriundos da arrecadação própria, do Tesouro Estadual e de convênios, para aplicação e reforma e ampliação de escritórios, aquisição de mobiliário, de equipamento de informática, compra e recuperação de veículos, entre outros.

Programa Viva

o Semiárido

O Governo do Estado do Piauí assinou, em 2013, o Acordo de Empréstimo nº I-788-BR com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, que estabelece as condições gerais do Projeto Viva o Semiárido - PVSA.

O PVSA integra a estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e participativo do Governo do Piauí, fundada na “implementação de políticas públicas através de uma ação integrada de planejamento, envolvendo todos os órgãos, programas e projetos governamentais, as organizações da sociedade civil e empresas privadas, mediante um conjunto de atividades regionais capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo das diversas instituições para promoção do desenvolvimento regional sustentável”. O PVSA tem ênfase na mobilização dos produtores e das produtoras rurais para participação ativa nas discussões e decisões sobre os investimentos a serem apoiados pelo projeto, fortalecendo a organização social, empoderando a população para avançar na conquista de direitos e de uma vida melhor. Como coexecutora do projeto, o EMATER é responsável pelo desenvolvimento e execução do componente “Desenvolvimento Produtivo”, com objetivo de organizar os grupos de beneficiários, capacitar técnicos e agricultores nas cadeias prioritárias fomentadas pelo PVSA, além de elaborar e prestar serviço de Assessoria Técnica Sistêmática – ATS, a um terço dos Planos de Negócios financiados pelo projeto.

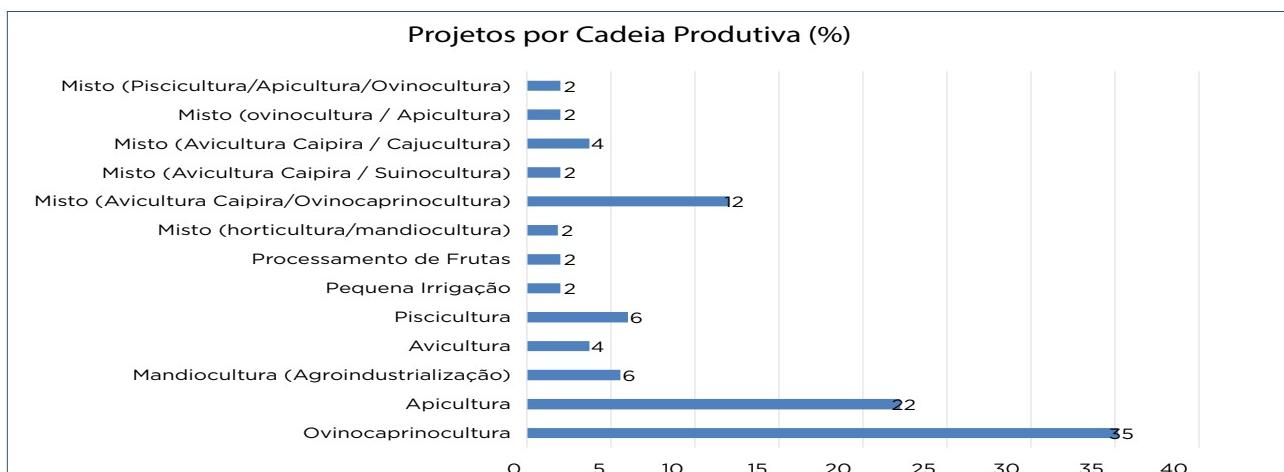
ÁREA DE ABRANGÊNCIA / Projeto Viva O Semiárido



QUADRO PLANO DE NEGÓCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

TERRITÓRIOS	AUTORIZADOS	ELABORADOS	APROVADOS	EM ELABORAÇÃO	EM INSTALAÇÃO	FAMÍLIAS ATENDIDAS	R\$
VALE DO SAMBITO	14	7	4	2	4	69	58.554,00
VALE DO GUARIBAS	11	8	8	0	5	195	1.085
CHAPADA VALE DO ITAIM	21	16	15	0	12	495	3.172.381,71
VALE DO CANINDÉ	21	13	14	5	11	361	2.968.862,12
SERRA DA CAPIVARA	18	14	13	3	8	359	2.753.900,85
TOTAL	85	58	54	10	40	1479	10.568.200,99

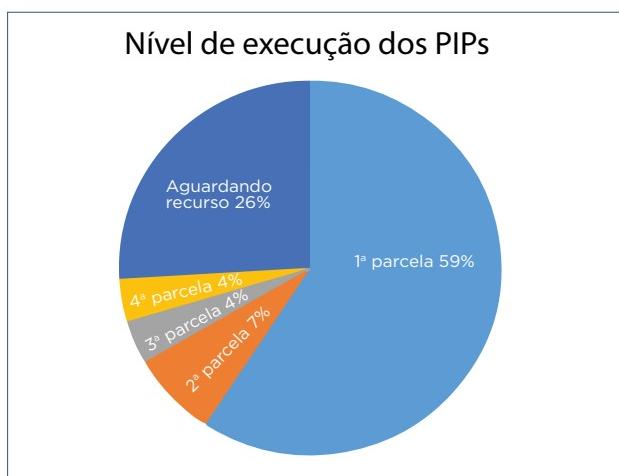
FONTE: EMATER



O apoio logístico às ações do PVSA recebeu o suporte de veículos utilitários, computadores, notebooks, equipamentos para apoio às atividades técnicas por ocasião da ATS, e a contratação de Agentes de ATER para fortalecer as ações junto ao PIPS elaborados e acompanhados pela Instituição. Em outra linha de atuação, o EMATER executa ações de elaboração e prestação de serviço de Assessoria Técnica Sistemática (ATS) aos grupos de agricultores familiares beneficiários do Fundo de Investimento do Projeto (FIP), através dos Planos de Investimento Produtivos (PIPs) nas diversas cadeias produtivas prioritárias apoiadas pelo PVSA: ovino-caprinocultura, apicultura, mandiocultura, cajucultura, quintais produtivos, piscicultura, artesanato e avicultura caipira.

O EMATER-PI, além de desempenhar importante papel como entidade coexecutora do PVSA, assumiu, sem objeção do FIDA e através de Termo de Cooperação Técnica com o projeto, a responsabilidade de elaborar, instalar e assessorar um terço do total de Planos de Investimento Produtivos demandados pelas comunidades. Com praticamente 95% dos recursos destinados aos Projetos de Investimento aplicados, de uma meta de 187 projetos, o EMATER-PI se responsabilizou pela elaboração e assessoria técnica a 62 PIPs, já tendo atingido 87% de sua meta. Dos 85 processos autorizados pelas Unidades Regionais de Gestão do PVSA, nos seus cinco territórios de abrangência, 58 planos foram elaborados e encaminhados para análise

na Unidade Estadual de Gestão do Projeto – UGP. Desses, 54 foram aprovados pelo Comitê Gestor do Projeto Viva o Semiárido – COMGEP, beneficiando diretamente 1.479 famílias, com prestação de serviço de Assessoria Técnica Sistemática nas diversas cadeias produtivas prioritárias. Observa-se que, dentre as cadeias produtivas priorizadas pelo PVSA, destacam-se a ovino-caprinocultura, a apicultura e os projetos mistos que envolvem as cadeias da avicultura caipira com a caprino-ovinocultura e a apicultura, representando quase 70% dos Planos elaborados e assessorados pelo EMATER-PI. Cabe lembrar que das 54 entidades com Planos de Investimento Produtivo aprovados, 40 encontram-se com recursos em suas contas e em fase de instalação de seus projetos, sendo que umas em fase mais avançada que outras, restando ainda a liberação dos recursos para 14 entidades.





TURISMO NO PIAUÍ, UM POTENCIAL ECONÔMICO EM 77 CIDADES

O crescimento do consumo em turismo impulsiona o setor e a geração de empregos. No Piauí, segundo dados do Ministério do Turismo, somam 77 as cidades com potencial turístico, das quais oito cidades estão nas categorias A, B e C, aquelas que concentram o fluxo de turistas domésticos e internacionais, e 69 municípios figuram nas categorias D e E, com menos fluxo, mas potencial para expansão de negócios no setor. Nas categorias A, B e C, estão as cidades de Parnaíba, Luís Correia, Teresina, Picos, Campo Maior, Floriano, Corrente e Piripiri, as que mais recebem fluxo turístico.

As 77 cidades piauienses com potencial turístico estão divididas em sete polos: Aventura e Mistério (11 cidades), Costa do Delta (6 cidades), Águas (7 cidades), Nascentes (10 cidades), Origens (11 cidades), Histórico e Cultural (19 cidades) e Teresina, que inclui, além da capital, outras 12 cidades. O volume de negócios na área de turismo corresponderia já a mais de R\$ 1 bilhão anuais, com milhares de negócios em hotelaria, restaurau-

rantes, agências de turismo, serviços de guia e transporte.

A Secretaria de Estado do Turismo exerce o papel de apoiar empreendedores, através da divulgação e suporte para os nossos atrativos turísticos, bem como desenvolver o serviço de qualidade nos acessos dados a estes pontos.

Em 2018, foram executadas obras importantes para diversos municípios e promovidos eventos, através de parcerias, apoio ou convênios. Destaque-se o Festival de Inverno de Pedro II, cidade situada no Polo Turístico Aventura e Mistério. O evento movimenta a economia local, promove a apresentação de artistas nacionais, de feiras de artesanato – notadamente as peças em opala e tecidos locais. Em 2018, a SETUR aproveitou a vocação local para esportes radicais e promoveu durante o Festival de Inverno de Pedro II o Desafio das Opalas, uma competição ciclística que atraiu os olhares e interesses de competidores de todo o mundo.

A SETUR também investiu em outros eventos importantes para fomentar a economia local em alguns municípios, como o Festival do Milho, em Piracuruca, que chama a atenção para a expansão do cultivo de grãos naquele município.

Outro evento apoiado pela SETUR em cidade no Polo Aventura e Mistério foi o Canyon Fest, na cidade de Castelo do Piauí – mas que repercutiu sobre Juazeiro do Piauí e Buriti dos Montes. O evento busca fortalecer o ecoturismo nessa região, onde a principal atração natural é o Canyon do Rio Poti.

DIVULGAÇÃO TURÍSTICA – A Secretaria de Turismo teve participação em feiras internacionais do setor, como a Abav Expo Conect, em São Paulo, na qual foi apresentado o potencial turístico, com folheteria, degustação de alimentos típicos como a cajuína, castanha de caju, doce de caju cristalizado, cachaças.

Obras de apoio ao turismo

Mesmo com dificuldades técnicas e financeiras que reduziram o ritmo de andamento, estão em execução obras de suporte ao turismo. Entre elas, a pavimentação asfáltica em Guadalupe, para acesso ao teatro da região, pavimentação de vias da região litorânea com acesso às praias, o Complexo do Terminal Turístico de Barra Grande, a estruturação da orla do açude Joana em Pedro II, que está em execução. Em Teresina, estão prontos 95% das obras do Centro de Convenções.

Cabe destacar ainda a estrutura para o Piauí Praia Acessível, inaugurada em julho de 2016, e já realizou mais de 3.000 atendimentos. O local possui uma rampa de acesso ao mar com 70 metros, banheiros adaptados e um espaço para guardar objetos. Para o banho de mar assistido são disponibilizadas cadeiras de rodas anfíbias, produzidas em material mais leve e resistente à maresia.

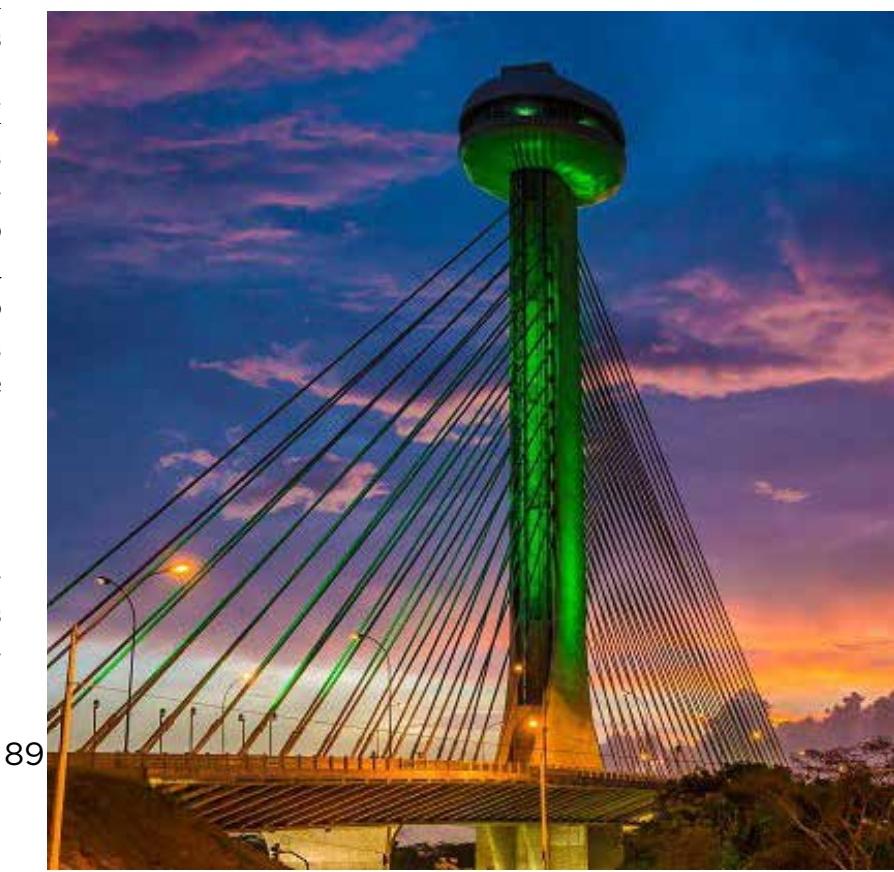
Cadastro de prestadores de serviços turísticos

Negociada desde o ano passado, já está em operação a nova versão do cadastro de prestadores de serviços turísticos: Cadastur. A partir de ago-

ra, todo o cadastro na região Nordeste será feito eletronicamente, tornando o processo mais rápido e moderno, uma vez que possui interface amigável e interligada ao banco de dados da Receita Federal.

Com a medida, a expectativa do Ministério do Turismo é garantir o cadastro dos 312 meios de hospedagem registrados pelo censo da hotelaria encomendado pelo MTur no ano passado. Atualmente, apenas 44 estão no sistema. Além da formalização de meios de hospedagem, o cadastro também é obrigatório para outras seis categorias – agência de turismo, parque temático, acampamento turístico, organizadora de eventos, guia de turismo e transportadora turística.

Dentro dessa perspectiva de formalização da atividade turística, o Piauí segue bem situado: foi o segundo Estado com a maior taxa de regularização (87%) dos meios de hospedagem. O número foi conquistado após a realização da “Operação Verão Legal”, do Ministério do Turismo. Essa regularização favorece políticas públicas para o setor, além de proporcionar meios para orientar novos empreendimentos turísticos no Estado.



MAIS PRODUÇÃO E MAIS RENDIMENTO NA PECUÁRIA

Graças aos esforços continuados do Governo do Piauí, por meio da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPI), o último Censo Agropecuário do IBGE revelou uma nova realidade na produção de proteína animal no Estado.

O trabalho da ADAPI para manter elevado nível de imunização do rebanho bovino contra a febre aftosa já valeu ao Piauí a certificação de zona livre com vacinação – o que compensou perdas na criação de gado bovino de corte e de leite ao longo da estiagem persistente dos últimos sete anos.

O Piauí tem cumprido ações contidas no Plano Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, contribuindo para que o Brasil seja declarado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zona livre da doença com vacinação. Em 2020, o Estado espera ser certificado como zona livre sem vacinação.

Se na pecuária bovina a vacinação contra aftosa impulsiona essa importante e histórica atividade econômica, em outras áreas de criação o Censo Agropecuário do IBGE registra avanços ainda mais significativos.

O aumento nos planteis de caprinos foi de 26,79%, entre 2006 e 2016. Na criação de ovinos, crescimento ainda maior, de 26,38%, mas é na criação de aves que o avanço foi mais representativo, com expansão de 30,51%.

Entre 2006 e 2017, o rebanho caprino do Piauí agregou mais 390 mil animais, o de ovinos, 348 mil cabeças e o plantel de aves foi ampliado em 2,4 milhões.

Com esse enorme crescimento na avicultura, em 11 anos o Piauí mais que dobrou sua produção anual de ovos, saindo de 13,7 para 28,1 milhões, algo como 14,3 milhões de ovos a mais produzidos por ano em uma década.

Com apoio do governo, outros dois arranjos produtivos voltados à produção de proteína animal, a piscicultura e a apicultura tanto têm ampliado a produção e a produtividade, quanto ampliado a absorção de mão de obra.

A criação de peixes e a aquicultura têm um faturamento anual superior a R\$ 120 milhões, segundo dados do IBGE relativos ao ano de 2017. Na apicultura, dados do Banco do Nordeste indicam que esse arranjo produtivo segue muito bem. Em ?? respondeu por 61% das exportações nordestinas de mel, com faturamento de US\$ 17,7 milhões.

Em 2017, as exportações do produto geraram US\$ 29,2 milhões em divisas, valor 48,9% superior a 2016. O Piauí foi o Estado que deu a maior contribuição para este crescimento; em 2017 o Estado respondeu por quase 61,0% do valor das exportações nordestinas de mel, com a geração de US\$ 17,7 milhões (R\$ 58,7 milhões na cotação de 31 de dezembro de 2017). Além disso, em 2018, o Piauí foi o estado que recebeu o maior volume de recursos das linhas de financiamento do BNB para a apicultura, com R\$ 6,2 milhões – um terço dos R\$ 18 milhões mutuados pelo banco para o setor.

PIAUÍ, UMA FÁBRICA DE ENERGIA LIMPA

O Estado tem atuado como um facilitador de empreendimentos privados que mudam a face da economia, pavimentam caminhos de desenvolvimento econômico e social e têm tido especial impacto sobre a sustentabilidade do Estado, como a implantação de usinas de produção de energia limpa, eólica e solar, sobretudo.

O Piauí pode vislumbrar uma expansão de sua economia com a crescente exploração de energia limpa, que, somada a grandes estoques hídricos, boa oferta de terra e melhoria da infraestrutura viária, pode e deve fazer do nosso território uma fábrica de energia renovável, uma terra de sustentabilidade.

Ao longo da divisa do Piauí com os Estados de Pernambuco e Ceará, na parte baixa e piauiense da Serra da Ibiapaba e chapada do Araripe, os ventos já produzem cinco vezes mais energia que a Usina de Boa Esperança. Desde 2018, 58 parques eólicos se encontram em funcionamento no Piauí, produzindo 1.521,1 megawatts/hora de energia, o que representa 10,5% da energia eólica produzida no País.

É possível que se possa multiplicar até por cinco essa produção de energia limpa, com in-

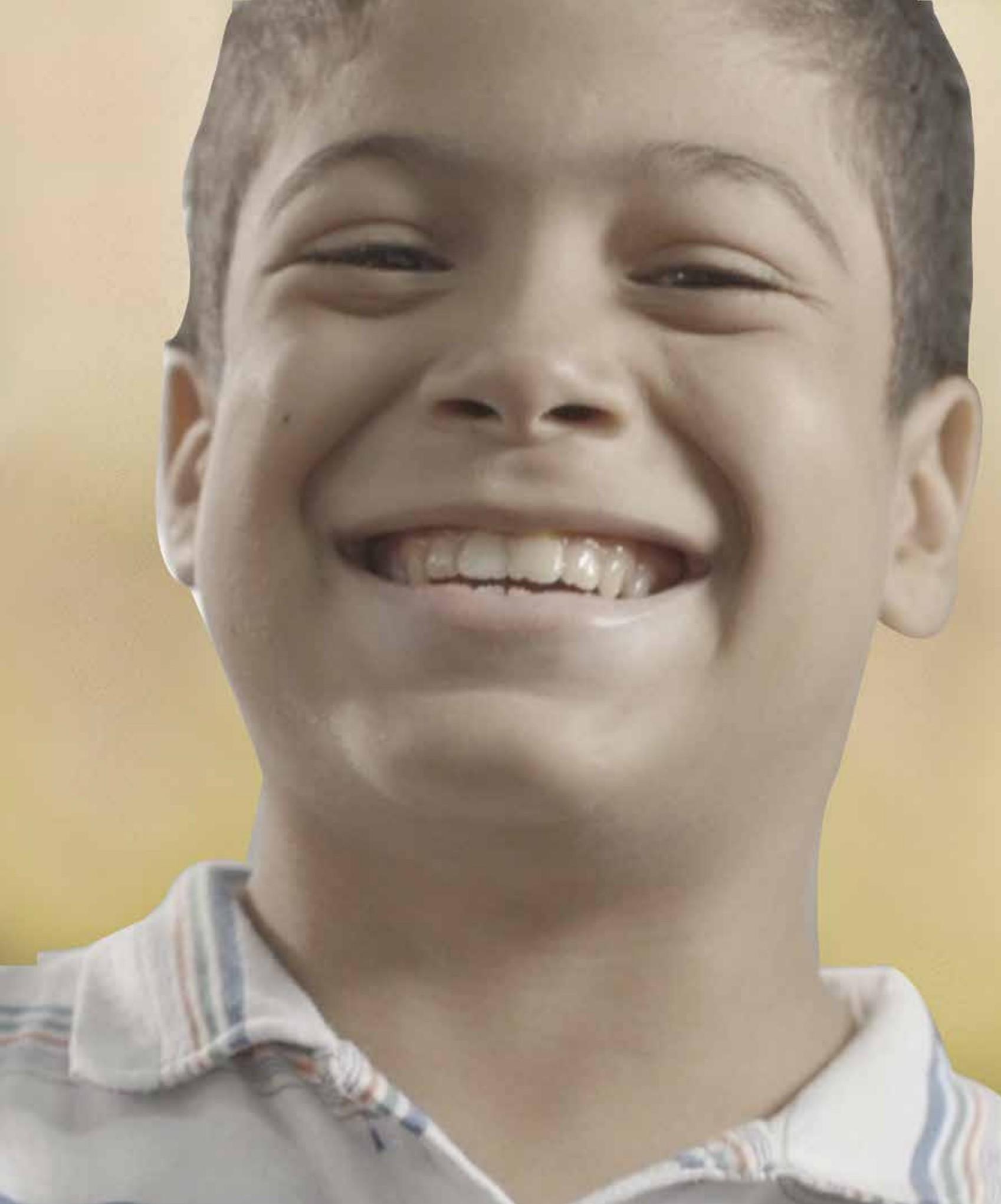
vestimento privado, nos próximos anos, com a construção de milhares de torres eólicas tanto na parte mais a Sudeste do semiárido piauiense, como ao longo da divisa com o Ceará, em cidades como São Miguel do Tapuio, Assunção e Buriti dos Montes, cujo potencial energético tem atraído a atenção de players do setor.

A instalação da usina fotovoltaica de Nova Olinda (Ribeira do Piauí), com 292 megawatts/hora, abriu caminho para novos empreendimentos na área. Um deles é o parque solar São Gonçalo, de 475 MW, em São Gonçalo do Gurgueia, que é a maior planta solar fotovoltaica atualmente em construção na América do Sul e deve entrar em operação em 2020. O Grupo Enel vai investir cerca de R\$ 1,4 bilhão na construção da planta solar, o equivalente a aproximadamente 390 milhões de dólares.

Novas unidades de produção de energia fotovoltaica devem ser instaladas no Piauí, em Caldeirão Grande (capacidade instalada prevista de 110 megawatts/hora), Curral Novo do Piauí (400 megawatts/hora), Floriano (450 megawatts/hora), além de Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí.

Some-se a isso o investimento que a empresa alemã Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. projeta realizar em Pio IX, onde adquiriu a Fazenda Capisa S/A, de 21 mil hectares, na qual pretende fazer um investimento de R\$ 9 bilhões em uma planta de fabricação de parques eólicos.





Obras que transformam as pessoas e os lugares onde elas vivem

Uma estrada é boa na medida em que ela muda positivamente a vida das pessoas e altera a paisagem econômica de uma região. É o que se pode dizer da estrada estadual ligando Cocal a Piracuruca (com entroncamento na BR-343) e a Cajueiro da Praia/Barra Grande (com entroncamento na BR-402, no povoado Brejinho). A estrada ficou mais conhecida por reduzir em 80 km a distância entre Barra Grande e Teresina, principal destino emissor de turistas para uma das mais belas praias do Brasil. Mas é muito mais que somente a estrada que encurtou a distância entre dois pontos do Estado: contribui para o desenvolvimento regional, tendo recolocado a cidade de Cocal como um entreposto comercial importante no Norte do Estado.

A estrada mudou a vida de milhares de pessoas, faz uma diferença de distância física, que reduz as distâncias para melhoria na qualidade de vida, como ocorreu a Francisco Carlos Rodrigues Monteiro, dono de um hostel em Barra Grande. Ele vê o futuro com novas perspectivas, porque como faz negócios também com peixe e artesanato, vê que o aumento de demanda vai movimentar os negócios e os seus ganhos.

Ao longo da estrada mais pessoas vislumbram ganhos. Francisco das Chagas Amorim, empresário, residente em Cocal, tem agora um aumento nos negócios de fretamento de veículos para quem vai à praia em Luís Correia e Cajueiro da Praia. O custo menor de manutenção dos carros, que antes quebravam por causa da má qualidade da estrada, também é garantia de maior ganho.

Essa mudança de vida das pessoas a partir do investimento em uma estrada é o foco do trabalho do governo, nos últimos quatro anos e para o quatriênio que agora se inicia. O investimento público estará sempre mais afeito às

pessoas, com a construção e recuperação de escolas, de hospitais, obras de saneamento e abastecimento, infraestrutura e mobilidade, além de eixos rodoviários para o desenvolvimento estadual, regional e local, como se observou com a estrada estadual que ligou as cidades de Piracuruca, Cocal, Cajueiro da Praia e Luís Correia.

A estrada foi pavimentada conjuntamente pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI) e pela Secretaria de Transportes – SETRANS. Isso porque não se trata de uma, mas de duas rodovias estaduais, compreendidas num mesmo eixo rodoviário, um dos muitos em que se projeta investir nos próximos anos com objetivo semelhante de criar novos caminhos para o desenvolvimento socioeconômico de vastas áreas do Piauí, interligando leste e oeste, encurtando distâncias, abrindo corredores de tráfego de pessoas e riquezas e induzindo novos empreendimentos.

Eixos rodoviários como o da estrada que encurta a distância entre Teresina e Barra Grande ampliam as possibilidades de negócios locais, como os que ocorrem em Cocal onde os produtores locais foram favorecidos pela facilidade de escoar suas produções não somente para consumidores do Piauí, mas também de Estados vizinhos.

O Piauí move-se ainda mais por uma ideia de estradas que movimentam as economias territoriais e locais, ampliando suas ligações com o resto do Estado e do país e de obras públicas que transformam a vida das pessoas – porque cuidar das pessoas é o que se pode fazer de melhor como investimento público.

O futuro poderá e deverá ser muito melhor por escolhas de obras que resultem em mais saúde, educação, progresso social e econômica.

INFRAESTRUTURA

PIAUÍ SUPERA DIFICULDADES E INVESTE EM OBRAS POR TODO O ESTADO

Em 2018, o Governo do Estado do Piauí investiu num conjunto de 176 obras executadas pelos mais diversos órgãos da administração pública estadual, que atuaram de modo eficiente para a expansão de malhas viárias urbanas, melhorando a mobilidade e impactando na qualidade de vida das populações beneficiadas. Estradas vicinais e estaduais foram pavimentadas, restauradas e melhoradas. Escolas foram ampliadas e recuperadas, além de melhorias em redes elétricas e a construção de sistemas de abastecimento de água.

Somente na área da Educação, foram concluídas 35 obras em 2018. Há ainda 115 obras em execução em todo o Estado entre novas escolas, reformas, quadras esportivas e outras ações que totalizam um investimento de mais de R\$ 52 milhões.

Na área de mobilidade urbana, a prestação de serviços trouxe melhorias para a qualidade de vida das populações atendidas devido ao significativo volume de obras. De 2015 a 2018, somam-se 2,9 milhões de metros quadrados de pavimentação poliédrica (paralelepípedos) e 19.000 km de vias pavimentadas – com impacto positivo na vida de moradores e criando oportunidades de ocupação de mão-de-obra na execução dessas ações em todo o Piauí, gerando assim renda nos municípios piauienses. Somam-se às obras localizadas em pelo menos 100 municípios piauienses, os trabalhos de maior monta e que exigiram investimentos mais consideráveis, concluídos ao final de 2018, como é o caso do Rodoanel de Teresina e a revitalização do Metrô, com a chegada dos Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que deram uma nova feição ao transporte público na capital do Piauí.

Os valores investidos em 2018 somente na área de transporte e mobilidade urbana ultrapassam a casa dos R\$ 400 milhões nos últimos quatro anos. Obras em andamento nesta área totalizam cerca de R\$ 460 milhões.

Melhoria física da rede escolar no interior do Estado

- Reforma da Unidade Escolar Monsenhor Bóson – Água Branca.
- Construção de quadra poliesportiva na Unidade Escolar Cantídio Saraiva – Regeneração.
- Instalação de subestações elétricas e adequação das instalações para climatização da Unidade Escolar Demerval Lobão – Angical.
- Execução e conclusão da Escola Agrotécnica – Baixa Grande do Ribeiro.
- Ampliação da Unidade Escolar Conselheiro Saraiva – Batalha.
- Reforma nos banheiros da Unidade Escolar Venâncio Lages – Cabeceiras.
- Reforma da Unidade Escolar José Olympio da Paz – Campo Maior.
- Reforma e ampliação do CETI José Nogueira Aguiar – Esperantina.
- Instalação de subestação aérea e adequação das instalações elétricas para climatização na Unidade Escolar José Amável – Matias Olímpio.
- Reforma da instalação da Universidade Aberta do Piauí (UAPI) na unidade Escolar Professora Maria de Lourdes Leal Nunes Brandão – Milton Brandão.
- Reforma e ampliação da Unidade Escolar Átila Lira – Monte Alegre.
- Construção de escola no povoado Formosa – Piripiri.
- Reforma e ampliação da Unidade Escolar Marcos Parente – Redenção do Gurgueia.
- Pintura na Unidade Escolar Eustáquio Portella – Santa Cruz dos Milagres.



- Ampliação da Unidade Escolar Deolindo Lima – São Raimundo Nonato.
- Reforma da Escola Agrícola Manoel Otávio – União.
- Reforma de Unidade Escolar – Lagoa Alegre.
- Construção de estádio de futebol – Curimatá.

Obras de melhoria física da rede escolar em Teresina

- Reforma e ampliação da Unidade Escolar João Henrique (Morada Nova).
- Reforma da Unidade Escolar Adamir Leal (Dirceu II).
- Ampliação da Unidade Escolar Monsenhor Raimundo Melo (Morada do Sol).
- Reforma e ampliação da Unidade Escolar Caluzinha Freire (Satélite).
- Recuperação e ampliação do muro no Centro de Artes Marciais Sarah Menezes (Saci).
- Recuperação da cobertura e reforma geral do bloco no pátio da Unidade Escolar Francisco César Araújo (Dirceu II).
- Reforma da Unidade Escolar Auristela Soares (Porto Alegre).
- Ampliação e recuperação de muros com colocação de concertinas na Escola Militar Dirceu Mendes Arcoverde (Morada do Sol).
- Demolição e construção do muro na Unidade Escolar Heli Sobral (Mocambinho).
- Instalação de subestação aérea e adequação das instalações elétricas para climatização na Unidade Escolar Severiano Sousa (Acarape).
- Ampliação e recuperação de muros com colocação de concertinas na Unidade Escolar Professora Angelina Leal (Morada do Sol).
- Reforma do Centro Integrado de Educação Especial – CIES (Ilhotas).
- Reforma e ampliação no CETI Fontes Ibiapina (Renascença I).

- Reforma na Unidade Escolar do Residencial Pedra Mole. (Pedra Mole)
- Reforma do muro no CETI Maria Melo (Planalto Ininga).
- Reforma da Unidade Escolar Professor Raldir Cavalcante Bastos (Renascença).
- Reforma e ampliação da Casa da Estudante (Macaúba).
- Reforma da Casa do Estudante do Piauí (Centro).

Obras de infraestrutura viária

- Construção de passagem molhada no município de Alto Longá.
- Construção de uma ponte em concreto armado na localidade Piripiri, no município de Brejo do Piauí.
- Estrada vicinal nos municípios de Buriti dos Lopes e Alto Longá.
- Construção de superestrutura de uma ponte em concreto no município de Joca Marques.
- Recuperação de estrada vicinal no município de José de Freitas, onde também foram realizados obras e serviços de recuperação de 7,36 km de estrada vicinal em revestimento primário.
- Recuperação de estrada vicinal nos municípios de Jurema, Manoel Emídio e Padre Marcos.
- Recuperação de 13,24 km de estrada vicinal em revestimento primário no município de Piripiri.
- Recuperação de estrada vicinal no município de São João do Piauí.



- Recuperação de estrada vicinal no município de São José do Divino.
- Construção de três passagens molhadas no município de São Félix do Piauí.
- Recuperação de estrada vicinal ligando os municípios de Regeneração, Jardim do Mulato e Francinópolis.
- Recuperação de estradas vicinais nos municípios de Teresina e União.
- Serviços de conservação rodoviária no trecho Anísio de Abreu/Várzea Branca, numa extensão de 10,48 km.
- Recuperação de estrada vicinal com revestimento primário com 10,05km de extensão na zona rural do município de Barras.
- Restauração em revestimento primário no trecho Entroncamento da PI-143/ povoado do Buriti Rei, no município de Oeiras, com extensão de 15,68 km.
- Recuperação de estrada vicinal da sede à localidade Lagoa do Tucano, zona rural do município de Paquetá.
- Pavimentação asfáltica da PI-456, no trecho entroncamento da PI-459 (Paulistana/ Betânia), passando pelos povoados Barro Vermelho, Itaizinho e Serra Vermelha até Curral Novo do Piauí, a chamada Estrada do Ferro, com extensão de 55 km.
- Recuperação de estrada vicinal no trecho BR-249 / Povoado Bonfim / Assentamento Olho D'Água, no município de Socorro do Piauí.
- Recuperação de 11 km de estrada vicinal no Município de União.
- Construção de passagem molhada na zona rural do município de Vila Nova do Piauí.
- Pavimentação em revestimento primário da rodovia PI - 391 (Perimetral Sul), entroncamento da rodovia PI-247 (Cruzeta) - Pratinha - Malícia - Nova Santa Teresa com a extensão de 134,58km. Na obra, foram investidos R\$ 38.868.450,50 com recursos oriundos da operação de crédito Pró-Desenvolvimento e Governo do Estado.

Obras de infraestrutura urbana

- Construção de uma praça, com sistema de iluminação, no município de Luzilândia.
- Construção de praça, no município de Esperantina.
- Urbanização de canteiros de praça e construção de quadras poliesportivas no município de Isaías Coelho.
- Construção de praça pública no município de Monsenhor Gil.
- Construção de uma praça, localizada em frente à Unidade Escolar Paes Landim, em Ribeiro Gonçalves.
- Cobertura da galeria do bairro São Francisco, no município de Simplício Mendes.
- Construção do terminal rodoviário da cidade de Água Branca, com área de 1.400,00m², resultante de investimentos de R\$ 1.519.613,48.
- Construção de praça no povoado Chapada do Pinto, município de Joca Marques, com área de 2.610,50 m², investimentos de R\$ 249.406,40, beneficiando 950 pessoas.

Obras de segurança pública

- Construção do grupamento da Polícia Militar, no povoado Barra Grande, município de Cajueiro da Praia.
- Construção de Unidade Integrada de Segurança Pública na cidade de Elesbão Veloso.
- Nova sede do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa, localizada na avenida Pedro Freitas, bairro São Pedro, zona Sul de Teresina.
- Nova sede do 22º Distrito Policial, na Santa Maria da Codipi, em Teresina.

Mobilidade urbana e expansão de vias urbanas pavimentadas

Pavimentação em paralelepípedo nos municípios de Água Branca, Bom Jesus, Bonfim do Piauí, Assunção do Piauí, Capitão de Campos, Cocal dos Alves, Colônia do Piauí, Coivaras, Eliseu Martins, Elesbão Veloso, Isaías Coelho, Juazeiro do Piauí, Madeiro, Massapê do Piauí, Manuel Emídio, Milton Brandão, Pedro Laurentino, Lagoa do Piauí, Regeneração, Santa Cruz dos Milagres, Santa Luz do Piauí, São Gonçalo do Gurgueia, São João da Serra, São João do Arraial, São João do Piauí, Redenção do Gurgueia, São Pedro do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Luís do Piauí, Valença, São Miguel do Fidalgo e Landri Sales.

Merecem destaque ainda obras de pavimentação nos seguintes municípios

- Caxingó – Pavimentação em paralelepípedo das ruas Pará e Projetada.
- Oeiras – Pavimentação poliédrica na localidade Briona.
- Paes Landim – Pavimentação de ruas nas localidades Capitão Nonato e Macambira.
- São Raimundo Nonato – Pavimentação em paralelepípedo em ruas no povoado São Victor.
- Angical – Pavimentação em paralelepípedo em ruas no bairro Montevidéu, somando $5.573,88\text{m}^2$.
- Barra D'Alcântara – Pavimentação de 5.575 m^2 de vias urbanas.
- Boa Hora – Pavimentação em paralelepípedo de $14.302,05\text{ m}^2$ de vias urbanas.
- Bocaina – Pavimentação em paralelepípedo de diversas ruas no povoado Agrovila, município de Bocaina, onde também foram pavimentadas ruas dos povoados Lagoa dos Currais (I e II) e Morro da Queimada, num total de $3.775,40\text{m}^2$.
- Cajueiro da Praia – Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na localidade Boa Vista.

- Canavieira – Serviços de pavimentação de $4.972,87\text{m}^2$ em paralelepípedo.
- Caraúbas do Piauí – Pavimentação em paralelepípedo de $6.020,00\text{m}^2$.
- Cocal dos Alves – Construção de $2.942,35\text{m}^2$ de pavimentação em paralelepípedo.
- Corrente – Implantação de $4.345,73\text{m}^2$ de pavimentação em paralelepípedo nas ruas 5, 6 II e 12.
- Cristino Castro – Execução de 5.000 m^2 pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na zona urbana.
- Curimatá – Execução de 5.000 m^2 de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na zona urbana.
- Dom Expedito Lopes – Pavimentação em paralelepípedo de 5.000 m^2 na sede e na localidade Buriti Grande.
- Francisco Macedo – Execução de 5.425 m^2 pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na zona urbana.
- Ipiranga do Piauí – Pavimentação em paralelepípedo de $10.000,00\text{ m}^2$ na sede do município.
- Joca Marques – Pavimentação em paralelepípedo de $9.600,78\text{ m}^2$.
- José de Freitas – Construção de $8.760,00\text{m}^2$ de pavimentação em paralelepípedo no município, onde também foi feita pavimentação asfáltica.





- São José do Peixe – Execução de serviços de pavimentação em paralelepípedo de 5.000,00 m² sobre colchão de areia.
- União – Implantação de 12.021,00m² de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas, nos povoados Novo Nilo e David Caldas.
- Valença - Obra de 7.448m² de pavimentação em paralelepípedo, em diversas ruas da zona urbana.
- Guadalupe – Recapeamento de 4.000m² de asfalto na Avenida Manoel Ribeiro Fonseca, com investimentos de R\$ 2.277.830,07, que também recebeu iluminação de LED, com aplicação de R\$ 717.289,49.
- São Raimundo Nonato – Asfaltamento de 2.600m² da Avenida Manoel Augustinho de Castro, ligando a avenida João Dias (Avenida dos Estudantes) ao entroncamento da BR-020. O investimento na avenida, estratégica para a mobilidade urbana da cidade, foi superior a R\$ 2,5 milhões. Na mesma cidade, foram investidos R\$ 1,09 milhão no Conjunto Habitacional José Lau, conhecido como Portelinha, para pavimentação de 10.000m² de vias.
- São Pedro do Piauí – Pavimentação de ruas nos bairros Buritizinho e Mutirão, com área de 4.816m². Na mesma cidade foram feitos 14.000m² de pavimentação asfáltica, em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), em diversas ruas da zona urbana.
- Milton Brandão – Pavimentação de 12.529,36m² em areia asfalto usinado a quente (A.A.U.Q.), com investimentos de R\$ 556.595,56.
- Canavieira – Pavimentação de 4.972,87m², com investimentos de R\$ 511.507,67.
- Ribeira do Piauí – Pavimentação de 3.319,33m² na localidade Barriguda, investimentos de R\$ 297.044,05.

OBRAS VIÁRIAS CONCLUÍDAS 2015-2018

CLASSIFICAÇÃO	KM	M ²
MOBILIDADE URBANA NOS MUNICÍPIOS	19.042,05	2.928.164,71
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	2.325,59	1.237,50
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RODOVIAS	632,11	25.280,00
TOTAL GERAL	21.999,75	2.954.682,21

FONTE: SIMO/SEPLAN

OBRAS VIÁRIAS EM EXECUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	KM	M ²
MOBILIDADE URBANA NOS MUNICÍPIOS	5.698,12	4.090.171,80
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	8.196,54	0,00
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RODOVIAS	12.162,08	26.519,55
TOTAL GERAL	26.056,74	4.116.691,35

FONTE: SIMO/SEPLAN

Obras de saúde e assistência social

- Construção de um posto de saúde no município de Inhuma.
- Construção da terceira ala do Abrigo para Idosos Casa São José, em Teresina.
- Unidade de Pronto Atendimento de Bom Jesus (em andamento).
- Execução da obra de ampliação da Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde – Parnaíba.
- Reforma da Casa dos Conselhos Ribamar Santos, em Teresina.
- Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (CIAC).
- Reforma geral do Abrigo Masculino, unidade de acolhimento da SASC, que atende adolescentes de 12 a 18 anos.

Obras de diversos órgãos públicos

- Construção da nova regional da SEFAZ – Corrente.
- Reforma do prédio da Gerência Regional da SEFAZ – Picos.
- Melhorias sanitárias no Posto Fiscal de São João da Fronteira.
- Construção de cozinha e banheiros, e reforma de pavilhão e galpão do Parque de Exposições Dirceu Arcoverde – Teresina.
- Reforma e limpeza do Parque de Vaquejada de Colônia do Piauí.
- Reforma do Aeródromo de Luzilândia.
- Reforma do Estádio Marrecão, em Uruçuí.

Obras de infraestrutura hídrica

- Terraplenagem para reforma de barragem de terra na localidade Fósforo, no município de Jurema.
- Construção de 92 reservatórios protegidos (cisternas), sendo 79 no município de São Lourenço e 13 em Dom Expedito Lopes.
- Execução dos serviços de ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água, na cidade de Cocal.
- Implantação do sistema de abastecimento d'água nas localidades Carro e Várzea Primeira, no município de Elesbão Veloso.



- Sistemas de abastecimento de água nas localidades Macaúba e Serra, em Ipiranga.
- Perfuração e equipamento de três poços nas localidades Aprazível, Fazenda Grande e Baixa Limpa, no município de Novo Oriente do Piauí.
- Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades Angico, Barreiro Branco e Riachão do Meio, no município de Sebastião Barros.
- Perfuração de 12 poços tubulares no município de Pedro II, com capacidade para 220 mil litros por hora.
- Poço no bairro Santa Rosa, em José de Freitas, com 225 metros de profundidade e vazão de 30 mil litros por hora.
- **Adutora de engate rápido na Serra Branca, em São Raimundo Nonato, com 26 km de extensão** executada com recursos da CODEVASF, que ampliou a oferta de água na cidade. Leva água dos poços da Serra Branca ao sistema adutor do Garrincho, possibilitando o abastecimento de 9 municípios da região da Serra da Capivara, beneficiando a população de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São Lourenço do Piauí, Bonfim do Piauí, Várzea Branca, Anísio de Abreu, São Braz do Piauí, Dirceu Arcoverde e Jurema. A obra, que atende às

necessidades de 40 mil pessoas foi construída a um custo de R\$ 15,4 milhões. A operação é feita pela AGESPISA, com apoio do Governo Estadual.

Obras de suporte elétrico

- Fornecimento e instalação de subestação de 150 KVA para alimentação da ETA - Estação de Tratamento de Água na zona rural do município de Francisco Macedo.
- Substituição de rede elétrica trifásica, em Teresina.

OBRAS DE TRANSPORTE SOMAM R\$ 860 MILHÕES EM QUATRO ANOS

- Balanço da Secretaria de Transportes indica que as obras nesta área realizadas pelo Governo do Piauí somam cerca de R\$ 860 milhões, entre 2015 e 2018. Parte desses recursos ainda é de investimentos em curso, e outra parte, de obras que já apresentam resultados para o desenvolvimento estadual, regional e local.
- O volume de obras concluídas soma mais que R\$ 400 milhões, enquanto as obras em andamento totalizam algo em torno de R\$ 460 milhões.



- Entre as obras, destacam-se os valores investidos em Teresina, que foi impactada positivamente por grandes obras de transporte e mobilidade urbana realizadas pelo governo do Piauí. Na capital, os investimentos somam mais de R\$ 390 milhões em obras concluídas e em andamento: os Veículos Leves sobre Trilhos, o Rodoanel, o acesso do Rodoanel à Usina Santana, as obras do Complexo Ponte JK, que incluiu a construção de praças, dos acessos da ponte do meio e implantação do passeio central, a pavimentação nos bairros Parque Piauí, Redenção, Vila Nova, Uruguaí, Nossa Senhora de Fátima, Horto Florestal, Eduardo Costa, Tabuleta, Parque Sul, Bela Vista, São Pedro, Matinha, Piçarreira, Parque Eliane e Vila Irmã Dulce.
- Além da capital, foram feitas obras de pavimentação no interior ao longo dos últimos quatro anos, totalizando investimentos superiores a R\$ 60 milhões, favorecendo cidades como Parnaíba, Campo Maior, Altos, Piripiri, Piracuruca, Corrente, Oeiras, Valença, Cocal dos Alves, dentre outras.
- Obras viárias urbanas e rodoviárias fundamentais para o desenvolvimento econômico do Estado, dos territórios e seus municípios foram realizadas neste período, com investimentos que somaram mais de R\$ 180 milhões. Destacam-se as seguintes obras: rodoanel de Regeneração, rodovia Campestre, em Cocal, Avenida Beira Rio, em Floriano, o acesso à Coroa de São Remígio, em Buriti dos Lopes, a BR-235, ligando Santa Filomena a Gilbués, a Perimetral Sul, o acesso ao Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato, a avenida das Ingazeiras, em São Raimundo Nonato, a PI-309, ligando Cocal à BR-343 e a Piracuruca, com redução de tempo e distância para o percurso, pontes de Palmeira do Piauí e Morro do Chapéu.

Obras estruturais em andamento

- Mais de R\$ 200 milhões em investimentos estão sendo feitos em obras que o governo está executando:
- BR-235 (trecho Caracol-Bom Jesus) – R\$ 131.000.000,00.
- PI-248 (trecho Rio Grande-Pavussu) – R\$ 9.200.000,00.
- PI-219 (trecho entroncamento BR-343 até Canavieira) – R\$ 18.000.000,00.
- PI-216 – Juazeiro do Piauí/Milton Brandão – R\$ 23.888.264,67.

Rodoanel está em fase de conclusão

Com investimentos que totalizaram R\$ 122.997.001,21, está em uso o Rodoanel de Teresina. Com esta ação, milhares de veículos pesados serão retirados dos trechos urbanos das rodovias federais BR-343 (zonas Leste e Sudeste de Teresina) e BR-316 (zona Sul da Capital). Isso faz melhorar a fluidez do tráfego nessas áreas, além de reduzir os riscos de acidentes. Abre também perspectivas de expansão imobiliária, industrial e de serviços para uma região de Teresina onde antes não havia possibilidades de desenvolvimento.

Uso do VLT revitaliza e moderniza o metrô de Teresina

A aquisição de três veículos leves sobre trilhos (VLTs), compostos por três carros cada, com investimentos de R\$ 46.050.000,00 impactou positivamente o Metrô de Teresina.

Cada veículo em operação tem capacidade para transportar até 600 passageiros por viagem, com custo de passagem mantido, no início da operação, em 80 centavos.

A aquisição dos VLTs é parte de um amplo projeto de modernização e revitalização do Metrô de Teresina. A obra completa está projetada em mais de R\$ 450 milhões. Todo o trabalho a ser executado inclui a reforma dos trilhos, esta-

ções, duplicação, nova ponte ferroviária sobre o rio Poti, centro de controle de operações. Todo um sistema novo metroviário que será implantado no decorrer dos anos na nossa capital, a um custo de R\$ 215 milhões, assegurados através de uma operação com a Caixa Econômica Federal.

Na etapa já concluída, foram aplicados recursos provenientes de Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal (R\$ 43.741.619,29) e o Governo do Estado do Piauí (R\$ 2.308.380,71), totalizando R\$ 46.050.000,00.



MAIS MORADIAS PARA OS PIAUIENSES

Em que pese a crise financeira e a redução dos investimentos federais para habitação, a Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) seguiu em 2018 atuando para ampliar os investimentos no setor. Nos últimos quatro anos, a ADH entregou cerca de 5.000 novas unidades habitacionais aos piauienses.

A parceria com o governo federal resultou na conclusão de obras dos residenciais Jacinta Andrade (977 unidades habitacionais), Paulo de

Tarso (357 unidades) e Nova Teresina (36 unidades), e na Vila Irmã Dulce, zona Sul da capital, onde foram entregues 48 imóveis, totalizando 1.418 unidades habitacionais.

Entre 2015 e 2018, avançou-se na oferta de casa própria em cidades do interior do Piauí, através do Programa Minha Casa Minha Vida Sub50, voltado para os municípios de até 50 mil habitantes. Foram entregues 3.120 imóveis em 83 municípios, destacando que, só no ano de 2018, foram entregues 514 moradias em várias cidades como Bertolínia, Manoel Emídio, Pavussu, Dom Inocêncio e outros.

Com relação ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), foram entregues 135 unidades habitacionais. No final de 2018, dentro desta ação, deu-se início à construção de mais 145 casas nas zonas rurais de Teresina, Joaquim Pires, União e Barras.

A ADH atuou ainda para a habitabilidade, ou seja, criar condições para as pessoas morarem melhor. Neste sentido, outro projeto em destaque é o de pavimentação poliédrica (calçamento), que contemplou as cidades de São João do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Oeiras (em três localidades), Angical e Cajazeiras.



UMA ESTRADA IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A estrada estadual que liga Cocal à BR-343 (rumo a Piracuruca) e também até o povoado Brejinho, em Luís Correia, é uma obra essencial ao desenvolvimento regional e ao turismo. A estrada encurta em 80 km a distância entre Teresina e a praia de Barra Grande, mas seu impacto na economia local deve ser também considerado. O investimento consolidado é de R\$ 41 milhões. A estrada foi pavimentada conjuntamente pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI) e pela Secretaria de Transportes – SETRANS. Isso porque não se trata de uma, mas de duas rodovias estaduais, compreendidas num mesmo eixo rodoviário.

No trecho realizado pelo IDEPI, a estrada tem 66 km, pavimentados e sinalizados, com investimento de R\$ 29 milhões oriundos do BNDES. No trecho realizado pela SETRANS, são 26 km



na PI-309, iniciando na BR-343 e tirando do isolamento o povoado Videl. O investimento nesse trecho foi de R\$ 12 milhões.

Além de encurtar a distância para Barra Grande, ampliar as possibilidades de negócios em Cocal, favorecer os produtores locais e tirar pessoas do isolamento, a estrada também vai criar um novo corredor de tráfego entre as cidades da Serra da Ibiapaba e o litoral do Piauí, favorecendo o turismo e a economia regional.

A estrada cria a percepção de que a cidade de Cocal se converterá em um importante entreposto comercial para toda a região, incluindo municípios como Viçosa e Camocim.





*Cuidar bem do
Estado e das
finanças
para melhor
cuidar de
pessoas*

Investimentos públicos em educação, saúde, segurança, bem-estar social, obras estruturantes e de interesse socioambiental somente são possíveis se houver um esforço grande e contínuo para manter a saúde fiscal, financeira e administrativa do Estado. É tarefa difícil essa, porque nem sempre há uma compreensão da necessidade de se fazer ajustes e de se estabelecer uma disciplina rigorosa para evitar, cortar e reduzir despesas da máquina pública, de modo a que se aplique mais e melhor os recursos públicos na qualidade de vida de todas as 3,2 milhões de pessoas residentes no Piauí.

Neste rumo, é imperativo o controle de despesas com pessoal – a maior do Estado – sempre com o objetivo de evitar que a expansão desse gasto resulte em desequilíbrio financeiro capaz de pôr em risco os investimentos sociais, ou seja, a aplicação do dinheiro público em favor da maioria, notadamente dos que mais precisam.

Um dos resultados mais bem sucedidos do recorrente trabalho de conter as despesas com pessoal é exatamente a manutenção do pagamento da folha salarial atualizada. A massa salarial gerada pela máquina pública estadual é parte de uma poderosa engrenagem de movimentação da economia. Assim, o compromisso de manter essa conta em dia é muito mais do que uma obrigação para com o servidor, é uma ação fundamental para manter a economia em bom funcionamento.

Bom funcionamento não somente na economia, mas no serviço público de modo geral. Profissionais do quadro de pessoal do Estado e a serviço da sociedade, sem dúvida atuam de modo mais satisfatório em áreas essenciais como educação, saúde e segurança pública se estão recebendo seus salários em dia.

Como a máquina pública funciona ainda graças a despesas de custeio com materiais, equipamentos e insumos, os esforços de disciplina

fiscal e organização administrativa também focam em manter o melhor funcionamento de escolas, hospitais e instalações físicas do aparato de segurança pública.

A eficiência desses serviços em tempos de receitas comprimidas depende essencialmente de produtividade dos servidores. Nessa direção, o Governo do Piauí atuou com êxito em duas frentes, o uso da tecnologia da informação, que amplia o acesso a serviços para o cidadão, e a qualificação continuada do funcionalismo público em todas as áreas.

Resultados positivos de uma atuação voltada para melhores serviços, mesmo em tempos difíceis, podem ser observados em ações como os Espaços Cidadão, onde pessoas como o Cláudio Oliveira puderam obter um emprego, ou ainda Seu Valter Mota, de Floriano, que ficou tão satisfeito com o atendimento recebido no Espaço Cidadão em sua cidade, que classificou o serviço como de “padrão internacional”.

O trabalho em conter despesas, arrecadar mais e aplicar melhor os recursos públicos objetiva, evidentemente, maior eficiência do Estado em seus serviços, com melhor atendimento de todas as demandas sociais e investimentos em obras que impulsionem o desenvolvimento econômico. Mas ao fim e ao cabo, é o sorriso das pessoas, o bem-estar social coletivo, o que de melhor se pode colher de um Estado administrativamente mais organizado e fiscalmente mais equilibrado.

As medidas administrativas e fiscais adotadas ao longo dos últimos anos se seguirão como uma rotina para a saúde econômico-financeira do Estado. É um compromisso com as pessoas, o uso totalmente adequado do dinheiro dos impostos, de modo que haja sempre meios de promover sorrisos na face de todos os piauienses.

GESTÃO EFICIENTE

GESTÃO EFICIENTE: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

O ano de 2018 foi marcado por dificuldades financeiras, cujo enfrentamento se deu com a busca de eficiência fiscal. Isso significa que foram despendidos esforços para contenção e redução de despesas e ampliação das receitas.

No que se refere às despesas, a contenção e redução de gastos foi possível em face da atuação da Secretaria de Administração e Previdência, do uso da tecnologia da informação e do trabalho da Controladoria (CGE) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Foi fundamental, para manter o equilíbrio das contas públicas, o olhar atento sobre a folha de pessoal, contratos de prestação de serviços e aquisição de bens, acuidade com licitações e rigor na concessão de benefícios previdenciários. Um exemplo de como esse trabalho ajudou a manter equilibradas as finanças foi a economia obtida pela ação conjunta da SEADPREV e CGE, com economia de R\$ 65 milhões em licitações e contratos. Somam-se a esses valores outros R\$ 23 milhões economizados diante da atuação da CGE em serviços de engenharia.

A atenção redobrada com as despesas de pessoal, através de medidas rotineiras como a atualização cadastral de servidores, tem sido essencial para o equilíbrio fiscal do Estado, propiciando assim uma capacidade maior em investimentos. O rigor nos gastos com diárias e passagens também foi necessário nessa caminhada. Em 2018, na comparação com o ano anterior, foram gastos 18,52% a menos com diárias e 13,34% com passagens.

Como resultado, o Piauí apresentou um desempenho bastante favorável no controle de despesas com pessoal, incluindo o Estado na lista de unidades da Federação que mantiveram os gastos com salários abaixo do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o terceiro mais baixo entre os 26 estados e o Dis-

trito Federal, conforme o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2018, divulgado pelo Tesouro Nacional.

A SEFAZ trabalhou para impulsionar a arrecadação agindo em variadas frentes, desde uma ação fiscalizatória mais efetiva e eficaz, até esforços de recuperação fiscal direta, em conjunto com a PGE, que em 2018 resultou em um montante superior a R\$ 9,6 milhões, ou ainda na recuperação de créditos tributários, cuja soma atingiu mais de R\$ 22,3 milhões.

Todo esse trabalho tem por foco melhorar a atuação do Estado, valorizando seus servidores, base da boa prestação de serviços públicos, apoiando a qualificação permanente, política salarial adequada às condições fiscais e otimização do trabalho através do uso de tecnologias da informação.

Como exemplo, o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, vem aperfeiçoando a utilização do SIAFE, com o objetivo de tornar mais eficiente a execução orçamentária, alinhada às metas estabelecidas no PPA. Como inovação, a SEPLAN, juntamente com as demais secretarias de estado, territorializou o orçamento estadual, possibilitando maior eficácia e efetividade na consecução do orçamento, bem como o redirecionamento das políticas públicas de atendimento à população.

GOVERNO AGIU PARA GARANTIR BONS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os compromissos assumidos pelo Governo do Piauí nos últimos três anos serviram de alicerce para construção de um modelo de gestão voltado para o desenvolvimento do Estado e melhoria do bem-estar social da população. O Piauí, seguindo a tendência nacional, sofreu com a retração do PIB em consequência da grave crise econômica e política que se abateu sobre o Brasil. Para combater esse cenário deprimido, o Governo do Estado tomou medidas severas para



equilibrar receita/despesa e manter a máquina funcionando no tocante a investimentos, garantindo a manutenção de serviços essenciais e o pagamento dos salários dos servidores em dia. Para financiar as políticas públicas, o trabalho incansável da equipe econômica do governo, que buscou alternativas e construiu soluções para enfrentar esse período de turbulência, foi fundamental. Enquanto alguns Estados decretaram situação de “calamidade financeira”, o Piauí é um dos poucos que se mantêm de pé ante a tempestade que tem provocado ruína e preocupação no cenário econômico nacional.

A Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV) ajudou a construir o alicerce de um novo modelo de gestão, priorizando áreas como modernização, eficiência e controle do gasto público. Através da presente mensagem, que tem o objetivo de demonstrar as principais ações realizadas pela Pasta no ano de 2018, destacamos o cumprimento das competências institucionais dessa Secretaria, constituindo-se uma prestação de contas para o conjunto da sociedade.

Ações realizadas pela Unidade de Modernização Administrativa - UMA

Em 2018, importantes investimentos foram realizados, apesar da limitação de recursos, buscando melhorar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos, com reforma e expansão dos serviços ofertados nos Espaços e Salas da Cidadania e Implantação de novo projeto por meio dos Centros Integrados de Atendimento ao Cidadão – CIACs.

Em parceria com o TJ-PI, realizamos a reforma e adequação dos prédios cedidos ao Governo do Estado, através da Secretaria de Administração e Previdência – SEADPREV:

- **Reforma do Fórum de Santa Filomena – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – CIAC**
Valor da obra de reforma: R\$ 47.755,71.
Valor de Mobiliário: R\$ 121.197,00.
Valor de Equipamentos de Informática: R\$ 131.407,79.
Valor de Ar-Condicionado: R\$ 36.290,00.
Investimento Total: R\$ 336.650,50.
- **Reforma do Fórum de Monte Alegre – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – CIAC**
Valor da obra de reforma: R\$ 25.976,39.
Valor de Mobiliário: R\$ 98.967,00.
Valor de Equipamentos de Informática: R\$ 125.171,79.
Valor de Ar-Condicionado: R\$ 25.380,00.
Investimento Total: R\$ 271.495,18.
- **Reforma do Fórum de Nazaré do Piauí – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – CIAC:**
Valor da obra de reforma: R\$ 30.478,80.
Valor de Mobiliário: R\$ 110.903,00.
Valor de Equipamentos de Informática: R\$ 116.687,79.
Valor de Ar-Condicionado: R\$ 33.115,00.
Investimento Total: 290.175,59.

- **Instalação dos Postos de Atendimento da Receita Federal**
Campo Maior – CIAC
Teresina – Espaço da Cidadania
São Raimundo Nonato – Espaço da Cidadania
- **Mudança do Prédio do Espaço da Cidadania de Picos para o Shopping Picos Plaza**
Data de Inauguração: 29/03/2018
- **Instalação do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão de Picos-PI**
Piauí Shopping
Data de Inauguração: a ser inaugurado
- **Instalação da Nova Unidade do Espaço da Cidadania em Teresina – Unidade Show Auto Mall**
Data de Inauguração: 28/03/2018
- **Reforma dos Fóruns do TJ-PI**
Data de Inauguração:
reformas para 2019
Valor de conclusão da obra:
R\$ 226.216,80
Valor de mobiliário:
R\$ 1.826.180,80
Valor de equipamentos
de informática: R\$ 2.079.779,83
Valor de condicionadores de ar:
R\$ 537.387,00
Cidades Contempladas: Anísio de Abreu, Bertolínia, Bocaina, Conceição do Canindé, Cristalândia, Eliseu Martins, Francinópolis, Francisco Santos, Ipiranga do Piauí, Isaías Coelho, Marcolândia, Nossa Senhora dos Remédios, Pimenteiras, Redenção do Gurgueia, Santa Cruz do Piauí, São Félix, Socorro do Piauí.

Avanço tecnológico na gestão de pessoas

Outra ação da Unidade de Modernização Administrativa (UMA) foi a implantação do Ponto Eletrônico Digital no ano 2018, que consolidou a atualização do sistema com a folha de pagamentos em todo o território nos órgãos do Estado. A iniciativa só foi possível nos locais que já possuíam os equipamentos necessários instalados, nos demais casos foi aberto um processo para aquisição dos equipamentos.

Técnicos da Coordenação do Ponto Eletrônico (SEADPREV) realizaram, no ano de 2018, manutenções preventivas, corretivas e substituições de equipamentos. Em 2018, os usuários passaram por um período de readaptação e reeducação sobre o sistema de controle-frequência, com atualizações do novo sistema de ponto, com intuito de melhorar o manejo do sistema e reduzir o máximo de erros. Duas equipes atuaram neste trabalho em 56 órgãos e entidades, em Teresina, e em 293 sedes distribuídas nos 224 Municípios do Estado do Piauí. Na capital, no período matutino e vespertino, houve visita técnica diariamente, em média, a 10 órgãos. No interior, em face de dificuldades logísticas, foram realizadas menos visitas, somando 25 municípios.

Dentre as Ações realizadas pela Gerência de Gestão de Sistemas (GGSI), podemos elencar:

- Ampliação dos Sistemas de Gestão de Atendimento (SGA) para todos os Espaços da Cidadania.
- Ampliação do serviço de internet da ATI para os Espaços da Cidadania em São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Campo Maior, Picos, Teresina (Espaços Rio Poty e Show AutoMall) e nas salas de Fronteiras, Água Branca, Anísio de Abreu, Barras, Corrente, Nossa Senhora de Nazaré, Queimada Nova, São Julião e Uruçuí.

O sistema SGA está em funcionamento no Centro Integrado de Atenção ao Servidor Público do Estado do Piauí (CIASPI).

Implantação e treinamento do novo SGA

Foi realizada a implantação e treinamento do novo SGA nas Salas da Cidadania de Boqueirão do Piauí, Caridade do Piauí, Colônia do Gurgueia, Conceição do Canindé, Guaribas, Jatobá do Piauí, Paes Landim, Paulistana, Pio IX, São Miguel do Tapuio, Simões e Assunção do Piauí.

A GGSI também implementou o sistema de Gestão Livre de Parque de Informática – GLPI, com o objetivo principal e de agilizar o atendimento de hardware, software e suporte ao usuário.

Economia em licitações

As licitações efetuadas em 2018 possibilitaram uma economia no montante de R\$ 19.163.984,29. Em comparação com 2017, quando a redução de custos foi de R\$ 17.809.050,15, houve uma economia de R\$ 1.354.934,14.

Destacam-se ainda os procedimentos decorrentes do Acordo de Empréstimo 8575-BR, celebrado entre o Estado do Piauí e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O valor repassado neste acordo com o BIRD-Banco Mundial durante o ano de 2018, somou US\$ 120 milhões que foram destinados ao Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social. Como exemplo da atuação nesta área, podem ser citados:

1. SEDUC/SBQC – Elaboração do Plano Estratégico e Operacional do Programa de Educação com Mediação Tecnológica.
2. SEDUC/SBQC – Elaboração do Plano Estratégico e Operacional de Expansão da Educação Profissional.
3. SEADPREV/CONSULTORIA INDIVIDUAL – Elaboração do diagnóstico da estrutura da área de compras e fluxo dos processos licitatórios e contratos do Estado do Piauí, com a proposição de melhorias.
4. INTERPI/PREGÃO ELETRÔNICO – Aquisição de unidades móveis.
5. SEGOV/OGE/SHOPPING – Aquisição de equipamentos de informática.

6. CGE/PREGÃO ELETRÔNICO – Aquisição de software e licenças

7. SEPLAN/SBQC – Monitoramento e avaliação do Estado e implementação de piloto na elaboração do Plano Plurianual.

8. CGE/SHOPPING – Equipamentos de informática para o Observatório da Despesa Pública do Estado do Piauí.

Nos processos concluídos em 2018 com recursos do Banco Mundial foi possível uma economia de R\$ 993.171,32.

Ações da Unidade de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Administração e Previdência, por meio da Unidade de Gestão de Pessoas e da Agência de Tecnologia da Informação, trabalhou na aquisição de um novo sistema de gestão de pessoas, como solução para melhor administrar as práticas de recursos humanos e ainda contribuir para o processo de evolução e crescimento contínuo do Estado.

O contrato firmado prevê a aquisição de licenças de uso, por tempo indeterminado, de solução de tecnologia de informação especializada em gestão integrada de recursos humanos e fornecimento de serviços especializados.

A implantação do novo sistema, que integrará as atividades de gestão de pessoas e folha de pagamento, foi iniciada neste ano de 2018, cabendo à UGP, em conjunto com a ATI, estabelecer as rotinas, metodologias e parâmetros a serem observados na customização do software.

A substituição dos sistemas atuais trará melhor controle, planejamento, formulação e execução de políticas relacionadas à gestão de pessoas; maior segurança e consistência das informações; garantia do alinhamento das condutas em toda a administração estadual; fornecimento imediato de dados para tomada de decisão; sustentabilidade da folha de pagamento e monitoramento de inconsistências.

Em paralelo, a Secretaria de Administração e Previdência, através da Unidade de Gestão de

Pessoas, participa da Comissão de Implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), criada por meio do Decreto Estadual nº 17.774/2018, que visa trabalhar na adequação de empresas e órgãos do Estado do Piauí ao e-Social, novo sistema do Governo Federal, que permite reduzir custos e tempo da área de pessoal e financeira dos órgãos na execução de 15 obrigações.

O e-Social substituirá o preenchimento e a entrega de formulários e declarações, aprimorando a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias. Em 2018, a comissão trabalhou conscientizando e orientando os diversos órgãos estaduais sobre a fase preliminar de qualificação cadastral dos seus servidores. Por fim, o novo sistema de gestão de pessoas terá módulos integrados com o e-Social, permitindo mais eficiência e redução de riscos operacionais.

Cumprimento da política salarial

Tendo em vista o compromisso de promover uma gestão pautada na valorização dos servidores, a Secretaria de Administração e Previdê-

cia conseguiu dar cumprimento ao calendário de pagamento do funcionalismo estadual. Nesse ínterim, houve um planejamento estruturado na preparação e processamento da folha de pagamento do Poder Executivo do Estado, obedecendo ao calendário previsto para 2018.

Isso sem descuidar do fato de que 2018 foi um período de desafio para se zelar pelo cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cabendo à Unidade de Gestão de Pessoas evitar que se implantassem em folha, vantagens vedadas pela legislação durante o período em que o Estado esteve acima do limite prudencial de gasto com pessoal (Relatório de Gestão Fiscal de setembro/2017). Esse trabalho de monitoramento e controle executado pela UGP contribuiu para que o Estado obtivesse êxito no cumprimento da LRF e retornasse o gasto com pessoal aos percentuais abaixo do limite prudencial nos relatórios seguintes (maio/2018 e setembro/2018).

Apesar das restrições, houve avanço na política de remuneração dos servidores, tendo a UGP realizado estudos que subsidiasssem a tomada de decisão pelo Governo quanto à concessão de

REAJUSTES SALARIAIS IMPLANTADOS EM 2018

CATEGORIA	COMPETÊNCIA	BASE LEGAL	PERCENTUAL
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UESPI	JANEIRO JULHO	LEI Nº 7.027, DE 22/08/2017	1/3 (TABELA) 1/3 (TABELA)
MÉDICOS	MAIO	LEI Nº 7.017, DE 03/08/2017	NOVA TABELA
MILITARES (PM E BM)	JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95%
AGENTES PENITENCIÁRIOS	JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95%
POLICIAIS CIVIS (PERITOS, AGENTES E ESCRIVÃES)	JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95%
DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL	JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95%
PROCURADORES DO ESTADO AUDITORES GOVERNAMENTAIS	JULHO JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018 LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95% 2,95%
ENGENHEIROS, ARQUITETOS E GEÓLOGOS	JULHO	LEI Nº 6.806, DE 10/05/2016	1/6 (TABELA)
PROFESSORES DA UESPI	JULHO	LEI Nº 7.132, DE 27/06/2018	2,95%
PROFESSORES DA SEDUC	JULHO	PORTARIA MEC Nº 15.595, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017	6,81%
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS SEDUC APOSENTADOS (BEP)	AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO	DISSÍDIO COLETIVO DISSÍDIO COLETIVO DISSÍDIO COLETIVO	3,15% 3,95% 5%

reajustes no ano de 2018. Promulgadas as leis, coube à UGP dar-lhes efetivação, garantindo que o Estado cumprisse os compromissos assumidos com as diversas categorias.

Além disso, outras categorias foram valorizadas com a criação de novos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos: servidores da Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (SECULT), por meio da Lei nº 7.117, de 16/05/2018, e os servidores da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí (Fundação Antares), por meio da Lei nº 7.121, de 25/05/2018.

Eficiência no serviço público

A SEADPREV, através de Comissão vinculada à Unidade de Gestão de Pessoas, iniciou um amplo processo de controle e apuração dos casos de acúmulos de cargos, empregos ou funções públicas por servidores públicos estaduais, com a finalidade de garantir obediência às normas constitucionais, a partir do cruzamento realizado entre a folha de pagamento do Poder Executivo do Estado do Piauí e bancos de dados de servidores dos diversos municípios.

Em 2018, o trabalho avançou, com a análise de processos pendentes e abertura de novas apurações, a partir de denúncias que chegam à comissão, encaminhadas pelos órgãos de controle, como Ouvidoria do Estado, Controladoria Geral do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, ou ainda pelos entes municipais ou demais órgãos da administração pública estadual. Desde 2016, foram abertos mais de 9.700 processos administrativos de apuração de acúmulo de cargos. Nos casos em que a natureza dos vínculos permite a acumulação, é realizada a análise da compatibilidade de horários. Já nas

situações em que se constata irregularidade, procede-se à abertura de Processos Administrativos Disciplinares, a fim de sanar a irregularidade funcional.

Seguindo a linha de modernização na gestão de pessoas, o gerenciamento do banco de dados das apurações foi aprimorado a partir de novo sistema desenvolvido pela ATI (Gerapac), objetivando-se maior controle de processos, podendo o sistema servir como plataforma modelo para o processamento de apuração de outras irregularidades funcionais pelos demais órgãos do Estado.

Em outra frente, foi iniciada a apuração de responsabilidade de servidores ativos que não realizaram a Atualização Cadastral 2017, a fim de serem apurados os motivos que levaram ao não comparecimento dos servidores, conforme previsto no Decreto nº 17.107, de 17 de abril de 2017. Além disso, houve a migração dos principais dados da Atualização Cadastral para os atuais Sistemas da Folha de Pagamento, de modo que todos os órgãos do Estado possam ter acesso aos dados mais atualizados de seus servidores. Todas essas medidas visam, portanto, assegurar a eficiência e a eficácia no funcionalismo público, protegendo, em último plano, o próprio funcionário, ao se evitar o desempenho deficiente das funções públicas.

Controle de despesas de custeio

A Diretoria de Relacionamento e Avaliação da Execução do Gasto Público vem sistematizando medidas e ações do acompanhamento de gastos para que o Estado possa ter os recursos mínimos necessários para sua manutenção e funcionamento. Foram realizadas atividades para

GASTOS COM PASSAGENS E DIÁRIAS - 2017-2018

	DIÁRIAS DE PESSOAL MILITAR	CUSTO TOTAL DE DIÁRIAS	CUSTO TOTAL DE DIÁRIAS	CUSTO TOTAL DE PASSAGENS
2017	R\$ 4.728.338,10	R\$ 19.506.103,41	R\$ 24.234.441,51	R\$ 8.679.207,38
2018	R\$ 4.808.032,50	R\$ 14.937.348,30	R\$ 19.745.380,80	R\$ 7.521.183,04

NOTA OBSERVE-SE NO QUADRO UM RECUO DE 18,52% NOS GASTOS COM DIÁRIAS ENTRE 2017 E 2018 E DE 13,34% NOS CUSTOS COM PASSAGENS NO MESMO PERÍODO.

orientar e capacitar os órgãos e entidades do Poder Executivo sobre a utilização do Sistema de Controle de Diárias e Passagens Aéreas, do Sistema de Gerenciamento e Fornecimento de Combustível e do Sistema de Gerenciamento e Manutenção da Frota de Veículos e Maquinário, considerados uma das maiores despesas do Governo do Estado.

Monitoramento de Passagens Aéreas e Diárias – O Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP) é um sistema eletrônico, acessado pelo sítio <http://www.scdp.pi.gov.br/>, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens aéreas, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração, em território nacional ou estrangeiro.

Através do SCDP, a tramitação da solicitação de passagens aéreas e diárias é realizada eletronicamente, vinculando-se à observância da legislação correspondente, permitindo a emissão de arquivos de informações referentes ao controle de diárias e passagens aéreas (relatórios), solicitadas pelo gestor do sistema, que poderão ser utilizados no Portal da Transparência do Governo do Estado do Piauí e na tomada de decisões acerca da melhor forma de gerir esse processo.

Com a implantação do SCDP e o constante trabalho de monitoramento realizado pela equipe da Diretoria de Gestão do Gasto Público - DGGP, os processos de concessão de diárias e passagens aéreas, antes somente feitos manualmente e registrados em processo físico, passaram a ter tramitação eletrônica e a proporcionar um controle das solicitações de passagens aéreas e das diárias pela SEADPREV, com padronização de procedimentos e transparência. No exercício de 2018, a diretoria realizou o trabalho de monitoramento das solicitações, conforme compete à SEADPREV, sempre em conjunto com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFI, a fim de garantir o eficaz controle dos gastos com passagens aéreas e diárias do Governo.

Visando sempre a maior transparência e controle financeiro dos gastos com diárias e passagens aéreas emitidas no âmbito do Governo, a pedido do secretário de Administração e Previdência, deu-se início ao estudo da metodologia utilizada no Governo Federal através do SCDP/FEDERAL. O SCDP/FEDERAL é um sistema para verificação ao atendimento da legislação, proporcionando transparência dos atos.

Em julho de 2018, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ofício solicitando a formalização da cessão do direito de uso para o Governo do Estado do Piauí.

Monitoramento da manutenção de veículos próprios

A manutenção da frota de veículos automotores da administração pública estadual direta e indireta seguiu um padrão de controle pela Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), que, como a contratante dos serviços, supervisionou sua execução. Os contratos de manutenção veicular tiveram também tiveram como signatários os órgãos listados no quadro abaixo.

ÓRGÃOS COM CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA FROTA		
ADH	DETAN	GAB. DA VICE
CBMPI	EMATER	GAMIL
CCOM	EMGERPI	HEMOPI
CEPRO	FAPEPI	HPMPI - HOSPITAL DA PM
CGE	FUNDAÇÃO ANTARES	HRTN- TIBÉRIO NUNES
DER	FUNDESPI	IASPI
SDR	SEJUS	IDTNP - NATAN PORTELA
SEADPREV	SEMAR	IMEPI
SECULT	SEPLAN	INTERPI
SEDUC	SESAPI	MDER - MATERNIDADE
SEFAZ	SETRE	PMPI
SEID	UESPI	SASC
SSP	PM-PI	

Foi realizado cruzamento dos registros referentes aos veículos no sistema de manutenção da frota, assim como o cadastro dos veículos próprios e dos usuários. O sistema dispõe de parametrizações informativas, não restritivas, com campos obrigatórios de preenchimentos no tocante a troca de pneus, óleo e bateria, lavagem de veículos, serviços e borracharia, alinhamento e balanceamento, relatório da vida útil do veículo versus custo de manutenção.

Também utiliza parametrizações restritivas conforme regra orçamentária até o limite do contrato; aprovação de ordem de serviço consolidada à disponibilidade orçamentária e empenho; menor preço das cotações apresentadas, com acesso pelo usuário da liberação da restrição mediante justificativa apensada. Diante disso, podemos verificar no quadro no alto da página os gastos com manutenção de veículos em 2018.

Consumo de manutenção e abastecimento de veículos

Com objetivo de melhorar e economizar em custos de manutenção e no abastecimento da frota de veículos e maquinários do Governo do Estado do Piauí, foi realizado pela Diretoria de Relacionamento e Avaliação da Execução do Gasto Público, de acordo com a necessidade e a demanda de cada órgão, um relatório de estimativa de consumo que poderá subsidiar um termo de referência de procedimento licitatório, para futura e eventual contratação de empresa de gestão de abastecimento e de manutenção da frota.

Este relatório concentrou-se em analisar as despesas realizadas com fornecimento de combustíveis, manutenção de frota veicular e maquinários, passagens aéreas e diárias, por meio dos Sistemas de monitoramento, como também pelo Sistema financeiro SIAFE.

RELATÓRIO DE GASTOS ANUAIS COM SERVIÇOS/PEÇAS EM 2018

UNIDADE	VALOR GASTO (\$)	EM (%)		UNIDADE	VALOR GASTO (\$)	EM (%)
PM-PI	R\$ 7.654.410,76	49,59%		SEMAR	R\$ 55.992,00	0,363%
SSP	R\$ 4.926.958,54	31,92%		GAMIL	R\$ 39.906,00	0,259%
SEDUC	R\$ 1.022.521,86	6,62%		DER	R\$ 26.250,00	0,170%
SEJUS	R\$ 522.734,02	3,39%		CEPRO	R\$ 22.332,00	0,145%
SESAPI	R\$ 255.188,94	1,65%		DETRAN	R\$ 21.798,80	0,141%
SEFAZ	R\$ 242.824,31	1,57%		SDR	R\$ 19.364,70	0,125%
EMATER	R\$ 236.306,01	1,53%		HPMPI	R\$ 15.262,50	0,099%
CBMPI	R\$ 180.937,30	1,17%		SETRE	R\$ 14.577,00	0,094%
UESPI	R\$ 169.136,48	1,10%		ADH	R\$ 9.253,00	0,060%
SEADPREV	R\$ 96.848,50	1,10%		CCOM	R\$ 8.194,00	0,053%
MDER	R\$ 71.878,30	0,47%		INTERPI	R\$ 2.628,00	0,017%
SASC	R\$ 56.183,00	0,36%		FAPEPI	R\$ 415,00	0,003%
TOTAL DE R\$ 15.671.901,02						

NOTA OBSERVE SE NO QUADRO UM RECUO DE 18,52% NOS GASTOS COM DIÁRIAS ENTRE 2017 E 2018 E DE 13,34% NOS CUSTOS COM PASSAGENS NO MESMO PERÍODO.

O monitoramento de todas essas despesas torna-se importante e necessário com a definição de regras relativas às rotinas, aos procedimentos e operacionalização dos sistemas informatizados adotados, bem como a realização dos acompanhamentos das operações executadas e identificadas com vistas a se obter efetividade quanto ao cumprimento das obrigações contratadas e dispostas contratualmente.

Por outro lado, mesmo diante de algumas dificuldades, foi possível melhorar a prestação de serviços com o menor custo possível. Portanto, faz-se necessário dar seguimento às múltiplas ações planejadas, principalmente, com incremento da equipe, treinamentos e visitas técnicas.

Ações realizadas pela Escola de Governo

A Secretaria de Administração e Previdência – SEADPREV, através da Escola de Governo do Estado do Piauí – EGEPI, tem reunido esforços no sentido de conceber, discutir, compreender e inovar as práticas gerenciais e o desenvolvimento pessoal. Este trabalho tem por meta a criação de novas posturas de gestão, bem como a modernização do Estado, com foco em aperfeiçoar os servidores públicos do Estado para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos. Para o cumprimento de sua missão institucional, a EGEPI realiza eventos de formação e de valorização dos servidores públicos estaduais, para propiciar maior eficiência, agilidade, economicidade e qualidade aos serviços prestados pelos órgãos governamentais. Com isso, investe na formação daqueles que prestam serviço à população, pois grande parte dos ocupantes de cargos públicos necessita de formação técnica e/ou científica permanente para exercer a função designada.

Atividades de formação dos servidores públicos

a) O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em parceria com a

SEADPREV capacitou 175 servidores no ano de 2018 em várias áreas: informática básica e avançada, relações interpessoais, contabilidade pública, ceremonial e etiqueta no serviço público, elaboração e gestão de projetos públicos, contratos e convênios, inglês, espanhol entre outros.

b) A Execute Assessoria capacitou 32 servidores no mês de setembro de 2018 no Curso de Auditoria.

c) A Fundação Educare capacitou 92 servidores no período de setembro a outubro de 2018 nos cursos de Técnicas de Arquivo e Controle de Documentos; Ética Profissional e Pacote de Informática Básica.

Programa de elevação da escolaridade

A EGEPI desenvolve o Programa de Elevação da Escolaridade do Servidor Público Estadual. Este Programa tem como objetivo garantir a educação básica para os servidores. O Programa de Elevação da Escolaridade beneficiou 395 servidores em 2018.

Cursos e palestras

A EGEPI promove atividades de formação com vistas a motivar os servidores a conseguir melhores resultados em seus trabalhos, visando ainda o seu bem-estar para que utilizem o seu potencial produtivo, criando as condições para que se mantenham motivados. Nesse sentido, foram realizados eventos de formação nos quais estiveram presentes 840 servidores.

Centro de Línguas do Servidor Público Estadual

Em 2018, o Centro de Línguas Estrangeiras dos Servidores Públicos Estaduais ofertou 400 vagas nos cursos de inglês e espanhol, incluindo aqui turmas e módulos. Em 2018, foi incluído o curso de português, tendo iniciado a turma com 37 participantes.

MBA Iato sensu em PPP

A Superintendência de Parcerias e Concessões e a Escola de Governo lançaram edital de processo seletivo para curso de MBA (Master Business Administration) em Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões.

Foram destinadas, em 2018, 15 vagas para servidores efetivos do Estado que tenham relação com projetos de PPP, concessões, contratos e licitações. O curso será ofertado na modalidade de educação à distância (EAD), com duração de 420 horas, e será financiado integralmente com recursos proveniente do Governo.

Ações de valorização dos servidores

A EGEPI executa o Programa Bem-Estar do Servidor, que se divide em duas ações: uma das ações é a ginástica laboral, que proporciona aos servidores exercícios e massagens de relaxamento, para prevenção de doenças ocupacionais como lesões corporais, fadigas, diminuição do sedentarismo. Em 2018, 800 servidores foram beneficiados no âmbito dos órgãos do Estado, dentre os quais as Secretarias de Administração e Previdência (SEADPREV), do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE), de Educação (SEDUC), de Saúde (SESAPI), de Planejamento (SEPLAN), de Transportes (SETRANS), além do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGERPI), Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (HEMOPI), Centro Integrado de Atenção ao Servidor Público (CIASPI), Hospital Infantil Lucídio Portella (HILP) e Fundação Piauí Previdência – FUNPREV.

Programa de Preparação para Aposentadoria

A outra ação é o Programa de Preparação para a Aposentadoria, em cumprimento à Lei nº 5.284, de 27 de dezembro de 2002, realizado com servidores que estão em processo de aposentadoria, com palestras educativas, rodas de conversas e

atendimento individual. Em 2018, o Programa atendeu 80 servidores das Secretarias de Saúde (SESAPI), do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE), da Educação (SEDUC), Infraestrutura (SEINFRA), de Administração e Previdência (SEADPREV), de Assistência Social (SASC), do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGERPI), da Controladoria Geral do Estado (CGE), da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (HEMOPI) e da Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho.

Espaço de Lazer do Servidor Público

O Espaço de Lazer do Servidor Público, conhecido popularmente como “Colônia de Férias do Servidor (IAPEP)”, é vinculado à Secretaria de Administração e Previdência, através da Lei nº 6.672, de 18 de junho de 2015.

Situado na cidade de Luís Correia, oferece acomodações próximas à praia de Atalaia, constituindo-se um local de descanso e lazer para centenas de famílias do Estado do Piauí. Anualmente, passam pela Colônia de Férias cerca de 7.500 servidores e seus familiares.

Centro Integrado de Atenção ao Servidor Público

O Centro Integrado para Atendimento ao Servidor Público da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí (CIASPI) tem como objetivos assegurar a saúde física e mental, capacitar e valorizar o funcionário público, a partir da coordenação e integração de ações e programas nas áreas de perícia oficial, promoção, prevenção, bem-estar e acompanhamento em saúde. Seu quadro funcional é composto por 36 profissionais, cedidos da SESAPI, CIASPI e contratados pela SEADPREV. Em 2018, foram atendidos 3.100 servidores pela perícia médica.

AÇÕES REALIZADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES

Durante o ano de 2018, a Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC) acompanhou, por meio dos Comitês de Monitoramento e Gestão dos Contratos, a execução dos projetos já contratados, além de estruturar e validar os estudos referentes aos projetos de Concessão e PPP autorizados pelo Conselho Gestor de PPP. Os estudos desenvolvidos e concluídos ainda no primeiro semestre de 2018 versam sobre projetos inovadores, tanto em âmbito nacional quanto internacional e que melhoraram a prestação do serviço final para a população piauiense, reduzem custos para a administração pública estadual, atendem aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estão dentro da matriz de planejamento do governo.

No que se refere ao Monitoramento e Gestão dos projetos contratados, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas no exercício de 2018:

Terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano

As Concessões dos serviços comuns dos Terminais Rodoviários de Teresina, Picos e Floriano foram contratadas em 2015, período em que a SUPARC desenvolveu atividades de fiscalização, por meio do Comitê de Monitoramento. De acordo com os trabalhos realizados pelo CMOG, foram realizadas significativas mudanças na prestação dos serviços aos usuários dos Terminais, sobretudo no que diz respeito à execução de ações para melhorar a acessibilidade, conforto e atendimento.

Nova Ceasa, um caso de sucesso em concessões

O projeto foi contratado em 2017, com execução da maior parte do plano de ações em 2018. A concessionária concluiu diversas etapas de obras e iniciou, em agosto de 2018, a obra de ex-

pansão e modernização do equipamento. Para efeito de ilustração, como cumprimento dos marcos formais do projeto, estabelecidos nos instrumentos anexos ao contrato, podemos citar a **implantação e funcionamento do Banco de Alimentos** que representa um marco no Estado no que diz respeito ao reaproveitamento de alimentos que seriam descartados na CEASA. As obras de construção do banco, que foram iniciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, que estavam paralisadas por questões burocráticas havia mais de um ano, foram concluídas pela concessionária. O Banco é uma referência no Estado e no País, com área total de 360 m², tem salas de triagem, de processamento, de embalagens de produtos alimentícios, câmara fria, área de higienização, cozinha experimental, depósito de produtos não perecíveis, vestiário, auditório e banheiros.

Reconhecimento da ONU - O projeto Nova Ceasa foi indicado como um dos 15 melhores projetos de PPP do mundo, no fórum de PPPs da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa – Unece, que ocorreu no Palácio das Nações Unidas, em Genebra (Suíça), em maio de 2018. O Piauí foi o primeiro Estado do Brasil a apresentar um projeto deste formato em um evento da ONU. De acordo com a Unece, o projeto representa não sómente o sucesso que o Governo do Piauí já conseguiu para a sua população, combatendo a pobreza, protegendo o meio ambiente e promovendo o crescimento econômico. Trata-se de um exemplo que pode ser seguido também por diversos países.

INVESTIMENTOS – A Concessionária iniciou a etapa de obra de expansão da infraestrutura, com previsão de investimento na ordem de R\$ 30 milhões. Com esses investimentos, a Nova Ceasa será muito mais que um centro de distribuição de frutas, legumes, verduras, hortaliças. Passa a ser um centro de logística de uma

cadeia produtiva. Na relação de investimentos, um novo galpão com 24 novas lojas, espaço para vendedores eventuais, para permissionários já atuando no local. O detalhamento das ações realizadas no ano de 2018 está descrito nos documentos apensados no link do projeto, no site do programa de PPPs.



Mais investimentos e qualidade nos serviços de saneamento

A subconcessão dos serviços de água e saneamento em Teresina é outro bem-sucedido passo dado no sistema de concessões e parcerias gerido pela SUPARC. Com atuação na capital desde a assinatura do contrato, em julho de 2017, a Concessionária Águas de Teresina deu início a uma série de investimentos para cumprir as metas estabelecidas para os próximos anos.

Em maio, foi ativada a Estação de Tratamento de Água (ETA) Norte, no bairro Santa Maria da Codipi, com capacidade para produção diária de 21,2 milhões de litros de água, para abastecer pessoas residentes na extremidade Norte e Leste de Teresina, na chamada Região da Santa Maria da Codipi.

Para o Residencial Jacinta Andrade, na mesma área da cidade, a PPP com a Águas de Teresina é responsável pela instalação de uma estação de bombeamento (booster) que garantirá 240 mil litros de água por hora para abastecer mais de quatro mil residências.

Uma nova adutora, implantada na zona sul de Teresina, com 3,2 quilômetros de extensão, faz

a interligação da ETA III ao Centro de Reservação do Parque Piauí, responsável pela distribuição para mais de 80% da cidade. Com a operação dessa nova rede, 540 mil litros de água a mais, por hora, estão sendo distribuídos.

Essas obras fazem parte de um ambicioso programa de investimentos, estabelecidos no contrato de concessão. Ao longo do contrato, que tem duração de 30 anos, prevê-se investimentos de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 650 milhões nos primeiros cinco anos.

Em agosto de 2018, a Concessionária lançou o programa Teresina Saneada, para tornar a capital piauiense referência em saneamento no Nordeste. Até 2020, a cobertura de esgotamento sanitário passará de 19,12% para 40%.

O programa prevê a construção de sete estações elevatórias e implantação de 400 km de rede de esgoto, com benefício a mais de 124 mil pessoas.

Até o terceiro ano do contrato, será construído ainda o interceptor na avenida Maranhão, com 7,5 km de extensão, e a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE-Pirajá será ampliada, chegando a 1,5 milhão de litros /hora a capacidade de tratamento.

PPP de água e saneamento é premiado - O projeto de subconcessão do saneamento básico de Teresina, conduzido pelo governo do Estado do Piauí, foi premiado na categoria Projeto do Ano da PPP Awards, um dos mais importantes prêmios no setor de Parcerias Público-Privadas. O PPP Awards reconhece as melhores práticas no âmbito das parcerias entre as iniciativas pública e privada, avaliando critérios como ineditismo,



aperfeiçoamento dos serviços públicos oferecidos, transparência e cumprimento das obrigações contratuais pela concessionária.

Presente no município desde 2017, a Águas de Teresina ampliou a produção de água tratada em 15% na capital piauiense, onde a universalização do abastecimento deve ocorrer até 2020, quando a cobertura de esgotamento sanitário chegará a 40% com os investimentos previstos pela Águas de Teresina.

PPP para internet de alta velocidade

A SUPARC finalizou o procedimento licitatório do projeto de PPP voltado para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados. Foram dois anos de estudos e diálogos com diversos setores envolvidos com o serviço.

O projeto se destaca pela inovação do Governo em viabilizar a construção de infraestrutura voltada para garantir ao serviço público conexão de internet de alta velocidade e capacidade de transmissão em elevado volume de dados, além de viabilizar a contratação de serviços associados que necessitam de internet de qualidade, como telemedicina, tele-educação televigilância. Isso vai garantir à população a utilização de internet sem custo em espaços públicos.

A Concessionária já dispõe de sede própria em Teresina, obteve as licenças para iniciar as instalações dos pontos e vai começar as ações relativas à primeira etapa do cronograma.

PPPs para economia, energia e esporte

Também devem ser destacados projetos em fase de estruturação de estudos de PPPs, que incluem a construção do Porto de Luís Correia, concessão do Pavilhão de Feiras e Eventos (Projeto Piauí Shopping Center Modas), miniusinas para produção de energia fotovoltaica e concessão de uso do Ginásio Verdão, em Teresina.

Concessão de uso do Ginásio Verdão

Após dez meses de estudo, em outubro de 2018, a SUPARC iniciou a etapa de divulgação da licitação do projeto de Concessão de Uso do Ginásio Verdão. A revitalização do Ginásio atingirá diretamente as federações esportivas do Piauí, que ganharão salas especializadas e terão prioridade na utilização do equipamento.

As escolas estaduais também serão beneficiadas com a concessão, uma vez que será implementado um plano de formação de atletas específico para os alunos da rede pública estadual. Essa iniciativa fomentará a prática esportiva profissional para inúmeros jovens do Estado.

O Governo do Estado vê, nessa concessão, uma oportunidade de inserir a cidade de Teresina na rota dos grandes eventos esportivos. Com isso, pretende estimular a prática desportiva na sociedade. O projeto, além de todos os outros benefícios, ainda reduz despesas do governo com a manutenção do ginásio, que giram em torno de R\$ 727 mil/ano. A concessão de ginásios públicos à iniciativa privada é uma tendência que vem ocorrendo em todo o Brasil.

Concessão de uso do Pavilhão de Feiras e Eventos

O projeto em referência tem como objeto a concessão de uso, com destinação específica, a título oneroso, para reforma, ampliação, modernização, operação e manutenção do Pavilhão de Feiras e Eventos Governador Guilherme Mello. Com a concessão, pretende-se a utilização do bem público pelo setor privado, com manutenção da destinação que lhe foi dada quando da implantação do Programa Piauí Center Modas, em 2003.

Nesse caso, a concessionária contratada deverá modernizar e explorar o uso do equipamento com vistas a fomentar o setor de produção têxtil, de calçados e acessórios de micro e pequenas empresas instaladas no Estado do Piauí.

O objetivo é transformar o Pavilhão de Feiras

e Eventos Governador Guilherme Mello, no Piauí Shopping Center Modas, em um espaço capaz de congregar negócios, lazer e cultura.

Miniusinas de energia fotovoltaica

Trata-se de projeto de Parceria Público-Privada voltado para construção, implantação, operação e manutenção de oito miniusinas de energia fotovoltaica e gestão de créditos de energia, de modo a realizar a compensação da energia elétrica fornecida a órgãos públicos estaduais com a energia produzida na minigeração lançada no sistema elétrico nacional.

O projeto se alinha ao Plano Nacional de Energia Elétrica 2050, do Governo Federal, quando prevê a utilização de matriz energética sustentá-

vel, demonstrando a preocupação com a estratégia de expansão da oferta de energia econômica e sustentável, com vistas ao atendimento da evolução da demanda em longo prazo.

Também está alinhado ao Programa Piauiense de Incentivo à Produção de Energia Limpa (PROPIDEL), que consiste no apoio à pesquisa tecnológica e inovação aberta, além de expansão de cursos tecnológicos e de especialização em atividades para os processos de produção de bens e serviços do setor de energia renovável. O projeto se destaca pela inovação em viabilizar a construção de infraestrutura voltada à produção de energias renováveis para atender sua própria demanda e ainda gerar excedente para viabilizar a execução de projetos prioritários do governo.

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO PELA SUPARC - 2018

CARTEIRA DE PROJETOS
<ul style="list-style-type: none">• PPP PARA REQUALIFICAÇÃO/MODERNIZAÇÃO/EFICIENTIZAÇÃO/GESTÃO DOS SERVIÇOS COMPARTILHADOS DO CENTRO ADMINISTRATIVO.• CONCESSÃO DE USO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DE TERESINA.• ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, BIOTECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ.• CONCESSÃO OU PPP DO COMPLEXO ESPORTIVO ALBERTÃO.• CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DO LITORAL.• CONCESSÃO OU PPP PARA DESCONCENTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO CORPO E BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ.• ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA PIAUIENSE DE DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS.• PPP PARA CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL.• PPP PARA CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DO HOSPITAL INFANTO-JUVENIL.• CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO HOTEL SERRA DA CAPIVARA.• CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO DIRCEU ARCOVERDE.• PPP PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO DO ESTADO.• CONCESSÃO DE USO PARA REFORMA, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO DO PARQUE ZOOBOTÂNICO.• PROJETO PIAUÍ PEIXES TROPICais.• PPP PARA IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA TRANSCERRADOS.• PPP PARA SANEAMENTO BÁSICO DO INTERIOR DO PIAUÍ.• PPP PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, AMPLIAÇÃO, MELHORIAS E GESTÃO DO VLT DE TERESINA.

Mais 18 projetos em desenvolvimento

Além desses já citados, a carteira de projetos de parcerias com o setor privado conta com 18 projetos em desenvolvimento de estudos, os quais são revestidos de complexidade e necessitam de ambiente preparado para serem estruturados. Ademais, ao longo do ano de 2018, a SUPARC vem implementando atividades voltadas à disseminação do conhecimento e articulando ações integrativas com outras entidades e órgãos públicos, a fim de melhorar o nível de performance dos projetos.

IASPI AUTORIZA MAIS DE 145 MIL ATENDIMENTOS MENSais

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí (IASPI) atua garantindo a melhor prestação de serviços médicos e hospitalares aos seus mais de 300 mil usuários. Nesse sentido, busca parcerias para assegurar um elevado padrão de atendimento. Em média mensal, os procedimentos autorizados pelo IASPI totalizam mais de 145 mil, entre consultas médicas e odontológicas, exames, internações, procedimentos dentários.

Dados do Conselho Regional de Medicina apontam que 70% dos serviços médicos prestados no Piauí são voltados para os segmentos do IASPI Saúde e Plamta.

O IASPI conta com cerca de 1.300 prestadores, incluindo 900 médicos, e realiza uma média de 38 mil consultas/mês e 90 mil exames em média, todo mês. Na área odontológica, são 75 prestadores, com 300 odontólogos em seus quadros, possibilitando média mensal de 2.500 consultas e mais de 15 mil procedimentos.

O IASPI Saúde, que já tem como diferencial a cobertura odontológica, passa a oferecer um novo serviço na área de Odontologia: a reabilitação oral, um procedimento complexo, que normalmente não tem cobertura pelos planos de saúde.

Ainda nessa área de avanços, o IASPI incluiu também a assistência médica domiciliar, o home care, e as cirurgias por videolaparoscopia, mais modernas e menos invasivas.

Há esforços recorrentes de melhoria que vêm sendo postos em prática desde 2015, quando a reforma administrativa desvinculou previdência da assistência de saúde. Criou-se a Superintendência da Previdência do Estado, subordinada à Secretaria de Administração, que passou a ser responsável por quase 30 mil aposentadorias e pensões, enquanto a assistência à saúde dos servidores públicos do Estado passou a ser atribuição do IASPI, através do IASPI Saúde e do Plamta.

Nesse meio tempo, foram feitas melhorias físicas nas instalações da autarquia, que recebeu o IASPI Saúde e Plamta, antes instalados em prédio no bairro Marquês, zona Norte de Teresina. Agora, o IASPI trabalha para adaptar suas instalações físicas, incluindo a revitalização do prédio ao lado do Instituto (com entrada pela Rua Félix Pacheco), que está em fase de conclusão, para que boa parte dos serviços e pessoal possam ali ser instalados, oferecendo assim melhores condições de trabalho e comodidade, tanto para servidores como para os usuários do sistema Plamta/IASPI. Além dos serviços centralizados no prédio do Centro, existe um posto no Espaço Cidadania, que funciona no Shopping Rio Poty, facilitando o acesso do usuário aos serviços do IASPI em um horário diferenciado da sede, que é de segunda a sexta, das 7h às 13h30.

É preciso destacar que o IASPI oferece um atendimento de saúde equiparável aos planos disponíveis no mercado, porém a preços diferenciados. Paga-se cerca de 20% a 30% de um plano privado, ainda assim a prioridade é dar qualidade ao atendimento dos servidores e seus dependentes.



AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Investimentos superiores a R\$ 5,1 milhões asseguraram a atualização e ampliação do parque de tecnologia da informação no Estado do Piauí. Agência de Tecnologia da Informação do Estado adquiriu e implantou servidores de bancos de dados, storages e switches de conectividade para ampliação e modernização dos equipamentos, sistemas e aplicações do Governo do Estado. A aquisição e modernização parcial do parque tecnológico permitiu um upgrade da velocidade interna do Data Center de 1Gbps para 10GBps.

Foi dado início ao projeto Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e seus respectivos trabalhos de implantação, no âmbito da administração pública estadual – começando pela Agência de Tecnologia da Informação e pela Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí – SEADPREV. Esta viabilizou a contratação e início dos trabalhos de implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, a melhoria das atividades técnicas e administrativas, bem como a expansão do projeto Piauí Conectado (acesso público à internet) em diversos municípios.

Modernização e ampliação da rede de comunicação de dados

O Estado avança no sentido de ampliar o acesso à internet em todo o Piauí, mesmo nos lugares mais remotos. Esse processo está ligado a projetos e programas desenvolvidos pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado (ATI) e seus parceiros no âmbito da administração estadual. Um dos mais relevantes esforços neste sentido é a Parceria Público-Privada para levar internet de alta velocidade por rede de fibra óptica a 96 municípios do Estado.

Essa rede vai ampliar o que já é feito através do Piauí Conectado, contando, atualmente, com 100 pontos de acesso à internet em espaços públicos e em escolas da rede estadual – facilitando a gestão e controle das atividades de alunos e professores.

Piauí Conectado - PPP

Através de Contrato de Parceria Público-Privada, abrangendo 96 cidades do Piauí, em 2018, o Governo do Estado aprovou projeto, submetido a consulta pública, seguida de publicação de Edital, licitação finalizada e contrato assinado. Atualmente, estão sendo elaborados os projetos de instalação e obtenção de licenças junto aos órgãos responsáveis, como a concessionária estadual de energia elétrica, o Departamen-

to Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as Secretarias Estaduais de Transportes e de Meio Ambiente, as Superintendências de Desenvolvimento Urbano em Teresina.

Piauí Conectado - Internet livre

Uma das ações que merece destaque do Projeto Piauí Conectado é disponibilizar acesso público de internet livre nas principais praças de grande circulação e pontos turísticos das cidades contempladas. Esses serviços já acumulou 185.149 conexões públicas em 2017.

São mais de 100 pontos de acesso à internet nas cidades de Teresina, Parnaíba, Ilha Grande, Luiz Correia, Cajueiro da Praia, Coqueiro, Barra Grande, Curralinhos, Cocal dos Alves, Piripiri, Guaribas, Canto do Buriti, Luzilândia, Guadalupe, Pov. Cacimba Velha, Marcos Parente, São Raimundo Nonato, União, Paes Landim, etc.

Rede de acesso público às escolas

A ATI implantou e ativou links de conectividade em fibra óptica com alta velocidade em 23 escolas estaduais em Teresina, promovendo o enlace de interligação das escolas à ATI e à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), permitindo melhoria dos serviços públicos administrativos e educacionais.

Também, devido a barreiras físicas do Estado do Piauí, diversos pontos de conectividade não possuíam viabilidade técnica de links terrestre (fibra óptica ou par metálico). Por isso, a ATI firmou o contrato, no valor máximo anual de R\$ 30.824.746,60, para suprir esta demanda em escolas da SEDUC e pontos de conectividade pública isolados geograficamente ou com dificuldade de acesso de link terrestre. Até novembro de 2018, o projeto instalou 172 pontos de conectividade via satélite com banda de conectividade aproximada de 2Mbps por ponto.

Novo Projeto Infovia estadual de telecomunicações

A ATI contratou a expansão e upgrade da rede de conectividade MPLS junto à Oi Telemar para conectar mais de 600 pontos da administração pública em todo o Estado do Piauí, fornecendo o link principal de internet do Governo do Estado junto com um equipamento de segurança de acesso (firewall), para atendimento a hospitais, delegacias de polícia, batalhões e companhias da PM e Corpo de Bombeiros, estabelecimentos penais, postos do DETRAN, da SEFAZ, do EMATER, da ADAPI, Espaços da Cidadania, sede e sub-sedes da Defensoria Pública, Núcleos de Ensino a Distância e Gerências Regionais de Educação, centros e *campi* da Universidade Estadual, escolas, etc.

GIGAPIAUI

Suporte e manutenção e expansão da Rede Metropolitana de Fibra óptica do Governo do Estado, que através da parceria com Projeto do governo Federal - RNP/REDECOMEP, em Teresina, soma cerca de 110 km de fibra óptica, interconectando 80 pontos de atendimento público do Governo do Estado em Teresina e provendo conectividade de até 10 Gbps de velocidade, atendendo a pontos estratégicos de todas as Secretarias de Estado, hospitais, a Universidade Estadual, o Centro Administrativo, etc.

Centro de Monitoramento e Operações de Redes

A ATI implantou e mantém um Centro de Operações de Rede, responsável pelo monitoramento, acompanhamento e atendimento das operações diárias de sistemas corporativos, sites, uso dos serviços tecnológicos disponibilizados aos cidadãos e toda a Rede Estadual, promovendo o suporte e gestão do atendimento aos chamados, problemas e educação dos usuários de tecnologia da informação (TIC), através de um service desk para registrar, comunicar, encaminhar, analisar e solucionar as chamadas,

incidentes reportados, requisições de serviço e informações solicitadas pelos usuários do Governo do Estado.

ATI realizou entre janeiro e novembro de 2018 aproximadamente 3.700 atendimentos e reparos técnicos nas diversas secretarias e pastas ligadas ao Governo do Estado através de seu centro de serviços CATI/NOC.

Pontos de Internet temporários em grandes eventos

A Agência de Tecnologia da Informação do Piauí ampliou a capacidade de conexão da rede de internet do Estado para suportar e facilitar a comunicação entre os pontos de apoio das Secretarias de Segurança, Saúde, Turismo, DETRAN e demais áreas, garantindo uma boa atuação do Governo durante eventos como o Carnaval, Natal, período de férias.

Nesta ação, destaque-se o apoio às operações de Segurança Pública, com a implantação de rede de câmeras de monitoramento e acesso à internet nos locais estratégicos e postos de apoio das polícias e SESAPI.

Novos serviços públicos digitais ao cidadão

O Piauí na Palma da Mão, aplicativo gratuito para smartphones e tablets, funciona como uma Central de Serviços Públicos. Trata-se de projeto em curso, com previsão de oportunizar ao cidadão um total de pelo menos 14 serviços, de diversas áreas do Governo do Piauí, através de um único aplicativo na forma de uma central de serviços disponibilizados através de celulares e tablets.

O aplicativo oferece serviços relacionados à matrícula e boletim escolar, cirurgias eletivas, ranking do tipo de sangue doado, localização de hospitais, relação de médicos plantonistas, boletins de ocorrência policial (BO), consultas sobre celular roubado, débitos de veículos, pontos na CNH, agenda cultural e pontos de cultura.

Novo Data Center do Estado

Inaugurado em outubro de 2017, o Data Center é um espaço projetado para abrigar as principais informações do Estado, bem como compu-



tadores de grande porte para processamento de dados (servidores), sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de redes (roteadores e switches). Tudo composto por um ambiente hermeticamente fechado (sala-cofre) e outro espaço com menor situação de criticidade (co-location). Todo o espaço possui temperatura e umidades controladas e resistência a intempéries naturais e eventos extraordinários como incêndios etc. Somados os dois datacenters, atualmente mais de 50 órgãos possuem sistemas e equipamentos hospedados de forma física e virtual. No novo Data Center estão concentrados equipamentos de órgãos estaduais nas áreas de previdência, segurança pública, saúde, administração, Ministério Público e DETRAN. O Data Center permite redução de custos, segurança da informação, padronização tecnológica, eficácia e modernização da tecnologia da gestão pública, eficácia no processamento e gestão de dados, agilidade na evolução e manutenção da tecnologia, estabilidade e monitoramento otimizado da rede estadual, além de maior desempenho na conectividade dos órgãos estaduais.

Projetos de rede lógica

A equipe técnica da ATI elabora projetos de rede lógica para os órgãos da administração direta e indireta, mediante necessidade manifestada. São essenciais para que, uma vez construída essa rede no órgão solicitante, se possa usufruir dos melhores resultados no acesso à internet e demais sistemas de informática do Governo, com o máximo possível de desempenho, evitando-se interrupções e com soluções mais rápidas por acesso remoto à equipe de monitoramento e suporte técnico. Em 2017, foram 5 (cinco) projetos elaborados e encaminhados formalmente aos órgãos solicitantes: novas sedes da SEID e SINE e Fundação Piauí Previdência, Fundação Hospitalar, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

ACESSO À INTERNET ACELERA DESENVOLVIMENTO

Estudos realizados pelo Banco Mundial em mais de 100 países demonstram que o acesso à internet é fator preponderante para acelerar o desenvolvimento social e econômico de um país, impactando diretamente no incremento do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Estudo inédito na América do Sul, sobre os efeitos dos investimentos públicos em tecnologia da informação (TIC), patrocinado e apresentado à imprensa em novembro de 2018, pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP-TIC), concluiu que, para cada R\$ 1,00 investido, haverá uma economia de R\$ 9,79 em média para os governos estaduais, no ano seguinte.

Nesse contexto, podemos afirmar que a tecnologia da informação moderniza o Estado, melhora a qualidade e a segurança dos serviços prestados, além de gerar economia em áreas sensíveis como Educação, Saúde e Segurança Pública.



O GOVERNO TRABALHA PARA MANTER EQUILÍBRIO FISCAL

O Piauí conseguiu aumento da arrecadação própria, no período de janeiro a outubro/2018, no percentual de 15,31 % em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando em primeira colocação em incremento da arrecadação no ranking nacional.

É notório que a expansão da Receita Tributária está fortemente ligada a uma série de medidas adotadas no âmbito da SEFAZ, com o fim de tornar mais eficiente a Gestão.

A obrigatoriedade do uso da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), com início em 2015, vem sendo ampliada e, em 2018, atingiu as empresas varejistas de todo o Estado, exceto os contribuintes optantes pelo Simples Nacional na categoria Microempreendedor Individual – MEI, e Microempresa (ME).

Ao encontro dessa medida, documentos eletrônicos para o setor de transporte de passageiro e de cargas tornaram-se também obrigatórios em 2018. Ações essas que possibilitaram a aplicação e ampliação de malhas fiscais, monitoramento online e melhoria no programa nota piauiense em todo o período de 2015 a 2018.

Atualmente, a SEFAZ dispõe de 15 malhas fiscais, sendo nove malhas já disponíveis para os contribuintes e seis malhas de uso interno, bem como 818 contribuintes permanentemente monitorados, o que vem colaborando para um incremento continuado e expressivo da arrecadação do ICMS.

Para exemplificar o trabalho das malhas fiscais, que utilizam cruzamento de documentos fiscais com as declarações dos contribuintes, no início de 2018, ocorreram 531 intimações, relativas a 314 contribuintes, com o potencial de arrecadação de R\$ 15 milhões e o ingresso de cerca de R\$ 2 milhões.

Em 2015, contratou-se empresa especializada na área de estatística para elaborar modelo de previsão da receita potencial, para fins de fiscalização/monitoramento, e modelo de previsão

para séries temporais, que será utilizado especialmente para a estimativa da receita tributária do Estado, com o objetivo de auxiliar na elaboração do orçamento, com uma maior aproximação do valor real. Para tanto, foi concluída, em 2018, uma ferramenta tecnológica de previsão e está em processo o treinamento de servidores para trabalhar sua utilização.

O Programa Anual de Refinanciamento (REFIS) vem permitindo a regularização das empresas com débito, possibilitando que a economia ganhe fôlego financeiro para seguir em frente. A arrecadação com o REFIS totalizou mais de R\$ 201,8 milhões entre 2015 e 2017.

O Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária – GRINCOT, foi criado em 2016 e desde então vem realizando ações de combate ao crime organizado e possibilitando a recuperação de ICMS de Contribuintes sonegadores.

O Sistema Ágil de Transportadoras – SISAT, iniciada a implementação em 2017, com ampliação em 2018 para um maior número de Postos Fiscais do Estado, beneficia os contribuintes em trânsito de mercadorias, que são atendidos pela SEFAZ, com mais agilidade e exatidão na cobrança do ICMS nas operações de entrada no Piauí. Neste ano, no setor de Transportadoras Conveniadas, o tempo máximo de atendimento foi reduzido de 48 horas para 24 horas.

O Cadastro Centralizado de Contribuinte (CCC), em 2018, foi aprimorado e vem permitindo bloqueio cada vez mais eficaz em relação à emissão/recebimento de documento fiscal por Contribuinte em situação de impedimento na forma da Lei.

A SEFAZ, desde 2015, vem priorizando o processo da cobrança administrativa, com destaque a contratação de empresa com expertise no assunto no ano de 2017.

Em 2016 e 2017, ocorreram alterações na legislação tributária, para padronização com os outros Estados do Nordeste e, em 2018, a Legislação Tributária sofreu uma série de atualizações

em razão de Convênios celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, especialmente em relação à implementação das regras da Lei Complementar nº. 160/17, o registro e o depósito, junto ao CONFAZ, dos documentos relativos a Incentivos Fiscais concedidos pelo PI, na forma do Convênio ICMS nº. 190/17.

Pré-empenho: mais eficiência no controle dos gastos

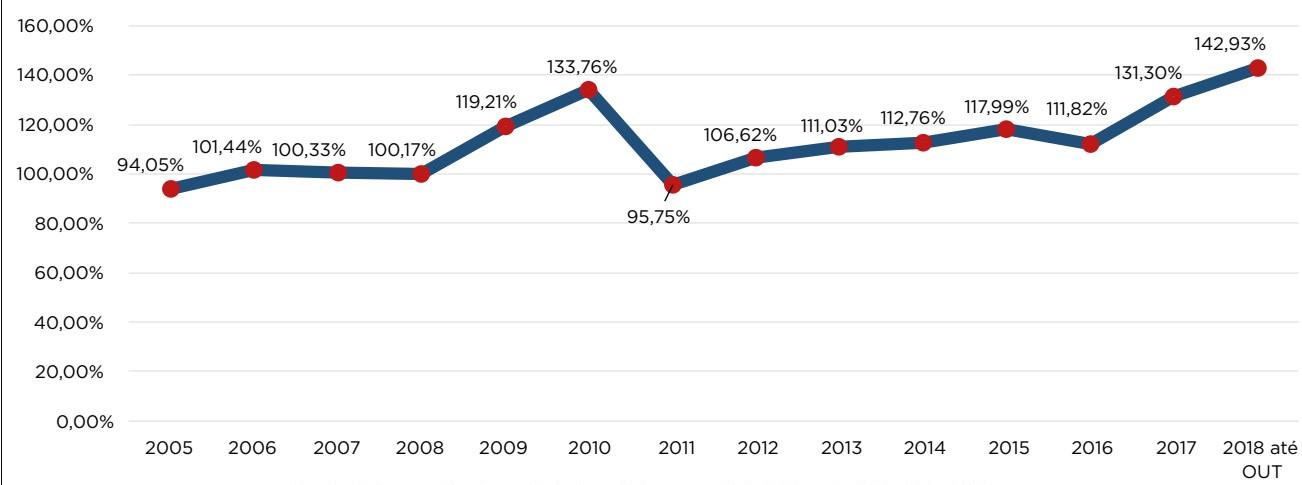
A Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ/PI), por meio da Superintendência do Tesouro, implantou no Sistema de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE/PI) o pré-empenho da despesa pública, para o exercício de 2018, visando a melhorar a gestão orçamentária dos recursos públicos em todos os órgãos e entidades do Estado do Piauí.

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA 2017-2018 (R\$ 1.000 - NOMINAL)

POSIÇÃO	UF	ATÉ SETEMBRO DE 2017	ATÉ SETEMBRO DE 2018	
1º	PIAUÍ	3.157.214,64	3.642.647,60	15,38%
2º	MATO GROSSO DO SUL	7.137.979,07	8.052.881,65	12,82%
3º	TOCANTINS	2.134.497,76	2.399.441,82	12,41%
4º	AMAPÁ	784.902,59	880.916,34	12,23%
5º	SERGIPE	2.583.426,92	2.860.879,61	10,74%
6º	AMAZONAS	6.591.383,16	7.272.255,07	10,33%
7º	SANTA CATARINA	16.044.586,97	17.648.589,99	10,00%
8º	PERNAMBUCO	11.891.887,56	13.053.924,57	9,77%
9º	ACRE	909.767,35	998.654,68	9,77%
10º	ESPÍRITO SANTO	7.947.285,89	8.709.562,93	9,59%
11º	MINAS GERAIS	40.521.635,80	44.288.607,81	9,30%
12º	MARANHÃO	5.212.063,13	5.692.774,55	9,22%
13º	ALAGOAS	3.059.530,10	3.332.818,16	8,93%
14º	BAHIA	19.412.098,88	21.085.199,82	8,62%
15º	RONDÔNIA	3.519.523,85	3.787.742,66	7,62%
16º	RIO DE JANEIRO	31.605.190,55	33.941.029,26	7,39%
17º	PARAÍBA	4.148.565,50	4.432.203,84	6,84%
18º	SÃO PAULO	118.201.921,47	126.261.296,43	6,82%
19º	CEARÁ	9.066.498,62	9.643.791,14	6,37%
20º	DISTRITO FEDERAL	6.851.083,63	7.284.455,98	6,33%
21º	RIO GRANDE DO NORTE	4.345.015,14	4.609.137,52	6,08%
22º	RIO GRANDE DO SUL	26.317.417,47	27.884.185,98	5,95%
23º	GOIÁS	12.501.821,70	13.181.894,77	5,44%
24º	PARÁ	8.808.716,03	9.268.099,60	5,22%
25º	MATO GROSSO	9.755.535,98	10.236.172,45	4,93%
26º	PARANÁ	27.568.995,40	28.597.857,44	3,73%
27º	RORAIMA	720.322,46	731.628,92	1,57%
TOTAL DO BRASIL		390.798.867,58	419.778.650,60	7,42%

NOTA OBSERVE SE NO QUADRO UM RECUO DE 18,52% NOS GASTOS COM DIÁRIAS ENTRE 2017 E 2018 E DE 13,34% NOS CUSTOS COM PASSAGENS NO MESMO PERÍODO.

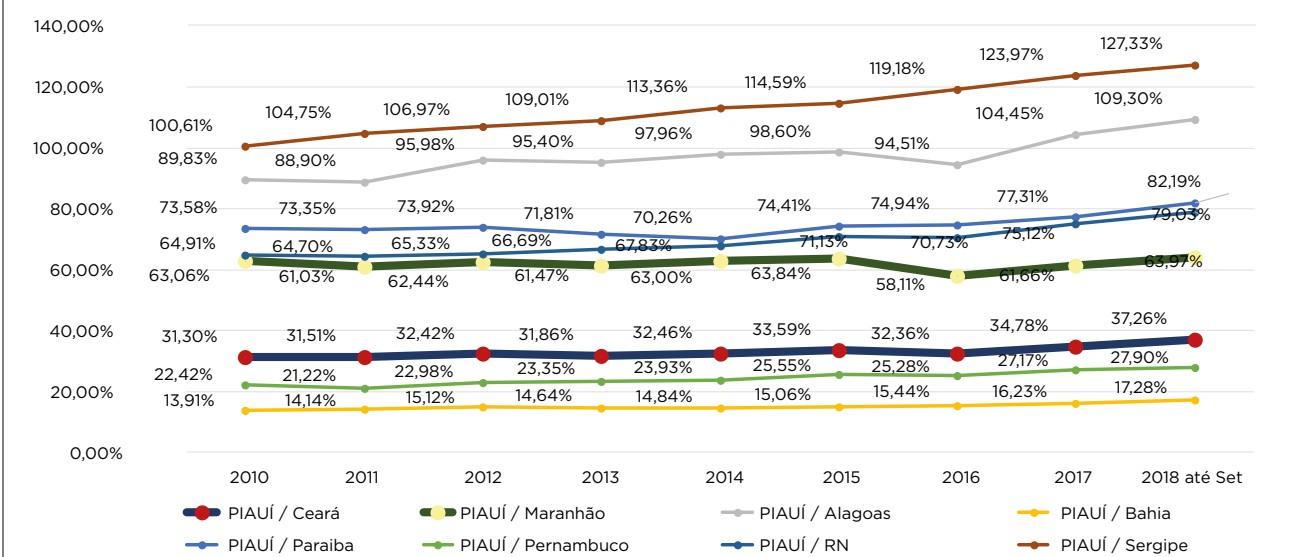
Evolução relativa da Receita Tributária e FPE 2005 - 2018 - Até Outubro 2018



A Lei 4.320/64, que rege a execução orçamentária e financeira no Brasil, estabeleceu três estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Esses estágios exigem uma série de requisitos para se efetivarem e ajudam a controlar e registrar de forma apropriada os gastos governamentais. O pré-empenho, por sua vez, apesar de não se tratar de uma exigência legal, proporciona ao gestor uma melhoria no con-

trole dos recursos orçamentários atribuídos ao respectivo órgão ou entidade. O pré-empenho proporciona condições de controle de uma série de procedimentos executados desde o surgimento da despesa até a efetivação do empenho. Um exemplo: para abertura de um procedimento licitatório, o gestor deve indicar os recursos orçamentários que irão custear a despesa decorrente da futura contratação. Com

Evolução relativa da Arrecadação Tributária Própria - 2010 a 2018



DADOS DA NOTA PIAUIENSE 2015-2018

	2015	2016	2017	2018
CADASTRADOS	104.554	172.901	196.600	213.673
MÉDIA/ANO DE CADASTRADOS QUE CONCORREM EFETIVAMENTE AOS SORTEIOS POR MÊS	65.361	100.040	102.357	105.943
CRÉDITOS LIBERADOS	R\$ 785.990,13	R\$ 1.652.834,84	R\$ 1.722.980,46	R\$ 847.107,99
QUANTIDADE DE PESSOAS CONTEMPLADAS COM OS CRÉDITOS LIBERADOS	115.118	238.239	266.332	121.821
CRÉDITOS PAGOS	R\$ 267.313,66	R\$ 434.833,77	R\$ 273.470,35	R\$ 23.706,55
VALOR SORTEADO	R\$ 850.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.500.000,00
VALOR SORTEIOS PAGOS	R\$ 728.400,00	R\$ 2.490.700,00	R\$ 2.182.200,00	R\$ 1.336.150,00

o pré-empenho, além de indicar, o gestor garante os recursos orçamentários para a futura contratação, evitando que se iniciem novos processos de contratação com a mesma dotação orçamentária.

Com a sua implantação, o Estado espera eliminar contratações que não possam ser custeadas, adequando-se à realidade orçamentária e financeira do Estado, além de proporcionar informações relevantes para os gestores e melhor controle das finanças públicas.

Ações de efetividade para a sociedade

Em 2018, diversas ações resultaram em maior efetividade para a sociedade, dentre as quais podem ser destacadas:

- Estrutura de arquivos para calcular o Valor Adicionado Fiscal do Microempreendedor Individual.
- Automatização e sistematização de denúncias da Coordenação de Mercadorias em Trânsito.
- Evolução no recebimento das informações das administradoras de cartões.
- Substituição das DIEFs para o novo mo-

delo de cobrança em EFD.

- Automatização do atendimento das solicitações de credenciamentos de NFe, NFCe e Cte.
- Automatização da Folha de Pessoal (FUNPREV, Secretarias de Saúde e da Educação) e do patronal de todas as Unidades Gestoras do Estado.
- Padronização da Gestão Orçamentária.
- Padronização e divulgação dos fluxos de contratação de despesas do Estado do Piauí.

Investimento na melhoria da gestão

Foram investidos mais de R\$ 12 milhões, oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Administração Tributária (FUNDAT), nas mais diferentes áreas administrativas, para melhorar a eficiência do serviço público no Estado:

Gestão de pessoas: qualificação profissional para os servidores nas áreas de direito, tributação, licitações e execução orçamentária, financeira e contábil.

Infraestrutura: construção da sede regional e Agência de Atendimento de Corrente, no novo bairro criado para reunir, em um Centro Admi-

FISCALIZAÇÕES NO TRÂNSITO

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE	VALOR
DAR POSTOS FISCAIS - PAGOS (SIAT + SISAT)	275.067	138.700.318,28
DAR TRANSPORTADORAS CONVENIADAS - PAGOS. (SIAT + SISAT)	88.530	32.439.792,34
TVI'S/CVI'S TRANSPORTADORAS CONVENIADAS - EMITIDOS. (SIAT + SISAT)	124.272	97.437.143,46
TERMOS DE RESPONSABILIDADE, DEPÓSITO E CONFISSÃO DE DÍVIDA - EMITIDOS.	264	5.734.522,72
TERMOS DE RESPONSABILIDADE, DEPÓSITO E CONFISSÃO DE DÍVIDA - PAGOS.	76	245.732,32
AUTO DE INFRAÇÃO - AUDITORIA GTRAN - EMITIDOS.	423	6.965.990,60
CONFISSÃO ESPONTÂNEA DE DÍVIDA - EMITIDOS.	3	420.060,45
NOTAS FISCAIS AVULSAS EMITIDAS.	15.678	8.921.459,95
OCORRÊNCIAS/DILIGÊNCIAS. (COFIT-COE)	5.424	8.655.603,49
TERMOS DE RESPONSABILIDADE E CONFISSÃO DE DÍVIDA DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO.	75.332	5.456.948.416,98
PARECERES/PROCESSOS - AUDITORIA GTRAN.	155	-
TNL (COFIT-COE)	102	-
NOTIFICAÇÕES POR VIA POSTAL	4.753	-
TOTAIS	590.003	5.816.866.362,77

NOTA OBSERVE SE NO QUADRO UM RECUO DE 18,52% NOS GASTOS COM DIÁRIAS ENTRE 2017 E 2018 E DE 13,34% NOS CUSTOS COM PASSAGENS NO MESMO PERÍODO.

nistrativo, órgãos oficiais da Prefeitura, Estado e União. As fachadas do Posto Fiscal da Tabuleta e da Agência de Atendimento do Aeroporto foram reformadas com serviços de comunicação visual padronizada, ganhando mais visibilidade e modernidade. No Posto Fiscal São João da Fronteira, foram executadas obras de construção de fossa e sumidouro, e reforma de uma casa onde se localiza poço tubular.

Informática: foi adquirida uma licença de solução integrada de computação cognitiva de

atendimento virtual para ser utilizada em cenários de assistência ao cliente. Foram adquiridos softwares de atualização de produtos Oracle. Foram concluídas as fases finais do Sistema Eletrônico de Gestão de Cobrança do Crédito Tributário (instalação nos servidores de aplicação e de banco de dados e integração com o Sistema Integrado de Administração Tributária e Sistema do Tribunal de Justiça).

Na área de atendimento ao cidadão, foi adquirida uma licença de solução integrada de computação cognitiva para ser utilizada em cenários de assistência ao cliente, centrada em fornecer respostas a perguntas descriptivas, para ajudar o usuário a obter informações necessárias para tomar uma decisão ou para explorar opções, oferecendo recursos de grande valia, na medida em que representa ferramenta de fundamental importância para a modernização do acesso do cidadão às informações do fisco estadual.

Programa e Grupo de Educação Fiscal do Piauí (GEFE-PI)

A compreensão de uma cidadania ativa, participativa e solidária, mediante a existência dos direitos fiscais, especialmente a adequada gestão do gasto público por parte dos governantes, assim como de obrigações fiscais, são passos importantes que as Administrações Tributárias mais modernas perseguem no contexto de socialização dos tributos. O Grupo de Educação Fiscal do Piauí (GEFE/PI) busca promover o pleno exercício da cidadania, através de uma consciência fiscal da sociedade piauiense. O conhecimento da questão dos impostos possibilita o fomento da cidadania, proporcionando os conhecimentos e habilidades que capacitam a compreensão do mundo e a atuação consistentemente na melhoria da realidade social de todos.

Resumo das principais ações realizadas pelo núcleo de educação fiscal no ano de 2018:

- Reunião do núcleo de Educação Fiscal, junto ao NAF, na sede da Receita Federal em Teresina.

INVESTIMENTO PARA MELHORIA DA GESTÃO

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	SERVIÇOS	VALOR (R\$)
10ª GERAT	URUÇUÍ	REFORMA GERAL DO PRÉDIO	314.202,02
10ª GERAT	BERTOLÍNIA	REFORMA E AMPLIAÇÃO	290.589,32
6ª GERAT	PICOS	REFORMA GERAL DO PRÉDIO	356.672,70
3ª GERAT	ÁGUA BRANCA	REFORMA E AMPLIAÇÃO	84.671,79
SEDE	TERESINA	AVALIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	25.000,00
8ª GERAT	CORRENTE	CONSTRUÇÃO DO NOVO	880.564,29
3ª GERAT	TERESINA	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÃO	133.035,48

ATIVIDADES DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

ATIVIDADES EM DESTAQUE	TOTAL PARTICIPANTES	SERVIÇOS	
		PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
ASSEMBLEIAS ORDINÁRIAS	23	444	515
REUNIÕES ORDINÁRIAS	41	467	623
CEDS	110	67	43
TOTAL GERAL	2.052	984	1.056

FONTE: SEPLAN

- Participação na 6ª edição do Declare Certo, evento do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRC-PI), para orientar os contribuintes com o Imposto de Renda.
- Ciclo de palestras sobre o Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte, em parceria com a OAB, CGE, CRC, Receita Federal, e TARF.
- Treinamento de estudantes do Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil (NAF) da Faculdade Santo Agostinho sobre os programas implementados pela Sefaz, a exem-

plo do Fale com a Sefaz, Educação Fiscal e E-Ageat.

- Visita técnica ao NAF da faculdade Estácio de Sá CEUT, para orientações e esclarecimentos aos novos alunos integrantes.
- Palestra para alunos dos cursos técnicos de contabilidade e administração no Instituto Federal do Piauí (IFPI) sobre a importância da Educação Fiscal.
- Também foi firmado o compromisso de os alunos do IFPI participarem de novas palestras sobre Educação Fiscal, Legislação Tributária Estadual e o funcionamento do programa Fale com a Sefaz.

Além disso, no primeiro semestre de 2018, o Grupo de Educação Fiscal executou medidas com o intuito de fomentar ações de Educação Fiscal no âmbito Estadual:

- Direcionamento de ofícios aos órgãos que compõem o GEFE-PI, juntamente com a SEFAZ, (SEDUC, SRF, CGE e CGU), formalizando a indicação de representantes.
- Formalização de indicação de 10 escolas, para implantação de Programa de Educação Fiscal.
- Seleção de Faculdades para disseminação da educação fiscal.
- Acompanhamento e assessoramento aos NAFS da Faculdade Santo Agostinho, Estácio de Sá-CEUT e UFPI. Oferta de cursos e palestras.
- Seminário de Educação Fiscal na semana de comemoração do dia do contribuinte, em 25 de maio, com certificação.
- Formatação do curso de Disseminadores da Educação Fiscal, nas dependências da Escola Fazendária, de forma presencial, preferencialmente alunos que estejam cursando nível superior.
- Formatação e criação de subgrupos de desenvolvimento da Educação fiscal nas regionais.
- Filtragem de boas práticas de educação fiscal em outros estados.

Implantação do atendimento com inteligência artificial

Uma das grandes inovações que a Secretaria Estadual da Fazenda realizou em 2018 foi o uso da inteligência artificial para melhor atendimento ao público, por meio de um robô virtual, denominado Teresa, que ganhou esse nome em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina.

Com isso, além da eficiência e rapidez no atendimento, o usuário poderá acessar o serviço 24 horas por dia.

Inicialmente, o robô Teresa deverá responder questionamentos sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Programa Nota Piauiense. Porém, os desenvolvedores estão qualificando Teresa para facilitar atendimento em relação às questões do trânsito, auditoria e demais serviços da SEFAZ.

Com essa interface, além de saber de todos os débitos, o cidadão terá a facilidade de imprimir boletos para efetuar o pagamento do IPVA sem precisar se dirigir a uma agência de atendimento para efetuar o cálculo.

Se no campo virtual se avança com tecnologia da informação para gerar um robô que atenderá melhor e de modo mais eficiente o público, fisicamente a SEFAZ atuou para que fossem feitas reformas em prédios nos quais funcionam gerências regionais de atendimento.

Foram feitas reformas nos prédios das gerências e agências de atendimento em Uruçuí, Berrolândia, Picos, Água Branca, Teresina e Corrente, a um custo superior a R\$ 2 milhões.

CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

A Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí promoveu no ano de 2018 inovações no tocante ao processo orçamentário, uma delas foi a implantação da territorialização da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), alinhando, dessa forma, estes

dois instrumentos de planejamento ao Plano plurianual, que é territorializado.

A territorialização possibilita a descentralização dos investimentos, prioriza as ações de interesse públicos e proporciona maior eficácia e efetividade na consecução do orçamento além do redirecionamento das políticas públicas.

Outros avanços foram a sistematização do acompanhamento da execução do orçamento via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFE) dos produtos ofertados por cada unidade orçamentária, e a metodologia do Plano Orçamentário (PO), que vai possibilitar mais efetividade ao processo de execução orçamentária.

Em se falando de transparéncia, a SEPLAN inovou ao disponibilizar o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 (PLOA/2019) no site institucional, com acesso para qualquer consulta pública, fomentando assim a transparéncia e o controle social.

O Piauí investe em novas dinâmicas econômicas e diferentes relações e arranjos político-institucionais com foco na formação/ampliação de capital social nos 12 Territórios de Desenvolvimento, visando estimular a capacidade de negociação e de implantação de estratégias de cooperação em prol do desenvolvimento dos territórios.

O Planejamento Participativo do Estado é responsável pela estruturação da Política de Desenvolvimento Territorial e pelo apoio aos Conselhos Territoriais na execução dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). O Planejamento Participativo também vem atuando junto às Câmaras Técnicas e Setoriais, apoiando a estruturação de programas e políticas setoriais para a promoção de articulações inter-regionais, como a formação de Consórcios Municipais, possibilitando a pactuação de parcerias entre agentes públicos e privados. Entre os anos de 2015 e 2018 foi consolidado o processo de reestruturação dos 12 conselhos de desenvolvimento territorial

e a construção das identidades e sentimento de pertencimento a partir das características culturais e geoambientais de cada território. Os instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA são elaborados a partir da participação social e do conhecimento técnico acumulado sobre as potencialidades e demandas dos territórios. Nesse sentido, ganham evidência as seguintes ações no âmbito da política territorial:

Fortalecimento dos Conselhos Territoriais

Os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS) acompanham a execução dos Planos Territoriais da SEPLAN, dentre outras iniciativas, fornecendo os insumos para o PPA. Desde a aprovação da Lei do planejamento participativo que o PPA do Estado trabalha por meio de metodologias participativas, buscando dar efetividade e garantia da execução ao que foi planejado. Estas metodologias buscam qualificar o processo de gestão, para o qual estão sendo desenvolvidas ferramentas para o monitoramento e o controle social e, dessa forma, a partir de 2019, as metas dos Programas e os orçamentos para as ações estratégicas já deverão ser territorializados.

A Seplan-PI, mediante a atuação dos Agentes de Desenvolvimento Territorial, promoveu apoio institucional ao Conselho de cada território, ofertando assistência técnica ao seu processo de articulação e organização na construção do Plano de Desenvolvimento e na articulação de investimentos para as cadeias produtivas, dentre outras atividades. Neste exercício, as principais iniciativas seguem abaixo relacionadas.

- Reuniões Ordinárias dos Conselhos nos 12 territórios e participação na coordenação da elaboração dos Planos de Ação dos Conselhos Territoriais: Caraubais, Entre Rios, Cocais, Vale do Itaim e Serra da Capivara.

- CEDS – 2018: coordenado pelo governador Wellington Dias
- Visitas técnicas aos municípios e reuniões por aglomerados para retomar a mobilização e a participação social nos Conselhos Territoriais.
- Articulações e sensibilização de órgãos municipais para capacitação de técnicos locais em elaboração de projetos de captação de recurso de convênio.

Diálogos Territoriais em destaque

- Apoio ao Conselho Territorial do Território Serra da Capivara na construção de uma política de Recursos Hídricos que atenda a realidade local;
- Realização de Seminários: “II Seminário sobre Recursos Hídricos do Território Serra da Capivara” e “Impactos da Mineração no Território Serra da Capivara”, com definição de critérios de mitigação da política à atividade de mineração em curso, em integração com a organização da sociedade civil;
- Diálogo com a Coordenação da Romaria da Terra e construção de uma pauta de demandas que visam a melhoria da qualidade de vida no semiárido piauiense.

Agendas Territoriais de Desenvolvimento

A partir de iniciativas voltadas para o incremento da dinâmica econômica dos principais arranjos produtivos de cada território, o governo buscou integrar estratégias de intervenção de modo a ampliar a capacidade instalada em nível de Infraestrutura de Suporte ao Desenvolvimento, consideradas com prioridade as políticas de fomento, infraestrutura e de assistência técnica, em níveis diferenciados, intensivos e de qualidade, e o acesso a novas e diversificadas tecnologias, nesse contexto destacam-se as iniciativas a seguir:

Arranjo metodológico de Assistência Técnica

A Seplan coordenou, em conjunto com a EMATER, SDR e Câmara Setorial, o mapeamento dos produtores de Leite e a atividade de elaboração e realização do seu Cadastro no território a partir de um termo de parceria entre órgãos do Estado que atuam na política, para ser desenvolvido através de Cooperação Técnica entre o EMATER e as Prefeituras municipais. A iniciativa consistiu na realização de contratos para a prestação de assistência técnica aos produtores de leite, em serviços que hoje se apresentam como gargalos a serem superados, para que possam impulsionar a atividade (CAR, licenças ambientais, outorga de água, etc.)

Como resultado dessa estratégia, foram assinados Termos de Cooperação Técnica com 19 municípios do Território dos Cocais e da Planície Litorânea, para prestação de serviços de ATER e a articulação de arranjo institucional para implantação de serviço de inspeção com abordagem territorial (S.I.M. TERRITORIAL)

A estratégia de regionalização do serviço de inspeção a partir dos Territórios de Desenvolvimento representou um grande avanço para o planejamento público, pois estabelece um novo paradigma, adotando instrumentos que articulam as políticas públicas com os territórios, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades, ampliando assim a efetividade das ações governamentais bem como promovendo o fortalecimento da participação social.

A criação do Arranjo Institucional do Serviço de Inspeção em 8 (oito) territórios em parceria com a ADAPI, Vigilância Sanitária e SEBRAE, mediante a elaboração do Termo de Acordo de Cooperação Técnica, busca a prestação de apoio operacional para a realização de inspeção dos produtos de origem animal e vegetal juntamente com as prefeituras, tendo se destacado 2 (dois) territórios nesta estratégia: Território dos Carnaubais, com adesão dos 16 municípios, e o Território do Entre Rios, que optou por organizar

um consórcio dos seus municípios para assumir a operacionalização do modelo. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Visitas de mobilização e sensibilização dos municípios para Criação do S.I.M. e/ ou adequação da Lei Municipal
- Mobilização das instituições envolvidas para debater a estratégia de superação de gargalos do serviço de inspeção.
- Divulgação do Termo de Referência junto ao poder público de 8 (oito) territórios e assinatura do termo de adesão.
- Elaboração de diagnóstico situacional da capacidade instalada e das necessidades dos municípios para o estabelecimento da sistemática básica de funcionamento das rotinas de inspeção, bem como as atividades de capacitação das equipes técnicas nos territórios Carnaubais e Entre Rios;
- Elaboração de Projeto Técnico para construção de estrutura para implantação das Unidades Básicas de Processamento do Pescado – UBPP, com capacidade para 2,0 ton/dia, em 2 (dois) municípios do Território Entre Rios: Nazária e Demerval Lobão;
- Primeira Oficina de Capacitação para a equipe local do Território dos Carnaubais envolvendo 50 servidores dos 16 municípios, disponibilizados para a estratégia;
- Realização da primeira Capacitação para o S.I. com abordagem territorial – Território dos Carnaubais, participaram 50 pessoas, sendo 25 por aglomerado;
- Visitas institucionais para articular serviços do Estado disponíveis que possam resolver gargalos do processo produtivo e impulsionar as atividades (S.I.M., CAR, licenças, etc.);
- Suporte metodológico aos parceiros no trabalho de mapeamento dos produtores do território;
- Apoio ao processo de criação de uma Cooperativa de ovinocaprinocultores, no

âmbito da parceria com o PVSA, no território Vale do Itaim;

- Apoio à formação de consórcios dos municípios e articulação de parcerias para implementação de atividades não rurais no território;
- Apoio às ações de captação de recurso mediante a elaboração de projetos estratégicos de longo prazo – projeto técnico / parceria com a SUEPRO;
- Acompanhamento à implementação do PROGERE II nos municípios dos territórios: Carnaubais, Cocais, Entre Rios.

Fortalecimento de Bancos Comunitários

O Governo do Estado firmou, através da SEPLAN e da Piauí Fomento, Termo de Cooperação Técnica com a Rede Piauiense de Bancos Comunitários com o objetivo de difundir as experiências de finanças solidárias que possibilitam maior inclusão socioeconômica e acesso ao crédito para pessoas de baixa renda residentes em áreas urbanas e rurais.

Os bancos comunitários possibilitam que municípios com baixa dinamização econômica ampliem sua capacidade de circulação monetária dentro de uma estratégia de fortalecimento da economia local, mas com um enfoque social e solidário.

Dessa forma, o Estado do Piauí contribui também para descentralizar a oferta de crédito a juros mais baixos que permita aos pequenos e médios empreendedores investir em negócios que geram trabalho e renda.

Captação de recursos em operações de crédito

A Secretaria de Estado do Planejamento tem se destacado na captação de recursos que viabilizam importantes investimentos através de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. No ano de 2018, foram liberados mais de R\$ 400 milhões de re-

ais em desembolsos, dos quais se destacam as liberações ocorridas no âmbito de operações com a Caixa Econômica Federal e BNDES, que, juntos, somaram R\$ 334 milhões, e com o Banco Mundial, que totalizou R\$ 73 milhões.

Os recursos oriundos das operações de crédito financiam importantes e imprescindíveis obras em benefício da nossa população, contribuindo para a geração de empregos, melhorando a renda das pessoas e dinamizando a economia do Estado. Destacam-se obras de infraestrutura em todo o Estado, como estradas e melhoramento na mobilidade urbana em diversos municípios, bem como o desenvolvimento de políticas alinhadas com um modelo de desenvolvimento inclusivo, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, regularização fundiária, geração de emprego e renda no meio rural e modernização da gestão pública.

O ano de 2018 apresentou-se como marco importante no desenvolvimento de boas práticas para aumentar a eficiência na gestão pública. A interação com o Banco Mundial iniciou, no Estado, a prática de institucionalização das ações e de uma gestão voltada para resultados. Além disso, as várias consultorias, sistemas e equipamentos financiados pelo projeto visam aumentar a transparência e aumentar a eficiência nas atividades dos órgãos. Outro ponto que se destacou foi a importância das operações para a manutenção da capacidade de investimento do Estado do Piauí. Num cenário nacional de crise e limitação fiscal, que impôs dificuldades aos Estados que culminaram no recuo considerável na taxa de investimento, o Estado do Piauí conseguiu, graças às operações de crédito, manter os investimentos públicos que contribuem para a manutenção do nível de atividade econômica. Para o ano de 2019, os principais desafios que se apresentam são a conclusão de operações já contratadas com o BNDES (Proinfra I) e com o BNB (Prodesenvolvimento I), e a consolidação da evolução da gestão pública por meio da apro-

vação da revisão de meio termo da Operação junto ao Banco Mundial e o atingimento das metas acordadas para o Projeto. Além, disso, em 2019, o Estado do Piauí tem o desafio de contratar uma operação destinada a financiar importantes investimentos em segurança pública. Essa operação se alinhará com o Plano Estadual de Segurança Pública, que trabalha com uma perspectiva multifacetada da segurança, pautada na Política de Desenvolvimento Territorial do Estado do Piauí e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do PNUD/ONU.

Para além disso, pretende-se aprovar o aditivo do Projeto Viva o Semiárido, Operação contratada junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que está com suas ações em estado avançado de execução, bem como preparar uma nova operação junto ao Banco Mundial voltada para o fortalecimento da regularização fundiária, tema bastante relevante para o Estado.

REFORÇO NA ÁREA DE PESQUISA E DADOS SOCIOECONÔMICOS

O Plano de Ação 2018 da Fundação CEPRO apresentou quatro Programas que correspondem às Ações Estratégicas da Lei Orçamentária Anual (LOA) que, por sua vez, guardam coerência com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Articulação com as instituições de pesquisa associadas

Articulação com as instituições de pesquisa associadas, como a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES), com participação no 6º Fórum de Presidentes e Dirigentes, que ocorreu em Teresina-PI, sediado pela Fundação

CEPRO, no mês de abril, e participação também no XXIII encontro anual, que apresentou como discussão central os novos horizontes para as instituições de planejamento, pesquisa e estatística, realizado em São Luís-MA, no mês de novembro, com a presença de diretores e gerentes. A articulação é fundamental, uma vez que a Associação propõe capacitações por meio de oficinas e debates relevantes sobre os temas estratégicos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas socioeconômicas para a produção, sistematização e disponibilização de dados estatísticos do País.

Cooperação técnica e institucional

- Cooperação Técnico-Institucional com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com Contas Regionais e PIB municipal, através da atuação da equipe de trabalho da Fundação CEPRO no desenvolvimento do PIB do Estado e dos Municípios piauienses, participando efetivamente nas reuniões de nivelamento metodológico do PIB no Rio de Janeiro-RJ.
- Participação no Grupo para Elaboração das Projeções de População Estadual e o Aprimoramento Metodológico das Estimativas Municipais, atividade em fase de ajustes de equipe técnica para dar efetividade às projeções populacionais, com participação nas reuniões de nivelamento metodológico em Recife-PE.
- Participação no Grupo de Trabalho referente à Divisão Político-administrativa dos municípios do Piauí, inerentes à redefinição dos limites intermunicipais, memoriais descritivos e elaboração de mapas dos limites intermunicipais, atividade em fase de reestruturação da equipe técnica e equipamentos.
- Acordo de Cooperação Técnica (ACT)

com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com destaque em 2018 para a consultoria na informatização e customização do banco de dados DATA-CEPRO.

- **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com as Instituições de Ensino Superior (IES), Universidades Federal e Estadual, com a participação de professores pesquisadores nos estudos e pesquisas, e também com professores-pesquisadores no conselho editorial e científico da revista Carta CEPRO.**
- **Termo de Cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), parceria na execução dos editais através de bolsas de apoio técnico à pesquisa, com a participação de 12 bolsistas no desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de Produção de Informações, Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social no Piauí da FAPEPI /CEPRO.**
- **Termo de Cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) para elaboração dos Estudos de Linha de Base (ELB) de indicadores econômicos, sociais e ambientais na área de intervenção do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE). A cooperação envolveu pesquisadores e analistas na elaboração dos relatórios e investimentos em equipamentos para o desenvolvimento das atividades de estudos e pesquisas.**
- **Participação nas Câmaras Setoriais por meio de reuniões e elaboração de estudos de interesse das câmaras de turismo, agronegócio, energias renováveis, indústria da construção civil e comércio exterior, objetivando subsidiar ações que irão contribuir para o desenvolvimento do Estado.**

Publicações

A publicação da Carta CEPRO ocorre a partir do recebimento de artigos, através de Chama- da Pública, seleção dos melhores trabalhos, publicação da revista e divulgação do material. A publicação apresenta artigos científicos que contribuem para o fortalecimento e criação de políticas públicas que possam ajudar no desen- volvimento do Estado.

A publicação das Séries de Estudos e Pesqui- sas constituem séries com base na temática ex- plorada e no tipo de estudo. Editadas de forma sistemática de acordo com a produção de infor- mações e estatísticas, analisadas e elaboradas para divulgação e disseminação dos estudos e pesquisas, por meio da publicação e distribui- ção de livros, revistas, periódicos, notas técni- cas, indicadores e, principalmente, a disponibi- lização do site.

Capacitação da equipe técnica

Sextas Programadas – Realização de seis pales- tras com debate durante os meses de agosto a dezembro, com temáticas diversas relacionadas ao controle social, monitoramento e avaliação de políticas públicas, reforma política, meio ambiente, dentre outras, discutidas com expo- sitores internos e externos.

Seminários - Realização de dois seminários para socializar informações do estudo sobre desenvolvimento humano e política social no Piauí, mediado pelo consultor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), com a apresentação dos dados referentes aos indica- dores de IDH e distribuição de renda, inclusão produtiva, educação e saúde.

Oficinas - realização de seis oficinas para capa- citação técnica da equipe, para apresentação de metodologias, bases de dados e procedimentos para a construção de indicadores gerais dos compêndios estatísticos. Durante as oficinas, utilizou-se transferência de tecnologia sobre o

desenvolvimento da estrutura de levantamento, e tratamento de dados pelas equipes técnicas responsáveis designadas pelo Estado.

Estudos e pesquisas socioeconômicas

Conjuntura Econômica e Social - Estudos publicados trimestralmente sobre os principais setores da economia do Estado do Piauí, destacando-se os segmentos de agricultura, comércio (varejista, SPC), comércio exterior, emprego formal, finanças públicas (ICMS, IPVA, FPE), IPC / Previdência Social, serviços públicos (abastecimento d'água, energia elétrica, esgotamento sanitário e matrícula veicular), transporte aéreo.

PIB Estadual do Piauí - O estudo indica as características econômicas do Estado a partir das informações anuais sobre produção e consumo de matérias-primas, contribuindo para o monitoramento do desempenho da produção de bens e serviços, composição setorial, dinâmica de crescimento da economia e impactos socioeconômicos, sendo importante instrumento para processo de planejamento na gestão das políticas públicas.

PIB dos Municípios do Piauí - Esse estudo é elaborado a partir das informações anuais sobre produção e consumo de matérias-primas e consolida os valores da produção de bens e serviços das atividades econômicas, de forma a permitir visualizar as características e potencialidades de cada município piauiense.

Estudo sobre desenvolvimento humano e política social no Piauí - O Estudo trata da situação atual e da evolução recente do desenvolvimento humano no Estado do Piauí, a partir dos seguintes indicadores: IDH e distribuição de renda, inclusão produtiva, saúde e educação. Os resultados apresentam um levantamento das políticas públicas, compêndios estatísticos, sumário executivo dos indicadores, e um relatório contemplando as

análises dos dados, configurando um instrumento necessário para orientar as ações do Governo no desenho e no monitoramento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano e social. Foi desenvolvido por consultoria contratada que realizou a sistematização e análise dos indicadores estudados e, além disso, subsidiou equipe técnica das secretarias (SEPLAN, SEDUC, SESAPI, SETRE, SDR, SASC, SEDET e a Fundação CEPRO) por meio de transferência de tecnologia.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) nos Municípios - O estudo apresenta os resultados do desempenho dos municípios piauienses agrupados por Territórios de Desenvolvimento, a partir das três dimensões que compõem o IVS, a saber: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. Para isso, utilizaram-se os dados disponibilizados no atlas do IVS, conforme orientações metodológicas do PNUD-Brasil, IPEA e Fundação João Pinheiro.

Estudo sobre a participação feminina na política - O estudo foi realizado em dois momentos. No primeiro, apresenta uma visão geral da participação da mulher na política do Estado e, no segundo, analisa a questão de gênero na política do Piauí nos 12 Territórios de Desenvolvimento. Ambos tecem contribuições sobre o engajamento feminino na política e, com isso, oferece subsídios para orientar as políticas voltadas a atender esse segmento.

Estudo sobre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas e a Participação dos Movimentos Sociais nesses Espaços Públicos do Piauí - A elaboração do estudo apresenta um diagnóstico situacional da relação sociedade civil, Estado e governo no que se refere à participação dos movimentos sociais nos conselhos estaduais de políticas públicas no Estado do Piauí, e foi realizado em parceria com a Superintendência de Governo do Estado (SUPRES) e pesquisadores bolsistas da FAPEPI.

Linha de Base - Foi realizado Estudo de Linha de Base (ELB) de indicadores econômicos, sociais e ambientais na área de intervenção do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE). O ELB, elaborado em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí (SDR), apresenta, por meio de relatórios, um diagnóstico da situação atual das comunidades dos Territórios de Desenvolvimento dos Cocais, Carnaubais e Entre Rios, que serve de base para a implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados com os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs).

Cadeia Produtiva do Turismo - Engloba dois estudos: o primeiro sobre a Demanda Turística, que produz indicadores sobre o perfil e o olhar crítico do turista que visita os atrativos turísticos de Teresina. O relatório da pesquisa de demanda oferece subsídios fundamentais para a programação e direcionamento de investimentos públicos, tanto para o fortalecimento da estrutura existente, quanto para a ampliação de novas possibilidades de atração de futuros visitantes. No segundo estudo, sobre Impactos Econômicos do Festival de Inverno de Pedro II, o conhecimento da oferta e da demanda durante os eventos turísticos favorece análises e possibilita a elaboração de políticas públicas mais eficazes e eficientes para o setor. O estudo apresenta os impactos econômicos e indica possibilidades de investimentos na melhoria da oferta turística, apontando de forma qualitativa os serviços e equipamentos turísticos. O estudo foi elaborado em parceria com a Câmara Setorial do Turismo do Estado do Piauí (CSTUR), Prefeitura Municipal de Pedro II e pesquisadores bolsistas da FAPEPI, e com o Núcleo de Estudos, pesquisas e projetos em Turismo (NETUR/UESPI).

Pesquisa de estatística e informação

DATACEPRO – Informatização do Banco de Dados - O DATACEPRO, sistema de informatização de dados, elaborado pela Fundação CEPRO, em parceria com a ATI e consultoria do IPEA, no processo de informatização e customização do banco de dados da CEPRO. O sistema disponibiliza informações estatísticas do Estado, com o objetivo de divulgar para a sociedade dados sobre o Piauí, relacionados aos aspectos socioeconômicos, demográficos, culturais, dentre outros. Possibilita a elaboração de quadros e tabelas, montagem de indicadores, armazenamento ordenado por setores da economia e áreas de interesse da Fundação CEPRO e dos principais usuários. Atualmente, encontra-se em processo de alimentação, migração e validação dos dados.

Pesquisas de campo - Acontece sistematicamente sobre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em Teresina - pesquisa mensal direta junto aos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, situados na área urbana da cidade de Teresina e centrado numa cesta de 364 produtos, definidos a partir de pesquisa de Orçamento Familiar, sendo visitados mensalmente cerca de 280 estabelecimentos e/ou prestadores de serviços. A partir dos dados levantados são elaborados relatórios mensais, constando o índice relacionado ao comportamento dos preços e do mercado local.

Pesquisa de Demanda Turística realizada através da consulta amostral aos visitantes na baixa e alta temporada nos principais Destinos Indutores do Turismo do Estado, buscando avaliar a percepção, o perfil e o desembolso do visitante na área visitada. A partir dos dados foram produzidos relatórios técnicos retratativos das informações colhidas junto ao visitante. A pesquisa foi realizada em Teresina durante a alta estação, em julho 2018, envolvendo 18 pesqui-

sadores, distribuídos nos principais pontos de saída (aeroporto, rodoviária e estradas), com abordagem direta aos turistas, utilizando questionário padrão.

Pesquisa dos Impactos Econômicos do Festival de Pedro II – a pesquisa foi desenvolvida pós-evento, utilizando-se de duas abordagens: uma, através das redes sociais e internet (Facebook, WhatsApp, sítios oficiais do Governo do Estado e do município de Pedro II), para coletar informações junto aos participantes, por meio de formulários preenchidos online durante uma semana, com amostra aleatória; a outra pesquisa, de forma direta com o setor de serviços local (hospedagem, lojas de artesanato, bares e restaurantes) envolveu dezesseis pesquisadores (NETUR/UESPI) e três coordenadores de pesquisa de campo (CEPRO).

Anuário Estatístico do Piauí - O anuário é o levantamento de dados estatísticos secundários referentes à geografia, demografia, economia, sociedade, política e finanças públicas, agrupados por macrorregiões, territórios e aglomerados, disponibilizados por meio de tabelas e quadros. O Anuário Estatístico apresenta, na sua elaboração, dados relativos ao ano de 2017.

Piauí em Números 2018 - O Piauí em Números 2018 é um documento informativo sobre os aspectos geográficos, demográficos, socioeconômicos, culturais, políticos e finanças públicas, agrupados por macrorregiões, territórios e aglomerados, disponibilizados por meio de tabelas e quadros. O trabalho apresenta, na elaboração desta edição, uma série do período compreendido entre 2000 e 2017, com dados do Piauí, Nordeste e Brasil.

Administração da unidade

Núcleo de Controle de Gestão - Consolidação da Comissão de Controle Interno e participação no Sistema de Controle implantado pela

CGE, favorecendo melhor fluidez dos processos e contribuindo para uma gestão mais efetiva, no que se refere ao cumprimento dos prazos previstos.

(Re) Organização e Informatização da Biblioteca Pádua Ramos - O acervo passa por processo de reorganização para a reabertura da biblioteca ao público. A Biblioteca é responsável pelo registro, catalogação e classificação dos trabalhos editados pela Fundação CEPRO. A modernização da biblioteca conta com a utilização dos recursos informacionais, através do Sistema BIB LIVRE, tipo de classificação em CDU, com aproximadamente três mil exemplares catalogados e 75% etiquetados.

Aquisição de equipamentos - Através do termo de cooperação com a SDR/ CEPRO para realização do estudo de linha de base do PROGERE II, e de compra por meio de sistema de aquisição, por registro de preço e adesão a atas, com o objetivo de dotar a Fundação CEPRO com equipamentos técnicos e meios de transporte para ampliar sua rotina de trabalho.

Impactos dessas ações

- Fortalecimento da articulação entre a rede de apoio das instituições de pesquisas socioeconômicas, ensino e pesquisa, e financiamento para viabilizar as ações planejadas.
- Aquisição e ampliação de conhecimento a partir das atividades oportunizadas para qualificação e capacitação da equipe técnica.
- Incremento nas atividades de estudos e pesquisas com inovação metodológica e procedural, através das cooperações técnicas e das trocas entre os pesquisadores (bolsistas e consultores).
- Melhor visibilidade da conjuntura socioeconômica, através da análise dos estudos e pesquisas realizados, tendo em

vista que apontam as potencialidades, fragilidades evidenciadas a partir das políticas públicas vigentes e, a partir disso, indicam propostas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

- Produção de conhecimento para subsidiar o planejamento de políticas públicas, capaz de alavancar o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
- Estruturação, armazenamento e disponibilização de dados estatísticos do Piauí em sistemas informatizados, em parceria com a ATI.
- Consolidação de um sistema que proporcione aos gestores públicos, pesquisadores, instituições e sociedade em geral um conjunto de informações relevantes que subsiditem a produção de conhecimento e o monitoramento de políticas públicas.
- Melhoria dos processos de gestão para viabilizar as ações planejadas, por meio da alimentação dos sistemas informatizados de contas do Estado.

Ampliar a ação da CEPRO e das pesquisas

Para os próximos anos, há desafios a serem enfrentados e vencidos, entre os quais destacam-se:

- Ampliar a oferta de bolsa através da cooperação com a FAFEPI, em modalidade e em número.
- Estreitar as articulações com as instituições associadas, como a ANIPES.
- Manter e ampliar os acordos de cooperação técnica com as instituições nacionais e estaduais de estudos e pesquisas de interesse da Fundação CEPRO.
- Manter e qualificar as publicações sistemáticas da Fundação CEPRO.
- Garantir a periodicidade e atualização de qualis da Revista Carta CEPRO.
- Ampliação da equipe de análise dos dados referentes aos estudos e pesquisas inerentes à Diretoria de Estudos e Pes-

quisas Socioeconômicas e Territoriais.

- Sistematização e publicação dos estudos e pesquisas relacionados aos indicadores socioeconômicos e territoriais, como a elaboração do PIB trimestral e boletins de conjuntura por temas específicos.
- Acompanhar o monitoramento dos indicadores humanos, relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas estaduais.
- Realização de pesquisa de campo e ampliação da equipe responsável pela coleta de dados, de área socioeconômica e territorial, com interface aos estudos inerentes da Fundação CEPRO e demais órgãos da administração.
- Manter a alimentação do DATACEPRO e estruturas de atualizações sistêmicas.
- Consolidar os Núcleos de Estatísticos, a partir dos registros administrativos nos diferentes órgãos da administração.
- Estruturação de Unidade de Cartografia e Geoprocessamento, visando à efetivação da cooperação com o IBGE na redefinição dos limites intermunicipais, memoriais descritivos e mapas dos limites intermunicipais.
- Reforma das instalações físicas do prédio da Fundação.
- Aquisição de equipamentos e móveis.
- Realização do concurso já previsto, nomeação e posse dos aprovados.
- Manutenção do Sistema de biblioteca digital.

MONITORANDO A EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

Evolução do sistema SISCON

Adquirido através de uma parceria entre os estados do Piauí e Mato Grosso, o SISCON permite o controle de todos os convênios realizados pelo

Governo estadual com entidades públicas e civis do terceiro setor. É um grande sistema hospedado no datacenter do estado e que, após entrar em operação, passou por profundas mudanças sendo remodelado com quatro módulos para atender regras específicas de cada área.

O SISCON realiza um trabalho de controle preventivo e corretivo, em parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE), que age diretamente sobre os convênios onde o Estado é parte. Isso permite um controle mais rigoroso na aplicação dos recursos pelos entes conveniados, resultando na redução de custos, simplificação na gestão dos convênios e maior transparência.

Estado economiza R\$ 65 milhões por atuação preventiva da CGE

De janeiro a outubro de 2018, a Controladoria-Geral do Estado (CGE/PI), por meio do Núcleo Setorial que atua junto à Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), acompanhou os processos de licitações e prorrogações de contratos que somaram R\$ 800 milhões. Isso permitiu uma redução de R\$ 65 milhões nesses custos. As licitações correspondem a aproximadamente 10% do quantitativo de processos analisados e por 97% da economia produzida.

O Núcleo da CGE na SEADPREV é responsável pela análise crítica das pesquisas de preços de mercado, tanto na fase interna do procedimento licitatório, realizando atividades de apuração do valor estimado/referência, como na fase da execução contratual, quando se analisa se é favorável a relação custo-benefício da prorrogação contratual, na forma da lei.

Acompanhamento de obras gera economia de R\$ 23 milhões

A atuação preventiva da Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE) tem trazido resultados bastante positivos para o Estado. Dados da Gerência de Controle de Obras da CGE mos-

tram que, entre janeiro e setembro de 2018, a economia gerada, com as análises de contratos e licitações de obras e serviços de engenharia, já superou R\$ 23 milhões, do volume total de recursos analisados (R\$ 503 milhões).

A Gerência de Controle de Obras da CGE (GECOB) emite pareceres preventivos, abrangendo análise dos custos e compatibilidade das peças que compõem o projeto básico, além dos aspectos técnicos e legais dos editais de licitação.

A CGE dispõe, ainda, de um auditor específico que atua na Secretaria de Estado da Educação, para verificar a conformidade dos processos de aditivos contratuais e de reajusteamento de obras e serviços de engenharia. Esse profissional também faz auditoria de conformidade em projetos básicos de obras em prédios escolares e da Universidade Aberta.

Essas atividades, somadas ao acompanhamento da execução da construção do Centro Especializado de Reabilitação (CER IV), em Parnaíba, realizado pelo mesmo auditor setorial, totaliza um volume analisado de R\$ 42,3 milhões, dos quais R\$ 1,7 milhão resultaram em economia efetiva.

Pontos de controle dão andamento a obras

Duas obras importantes realizadas no Piauí vêm sendo acompanhadas de perto pela Controladoria-Geral do Estado, a construção do novo Centro Materno Infantil de Teresina e o Centro Especializado em Reabilitação (CER IV), de Parnaíba.

Os auditores da CGE acompanham periodicamente a construção, junto à Secretaria responsável e à construtora, realizando reuniões e visitas técnicas no canteiro de obras. Somente na obra da construção da nova maternidade de Teresina, a CGE realizou mais de 20 pontos de controle.

Tecnologia para controle de gastos públicos

A Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN) da CGE tem atuado não só em ferramen-

tas de transparéncia e controle social, como também no desenvolvimento de sistemas que possibilitem aos gestores públicos um maior controle das despesas e gastos públicos.

Ao longo de 2018, a GETIN/CGE desenvolveu sistemas para o gerenciamento de gastos do Estado e o credenciamento de empresas para serviços de engenharia, além de painéis gerenciais, utilizando a ferramenta de BI, Qlcksense, implantação do Observatório da Despesa Pública Estadual (ODP).

Trabalho de monitoramento da regularidade do Estado

A Gerência de Convênios (GECON) é responsável, entre outras ações, pelo acompanhamento dos convênios federais, monitoramento preventivo do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), acompanhamento da prestação de contas de convênios com recursos do Tesouro Estadual e orientação de servidores para garantir a regularidade do Estado do Piauí. Em 2018, atualizou e uniformizou os procedimentos observados na celebração, execução e prestação de contas das parcerias dos órgãos estaduais com as organizações da sociedade civil. Essas informações estão compiladas no Manual das Parcerias Voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil. Também fez a atualização da Instrução Normativa nº 001/2009 (adequação às alterações na legislação vigente) e elaborou a minuta da Instrução Normativa de Patrocínios.

E- Social

Um dos principais focos deste ano foi orientação quanto à adequação ao E-Social, através de palestras e produção de materiais didáticos relacionados à qualificação cadastral de servidores estaduais. Nesse sentido, também foi formada uma comissão para implementação do E-Social, na qual a CGE faz parte, juntamente com a SEADPREV, ATI e SEFAZ.

Economia resultante de auditorias

Em 2018, a Gerência de Auditoria (GERAU) analisou processos que somaram R\$ 80,3 milhões, dos quais foi possível garantir uma economia efetiva de R\$ 345 mil e economia potencial de R\$ 13,6 milhões. Do volume de trabalhos, a maioria consistiu em emissão de pareceres e auditorias que identificaram irregularidades. Tais demandas foram encaminhadas aos gestores com as devidas recomendações para a regularização das situações encontradas, de modo que a economia de recursos financeiros, embora não seja o fim da auditoria, é consequência natural da adoção das medidas sugeridas pela CGE aos ordenadores de despesa.

Acompanhamento das contas do Governo

A Gerência de Acompanhamento da Gestão (GERAG) atuou no assessoramento ao governador do Estado, quanto às prestações de contas. Em paralelo, foram analisados 227 processos (ofícios/pareceres/relatórios/despachos) sobre a adequação de despesas às normas de finanças públicas e de valores devidos às empresas por força do direito à repactuação. Este último corresponde à maioria dos documentos gerados (165).

Do total de processos analisados, alcançou-se uma economia real de R\$ 13,1 milhões.

Fortalecimento do controle interno preventivo

A Gerência de Controle Interno (GERCI) atuou em 2018 em quatro frentes:

- i. Construção e aprimoramento de roteiros de análise de conformidade de processos de contratação e pagamentos, que resultaram na elaboração de 19 roteiros de contratação de obras, bens ou serviços, 23 roteiros de pagamentos de obras, bens ou serviços e três roteiros de prestação de contas de convênio e suprimento de fundos.

2. Emissão de alertas aos gestores públicos em processos de contratação e pagamentos de despesas, que resultaram na emissão de mais de 18 mil pareceres prévios, quase 24 mil alertas de possíveis inconformidades e R\$ 2,3 milhões em recursos monitorados.
3. Visitas de orientação aos gestores e servidores dos órgãos e entidades do poder Executivo.
4. Capacitação profissional continuada com cursos de formação de controladores internos (10 turmas concluídas e 256 pessoas capacitadas) e de fiscais de contratos (10 turmas concluídas e 413 pessoas capacitadas).

Treinamentos

Em 2018, a Coordenação de Qualificação e Eventos (CQEVE) realizou II treinamentos, capacitando 979 servidores estaduais, para conhecimentos sobre sistema de diárias e passagens, formação de controladores internos, fiscalização de contratos, parceria com organizações da sociedade civil, E-social, convênios de receita e despesa para pessoal da SDR, SISCON para pessoal da SDR e EMATER, E-Sic, retenções previdenciárias e suprimentos de fundo para pessoal da SEDUC.

Neste mesmo período, auditores da CGE também participaram de cursos externos à Controladoria, capacitando 384 pessoas em mini-cursos sobre Fundamentos de Controladoria (UESPI, nos campi Clóvis Moura e Torquato Neto), Controle da Execução Orçamentária e Financeira (UESPI, nos campi Clóvis Moura e Torquato Neto), palestra Desafios e Perspectivas Profissionais no Setor Público.

AÇÃO DA PGE RESULTA EM RECUPERAÇÃO DE R\$ 31,9 MILHÕES

A Procuradoria Geral do Estado, no uso de suas atribuições constitucionais, é a Instituição responsável pela representação judicial e consultoria jurídica dos órgãos da Administração Direta estadual, incumbindo-se também de assessorar específicos entes da administração indireta e de coordenar superiormente todo o sistema de representação jurídica do Estado.

O zelo da PGE no cumprimento de sua missão institucional produziu bons frutos no exercício de 2018, com expressivo volume de recursos tributários devolvidos aos cofres públicos pela Procuradoria Tributária, tanto em sede judicial quanto administrativa, mediante a implementação de instrumentos de cobrança pela Diretoria de Dívida Ativa, órgão integrado à estrutura administrativa da Procuradoria-Geral.

A tarefa se desdobrou com grande denodo durante todo o ano, tanto na capital quanto nas mais de 90 comarcas interioranas, mediante acompanhamento presencial e remoto de executivos fiscais, exigindo notável esforço de Procuradores e Servidores, do que resultou uma recuperação fiscal direta, durante o ano, no importe de R\$ 9.649.931,69.

Acresça-se a isso a atuação em conjunto da Procuradoria com a Secretaria da Fazenda na recuperação de créditos parcialmente remitidos, no montante de R\$ 22.338.477,60.

Destaca-se, ainda, em âmbito tributário, a zelosa e eficiente atuação do Órgão na defesa do Estado em ações movidas por contribuintes em face da Fazenda Pública, gerando uma economia realmente inestimável de recursos públicos, reduzindo a evasão e garantindo, dessa forma, a regularidade quantitativa de ingressos fiscais, com o consequente resguardo do cronograma de investimentos e custeio da máquina administrativa. Ainda em âmbito jurisdicional, registra-se a atuação exaustiva da Procuradoria

Judicial na defesa intransigente do interesse público em ações as mais diversas, inúmeras delas de natureza plúrima, envolvendo cifras de vulto realmente significativo. A atuação deste setor da PGE refletiu-se em nada menos que inumeráveis intervenções específicas em âmbito judicial durante o ano, demandando atuação constante deste Órgão perante os mais diversos segmentos do Poder Judiciário, em todas as instâncias. O acompanhamento zeloso das lides previne dispêndio de recursos públicos em montantes que, por sua magnitude, não se pode quantificar com exata precisão, garantindo a governabilidade do Estado, particularmente no que se refere aos gastos com servidores, contratos administrativos e previdência oficial. De notar-se, igualmente, o expressivo aumento no número de demandas por força da implementação do processo eletrônico, particularmente no âmbito da Justiça do Trabalho e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Atuação Consultiva

A atribuição consultiva do Órgão, à sua vez, foi exercida com particular intensidade. Nesse quadrante, a Procuradoria de Licitações e Contratos contabilizou a emissão de 2.494 pareceres, além de um sem número de despachos, todos imprescindíveis à regularidade das contratações e formalizações, convênios e outras avenças em âmbito estadual.

A Consultoria Jurídica emitiu 1.001 pareceres e 341 despachos, sobretudo, em matéria de pessoal, propiciando a gestão eficiente de recursos humanos e possibilitando a concretização das medidas de austeridade e organização implementadas pela Secretaria da Administração e Previdência.

Quanto ao ponto, revelou-se fundamental a atuação da Procuradoria de Fiscalização e Controle de Atos Administrativos, responsável pela instauração, até o presente momento, de 85 processos administrativos disciplinares em face de agentes públicos estaduais, paralelamente ao

desempenho de sua competência consultiva. Ressalta-se a atuação destacada da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, sobremodo no ajuizamento e condução de inúmeros procedimentos judiciais de desapropriação e acompanhamento de ações ambientais imprescindíveis à execução de obras de grande interesse infraestrutural nas áreas de mobilidade, turismo e desenvolvimento econômico.

Atuação em Tribunais

Importante destacar, igualmente, o trabalho desenvolvido pela Procuradoria do Estado perante os Tribunais de Contas, com atuação diurna na defesa da Fazenda Pública não apenas em sede contenciosa, senão também na orientação preventiva dos gestores quanto à condução ética e transparente dos negócios públicos. Registre-se, outrossim, a efetiva presença da PGE perante os Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho), atividade realizada pela Procuradoria Setorial em Brasília-DF, a qual, contando com quadro permanente de Procuradores, dá continuidade ao trabalho desenvolvido pelos órgãos contenciosos em âmbito local, até o trânsito em julgado das demandas respectivas. Notabilizam-se, igualmente, a atuação da Corregedoria e do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, os quais se encarregam não apenas de zelar pela observância do princípio constitucional da eficiência em todas as subdivisões funcionais do Órgão, como também no auxílio ao Procurador-Geral sempre que por ele demandado, atuando, ainda, na autorização de recuos e inações processuais sempre que tais atitudes representaram a escolha mais adequada no caso concreto, evitando excesso de litigiosidade e garantindo a efetividade do interesse público primário. Destaca-se a atuação do Gabinete do Procurador-Geral e dos Procuradores-Gerais Adjuntos, encarregados da gestão superior do Órgão, coordenando a atuação equilibrada, uniforme e harmoniosa de todos os seus setores, como

também do inter-relacionamento institucional com outros órgãos e entidades da Administração estadual e de outros níveis de Governo, além de concentrarem em si, mediante avocação, o exercício de determinadas competências próprias de segmentos específicos da PGE, entre as quais se destacam os diversos acionamentos judiciais perante o Supremo Tribunal Federal, visando a suspensão e o cancelamento de anotações de inadimplência (CAUC – SIAFI – CADIN), sempre que indevidas, disso resultando a celebração de convênios, o regular recebimento de repasses e transferências constitucionais, bem como a contratação de financiamentos que se mostraram absolutamente imprescindíveis à governabilidade neste ano de crise.

DETRAN: EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO REDUZIU O NÚMERO DE ACIDENTES

O Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN-PI) realizou no ano de 2018 ações voltadas à melhoria das condições de trabalho dos servidores e o atendimento aos usuários. Também dedicou especial atenção à melhoria do trânsito, através de sinalização viária, fiscalização e educação para a diminuição de acidentes e aumento da segurança. Ciente do seu papel educador, por meio da Escola Piauiense de Trânsito (EPT), o Detran priorizou ações constantes de educação, com planejamento a médio e longo prazo, como forma de aumentar a conscientização, reduzir o número de acidentes e contribuir para um trânsito mais seguro. As equipes de educação do órgão visitaram cidades do Estado, empresas públicas e privadas e rede pública de ensino levando informações sobre o trânsito e maneiras de evitar acidentes. Em 2018, cerca de 500 mil pessoas foram alcançadas com as ações educativas e 497 ações realizadas em 117 municípios visitados.

Esse esforço deu bons resultados. Dados da Seguradora Líder, no Boletim Estatístico Seguradora

Líder-DPVAT – Outubro de 2018, apontam que o número de indenizações por acidentes, neste ano, caiu 18,09% em relação aos números de 2017. Ainda de acordo com o relatório, o Piauí registrou uma queda de 5,78% de indenizações por morte em consequência de acidentes no trânsito.

O relatório aponta também um recuo de 22,51% no número de indenizações por invalidez permanente em decorrência de acidente de trânsito. O número de indenizações pagas a vítimas de acidentes de trânsito no Brasil, conforme o boletim, também caiu em 17,53%. É importante destacar que a motocicleta é o veículo com mais registros de acidentes com vítimas fatais no país, – ainda que a frota corresponda a pouco mais de um quinto (26,88%) do total de veículos automotores licenciados no país. No Piauí, as motocicletas respondem por 55,59% do total da frota, e em 2018 tivemos uma queda de 0,56% nos acidentes com estes veículos na comparação com o restante do país.

Mudança de tecnologia no DETRAN

Com apoio da ATI, o DETRAN fez investimentos superiores a R\$ 13,4 milhões, dos quais R\$ 10.930.852,71 em hardware e softwares, e R\$ 2.553.600,00 em treinamentos e serviços técnicos especializados para o downsizing. Os investimentos que focaram na mudança de tecnologia (downsize) de alta plataforma (computadores mainframes) para baixa plataforma (computadores com arquitetura X86 e X64) foram significativos.

Quatro grandes sistemas que funcionam 24 horas nos sete dias da semana e compõem a base tecnológica do DETRAN-Piauí estão sendo desenvolvidos em linguagem moderna, permitindo alta performance nas transações eletrônicas realizadas diariamente, impactando positivamente no atendimento a de milhares de cidadãos.

Já está concluído e homologado o Sistema de

Registro Nacional de Condutores Habilitados do Estado – RENACH, que deve melhorar e tornar mais ágeis os serviços, com menor custo para o Estado.

Através do aplicativo Piauí na Palma da Mão, desenvolvido pela ATI, o cidadão pode ter acesso a dois serviços, via celular e tablet:

- **Consulta de débitos do veículo** – O proprietário de veículo terá disponíveis todos os eventuais débitos de veículos, que poderão ser consultados mediante a inserção da placa e código RENAVAM.
- **Consulta do condutor** – Disponível ao cidadão a consulta de dados dos motoristas e sua pontuação atualizada na CNH.

Nova versão do RENACH

Foi implantada uma nova versão do sistema de Registro Nacional de Carteira de Habilitação (Renach), um banco de dados que registra toda a vida do condutor, além de controlar a emissão da CNH e da Permissão Internacional para Dirigir (PID). O novo sistema traz uma interface para um conjunto de características, que visa a melhoria de todos os processos eferentes à habilitação, garantindo agilidade e segurança ao usuário.

Exames

O DETRAN/PI, por meio da banca examinadora, atende à demanda da capital e do interior, realizando exames práticos para a habilitação de condutores aptos, atuando mensalmente nas regionais maiores – Piripiri, Picos, Parnaíba e Floriano, além de atender as regionais menores de Campo Maior, Corrente, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, Marcolândia, Fronteiras, Valença, Canto do Buriti, Esperantina, Barras, Piracuruca, Paulistana. A banca realiza, por semana, em média, 810 exames práticos na categoria A – duas rodas, e 1.540 exames práticos nas categorias B, C, D e E – quatro rodas, totalizando a quantidade de 9.400 exames práticos por mês, o que projeta mais de 112 mil exames por ano.

Sinalização

Com o intuito de organizar o trânsito, orientar e permitir maior trafegabilidade nas vias das cidades, além de proporcionar maior segurança para motoristas e pedestres, foram executados projetos e obras de sinalização viária nos municípios de União, São Raimundo Nonato, Água Branca, Floriano, Cocal dos Alves, Corrente, Esperantina, Floriano e Cajueiro da Praia (Barra Grande). Essas obras fazem parte de um projeto do Governo do Estado que visa a melhorar a qualidade do trânsito em todo o Piauí.

Lei Seca

Outra ação de destaque é a operação de fiscalização da Lei Seca, um trabalho em conjunto entre os órgãos do Estado. Em 2018, realizamos ações em todo o Piauí e na capital, sobretudo durante eventos e períodos de maior fluxo de pessoas e veículos: férias, carnaval, semana santa e outros. Com o intuito de minimizar acidentes de trânsito em todo o Estado do Piauí, intensificando a fiscalização daqueles que consomem bebidas alcoólicas no trânsito ou transitam irregularmente. Assim, em 2018, foram realizadas 46.126 abordagens em veículos com a realização de 2.862 testes de alcoolemia. Foram autuados 128 condutores, por terem ingerido bebida alcoólica, dos quais 32 presos em flagrante, com 96 processos administrativos. Foram expedidos 4.911 autos de infração de trânsito e 1.708 veículos removidos.

Leilões

Ainda em 2018, foram realizados 27 leilões de veículos provenientes de apreensões realizadas em blitzes de fiscalização em todo o Estado. Até novembro de 2018, registrou-se a entrada de 7.106 veículos no pátio do Detran: 5.451 tiveram a sua situação regularizada por parte de seus proprietários e 5.146 foram postos a leilões.

Frota maior

A frota de veículos do Piauí registrou um au-

mento de 4,86% em 2018, na comparação com o ano anterior. O volume de carros, motocicletas, caminhões, ônibus que circulam no Estado ultrapassou um milhão – 1.184.851 veículos.

TV ANTARES AGORA DIGITAL

Na comunicação pública, o Sistema Antares passou a operar com o sistema digital, graças a investimentos na ordem de R\$ 2,5 milhões.

Com isso, verifica-se uma melhor imagem e áudio na programação e transmissão da TV Antares, levando às pessoas um conteúdo jornalístico e cultural de alto nível.

A nova tecnologia permite uma maior integração do Sistema Antares de Comunicação, que inclui além da emissora de TV em Teresina, as TVs Picos e Delta (Parnaíba) e a Rádio Antares, possibilitando que os mais importantes acontecimentos cheguem ao conhecimento de todos.

Com a TV digital em alta definição, a consolidação da TV Delta, em Parnaíba e da TV Picos, que atende a uma vasta região do Piauí, o sistema público de televisão no Piauí segue realizando uma série de ações, entre as quais as oficinas de capacitação de comunicadores populares e abertura de parcerias com rádios comunitárias para retransmissão de programas.

A projeção é que a emissora avance para chegar aos 20 mais populosos municípios do Estado, além de abrir sucursais nos 12 territórios de desenvolvimento, para a produção de documentários mostrando as belezas, as potencialidades, as conquistas e os avanços do Piauí.

PIAUÍPREV ENFRENTA O DESAFIO DE REDUZIR DEFICIT PREVIDENCIÁRIO

O grande desafio encarado pela Fundação Piauí Previdência – PIAUÍPREV, diante da crise que afeta todos os Estados do Brasil, é o empenho e liquidação das folhas de pagamento dos inativos e pensionistas, ou seja, o compromisso

do Estado em relação ao pagamento dos benefícios previdenciários devidos a todos os servidores públicos, policiais militares e bombeiros militares, inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí, de qualquer dos poderes e dos membros da magistratura, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.

Esse grande desafio é resultado do crescente deficit do Regime Próprio de Previdência do Estado do Piauí.

No início de 2015 o deficit financeiro do Poder Executivo do Regime Próprio do Estado do Piauí já apresentava uma insuficiência financeira anual na ordem de R\$ 582.758.705,23, com tendência de crescimento acentuado em razão da previsão de novas aposentadorias e pensões. Esse deficit, resulta de insuficiência financeira no sistema previdenciário do Estado, cuja arrecadação das contribuições é inferior as despesas com os pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões. Ano após ano, esse deficit tem sido crescente.

No ano de 2018, foram concedidas 505 pensões e 1.678 aposentadorias pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí. Até outubro de 2018, o Estado do Piauí tinha 46.430 servidores públicos, policiais militares e bombeiros militares em atividade na administração direta, autárquica e fundacional, além de pessoal do Judiciário, Ministério Público, Legislativo, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado. O pessoal inativo (aposentados) e os pensionistas somavam 42.462 pessoas.

O quadro a seguir apresenta a evolução do deficit ou insuficiência financeira previdenciária nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Para uma melhor eficiência e eficácia da gestão previdenciária e para conter o crescimento da insuficiência financeira, foram tomadas as seguintes providências:

- Implantação do Sistema de Gestão Previdenciária (SISPREVWEB), que possibilitou a gestão eficaz com relação ao ca-

dastro dos servidores, as aposentadorias, as pensões, as aplicações de recursos e de demonstrativos exigidos pela Secretaria de Previdência Social.

- Instituição da Lei Estadual n.º 6.910/2016 que criou a Fundação Piauí Previdência – PIAUÍPREV, com a finalidade de ser a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí – RPPS.
- Instituição da Lei Estadual n.º 6.932/2016, que aumentou a alíquota para cálculo da contribuição previdenciária do servidor para 13% em 2017 e para 14% em 2018 e que aumentou a alíquota para cálculo da contribuição patronal do servidor do Poder Executivo para 26% em 2017 e para 28% em 2018.

- Recadastramento, em 2017, de todos os servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
- Restabelecimento, em 2018, do trabalho compensação previdenciária entre o RPPS e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o que gerou junto ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, uma receita de R\$ 42.221.254,16.
- Formatação da criação de Fundo de Investimento Imobiliário para trazer novas receitas ao Fundo de Previdência.
- Finalização do processo de securitização da dívida ativa do Estado do Piauí, que trará receita ao Fundo de Previdência e do processo para recebimento dos recursos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS resultante da carteira imobiliária do extinto IAPEP.

Evolução do Déficit Previdenciário

MÊS	2015	2016	2017	2018
JANEIRO	52.429.016,23	56.321.891,13	69.115.474,56	68.902.299,01
FEVEREIRO	52.336.544,19	62.282.958,60	69.246.244,92	72.442.411,79
MARÇO	55.624.127,92	61.634.107,44	69.203.353,51	72.991.644,46
ABRIL	56.170.519,80	65.698.081,24	71.497.737,50	72.859.698,85
MAIO	57.066.672,37	66.219.755,99	72.039.896,43	73.286.617,20
JUNHO	57.662.969,77	66.073.686,36	72.472.909,07	72.155.032,86
JULHO	57.894.551,93	69.208.018,37	73.847.244,25	74.979.164,70
AGOSTO	58.435.345,08	69.687.441,95	73.858.409,37	77.788.747,38
SETEMBRO	58.471.092,41	69.915.173,14	74.250.279,74	73.027.330,44
OUTUBRO	59.021.824,71	71.317.965,23	74.660.382,64	51.776.756,04
NOVEMBRO	60.060.970,06	71.240.564,87	74.700.417,71	79.811.779,07
DEZEMBRO	55.045.083,69	68.444.424,62	69.282.209,43	78.217.334,27
13º SALÁRIO	22.205.785,60	28.762.137,09	37.787.511,45	41.410.227,63
TOTAL	702.424.503,76	826.806.206,03	901.962.070,58	909.649.044,10

FONTE: PIAUÍ PREVIDÊNCIA - * INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO PODER EXECUTIVO

**PODERES
E INSTITUIÇÕES**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O relatório das atividades da Assembleia Legislativa apresentado pela Mesa Diretora da Casa e aprovado na última sessão plenária de 2018, encerrando a Legislatura, mostra a aprovação de 588 proposições durante o ano, incluindo 91 Projetos de Lei Ordinária, 396 requerimentos e duas emendas à Constituição Estadual.

O documento destaca o clima de debate democrático e participação dos parlamentares na condução do processo legislativo, dentro de uma perspectiva de acolhimento das demandas da população, bem assim das relações independentes e harmoniosas com os demais poderes (Judiciário e Executivo) e instituições autônomas: Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado.

Ainda conforme o relatório, a ALEPI aprovou ainda seis Projetos de Resolução, 11 Projetos de Lei Complementar, 23 Projetos de Decreto Legislativo, 10 Indicativos de Projetos de Lei, 17 Mensagens de Veto, encaminhados pelo Poder Executivo, e 43 Projetos de Lei Ordinária propostos pelo Executivo (Governo do Estado).

O relatório assinala que em 2018 foram apreciados 2.651 processos pela Assembleia Legislativa, sendo 213 pela Comissão de Constituição e Justiça, 19 pela Comissão de Administração Pública e Política Social e 19 pela Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, 396 matérias foram apreciadas em plenário e 758 tramitaram pela Redação de Atas, além de 868 que tramitaram pela Diretoria Legislativa.

Foram expedidos 258 atos da Mesa Diretora, 132 atas de sessões ordinárias, 16 atas de sessões extraordinárias, 21 portarias da Presidência, 328 ofícios da Secretaria Geral da Mesa e 275 ofícios do Gabinete da Presidência.

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Segundo o Relatório da Escola do Legislativo Professor Wilson Brandão foi realizado um grande número de cursos, seminários e palestras este ano, beneficiando centenas de pessoas, incluindo cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral, Direito Civil e Processo Civil, Gestão Pública, Comunicação, Marketing Político e Mídia Digital e Contabilidade, Finanças e Orçamento Público.

Esses cursos de pós-graduação lato sensu têm contribuído de modo bastante significativo para o aperfeiçoamento profissional de milhares de pessoas. Desde sua criação, a Escola do Legislativo Professor Wilson Brandão já expediu 2,5 mil certificados de pós-graduação e concluiu quase 70 turmas de especializações na área jurídica, de gestão e educação. Atualmente, existem 14 turmas em andamento, em parceria com a Faculdade Adelmar Rosado (FAR) e a Fundação Delta do Parnaíba (Fundelta).

As aulas de pós-graduação são quinzenais ou mensais, sendo realizadas às sextas-feiras, das 18 às 22h, e aos sábados das 8h às 12h e das 14h às 18h. Há horários também de segunda a quarta-feira, das 18 às 22h. O corpo de professores é formado, em sua maioria, por docentes com titulação de mestres e doutores.

Além das pós-graduações, a Escola do Legislativo Professor Wilson Brandão abriu em 2018 cursos



de extensão abertos à comunidade. Um deles, o de Língua Portuguesa, com carga horária de 20 horas/aula, a baixo custo: R\$ 120 para servidores da ALEPI, R\$ 130 para demais servidores públicos e R\$ 140 para o público externo.

Também foram abertos cursos de fotografia (30 horas/aula), oratória (30 horas/aula), gerenciamento de projetos, produção em TV, cerimonial e protocolo.

CINE-TEATRO

O relatório cita ainda as atividades desenvolvidas pelo Cine-Teatro da Alepi, onde ocorreram mais de 60 eventos este ano, e a Rádio e TV Assembleia, que levaram uma extensa programação cultural, informativa e a atuação dos parlamentares aos piauienses.

Trata-se o Cine-Teatro de um espaço aberto para eventos de formação, como a cerimônia de conclusão de curso de formação de sargentos da PM, ou até mesmo para casamentos comunitários, como ocorreu em 9 de junho de 2018.

PROCON-ALEPI

Desde que foi criado em outubro de 2018 e até o primeiro semestre de 2018, o PROCON Assembleia Legislativa realizou 14.565 atendimentos. O serviço tornou-se uma alternativa a consumidores que se sentirem lesados, para fazer denúncias e reclamações. A média mensal de consumidores atendidos é de 700.

Esse número representativo de atendimentos se soma ao elevado índice de resolutividade do PROCON-ALEPI, situado em 86%, acima da média dos demais Procons de outras Assembleias Legislativas.

Para alcançar esse desempenho favorável, a inovação é uma ferramenta importante. Por isso, o PROCON-ALEPI disponibilizou, no começo de 2018, um número para receber denúncias e tirar dúvidas dos consumidores via WhatsApp. A nova ferramenta garante maior celeridade no atendimento, com retorno das solicitações em tempo real.

TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE), em sua missão constitucional de defesa da sociedade, exerceu o controle externo por meio da fiscalização da aplicação dos recursos da sociedade, atuando nos 125 órgãos e entidades da gestão estadual e nas 224 administrações municipais.

Para alcançar seus objetivos estratégicos no exercício de 2018, o TCE investiu em:

- Desenvolvimento e disponibilização de ferramentas de tecnologias de informação para uso no controle externo.
- Disponibilização de sistemas e ferramentas de TI, metodologias de acesso a bancos de dados e metodologias de cruzamento de dados.
- Busca e entrega de sistemáticas de mensuração de riscos de desvios de recursos públicos, favorecendo uma análise mais focada das contas públicas.
- Esforço para fazer a análise das contas de modo concomitante à gestão dos recursos, no desafio de efetivar uma fiscalização célere e próxima dos fatos ocorridos.
- Foco da fiscalização na materialidade dos recursos, nas situações de risco de



- desvios de dinheiro público e na relevância da ação do governo para a sociedade.
- Qualificação técnica de suas equipes de auditoria e adoção de normas e metodologias de fiscalização aplicadas internacionalmente.
- Orientação das pessoas da sociedade para o exercício do controle modo itinerante social, e intensificação da ouvidoria do TCE.

Convém que sejam destacadas, além disso, outras ações, como:

- Treinamento sobre atualizações do programa SAGRES-Folha, destinado a servidores e gestores de diversos órgãos da administração dos municípios piauienses. Esse sistema colhe informações das folhas de pagamento dos 224 municípios do Piauí e tem uma grande importância nas auditorias.
- A Ouvidoria do TCE-PI lançou a Carta de Serviços ao Cidadão para explicar todos os serviços e funções prestados à sociedade: requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessá-los; as principais etapas para processamento do serviço, a previsão para a prestação do serviço, dentre outras informações. A publicação está disponível no site do TCE-PI para consulta.
- Ativação da subsede do TCE-PI em Parnaíba, no Parnaíba Shopping, atendendo aos gestores e cidadãos de Parnaíba e de mais 11 municípios da região da Planície Litorânea – Luís Correia, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Bom Princípio, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas, Caxingó, Cocal, Caraúbas do Piauí, Cocal dos Alves e Joaquim Pires.
- Acesso, via site do TCE-PI, aos acórdãos relevantes em matéria jurídica e ineditismo da tese defendida pelo conselheiro-relator. Os acórdãos disponibilizados são

selecionados pela Comissão de Regimento e Jurisprudência (CRJ) do TCE-PI. A consulta pode ser feita pelo órgão, relator, tipo de processo, área temática e pelo conteúdo.

- Com o objetivo de atender às demandas cada vez mais prementes de sustentabilidade e apoiando causas sociais, o TCE iniciou o descarte sustentável dos documentos em papel protocolizados nesta Corte. A prática está orientada pela Instrução Normativa do TCE/PI nº2/2018. Os documentos protocolizados em papel, após digitalização e inserção no sistema de processo eletrônico, ficarão à disposição, a partir do trigésimo dia da data do protocolo, pelo prazo de 30 dias, para serem retirados por seus responsáveis. Esgotado o prazo, esses documentos serão descartados, após a publicação do respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos. O descarte dos documentos será feito por meio de fragmentação mecânica, a ser realizado pela Associação dos Cegos do Piauí (ACEP), que firmou Acordo de Cooperação com o TCE/PI para realização da atividade.
- Elaborado pelo TCE-PI, está disponibilizado para consulta em nível nacional o Manual para elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS, dos Tribunais de Contas.

Ampliadas as punições por má gestão de recursos públicos

Dentro deste rol de ações e atribuições, nos últimos dois anos o TCE-PI manteve um elevado nível de produção e produtividade, alavancado por esforços de qualificação profissional de seus integrantes e corpo funcional.

Entre 2017 e 2018, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) julgou 2.612 processos, sendo 1.489 em 2018 e 1.123 em 2017, um crescimento superior a 32% na comparação entre o exercí-

cio anterior e o último exercício fiscal com balanço consolidado – 2018. No mesmo biênio, foram imputados débitos no total de R\$ 75,249 milhões a gestores e ex-gestores públicos que praticaram irregularidades com danos ao erário. Do total de punições pecuniárias impostas, R\$ 61,002 milhões de débitos foram imputados em 2018 e R\$ 14,247 milhões em 2017. Isso representou mais de 330% de aumento nos valores de 2017 na comparação com 2018.

Também foram aplicadas multas a gestores e ex-gestores públicos, no total de 3.458.406 UFR-PI (Unidade Fiscal de Referência do Piauí) em 2017 e 2018, por atraso na entrega ou falhas técnicas nas prestações de contas.

As multas somaram 2.149.901 URF-PI em 2018 e 1.308.505 UFR-PI em 2017. Convertidas em moeda corrente, à base de R\$ 3,29 por UFR-PI, as multas aplicadas nos dois anos totalizam cerca de R\$ 11,377 milhões: R\$ 7.073 milhões em 2018 e R\$ 4.304 milhões em 2017, com um crescimento de aproximadamente 75% no valor das multas de um ano para o outro.

No total, foram R\$ 86,626 milhões em multas e débitos imputados em 2017 e 2018, um crescimento de mais de 30% nos valores de débitos imputados e multas aplicadas no período de 2015 e 2016, quando essas penalidades somaram R\$ 66,674 milhões. Os dados constam de levantamento realizado pela Secretaria das Sessões do TCE-PI e compreendem os dois anos da gestão do conselheiro Olavo Rebelo à frente do Tribunal, que se encerra em 31 de dezembro. Do total de multas aplicadas em 2017 e 2018, já foram pagos ou renegociados R\$ 1.276.447, 39, sendo R\$ 530.491,63 em 2017 e R\$ 745.955,76 em 2018.

Projeto do TCE-PI ganha o prêmio Innovare

Como que coroando um ano de atuação firme no controle das despesas públicas e esforços em favor de melhor governança, uma ação do TCE-PI mereceu reconhecimento nacional: o projeto “Construindo Gestores do Futuro: Es-

tratégias de Prevenção Contra o Desvio de Recursos Públicos Destinados à Educação” foi o grande vencedor do Prêmio Innovare 2018, na categoria Ministério Público.

Desenvolvido pelo Ministério Público de Contas do Piauí (MPC-PI), a partir de decisão plenária do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o projeto concorreu com prática do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sobre o combate à exploração sexual infanto-juvenil.

O projeto concorreu com outras 143 práticas de todo o país, só na categoria Ministério Público. No total, a 15ª edição do Prêmio Innovare teve 654 projetos inscritos nas seis categorias: Ministério Público, Juiz, Tribunal, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania. Foram 12 os finalistas.

O projeto do MPC-PI foi criado com a finalidade de monitorar a aplicação dos recursos de precatórios do antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) pelas prefeituras piauienses. Esses recursos vêm sendo transferidos aos municípios piauienses desde 2016, em razão de ações judiciais ajuizadas pelas prefeituras para cobrar o resarcimento de recursos do Fundef repassados a menos pela União entre 1998 e 2006.

Em 2017, o TCE-PI acolheu sugestão do MPC-PI, para o bloqueio dos recursos e sua destinação exclusiva ao pagamento de servidores da educação e à manutenção das escolas, conforme prevê a Lei do Fundef. Isso evitou o mau uso dos recursos, por má-fé ou deficiência da gestão. Estima o TCE que o projeto evitou desvio e garantiu a aplicação adequada de mais de R\$ 380 milhões recebidos pelas prefeituras piauienses nos últimos dois anos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A evolução do Poder Judiciário, nos últimos anos, se deve à oferta de serviços jurisdicionais transparentes, céleres e efetivos. O judiciário piauiense direcionou suas ações tanto para as necessidades da sociedade quanto para o desenvolvimento de uma cultura institucional voltada à satisfação dos públicos interno e externo, informando aos usuários, magistrados e servidores suas ações administrativas e judicantes. Nesse sentido, o Poder Judiciário, tendo como diretriz o programa definido no PPA 2016-2019 como gestão eficiente e transparente do Poder Judiciário, elegeu como seus principais objetivos:

- Aprimoramento da gestão de pessoas orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando o aumento da capacidade do Poder Judiciário na oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos processos de trabalho.
- Apoiar as atividades administrativas e judiciais, provendo insumos materiais e humanos, com observância dos critérios de economia e sustentabilidade, contribuindo para o melhor funcionamento da Justiça em benefício da sociedade.
- Expandir e qualificar a oferta de cursos de capacitação e educação profissional por meio da Escola Judiciária e parcerias com demais entidades governamentais e privadas, visando a/o desenvolvimento contínuo de servidores e magistrados, como política de modernização administrativa do Poder Judiciário.

Nesse contexto, os esforços empenhados pelo Tribunal visaram contribuir para o alcance das metas relacionadas aos objetivos descritos, principalmente devido à ampliação do acesso dos cidadãos à Justiça, em função do aperfeiçoamento e melhoramento dos fluxos processu-

ais, do aperfeiçoamento e aplicação das ações de gestão por competência, das melhores condições estruturais e funcionais alcançadas, permitindo o maior número de processos julgados, com qualidade e eficiência dos serviços.

Entre as ações que impactaram o ano de 2018, cabe destacar a reestruturação administrativa do Poder Judiciário, realização de pesquisas de satisfação e de clima organizacional, implantação da política de sustentabilidade, institucionalização da Política Judiciária de Solução de Conflitos, elaboração e execução do Plano de Capacitação do Magistrado e Servidores, orientada para resultados, ampliação e atualização do parque tecnológico do TJPI.

Foram priorizadas as seguintes iniciativas estratégicas para 2019: implantação da Gestão do Acervo, do Selo Digital, de BI (Business Intelligence), da Gestão por Competência e criação do TJPI em Números.

Outras ações que também merecem destaque:

- Homologação do concurso de servidores e nomeação de analistas judiciais, totalizando 51 novos servidores, sendo 44 analistas judiciais, três analistas administrativos, dois psicólogos e dois analistas de sistemas.
- Empossados 13 novos juízes substitutos aprovados no último concurso público realizado pelo TJ-PI, fazendo com que todas as unidades judiciais do Piauí tenham um magistrado que por ela responde.
- Nove Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), para mediar e solucionar os conflitos antes que as partes resolvam acorrer à Justiça em ações e processos. Nestes centros, os conflitos podem ser resolvidos mesmo sem a presença de advogado, de modo rápido e satisfatório.
- Abertura do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º grau (CEJUSC), para atender à demanda de

processos que tramitam em grau de apelação no âmbito do TJ-PI.

- Termo de Parceria entre o TJ-PI e PROCON com fito de Estadual, órgão do Ministério Público do Piauí, que tem obtido bons resultados em conciliação.
- A agregação de comarcas a uma comarca com mais pessoal e meios materiais deu mais efetividade e eficiência nessas comarcas.
- Oito fóruns foram reformados ou ampliados, para dar melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento aos jurisdicionados.
- Mais de 40% da obra da nova sede do TJ já pronta.

FERMOJUPI

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí – FERMOJUPI, foi criado pela lei estadual nº. 5.425/2004, com a finalidade de suprir o Poder Judiciário de recursos para a sua manutenção e modernização. Desde sua efetiva implantação, em 2005, até os dias atuais, vem mostrando significativos avanços nos trabalhos desenvolvidos e recursos adquiridos, sempre promovendo a sua missão institucional, objetivando o melhor desenvolvimento do Judiciário no Estado do Piauí, tendo como missão garantir o reaparelhamento e modernização do Poder Judiciário do Piauí, melhorando significativamente a prestação de serviço jurisdicional, o acesso à Justiça, a rapidez e a efetividade das ações.

O FERMOJUPI atua no controle e fiscalização das fontes de arrecadação do Tribunal de Justiça do Piauí: custas, emolumentos, taxas judiciarias e outras receitas. Semelhante ao procedimento adotado para cobranças de valores, também adotou o processo de fiscalização para cobrança da prestação de contas dos selos de autenticidade, como meio de evitar a evasão, fraude e falsificação de documentos públicos, garantindo a eficácia dessa importante ferramenta de controle social, tendo como objetivos principais:

- Aperfeiçoar a gestão de pessoas orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do Poder Judiciário na oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão e às demais organizações da sociedade, mediante melhoria dos processos de trabalho.
- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, contribuindo para a formação de ambientes que proporcionem a eficiência e a qualidade operacional dos serviços ofertados à sociedade.
- Tornar o sistema judiciário mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que o compõem, fomentando a implementação de ações de desenvolvimento regional e local.

Em relação às custas judiciais e à taxa judiciária, o FERMOJUPI vem desenvolvendo ferramentas para a fiscalização remota junto ao PJE, visando garantir o efetivo e correto recolhimento dessas receitas, reflexo dos novos modelos de trabalho e do sistema de arrecadação e controle das receitas próprias do Poder Judiciário, sempre promovendo a sua missão institucional de garantir recursos para o reaparelhamento e modernização do Judiciário piauiense, num objetivo de garantir a excelência na prestação jurisdicional e o acesso à Justiça.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Corregedoria Geral da Justiça é o órgão de fiscalização, orientação, controle e instrução dos serviços forenses e administrativos da Justiça de primeiro grau. Tem competência em todo o Estado e é exercida por desembargador eleito

por dois anos, juntamente com os demais titulares de cargos de direção do Poder Judiciário, na forma da lei.

Dentro de sua missão institucional de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários, cumpre os seguintes objetivos:

- Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social.
- Fortalecer as atividades de direção, controle, apoio, acompanhamento, inspeção, fiscalização, correição, normatização, funcionamento, estudo, pesquisa e divulgação das ações e resultados dos serviços da Justiça. Para atingir todos os objetivos e metas propostos em sua missão institucional, torna-se de fundamental importância melhorar a capacidade institucional dos órgãos e entidades do Poder Judiciário, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nesse sentido, cabe destacar que a fiscalização da Justiça de Primeira Instância e dos serviços notariais e de registro do Estado é realizada por intermédio de correições ordinárias, correições extraordinárias, inspeções técnicas e inspeções remotas.

ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ

A Escola Judiciária do Piauí foi criada pela Lei Complementar nº 202/2014 com a finalidade de promover o treinamento, capacitação, formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores e magistrados. Em 2018, deu continuidade às ações previstas no PPA 2016-

2019 através do Programa Gestão Eficiente e Transparente do Poder Judiciário, que, dentre outros objetivos, arrolou a expansão e qualificação da oferta de cursos de capacitação e educação profissional, visando ao desenvolvimento contínuo de servidores e magistrados, como política de modernização administrativa do Poder Judiciário, alinhando-se desse modo também às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A qualificação e capacitação profissional de servidores e magistrados foi a principal ação da Escola Judiciária, através dos treinamentos em torno do PJE (Processo Judicial Eletrônico), ferramenta de impulsionamento da prestação jurisdicional. Somam-se a isso as capacitações em matérias de grande importância administrativa para gestão e controle do Poder Judiciário, tais como: Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância; Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Adm. Pública; Formação para Auditores Internos Nível Intermediário – Audi II, com ênfase em Órgãos Públicos; Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais; Capacitação e Habilitação em Pregão Judicial, Eletrônico e SRP.



DEFENSORIA PÚBLICA ATUA PARA ASSEGURAR DIREITOS E GARANTIAS

Considerando a missão Institucional da Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE) de garantir ao vulnerável assistência jurídica integral e gratuita, judicial e extrajudicial, no âmbito individual e coletivo, assegurando os seus direitos humanos, bem como os valores de contribuir para a transformação social, através da ampliação do atendimento e da consolidação do modelo público de assistência jurídica, com a afirmação da Defensoria como instituição autônoma e indispensável ao acesso à justiça, esta Instituição buscou ao longo do ano de 2018 assegurar direitos e atuar junto às pessoas em situação de vulnerabilidade, ampliando o acesso à justiça e garantindo eficiência no atendimento ao assistido.

Assim, em 2018, a Defensoria Pública do Estado do Piauí continuou sua expansão, aparelhamento e estruturação, onde fora realizado o planejamento estratégico voltado para melhorias nas áreas fins e meio deste Órgão, com ampliação no número de atendimentos na Capital e no Interior do Estado, atuação da Defensoria Itinerante, além de forças-tarefas, campanha de erradicação do sub-registro, capacitação de servidores, oficinas, reformas estruturais, aquisição de bens, dentre outras metas alcançadas que impactaram positivamente a sociedade piauiense, conforme descrição a seguir.

ATUAÇÃO ITINERANTE

No tocante à atividade fim que esta instituição se destina, a Defensoria Pública do Estado do Piauí integrou a Jornada da Justiça Itinerante, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí em diversos momentos durante o ano, atendendo a população vulnerável em vários

pontos da Capital e do interior, além da participação na Semana Nacional de Conciliação. Ainda, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, por meio da Defensoria Itinerante, realizou inúmeros atendimentos durante a participação no Projeto Teresina em Ação, desenvolvido pela TV Clube, Prefeitura de Teresina e órgãos e instituições parceiros, que aconteceu em vários bairros da Capital, sempre levando atendimento de qualidade a todos que se enquadram no perfil de assistido desta DPE.

ATUAÇÃO EM LARGO ESPECTRO

Ademais, foram realizadas ações que envolviam temas relacionados à saúde mental, política de recuperação para usuários de drogas, direito ao voto dos presos provisórios e adolescentes internos, ação com pessoas em situação de rua, alteração de nome de pessoas LGBT na documentação, direito do consumidor, regularização fundiária, direitos humanos, e audiências concentradas que se destinavam a reavaliar a situação de crianças e adolescentes acolhidos em Instituições de proteção de Teresina, onde a população de baixa renda fora diretamente beneficiada, inclusive com a participação no projeto de Adoção Consciente do Tribunal de Justiça. Destaque-se ainda que, junto ao público LGBT, realizou-se o projeto “Meu nome, Meu Orgulho”, com oficina de direito e atendimento concentrado para alteração no prenome e gênero.

PROTEÇÃO LEGAL AO IDOSO

Em relação à política de proteção aos direitos do idoso, este Núcleo especializado vem executando, durante o presente ano, o projeto de monitoramento às casas de abrigo de idosos nas zonas da capital, bem como na cidade de Parnaíba.

REGISTRO CIVIL E CIDADANIA

Relevante informar uma das ações do Plano de Erradicação do Sub-registro Civil, que consistiu na realização da Oficina Registro Público, oferecida nas Maternidades Dona Evangelina Rosa, no Ilhotas, e Wall Ferraz, no Dirceu Arcoverde, além de outros pontos no interior do Estado, como Palmeirais, União, São Raimundo Nonato e Piripiri, nos quais mais de 650 pessoas foram assistidas diretamente, momentos em que foram repassadas todas as orientações e informações sobre o tema em questão, inclusive com ação do Projeto “Quilombo, lugar de Resistência e Existências!”, que aconteceu em São Raimundo Nonato.

FORÇAS-TAREFAS

Imperioso destacar as Forças-Tarefas realizadas pela Defensoria Pública em parceria com a Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Piauí, que integra um projeto de atendimento global a presídios, onde, ao longo de 2018, houve cinco ações, distribuídas nos presídios localizados nas cidades de Teresina, Parnaíba e Bom Jesus, resultando no atendimento de mais de 2.000 detentos. Além disso, desenvolveu-se ação com foco na saúde da pessoa encarcerada – “Defensoria pela prevenção do Diabetes nas Penitenciárias”, que foi realizada em todas as instituições de Teresina, CDP Altos, Campo Maior e Bom Jesus.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Quanto às ações junto ao Núcleo de Violência Doméstica, realizou-se ação de prevenção ao câncer, focando nas mulheres em situação de violência; inclusive, foi possível realizar em duas internas da unidade prisional, momento em que incluímos palestra sobre saúde mental. Divulgação em cooperação com a SEMTCAS do projeto “Família Abrigo” e “Meninas Ocupam”. Participação semestral das audiências da Justiça pela Paz em Casa. Realização de várias campanhas do Laço Branco.

Defensoria se prepara para atuar com mais eficiência

Em relação à atividade-meio, dentre as ações mais relevantes, temos o projeto de aparelhamento e modernização previstos no Plano Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Piauí, a aquisição e distribuição de computadores de alto desempenho para todos os Defensores Públicos, do tipo all-in-one, que já trouxeram implantado o sistema PJE, software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que viabiliza o processo judicial eletrônico.

Noutro ponto, houve a capacitação de servidores atuantes na atividade-meio desta DPE, oportunidade em que participaram do Curso de Formação de Controladores Internos, desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE). Além disso, a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí (ES-DEPI) ofereceu duas bolsas de estudo, lato sensu, em Direitos Humanos “Esperança Garcia”, destinadas a Defensores Públicos.

Houve, ainda, a aquisição de um novo ônibus adaptado para o desempenho das atividades defensoriais, entre as quais a Defensoria Itinerante, em que o veículo será posicionado nos locais de atendimento durante as Jornadas da Justiça Itinerante, Forças-Tarefa e demais ações da Defensoria Pública, tanto em Teresina como no interior do Estado, contendo três salas específicas e capacidade para quatro atendimentos consecutivos, além de instalação de gerador para energia elétrica adequada ao uso de computadores, possuindo estrutura necessária para realizar atendimentos cada vez mais qualificados aos seus assistidos, assim como para o transporte das equipes de trabalho da Instituição.

Importante destacar a reforma no prédio da sede desta Defensoria, já em execução e que irá proporcionar uma comodidade a todos os envolvidos nesta Instituição, principalmente aos assistidos, que terão uma infraestrutura adequada quando buscarem os serviços desta DPE, com acessibilidade para cadeirantes e idosos, e

sinalizado para deficientes visuais, algo pensado ao longo de vários anos, inclusive as o prédio locado para a sede provisória, enquanto termina a reforma do prédio central, já possui todas essas características.

AUTONOMIA QUE FAVORECEU A SOCIEDADE

A partir da Emenda Constitucional nº 45/04, houve uma desvinculação das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal da estrutura administrativa direta ou indireta do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal, sendo o texto constitucional autoaplicável e de eficácia imediata. Dessa forma, com a inovação constitucional, as Defensorias Públicas pelo Brasil se ajustaram à nova realidade jurídica e passaram a gerenciar os seus próprios recursos financeiros, repassados na forma de duodécimos.

Entretanto, até o ano de 2015, a Defensoria Pública do Estado do Piauí não tinha a sua autonomia financeira implantada e não recebia duodécimo, bem como não tinha controle sobre a sua autonomia administrativa e orçamentária, haja vista que não apresentava proposta orçamentária própria e muitas de suas decisões administrativas dependiam de chancelas das Secretarias de Estado para efetivação.

No mês de agosto de 2015, após amplas reuniões entre os representantes da Defensoria Pública do Estado do Piauí e do Poder Executivo, foi dado o primeiro passo para a efetivação da autonomia financeira, ao ser estabelecido expressamente, na Lei nº 6.697/2015, que dispôs sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2016 (LDO).

Nesse diapasão, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi aprovada a Lei nº 6.752/2015, que dispôs sobre o orçamento do exercício financeiro de 2016, e que representou outro marco histórico para a Defensoria Pública, haja vista que discriminou o orçamento previsto para a Instituição em tópico separado, ao lado dos Poderes Executivo, Legislativo e Ju-

diciário, bem como do Ministério Público e Tribunal de Contas.

Ressalta-se, ainda, a participação efetiva da Defensoria Pública na elaboração do Plano Pluri-anual para o quadriênio 2016/2019 (PPA), aprovado pela Lei nº 6.751/2015, no qual a Instituição teve oportunidade de eleger suas metas e definir melhor o planejamento de suas ações.

Após essa conquista, e visando cumprir integralmente os objetivos do Plano Estratégico da DPE/PI, a Defensoria realizou uma série de avanços na gestão de pessoas e em tecnologia. Dentre eles, destacam-se a parceria firmada com o Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS) para a oferta do curso de atualização sobre o Novo Código de Processo Civil/2015; a parceria firmada com a Caixa de Assistência dos Advogados do Piauí (CAAPI), para execução do curso sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe), além de encontros, seminários e oficinas, para estimular novas ideias e projetos na área de atuação da Defensoria.

Nos anos de 2016 e 2017, a Defensoria consolidou a nomeação de 15 novos Defensores Públicos, ao firmar Termo de Acordo Extrajudicial, aproximando a instituição do cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 80/2014. Assim, o objetivo estratégico de fortalecer e aprimorar a Infraestrutura e Tecnologia da Informação no âmbito da DPE/PI vem sendo cumprido através de diversas iniciativas, tais como o aumento do conjunto de serviços eletrônicos disponibilizados e da estrutura física da Coordenação de Tecnologia da Informação, que atualmente ocupa amplo espaço, devidamente climatizado, com salas destinadas à manutenção de equipamentos e desenvolvimento de sistemas.

Ainda em 2017, a Defensoria Pública andou a passos largos à elaboração do Plano de Segurança Institucional a partir dos seguintes objetivos: controle biométrico de acesso de pessoas, bem como o gerenciamento do fluxo destas; controle das instalações; e controle das opera-

ções e informações da Defensoria Pública Estadual do Piauí.

Ademais, visando a ampliar a eficiência e diminuir custos dos processos internos, vários sistemas foram desenvolvidos pela Coordenação de T.I., bem como o avanço da força-tarefa defensorial, sendo ampliado o número de colaboradores, de maneira a criar um quadro adequado de pessoal para a Coordenação, a qual atualmente conta com profissionais dedicados à área de programação, rede e suporte.

No tocante à modernização, em 2018 foram adquiridos diversos equipamentos de informática, como computadores, impressoras multifuncionais, scanners, além de mesas, armários, cadeiras, frigobar, veículos automotores, como motocicletas, carros, caminhão baú e ônibus adaptado, para atendimento à população através da defensoria itinerante, sempre visando satisfazer o desempenho das atividades precípuas da Instituição.

Com relação à atual estrutura física da DPE, a reforma do prédio do Núcleo Central da Defensoria Pública está em plena execução, com previsão de conclusão para março de 2019, bem como houve a ampliação de nove comarcas no interior do Estado, sendo elas: Batalha, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Pio IX, Inhumas, Guadalupe, Cristino Castro, Matias Olímpio e Itaueira, sendo instaladas outras sedes, onde foram observadas as normas técnicas de acessibilidade, como as Defensorias Regionais de Água Branca, Cocal e Floriano. Houve, ainda, a readequação do prédio da Unidade da Avenida João XXIII, que possibilitou a reacomodação das Diretorias Itinerante e Criminal, Defensorias de Juizados e Núcleos.

Importante destacar, dentre os avanços alcançados pela Defensoria Pública no período de 2015/2018, estão os termos de cooperação e convênio celebrados com o Tribunal de Justiça, a Agência de Tecnologia da Informação do Estado, Procuradoria Geral de Justiça do Estado, proposta de convênio com o LACEN para evi-

tar solução de continuidade na elaboração das perícias de DNA; com INFOSEG, com o CDL, para fins de localização de domicílio de assistidos, essencial para o regular trâmite de ação de alimentos e outras; convênio com a Secretaria de Justiça para operação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

Por fim, imperioso destacar que esse crescimento qualitativo e quantitativo da Defensoria Pública do Estado do Piauí passa diretamente pela ampliação gradativa do orçamento anual repassado pelo Governo do Estado, possibilitando a execução do que fora planejado estratégicamente, algo que precisa ser mantido.

O DESAFIO DE EXPANDIR A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA

Os desafios para a próxima gestão são inúmeros, principalmente no tocante ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 80/2014, que prevê que, no prazo de oito anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, necessitando, com isso, de concurso público para Defensores, bem como para servidores que irão compor o quadro efetivo desta Defensoria Pública.

Ocorre que, além da contratação de Defensores e servidores, para a DPE poder se expandir e estar presente em todas as unidades jurisdicionais, se faz necessária uma infraestrutura básica, que envolve locação de prédio não residencial, fornecimento de energia elétrica, água, aparelhamento de material de informática, expediente, escritório, limpeza, segurança, além de novos contratos que garantam o pleno funcionamento da Instituição.

Nessa perspectiva, cumpre salientar o momento de limitações orçamentárias pelo qual o Governo do Estado está passando, o que impacta diretamente premissas elencadas nos dois parágrafos anteriores, algo que deve ser visto com muita cautela e que irá gerar grandes dificuldades de planejamento estratégicas para a próxi-

ma gestão.

Ressalte-se que a Defensoria Pública ainda não tem quadro próprio de servidores efetivos e o orçamento delimitado para pagamento de pessoal é bem próximo ao limite prudencial, o que impede a perspectiva de realização de concurso público para novos membros e servidores.

Noutro ponto, um desafio não menos importante é manter a estrutura atual desta Instituição, que nos últimos quatro anos teve um crescimento exponencial, com a inclusão de novos Defensores Públicos no quadro efetivo, além de contratações para atividade- meio, com o devendo aparelhamento, ampliando e melhorando a infraestrutura de todas as Defensorias, em especial a Itinerante, que se faz presente no extenso interior do Estado.

Relevante pontuar que a DPE/PI carece de plano de PDTI para a aquisição de servidores próprios a fim de obter maior eficiência e segurança do serviço de rede e de seus dados, além da necessidade de atualização constante dos aparelhos de tecnologia e rede, bem como da capacitação de seus membros, objetivando o atendimento humanizado de qualidade para a população piauiense.



MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 2018, o Ministério Público do Estado do Piauí fortaleceu-se duplamente: na área administrativa, a partir da estruturação de suas unidades na capital e no interior e na área finalística, com a implementação de projetos que produziram resultados efetivos à sociedade. Destacam-se também os avanços nas áreas de capacitação de pessoal, informatização e integração com outras instituições, por meio da celebração de parcerias.

Foram inauguradas três sedes próprias, integralmente construídas com recursos da instituição, em polos econômicos de importância estratégica para o Piauí: Floriano, Parnaíba e Luís Correia. Já a nova sede própria em Água Branca está em fase de instalação. Serão construídas sedes próprias também nos municípios de Luzilândia e Esperantina e foram locados prédios em Altos, Marcos Parente e José de Freitas.

Além disso, foram feitas reformas e ampliações em instalações das promotorias que funcionam em prédios do Poder Judiciário nas comarcas de São João do Piauí, Simplício Mendes, Piracuruca e Demerval Lobão.

DESTAQUE NACIONAL

O Ministério Público do Estado do Piauí alcançou projeção nacional em diversos aspectos. Como instituição incumbida de fiscalizar a probidade na Administração Pública, o Ministério Público deu o exemplo: chegou à primeira posição no ranking de transparência do Ministério Público Brasileiro, cumprindo 100% dos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Além disso, pela primeira vez, um projeto piauiense foi contemplado no Prêmio CNMP: o “Queremos Paz”, iniciativa executada, inclusive, em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Edu-

cação. Promovendo a cultura de paz dentro das escolas, com atividades diversionais e construtivas, Ministério Público e SEDUC têm mobilizando as comunidades, viabilizando a transformação social. A premiação só foi possível graças à priorização do planejamento, com a implementação da gestão por projetos e por resultados. Este foi outro ponto em que o Ministério Público Piauiense obteve destaque: na última avaliação do Radar Estratégico, instrumento também gerenciado pelo CNMP, a instituição obteve o conceito “Excelente”.

QUADRO DE PESSOAL

O Ministério Público tem investido no fortalecimento do quadro de pessoal, seja pelo incremento da quantidade de profissionais trabalhando, seja pela capacitação das equipes já em exercício. A instituição passou de uma situação deficitária no que se refere ao número de servidores para outra em que todas as Promotorias de Justiça do Estado dispõem de pelo menos um funcionário para desempenho de funções auxiliares.

ÁREA FINALÍSTICA

O Ministério Público concentrou seu trabalho em macrossegmentos, a exemplo da infância e da juventude, do combate ao crime, do controle externo da atividade policial, do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, da promoção dos direitos humanos, da defesa

do meio ambiente, da asseguração do direito à saúde pública de qualidade, da probidade administrativa e do consumidor.

O projeto MP em Ação – PROCON itinerante percorreu 17 municípios, atingindo cerca de 820 mil pessoas.

O MP-PI também tem contribuído para o desmantelamento das rotas de tráfico de drogas, atuando ainda para a prevenção e repressão dos inúmeros crimes que decorrem da comercialização ilegal de substâncias entorpecentes. No que se refere ao controle externo da atividade policial, o Ministério Público assumiu uma postura de articulação com as corporações, contribuindo para o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelas polícias. O projeto “Capacitar para Servir”, coordenado pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP), viabilizou a promoção de eventos de capacitação.

Na área da infância e da juventude, o Ministério Público promoveu a capacitação de conselheiros tutelares em todas as regiões do Piauí. As apresentações tratam do Conselho Tutelar no Estatuto da Criança e do Adolescente, seu conceito, natureza jurídica e atribuições.

Uma das áreas em que o Ministério Público tem obtido destaque, em âmbito nacional, é o combate à improbidade administrativa e à corrupção. Em 2018, o foco foi o cumprimento, pelos municípios, das leis sobre transpa-



rência. Foi feita campanha de prevenção e repressão a gastos públicos descontrolados e criado canal de denúncias para evitar que os municípios que estavam em atraso com o pagamento de seus servidores aplicassem recursos em festividades.

Para a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o Ministério Público do Estado do Piauí emplacou projetos inovadores, que atacam o problema na sua raiz e nas suas consequências. O Banco de Dados “Leoneide Ferreira”, ou “iPenha”, conquistou a primeira colocação no 7º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

A ferramenta online permite a consolidação de informações sobre processos, o levantamento de dados acerca da vítima e o delineamento de seu perfil. Atualmente, o iPenha está alinhado ao Sistema Integrado do Ministério Público e ao Sistema Nacional de Dados.

Na defesa da saúde pública, o Ministério Público tem fiscalizado constantemente as condições estruturais das principais unidades de referência para os piauienses. A instituição obteve decisões judiciais para correção de irregularidades no Hospital de Urgência de Teresina (HUT), realizou diversas audiências públicas para análise das condições da Maternidade Dona Evangelista Rosa e trabalhou pelo fortalecimento e a capilarização da rede de atenção básica.

A campanha #issoédireitohumano, lançada por meio de cartilhas, vídeo institucional e redes sociais, vem contribuindo para a propaganda do real significado dos direitos humanos e de sua importância para toda a sociedade.

Todas as atividades acima descritas representam o esforço do Ministério Público para se aproximar ainda mais das comunidades, identificando e mapeando suas demandas, de forma a trabalhar para a população de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

Com a missão de “defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável”, o Ministério Público do Estado do Piauí tenciona ser reconhecido como uma instituição autônoma, independente, ativa e eficaz, transformadora da realidade social do Estado do Piauí, acessível ao cidadão, promotora dos direitos fundamentais e dos interesses sociais para as presentes e futuras gerações. Como pudemos constatar, o ano de 2018 foi decisivo para o alcance dessas metas, e a tendência é de que o desenvolvimento siga em ritmo acelerado, rumo à excelência na prestação dos serviços institucionais.



**EQUIPE
DE GOVERNO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ José Wellington Barroso de Araújo Dias	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Robério Aslay de Araújo Barros
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ Margarete e Castro Coelho	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA Deusval Lacerda de Moraes
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SECRETARIA DE SAÚDE Florentino Alves Véras Neto
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO- Merlong Solano Nogueira	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Antonio Rodrigues de Sousa Neto
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO Soraya de Carvalho Castelo Branco Soares	SUPERINTENDÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLOGICO REINALDO SILVA MELO
GABINETE MILITAR Coronel José Denílson do Rêgo Marques	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA José Ricardo Pontes Boges
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO João Rodrigues Filho	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO Rosalena Maria de Medeiros Ferreira
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Plínio Clerton Filho	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA Daniel Carvalho Oliveira Valente
REPRESENTAÇÃO DO ESTADO EM BRASÍLIA ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA Ana Paula Mendes de Araújo
DEFENSORIA PÚBLICA Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL Raimundo Coelho de Oliveira Filho
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES Guilhermano Pires Ferreira Correa
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA Coronel Rubens da Silva Pereira	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA Rafael Tajra Fonteles	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Helder Sousa Jacobina	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL Patrícia Vasconcelos Lima	

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
Bruno Ferreira Correia Lima

**SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

**SECRETARIA DE ESTADO DA MINERAÇÃO,
PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS**
André Luiz Feitosa Quixadá

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Marlenildes Lima da Silva – Bid Lima

COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR
Coronel Lindomar Castilho Melo

COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
Coronel BM Carlos Frederico Macedo Mendes

COORDENADORIA ESTADUAL DA JUVENTUDE
Vicente Gomes da Silva

**COORDENADORIA ESTADUAL DE EN-
FRENTAMENTO ÀS DROGAS**
Reginaldo de Araújo Santiago

**COORDENADORIA ESTADUAL
DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**
Haldaci Regina da Silva

**COORDENADORIA ESTADUAL
DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO**
Benedito de Carvalho Sá

**COORDENADORIA ESTADUAL
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER**
Simone Pereira de Farias Araújo

**COORDENADORIA ESTADUAL
DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL**
Gilberto Gomes de Medeiros

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**
Paulo Roberto de Oliveira Santos Fillho

**FUNDAÇÃO ESTATAL PIAUIENSE
DE SERVIÇOS HOSPITALARES**
Nathália de Sena Monteiro Lima Pinheiro

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
DE EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS**
Elzuíla Alves Calisto

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO POR MEIO DE
MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA**
Professor Mário Ângelo de Meneses Sousa

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DO AGRONEGÓCIO E DOS CERRADOS**
Luíz Gonzaga Paes Landim

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**
Avelar de Castro Ferreira

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE COMBATE À POBREZA RURAL**
Leonardo Sobral Santos

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
MAIS VIDA COM CIDADANIA PARA O IDOSO**
Marllos Rossano Ribeiro Gonçalves de Sampaio

**COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE APOIO A PSICULTURA**
Stanley Freire Costa e Silva

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
Bernildo Duarte Val

**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
HABITACIONAL**
Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

AGÊNCIA DE FOMENTO
Antônio Cezar Cruz Fortes

**AGÊNCIA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**
Avelyno Medeiros da Silva Filho

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PIAUÍ S/A
James Andrade

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ
Evaldo Freitas Lira

**COMPANHIA METROPOLITANA DE
TRANSPORTE PÚBLICO**
Antônio Luis Cronemberg Sobral

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS
DE RODAGEM DO PIAUÍ**
José Dias de Castro Neto

**DEPARTAMENTO ESTADUAL
DE TRÂNSITO**
Arão Martins do Rêgo Lobão

EMPRESA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A
Genival Brito de Carvalho

**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS
DO ESTADO DO PIAUÍ**
Décio Solano Nogueira

**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ**
Liége de Souza Moura

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO PIAUÍ**
Francisco Guedes Alcoforado Filho

FUNDAÇÃO DE ESPORTE DO PIAUÍ
José Ribamar de Araújo Filho

**FUNDAÇÃO RÁDIO E
TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUÍ**
Humberto Coelho Silva

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PIAUÍ**
Nouga Cardoso Batista

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
Daniele Amorim Aita

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL**
Marcos Vinicius do Amaral Oliveira

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DO PIAUÍ**
Geraldo Magela Barros Aguiar

INSTITUTO DE METROLOGIA
Maycon Danylo Araújo Monteiro

**INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ / RE-
FORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**
Herbert Buenos Aires de Carvalho

**INSTITUTO DE ÁGUAS E
ESGOSTOS DO PIAUÍ**
Wanda de França Avelino

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
Maria Alzenir Porto da Costa

**ZONA DE PROCESSAMENTO
DE EXPORTAÇÃO**
Paulo Roberto Cardoso de Sousa

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PIAUÍ**
Erivan José da Silva Lopes

**PROCURADORIA GERAL
DE JUSTIÇA DO PIAUÍ**
Cleandro Alves de Moura

FOTOGRAFIAS
Arquivo CCom
Banco de Imagens S/A

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PIAUÍ**
Olavo Rebelo de Carvalho Filho

**Direção Conceitual
S/A Propaganda**

Elaboração

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
DO ESTADO DO PIAUÍ**
Antônio Rodrigues de Sousa Neto
Secretário

Rejane Tavares da Silva
Superintendente de Planejamento Estratégico

Equipe Técnica
Amália Rodrigues de Almeida
Iraídes Rodrigues Leite Araújo
Gabriel Eduardo Favero
Gisele de Araújo Oliveira
Jairo de Oliveira Chagas Júnior
Jairo Galvão de Araújo
Tércio Gomes Rabelo

Apoio
Coordenadoria de Comunicação Social
do Estado do Piauí – CCOM
Diretoria de Jornalismo
Diretoria de Marketing

Redação e Edição Adjunta
Alisson Bacelar
Amália Rodrigues de Almeida
Gabriel Eduardo Favero
Jairo de Oliveira Chagas Júnior
Robert Pedrosa
Rejane Tavares
Tércio Gomes Rabelo



VAMOS CRESCER. E SEGUIR EM FRENTE.

Dificuldade não é novidade para quem é nordestino e piauiense. Mas a gente sempre fica de pé. Agora, é o desafio de viver o novo ano. Sabemos o que queremos e o que vamos fazer: vamos crescer e seguir em frente. Com coragem e fé no futuro. Trabalhando, estudando, desenvolvendo nosso potencial e melhorando a vida de toda a nossa gente. **Feliz 2019!**



Piauí
GOVERNO DO ESTADO



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

www.piaui.pi.gov.br

[@governodopi](https://twitter.com/governodopi)

[@governodopiaui](https://www.instagram.com/governodopiaui)

[/governodopiaui](https://www.facebook.com/governodopiaui)

[/governodopiaui](https://www.youtube.com/governodopiaui)